

MENSAGEM

À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

2015



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

TITULARES DO PODER EXECUTIVO

CARLOS ALBERTO RICHA

Governador do Estado

MARIA APARECIDA BORGHETTI

Vice-Governadora do Estado

EDUARDO FRANCISCO SCIARRA

Secretário Chefe da Casa Civil

CORONEL ADILSON CASTILHO CASITAS

Secretário Chefe da Casa Militar

PAULO SERGIO ROSSO

Procurador Geral do Estado

CARLOS EDUARDO DE MOURA

Controlador Geral do Estado

SILVIO MAGALHÃES BARROS II

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

DINORAH BOTTO PORTUGAL NOGARA

Secretária de Estado da Administração e da Previdência

MAURO RICARDO MACHADO COSTA

Secretário de Estado da Fazenda

PAULINO VIAPIANA

Secretário de Estado da Comunicação Social

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA

Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

JOÃO CARLOS GOMES

Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

JOÃO LUIZ FIANI DE ASSIS BAPTISTA

Secretário de Estado da Cultura

ANA SERES TRENTO COMIN

Secretária de Estado da Educação

JOÃO DOUGLAS FABRICIO

Secretário de Estado do Esporte e do Turismo

CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR

Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano

FERNANDA BERNARDI VIEIRA RICHA

Secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social

JOSÉ RICHA FILHO

Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

LEONILDO DE SOUZA GROTA

Secretário de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

MICHELE CAPUTO NETO

Secretário de Estado da Saúde

WAGNER MESQUITA DE OLIVEIRA

Secretário de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária

FLÁVIO JOSÉ ARNS

Secretário Especial para Assuntos Estratégicos

DEONILSON ROLDO

Secretário Especial da Chefia de Gabinete do Governador

EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES

Secretário Especial do Cerimonial e Relações Internacionais

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

Encaminho a essa egrégia Assembleia Legislativa, em cumprimento ao artigo 87, inciso X, da Constituição Estadual, a Mensagem referente à prestação de contas do exercício de 2015.

Muito obrigado. E que Deus nos ilumine a todos.

Curitiba, fevereiro de 2016.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Sumário



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| O Panorama da Economia Paranaense em 2015 | 18 |
| 1 Casa Civil | 29 |
| 1.1 Gabinete do Secretário da Casa Civil | 29 |
| 1.2 Assessoria Especial para Assuntos de Políticas Públicas para a Juventude (AEJ)..... | 29 |
| 1.3 Assessoria Especial para Assuntos Fundiários..... | 31 |
| 1.4 Diretoria Geral | 32 |
| 1.5 Núcleo Jurídico da Administração (NJA)..... | 32 |
| 1.6 Núcleo de Informática e Informações (NII)..... | 32 |
| 1.7 Centro de Edição de Expediente Oficial (CEE) | 34 |
| 1.8 Centro de Redação de Atos Oficiais (CRA) | 34 |
| 1.9 Centro de Apoio Operacional (CAO)..... | 34 |
| 1.10 Núcleo de Controle Interno (NCI) | 35 |
| 1.11 Diretoria Administrativa Financeira | 35 |
| 1.12 Grupo Orçamentário Setorial (GOS)..... | 35 |
| 1.13 Grupo Administrativo Setorial (GAS) | 36 |
| 1.14 Grupo de Recursos Humanos Setorial (GRHS)..... | 37 |
| 1.15 Grupo Financeiro Setorial (GFS) | 38 |
| 1.16 Coordenadoria do Cerimonial e de Relações Internacionais (CCRI) | 38 |
| 1.17 Coordenadoria Técnico Legislativa (CTL)..... | 40 |
| 1.18 Coordenadoria de Assuntos Políticos (COAP)..... | 40 |
| 1.19 Escritório de Representação do Governo | 41 |
| 1.20 Agência de Fomento do Paraná S.A. (AFPR)..... | 43 |
| 1.21 Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR) | 44 |
| 1.22 Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) | 46 |
| 1.23 Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR).... | 49 |
| 1.24 Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (AGEPAR)..... | 49 |
| 2 Casa Militar | 53 |
| 2.1 Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC) | 53 |
| 3 Companhia de Habitação do Paraná | 59 |
| 3.1 Diretoria de Programas (DIPG)..... | 59 |
| 3.2 Diretoria de Projetos (DIPJ) | 60 |
| 3.3 Diretoria de Obras (DIOB) | 61 |
| 3.4 Diretoria Jurídica e de Regularização Fundiária (DIJF)..... | 61 |
| 3.5 Diretoria Administrativo-Financeira (DIAF)..... | 62 |
| 4 Companhia de Saneamento do Paraná | 67 |
| 4.1 Mercado e Investimentos | 67 |
| 4.2 Concessões..... | 68 |
| 4.3 Fontes de Financiamento | 68 |
| 4.4 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)..... | 68 |

| | | |
|----------|---|------------|
| 4.5 | Outras Fontes de Recursos | 69 |
| 4.6 | Resultados Financeiros | 69 |
| 4.7 | Meio Ambiente..... | 69 |
| 4.8 | Tarifa Social..... | 70 |
| 5 | Companhia Paranaense de Energia | 73 |
| 5.1 | Destaques de 2015..... | 73 |
| 5.2 | Modelo de Excelência da Gestão..... | 73 |
| 5.3 | Acompanhamento dos Projetos Corporativos | 74 |
| 5.4 | Geração de Energia Elétrica | 74 |
| 5.4.1 | Operação e Manutenção de Usinas..... | 74 |
| 5.4.2 | Expansão da Geração de Energia | 74 |
| 5.4.3 | Complexo Hidrelétrico do Tapajós..... | 75 |
| 5.4.4 | Participação em Leilões de Energia Nova | 75 |
| 5.4.5 | Petróleo e Gás | 76 |
| 5.4.6 | Outras Fontes de Energia Renovável | 76 |
| 5.5 | Transmissão de Energia Elétrica | 78 |
| 5.5.1 | Novos Empreendimentos | 79 |
| 5.5.2 | Operação e Manutenção da Rede Básica | 80 |
| 5.6 | Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Inovação Tecnológica | 81 |
| 5.7 | Distribuição de Energia Elétrica | 82 |
| 5.7.1 | Mercado de Energia Elétrica..... | 82 |
| 5.7.2 | Ações Relevantes da Distribuidora..... | 82 |
| 5.8 | Telecomunicações..... | 85 |
| 5.9 | Tecnologia da Informação..... | 85 |
| 5.10 | Regularização Fundiária..... | 86 |
| 5.11 | Responsabilidade Corporativa - Programas Socioambientais..... | 87 |
| 5.11.1 | Sustentabilidade Empresarial e Responsabilidade Social | 87 |
| 5.11.2 | Gestão Socioambiental | 92 |
| 5.12 | Administração..... | 96 |
| 5.12.1 | Gestão de Pessoas..... | 96 |
| 5.13 | Resultados Econômico-Financeiros..... | 97 |
| 5.14 | Reconhecimentos..... | 97 |
| 6 | Controladoria Geral do Estado | 101 |
| 6.1 | Assessoria Técnica..... | 101 |
| 6.2 | Coordenadoria de Controle Interno..... | 102 |
| 6.3 | Coordenadoria de Transparência e Controle Social..... | 102 |
| 6.4 | Coordenadoria de Corregedoria | 103 |
| 6.5 | Coordenadoria de Ouvidoria | 103 |
| 7 | Procuradoria Geral do Estado | 107 |
| 8 | Secretaria de Estado da Administração e da Previdência | 117 |
| 8.1 | Recursos Humanos | 118 |
| 8.2 | Saúde do Servidor | 119 |

| | | |
|-----------|--|------------|
| 8.3 | Segurança e Saúde Ocupacional | 119 |
| 8.4 | Seguridade Funcional..... | 120 |
| 8.5 | Capacitação Estratégica dos Quadros Públicos | 121 |
| 8.6 | Gestão do Transporte Oficial | 122 |
| 8.7 | Gestão de Compras..... | 123 |
| 8.7.1 | Sistema de Compras | 123 |
| 8.8 | Gestão de Serviços | 124 |
| 8.9 | Gestão Patrimonial | 126 |
| 8.10 | Gestão Documental..... | 127 |
| 8.11 | Registro Mercantil | 128 |
| 8.12 | Serviço Social Autônomo PARANAPREVIDÊNCIA | 129 |
| 9 | Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento | 133 |
| 9.1 | Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável (DEAGRO) | 133 |
| 9.2 | Departamento de Economia Rural (DERAL)..... | 135 |
| 9.3 | Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (DESAN) | 136 |
| 9.4 | Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR) | 136 |
| 9.5 | Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA) | 138 |
| 9.6 | Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR)..... | 139 |
| 9.7 | Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)..... | 141 |
| 9.8 | Instituto de Florestas do Paraná | 144 |
| 9.9 | Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. (CEASA/PR)..... | 145 |
| 9.10 | Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR)..... | 146 |
| 10 | Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior | 151 |
| 10.1 | Sistema Estadual de Ensino Superior (SESPR) | 152 |
| 10.2 | Principais Realizações | 153 |
| 10.3 | Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR)..... | 157 |
| 10.4 | Instituto Tecnológico SIMEPAR..... | 158 |
| 11 | Secretaria de Estado da Comunicação Social | 163 |
| 11.1 | Coordenadoria de Marketing | 163 |
| 11.2 | Coordenadoria de Imprensa | 163 |
| 11.3 | Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE) | 164 |
| 11.3.1 | Jornalismo..... | 165 |
| 11.3.2 | Redes Sociais | 165 |
| 11.3.3 | Rádio | 166 |
| 11.3.4 | Central de Produção Cultural | 166 |
| 11.3.5 | Teatro Canal da Música | 166 |
| 11.4 | E-Paraná Comunicação | 166 |
| 12 | Secretaria de Estado da Cultura | 171 |
| 12.1 | Administração Indireta..... | 173 |
| 12.1.1 | Centro Cultural Teatro Guaíra (CCTG)..... | 173 |
| 12.1.2 | Biblioteca Pública do Paraná (BPP) | 174 |
| 13 | Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano..... | 179 |

| | | |
|-------------|--|------------|
| 13.1 | Administração Direta | 179 |
| 13.2 | Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) | 181 |
| 13.2.1 | PAC da Mobilidade..... | 181 |
| 13.2.2 | Proteção e Preservação do Meio Ambiente Regional..... | 181 |
| 13.2.3 | Estruturação Urbana e Fomento ao Desenvolvimento Econômico da RMC | 182 |
| 13.2.4 | Gestão do Transporte Coletivo Metropolitano | 183 |
| 13.2.5 | Seminário Internacional de Governança Metropolitana | 184 |
| 13.3 | Serviço Social Autônomo PARANACIDADE | 184 |
| 13.3.1 | Ações Administrativas | 184 |
| 13.3.2 | Ações Operacionais | 185 |
| 14 | Secretaria de Estado da Educação | 191 |
| 14.1 | Recursos Humanos | 191 |
| 14.2 | Superintendência da Educação (SUED)..... | 191 |
| 14.2.1 | Departamento de Educação de Jovens e Adultos (DEJA)..... | 192 |
| 14.2.2 | Departamento de Gestão Escolar (DGE) | 192 |
| 14.2.3 | Departamento de Educação Especial (DEE)..... | 193 |
| 14.2.4 | Departamento de Educação Básica (DEB)..... | 194 |
| 14.2.5 | Departamento de Educação e Trabalho (DET)..... | 197 |
| 14.2.6 | Departamento de Diversidade (DEDI) | 199 |
| 14.2.7 | Departamento de Formação e Tecnologia Educacional (DFTE)..... | 200 |
| 14.3 | Superintendência de Desenvolvimento Educacional (SUDE) | 202 |
| 14.4 | Colégio Estadual do Paraná (CEP)..... | 203 |
| 15 | Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo | 207 |
| 15.1 | Ações do Esporte | 207 |
| 15.2 | Ações do Turismo..... | 210 |
| 15.2.1 | Promoção de Investimento no Turismo | 210 |
| 15.2.2 | Marketing Turístico..... | 211 |
| 16 | Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social | 217 |
| 16.1 | Programa Família Paranaense | 218 |
| 16.2 | Assistência Social..... | 221 |
| 16.2.1 | Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)..... | 221 |
| 16.2.2 | Proteção Social Básica | 222 |
| 16.2.3 | Proteção Social Especial..... | 225 |
| 16.2.3.1 | Programas e Serviços de Média Complexidade..... | 225 |
| 16.2.3.2 | Programas e Serviços de Alta Complexidade | 227 |
| 16.2.4 | Assessorias e Capacitações | 228 |
| 16.3 | Garantia de Direitos..... | 230 |
| 16.3.1 | Política dos Direitos da Criança e do Adolescente | 230 |
| 16.3.2 | Política dos Direitos da Pessoa Idosa | 233 |
| 16.3.3 | Política da Defesa de Direitos da Mulher..... | 234 |
| 16.3.4 | Política da Promoção de Direitos e Inclusão da Pessoa com Deficiência..... | 234 |
| 16.4 | Trabalho, Emprego e Renda..... | 236 |

| | | |
|-----------|--|------------|
| 16.4.1 | Programa Intermediação de Mão de Obra | 236 |
| 16.4.2 | Programa Habilitação ao Seguro Desemprego | 237 |
| 16.4.3 | Qualificação Profissional | 237 |
| 16.4.4 | Fomento à Geração de Emprego e Renda..... | 238 |
| 16.4.5 | Gestão da Rede de Atendimento ao Trabalhador | 238 |
| 16.5 | Conselhos e Comissões | 240 |
| 16.5.1 | Conselho Estadual da Assistência Social (CEAS/PR)..... | 240 |
| 16.5.2 | Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) | 240 |
| 16.5.3 | Conselho Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência (COEDE)..... | 240 |
| 16.5.4 | Conselho Estadual de Direitos da Pessoa Idosa (CEDI) | 240 |
| 16.5.5 | Conselho Estadual do Direitos da Mulher (CEDM)..... | 241 |
| 16.5.6 | Conselho Estadual do Trabalho (CET)..... | 241 |
| 16.6 | Resumo da Execução Financeira | 241 |
| 17 | Secretaria de Estado da Fazenda | 245 |
| 17.1 | Redução de Despesas | 245 |
| 17.2 | Redução da Dívida..... | 247 |
| 17.3 | Ampliação de Receitas..... | 247 |
| 17.3.1 | Tributárias..... | 247 |
| 17.3.2 | Receitas Não-Tributárias..... | 249 |
| 17.4 | Atração de Novos Investimentos | 249 |
| 17.4.1 | Programa Paraná Competitivo | 249 |
| 17.5 | Resultados Alcançados | 250 |
| 17.6 | Evolução dos Indicadores..... | 250 |
| 18 | Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística | 253 |
| 18.1 | Coordenação de Gestão de Planos e Programas de Infraestrutura e Logística (CGPP) | 253 |
| 18.2 | Departamento de Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística Municipal (DFIL)..... | 254 |
| 18.3 | Departamento de Gestão do Plano de Obras de Infraestrutura e Logística (DGPO) | 255 |
| 18.4 | Departamento de Estradas de Rodagem (DER)..... | 256 |
| 18.5 | Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) | 257 |
| 18.6 | Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (FERROESTE) | 260 |
| 18.7 | Paraná Edificações (PRED) | 261 |
| 19 | Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos | 265 |
| 19.1 | Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC) | 266 |
| 19.2 | Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/PR)..... | 268 |
| 19.3 | Departamento de Atendimento Socioeducativo (DEASE)..... | 270 |
| 19.4 | Escola de Educação em Direitos Humanos (ESEDH) | 273 |
| 20 | Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos | 277 |
| 20.1 | Coordenadoria de Resíduos Sólidos (CRES) | 277 |
| 20.2 | Coordenadoria de Biodiversidade e Florestas (CBIO) | 277 |

| | | |
|-----------|---|------------|
| 20.3 | Coordenadoria de Mudanças Climáticas (CMC) | 278 |
| 20.4 | Coordenadoria de Recursos Hídricos e Atmosféricos (CRHA) | 279 |
| 20.5 | Assessoria de Educação Ambiental e Jardim Botânico (AEA) | 280 |
| 20.6 | Assessoria de Planejamento (AP) | 280 |
| 20.7 | Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (COLIT) | 280 |
| 20.8 | Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITC) | 280 |
| 20.8.1 | Departamento de Zoneamento Territorial | 281 |
| 20.8.2 | Departamento de Cartografia e Estruturas Territoriais | 281 |
| 20.8.3 | Departamento de Geodésia | 282 |
| 20.8.4 | Diretoria de Terras (DITER) | 282 |
| 20.9 | Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANÁ) | 282 |
| 20.9.1 | Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR)..... | 283 |
| 20.9.2 | ICMS Ecológico | 283 |
| 20.9.3 | Diretoria de Gestão de Bacias Hidrográficas | 283 |
| 20.9.4 | Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI) | 284 |
| 20.10 | Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR) | 284 |
| 20.10.1 | Diretoria Executiva | 285 |
| 20.10.2 | Diretoria Técnica | 285 |
| 20.11 | Instituto Ambiental do Paraná (IAP) | 287 |
| 20.11.1 | Diretoria de Restauração e Monitoramento Florestal (DIREF) | 287 |
| 20.11.2 | Departamento de Monitoramento da Vegetação Nativa | 287 |
| 20.11.3 | Diretoria de Monitoramento Ambiental e Controle da Poluição (DIMAP) | 288 |
| 21 | Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral | 291 |
| 21.1 | Coordenação de Monitoramento e Avaliação (CMA) | 291 |
| 21.2 | Coordenação de Modernização Institucional (CMI) | 292 |
| 21.3 | Coordenação de Desenvolvimento Governamental (CDG) | 294 |
| 21.3.1 | Projetos e Programas em Desenvolvimento e Negociação | 294 |
| 21.3.2 | Projetos Estruturantes e Captação de Recursos junto ao Governo Federal.... | 295 |
| 21.3.3 | Desenvolvimento Regional | 295 |
| 21.4 | Coordenação de Parcerias Público-Privadas (CPPP) | 296 |
| 21.4.1 | Parcerias Público-Privadas (PPPs) | 296 |
| 21.4.2 | Institucionalização das Parcerias Público-Privadas no Paraná | 298 |
| 21.5 | Coordenadoria de Promoção Industrial e Comercial (CIC) | 299 |
| 21.5.1 | Programa Paraná Competitivo | 299 |
| 21.6 | Coordenadoria de Desenvolvimento Industrial e Comercial (CDI) | 300 |
| 21.7 | Coordenadoria de Assuntos Internacionais (CAI) | 302 |
| 21.8 | Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) | 303 |
| 21.8.1 | Diretoria do Centro de Pesquisa | 303 |
| 21.8.2 | Diretoria do Centro de Estatística (CEE) | 304 |
| 21.9 | Instituto de Pesos e Medidas do Estado (IPEM) | 305 |
| 21.10 | Contrato de Gestão - Serviço Social Autônomo Agência Paraná de Desenvolvimento (APD) | 305 |

| | | |
|-----------|--|------------|
| 21.11 | Contrato de Gestão - Serviço Social Autônomo PARANÁ PROJETOS | 308 |
| 22 | Secretaria de Estado da Saúde | 311 |
| 23 | Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária | 321 |
| 23.1 | Departamento de Inteligência do Paraná (DIEP) | 322 |
| 23.2 | Polícia Militar | 322 |
| 23.3 | Corpo de Bombeiros..... | 323 |
| 23.4 | Polícia Civil..... | 324 |
| 23.5 | Polícia Científica..... | 324 |
| 23.6 | Departamento de Execução Penal (DEPEN)..... | 325 |
| 23.7 | Operações Sistemáticas..... | 326 |
| 23.8 | Departamento de Políticas sobre Drogas | 329 |
| 24 | Secretário Especial para Assuntos Estratégicos | 333 |
| 24.1 | Energias Renováveis..... | 333 |
| 24.2 | Inclusão Digital | 335 |
| 24.2.1 | Programa Rede 399 - Internet para Todos..... | 335 |
| 24.2.2 | Programa Espaço Cidadão | 336 |
| 24.3 | Relação Estratégica com a Sociedade | 336 |
| 24.3.1 | Formação de Gestores para o Terceiro Setor | 336 |
| 24.3.2 | Programa Paraná Seguro (UPS Cidadania)..... | 337 |
| 24.3.3 | Mobilização pelos Desaparecidos | 337 |
| 24.3.4 | Ações Intersecretariais de Saúde Mental..... | 338 |
| 24.3.5 | Estatuto da Pessoa com Deficiência | 338 |
| 24.4 | Gestão Pública | 338 |
| 24.4.1 | Articulação e Normatização de Parcerias Internacionais..... | 339 |
| 24.4.2 | Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)..... | 339 |

Economia Paranaense 2015



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

O Panorama da Economia Paranaense em 2015

O ano de 2015 foi marcado pela expressiva queda da atividade econômica do País e das economias regionais. Os componentes explicativos desse cenário, cujos sintomas começaram a ser sentidos de forma mais consistente desde 2013 e amplamente debatidos a partir de então, podem ser resumidos no esgotamento do modelo de estímulo ao consumo e na perda de dinamismo dos investimentos; e, particularmente no ano que passou, podem ser imputados aos impactos negativos sobre a confiança dos agentes econômicos oriundos do descontrole das contas do governo federal, desnudado no imediato pós-eleições, e das dificuldades de ajustamento dessas contas enfrentadas pelo Ministério da Fazenda, em especial no tocante ao re-equacionamento da estrutura de despesas. Igualmente impactando de modo desfavorável sobre a expectativa dos agentes, contaram-se os assim chamados fatores não econômicos – relativos às incertezas advindas das descobertas das investigações da operação Lava Jato, referente ao desvio de recursos públicos no âmbito das estatais, com destaque à Petrobrás, e da abertura de processo de *impeachment* da autoridade máxima do País, no Congresso Nacional.

Com esse pano de fundo, assistiu-se desde o início do período, no âmbito da política econômica, ao efetivo aprofundamento de trajetória de variáveis macroeconômicas orientadoras da atividade econômica do País (elevação dos juros básicos, aperto no crédito, desvalorização da taxa de câmbio e correção de preços administrados), juntamente ao esforço de ajuste fiscal - este, muito menos efetivo, tendendo, de sua parte, a contribuir para a redução da demanda agregada nacional.

O Banco Central e o Comitê de Política Monetária (COPOM) consolidaram sua leitura quanto à necessidade de enfrentamento dos índices inflacionários que, influenciados pela recomposição de preços administrados e pelo câmbio, superaram amplamente o teto estabelecido pelo regime de metas de inflação, devendo encerrar o ano com índices superiores a 10% em termos anuais. Sob esse contexto, a taxa SELIC desde o final do ano passado saltou de 11% para 14,25% ao ano em junho último, devendo permanecer nesse nível durante tempo suficientemente prolongado, nas palavras da autoridade monetária. Somaram-se a essa intervenção o aperto nas condições ao crédito imobiliário, ao crédito agrícola para a safra 2015/2016 e, também, as restrições nas condições de financiamento do BNDES, com elevação da taxa de juros de longo prazo (TJLP) de 5% do final de 2014 para atingir 7% no término de 2015 - a propósito, explicando em algum grau a redução de 28% do volume de desembolsos da instituição, entre janeiro e outubro do ano passado.

Ao mesmo tempo, a taxa de câmbio, que já cumpria tendência de desvalorização desde 2013, observou expressiva desvalorização adicional a partir do rebaixamento das notas de risco soberano pelas agências internacionais, com o dólar saindo de patamares de R\$ 2,60 em dezembro passado até alcançar níveis próximos a R\$ 4,00 nos momentos de maior nervosismo dos mercados, como em setembro último.

Nesse contexto, o PIB brasileiro apresentou, de acordo com o IBGE, recuo na série sazonal de 1,7% com relação ao segundo trimestre do ano, queda de 4,5% comparativamente ao mesmo período do ano anterior, e acumulou no ano decréscimo de 3,2%, conforme disposto na tabela 1. Tais números derivaram do referido rearranjo macroeconômico de 2015 no sentido da estagnação da demanda doméstica, da decorrente ampliação dos níveis de ociosidade e desemprego da força de trabalho. No primeiro caso, consolidaram-se sucessivos recuos no consumo das famílias, com redução de 3% no ano, e nos investimentos, com o agregado da formação bruta fixa acumulando no ano queda de 12,7% e acusando o nono trimestre seguido de decréscimo.

TABELA 1 - TAXA DE VARIAÇÃO DO PIB - BRASIL - 2015

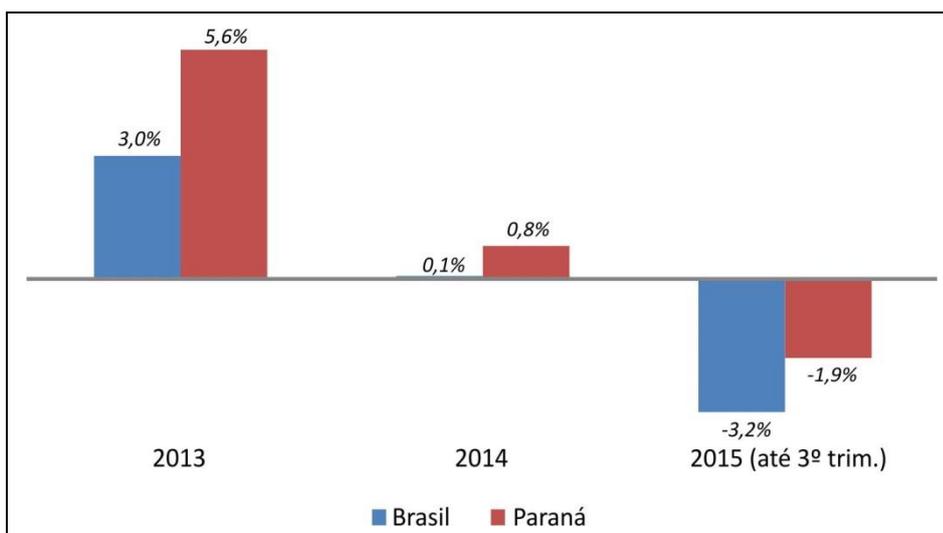
| PIB | TAXA DE VARIAÇÃO (%) | | |
|--------------------------------|---|---|----------------------|
| | 3.º Trimestre 2015/ 2.º Trimestre 2015 | 3.º Trimestre 2015/ 3.º Trimestre 2014 | Acumulado em 2015 |
| TOTAL | -1,7 | -4,5 | -3,2 |
| Agropecuária | -2,4 | -2,0 | 2,1 |
| Indústria | -1,3 | -6,7 | -5,6 |
| Serviços | -1,0 | -2,9 | -2,1 |
| Formação Bruta de Capital Fixo | -4,0 | -15,0 | -12,7 |
| Consumo das famílias | -1,5 | -4,5 | -3,0 |
| Consumo do Governo | 0,3 | -0,4 | -0,4 |

FONTE: IBGE

Por outro lado, o novo patamar de câmbio sinalizou um vetor de recuperação da atividade interna representado pelo setor externo, via aumento de exportações e substituição de importações, prevalecendo o último, de tal modo que a melhoria na contribuição do setor externo decorreu da maior retração das importações relativamente à das exportações. Até novembro, a balança comercial acumulou superávit de US\$ 13,3 bilhões contra déficit de US\$ 4,3 bilhões no mesmo intervalo de 2014, fruto do declínio de 24,1% das importações contra redução de 16% das exportações.

Em paralelo, o Paraná sofreu ao longo do ano reflexos do ambiente nacional, com seu PIB registrando nos cálculos do IPARDES um declínio acumulado de 1,9% até o terceiro trimestre de 2015 (gráfico 1). Tais reflexos também repercutiram em termos da geração de emprego, sobre a qual os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) seguiram apontando a semelhante tendência de declínio do saldo de admitidos acumulando até outubro saldo negativo de 22.413 empregos formais.

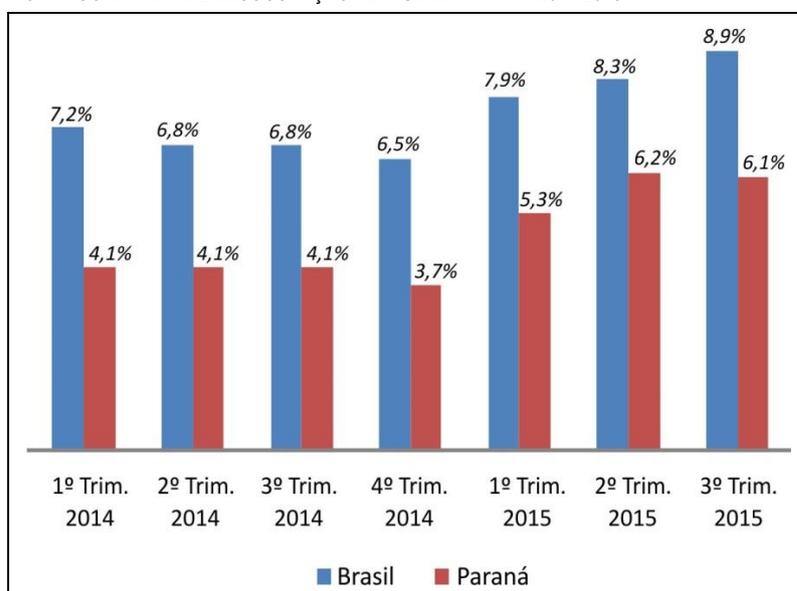
GRÁFICO 1 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB - BRASIL E PARANÁ - 2013-2015



FONTES: IBGE, IPARDES

Por seu turno, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do IBGE registrou elevação da taxa de desocupação, que passou de 3,7% no último trimestre de 2014 para 5,3% e 6,2% no primeiro e segundo trimestres de 2015, respectivamente, e mantida em 6,1% no terceiro trimestre (gráfico 2). Essa elevação de patamar é explicada tanto pela queda dos volumes de ocupação como pelo aumento da procura por trabalho, em vista da estagnação dos rendimentos do trabalho.

GRÁFICO 2 - TAXA DE DESOCUPAÇÃO - BRASIL E PARANÁ - 2014-2015



FUNTE: IBGE

Não obstante esse panorama, os números acima não deixam de indicar a maior resistência do mercado de trabalho paranaense ao atual quadro de recessão. No caso do CAGED, do Ministério do Trabalho, revelam-se, ao se observar a tabela 2, impactos atrasados da crise nacional no Estado, e mesmo os dados da PNAD Contínua indicam taxas para o Estado figurando entre as menores do País e significativamente inferiores à média nacional. Além disso, a taxa de 6,1% do terceiro trimestre carrega um estancamento, ainda que momentâneo, do declínio da ocupação e do aumento da desocupação não observado em nível nacional.

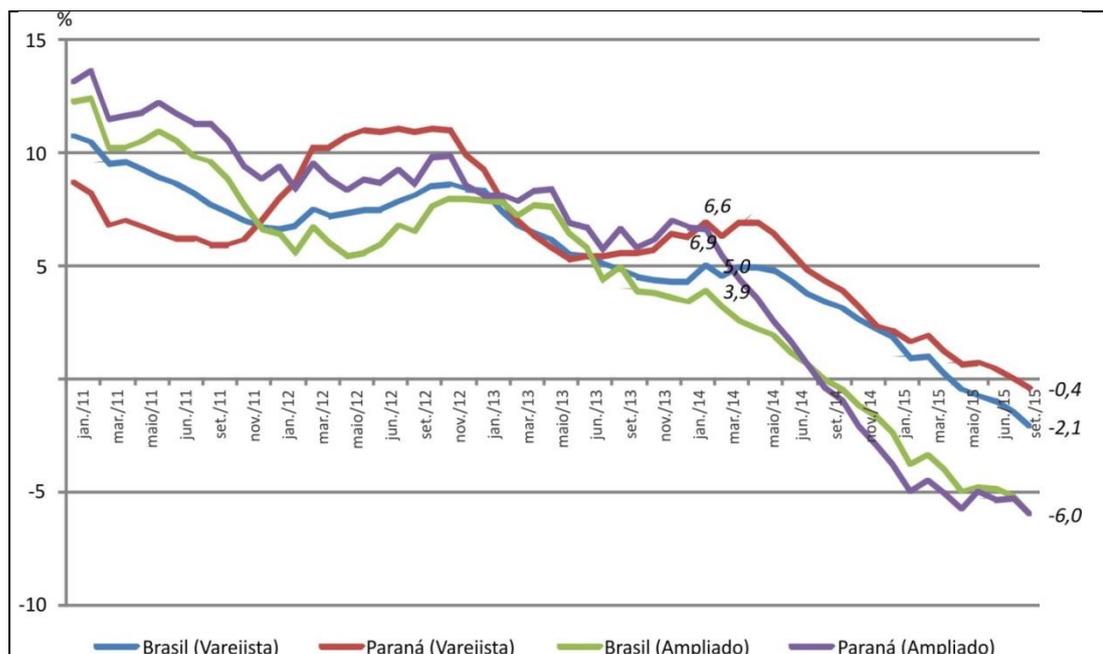
TABELA 2 - SALDOS DE MOVIMENTAÇÕES DO CAGED,
ACUMULADOS EM 12 MESES - BRASIL E PARANÁ -
2010-2015

| PERÍODO | BRASIL | PARANÁ |
|-----------|------------|---------|
| Dez./2010 | 2.136.947 | 142.483 |
| Dez./2011 | 1.566.043 | 112.369 |
| Dez./2012 | 868.241 | 74.173 |
| Dez./2013 | 730.687 | 78.507 |
| Dez./2014 | 152.714 | 34.708 |
| Jan./2015 | 41.345 | 29.430 |
| Fev./2015 | -221.893 | 12.392 |
| Mar./2015 | -215.728 | 16.626 |
| Abr./2015 | -418.940 | 2.246 |
| Mai./2015 | -593.375 | -5.955 |
| Jun./2015 | -729.937 | -11.896 |
| Jul./2015 | -899.638 | -26.934 |
| Ago./2015 | -1.087.606 | -40.480 |
| Set./2015 | -1.306.993 | -60.499 |
| Out./2015 | -1.381.992 | -68.307 |

FONTE: MTE

Essa deterioração do mercado de trabalho, em conjunto com a piora das condições de crédito, a elevação do custo de vida e a conseqüente redução dos rendimentos reais do trabalho, refletiu-se sobre o comércio varejista, que veio acumulando taxas progressivamente inferiores de venda desde o primeiro trimestre de 2014, conforme o gráfico 3. No mesmo gráfico, verifica-se que essa é uma tendência geral, mas que no conceito de comércio ampliado observa-se amplo impacto advindo das vendas em queda na construção civil e em veículos automotores.

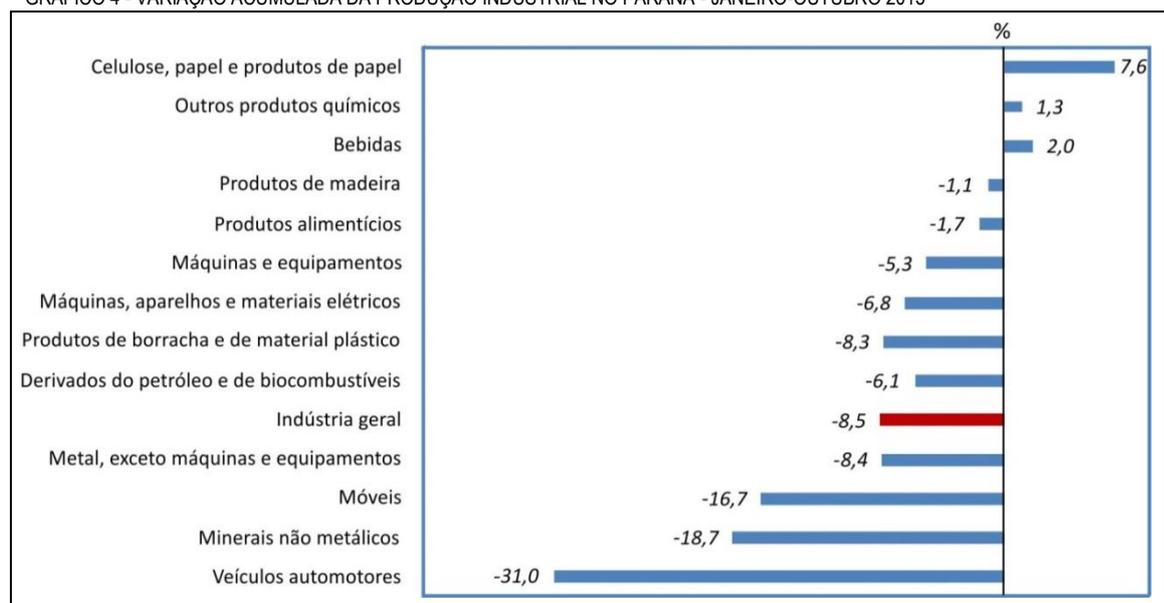
GRÁFICO 3 - VOLUME DE VENDAS NO COMÉRCIO VAREJISTA E VAREJISTA AMPLIADO EM TAXAS ANUALIZADAS - BRASIL E PARANÁ - 2011-2015



FORNTE: IBGE

Não por acaso, esse comportamento do varejo se reproduz na indústria paranaense, que registra, como aponta o gráfico 4, expressivo declínio de 8,5% acumulados até outubro, em linha com o resultado nacional de -7,8% na mesma comparação. A taxa para o Paraná teve influência da forte retração da indústria automobilística e de outros segmentos associados a bens de consumo duráveis e semiduráveis como móveis, borracha e plástico e máquinas e aparelhos elétricos (nos quais se destaca a produção de eletrodomésticos da linha branca). Além desses, outros segmentos ressentem-se da restrição ao crédito, que, ao impor menor desempenho à construção civil e aos investimentos em geral, vem interferindo negativamente na produção de minerais não metálicos e de máquinas e equipamentos (com destaque a tratores e caminhões, no caso do Paraná).

GRÁFICO 4 - VARIAÇÃO ACUMULADA DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL NO PARANÁ - JANEIRO-OUTUBRO 2015



FONTE: IBGE

O comportamento desfavorável das atividades produtivas acima tratadas foi em parte contrabalançado pelo crescimento de 5,7% da agricultura com relação a 2014, puxado, na produção de grãos, pela ampliação de quase 15% da soja e pela manutenção do elevado patamar da produção de milho, conforme tabela 3. O destaque negativo foi o trigo, com queda de 7,3%, provocada especialmente pelo excesso de chuvas durante a fase de colheita no segundo semestre.

TABELA 3 - PRODUÇÃO PARANAENSE DE GRÃOS - 2014-2015

| PRODUTO | PRODUÇÃO (t) | | |
|--------------|--------------|------------|----------|
| | 2014 | 2015 | VAR. (%) |
| Soja | 14.913.173 | 17.145.020 | 14,97 |
| Milho | 15.823.241 | 15.973.816 | 0,95 |
| Feijão | .813.623 | 729.070 | -10,39 |
| Trigo | 3.816.201 | 3.535.959 | -7,34 |
| Arroz | 164.956 | 164.543 | -0,25 |
| Café | 36.671 | 73.923 | 101,58 |
| Outros grãos | 368.245 | 372.646 | 1,20 |
| TOTAL | 35.936.110 | 37.994.977 | 5,73 |

FONTE: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - outubro 2015

NOTA: Elaborado por IPARDES.

Considere-se também a produção de frangos e outros itens da cadeia agroindustrial no Estado mantendo-se em elevado patamar de produção. Note-se que o dado acumulado da produção da indústria de alimentos, no gráfico 4, acusa um decréscimo de 1,7%, mas que teve por principais influências a menor produção de chocolates e de carne bovina - neste último caso, derivado em parte do volume de vendas 29% menor ao

exterior, no acumulado de janeiro a outubro. Em que pese essa informação, os dados de faturamento das cooperativas agrícolas divulgados pela OCEPAR dão conta de uma situação positiva para o conjunto do setor, que deve alcançar em 2015, segundo estimativas do órgão, a cifra de R\$ 56,5 bilhões frente a R\$ 50,5 bilhões em semelhante período do ano anterior - em grande medida auxiliado pelo câmbio e pelo setor externo.

Por fim, registre-se a contribuição positiva do comércio exterior regional, que contou no ano que passou com expressiva desvalorização cambial e com forte redução da absorção doméstica, impactando, conforme se mencionou, principalmente sobre as importações. Nesse caso, registra-se ao Paraná no acumulado de janeiro a outubro queda de 25,2% das importações, determinada sobretudo pela menor aquisição de insumos como adubos e fertilizantes e petróleo e diversos outros, especialmente vinculados à indústria automobilística e às indústrias de bens de capital (tabela 4).

As exportações do Estado, em tendência semelhante à observada em âmbito nacional, acumularam queda de 9,7%, a qual se explica em grande medida pela diminuição em valor no comércio exterior dos produtos componentes do complexo soja em 16,1%. Na realidade, o declínio se deve aos menores preços da soja em grão no mercado internacional desde 2012 e com novo ciclo de reduções observado mais expressivamente desde 2014, quando os valores partiram de um pico em abril desse ano, de US\$ 15,11 o bushel, para US\$ 8,72 o bushel em dezembro de 2015 na bolsa de Chicago, representando uma queda entre essas pontas, de 42,3%. Em consequência, o aumento da quantidade exportada em 11% foi insuficiente para recompor as receitas em dólar, ainda que a variação da taxa cambial tenha propiciado expressivo ganho líquido em moeda nacional. A par disso, vários outros produtos da pauta - de commodities agrícolas a produtos industriais - apresentaram decréscimos, revelando a fraca demanda internacional no período.

TABELA 4 - EXPORTAÇÕES, SEGUNDO GRUPOS DE PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO A OUTUBRO - 2014-2015

| GRUPO | JANEIRO A OUTUBRO DE 2014 | | JANEIRO A OUTUBRO DE 2015 | | VAR. (%) |
|--|---------------------------|--------------|---------------------------|--------------|-------------|
| | Export. (US\$) | Part. (%) | Export. (US\$) | Part. (%) | |
| Complexo soja | 5.204.194.037 | 36,8 | 4.365.273.118 | 34,2 | -16,1 |
| Complexo carnes | 2.152.086.053 | 15,2 | 2.188.455.380 | 17,1 | 1,7 |
| Material de transporte e componentes | 1.172.711.303 | 8,3 | 1.086.321.264 | 8,5 | -7,4 |
| Madeiras e manufaturas de madeira | 731.633.506 | 5,2 | 760.224.146 | 6,0 | 3,9 |
| Açúcar | 863.500.886 | 6,1 | 699.243.499 | 5,5 | -19,0 |
| Produtos químicos | 581.253.755 | 4,1 | 512.989.934 | 4,0 | -11,7 |
| Papel e celulose | 414.574.854 | 2,9 | 475.048.959 | 3,7 | 14,6 |
| Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos | 511.252.349 | 3,6 | 471.662.458 | 3,7 | -7,7 |
| Cereais | 466.200.440 | 3,3 | 460.655.403 | 3,6 | -1,2 |
| Café | 300.592.210 | 2,1 | 323.148.162 | 2,5 | 7,5 |
| Petróleo e derivados | 251.497.026 | 1,8 | 221.886.252 | 1,7 | -11,8 |
| Calçados e couro | 279.512.531 | 2,0 | 172.382.808 | 1,4 | -38,3 |
| Produtos metalúrgicos | 116.278.104 | 0,8 | 151.180.798 | 1,2 | 30,0 |
| Materiais elétricos e eletrônicos | 160.426.632 | 1,1 | 139.933.655 | 1,1 | -12,8 |
| Produtos têxteis | 118.695.702 | 0,8 | 100.715.153 | 0,8 | -15,1 |
| Móveis e mobiliário médico-cirúrgico | 128.705.881 | 0,9 | 76.834.421 | 0,6 | -40,3 |
| Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão | 38.197.337 | 0,3 | 33.411.833 | 0,3 | -12,5 |
| Suco de laranja congelado | 33.576.315 | 0,2 | 29.611.505 | 0,2 | -11,8 |
| Ferramentas | 34.777.751 | 0,2 | 25.648.806 | 0,2 | -26,2 |
| Produtos cerâmicos | 18.063.467 | 0,1 | 24.418.268 | 0,2 | 35,2 |
| Bebidas - cerveja e refrigerante | 20.295.141 | 0,1 | 22.910.973 | 0,2 | 12,9 |
| Metais e pedras preciosas e joalheria | 15.472.082 | 0,1 | 11.207.874 | 0,1 | -27,6 |
| Chocolate e suas preparações | 12.589.596 | 0,1 | 7.385.079 | 0,1 | -41,3 |
| Obras de pedras e semelhantes | 6.218.053 | 0,0 | 5.373.424 | 0,0 | -13,6 |
| Álcool etílico, não desnaturado | 32.725.000 | 0,2 | 4.676.654 | 0,0 | -85,7 |
| Demais produtos | 466.267.423 | 3,3 | 397.016.332 | 3,1 | -14,9 |
| TOTAL | 14.131.297.434 | 100,0 | 12.767.616.158 | 100,0 | -9,7 |

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Ao mesmo tempo, verificou-se a manutenção dos patamares de exportação do complexo carnes, incluindo um pequeno avanço de 1,7%, impulsionado pelo significativo crescimento de 16,3% nos volumes de aves comercializados em diversos mercados. Verificou-se, ainda, o crescimento de outros produtos como em madeira e a expressiva expansão em papel e celulose, que, além da desvalorização do câmbio, contou com a recuperação dos mercados norte-americano e europeu, compensando parcialmente a menor demanda doméstica.

Sem dúvida, perspectivas de melhoria da economia estadual para 2016 dependem fundamentalmente do cenário nacional. Apesar dos indicativos pouco animadores da economia brasileira para o ano, o Paraná poderá ter seu desempenho contrabalançado por bons resultados da sua agricultura, de sua agroindústria e de seu desempenho exportador. Além dessas vertentes, o Estado poderá contar com um mercado de trabalho mais resistente – com reflexos diretos sobre o setor varejista regional.

Casa Civil



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

1 Casa Civil

O campo de atuação da Casa Civil, de acordo com as Diretrizes do Governo, envolveu atribuições, tarefas e responsabilidades diretas, advindas de sua existência como órgão do primeiro nível hierárquico da administração pública estadual, típicas de um órgão de assessoramento político e veiculação direta ao Chefe do Poder Executivo; e também tarefas de apoio, conforme determina a legislação vigente, as unidades e órgãos desprovidos ou providos apenas parcialmente, de estrutura própria, entre eles o Secretário Especial para Assuntos Estratégicos, a Chefia de Gabinete do Governador e o Escritório de Representação do Governo.

1.1 Gabinete do Secretário da Casa Civil

A atuação do Gabinete do Secretário da Casa Civil envolveu o planejamento, a coordenação, a organização e a promoção do relacionamento do Poder Executivo Estadual, intermediando contatos e relações com autoridades e organizações dos diferentes níveis governamentais; a prestação de assistência direta e imediata ao Governador; o acompanhamento das atividades relativas ao processo político legislativo, bem como, o relacionamento com as lideranças políticas do Governo; o atendimento a Deputados Federais, Estaduais, Secretários de Estado, Prefeitos, Vereadores, Presidentes de Partidos e de Câmaras Municipais, representantes de movimentos classistas, de sindicatos e público em geral.

1.2 Assessoria Especial para Assuntos de Políticas Públicas para a Juventude (AEJ)

A Assessoria Especial da Juventude realizou as seguintes atividades:

- Rede Jovem - o sistema integrou informações de vários bancos de dados, com o objetivo de traçar o perfil dos jovens paranaenses e propor políticas públicas direcionadas a eles.
- Índice de Vulnerabilidade Juvenil do Paraná (IVJ/PR) - construído em parceria com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), pretende avaliar e comparar, de forma quantitativa, a situação de vulnerabilidade em que se encontra a população jovem, nos municípios paranaenses, oferecendo elementos para subsidiar a elaboração de políticas públicas de juventude adequadas às diferentes realidades do Estado.
- III Conferência Estadual de Juventude - realizado em outubro, no município de Faxinal do Céu, foram debatidas propostas baseadas nos 11 eixos do Estatuto da Juventude e realizou-se a eleição dos delegados que representarão o Paraná

na etapa nacional. Teve por finalidade abrir espaço aos jovens para encaminhar suas demandas ao poder público, com propostas de políticas públicas, dentre outras. Foram realizadas, em agosto, cinco etapas regionais nos municípios de Curitiba, Ponta Grossa, Maringá, Londrina e Cascavel.

- Projeto Geração Atitude - dividido em três etapas (Geração na Escola, Caravana da Cidadania e Gincana da Cidadania), com o objetivo de apoiar a formação de estudantes paranaenses como cidadãos, por meio de ações que divulguem informações e estimulem o conhecimento, para promover a participação social e o protagonismo juvenil. Os trabalhos são realizados com a Secretaria de Estado da Educação (SEED), a Assembleia Legislativa do Paraná, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público.
- Sucessão Rural - criado grupo de trabalho, em parceria com o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que conduziu estudos voltados à melhoria da qualidade de vida dos jovens moradores do campo e assim combater a evasão rural.
- Comitê Intergestor de Políticas Públicas para a Juventude - composto por representantes de 20 Secretarias de Estado, fomentou a integração dos vários programas e projetos direcionados à juventude do Paraná de maneira intersetorial, criando condições para a emancipação e o desenvolvimento do jovem, além de melhorar os serviços prestados pelo Governo.
- Atuação Intersetorial - integrou agendas coletivas na articulação de políticas intersetoriais propostas por outras Secretarias de Estado; participou da construção das Políticas de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, da Política Estadual de Pessoas Desaparecidas, do Gabinete de Gestão Integrada de Piraquara, entre outros, com a finalidade de atender a pluralidade de demandas dos jovens entre 15 e 29 anos do Paraná.
- Criação do grupo de trabalho intersetorial para celebrar o mês de novembro como o Mês da Consciência Negra, em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura. Os projetos envolveram palestras, seminários e workshops, apresentações de danças, concurso de contos e poesia, grafite de muros e paredes, entre outras iniciativas.
- Território da Juventude Virtual - atualizado e em funcionamento o *site* www.juventude.pr.gov.br, que é um dos canais de comunicação dos jovens com o Governo. Tem por finalidade ser mais uma fonte de diálogo com os jovens paranaenses, que podem obter informação e interagir com o Governo também por meio das redes sociais.
- Gabinete de Gestão Integrada (GGI) - criado no município de Piraquara, em parceria com a prefeitura, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP) e demais órgãos do Governo do Estado,

com o objetivo de promover um trabalho integrado entre os poderes estadual e municipal para melhorar a qualidade de vida da população jovem, com foco de atuação no enfrentamento aos problemas relacionados à segurança pública.

1.3 Assessoria Especial para Assuntos Fundiários

Assessoria Especial para Assuntos Fundiários promoveu as seguintes ações:

- Mediação de conflitos e reforma agrária em aproximadamente 326 assentamentos e 126 acampamentos: a) Programa Paz no Campo - trata a reforma agrária como questão social, buscando soluções pacíficas para os conflitos fundiários; b) parceria junto à Secretaria de Estado da Educação (SEED), para levar educação às escolas no campo, visando atender os assentamentos e acampamentos; c) parceria junto à Secretaria de Estado da Saúde (SESA), para construir postos de saúde no campo, promover a discussão da saúde e prevenir doenças nos acampamentos; d) parceria junto à Secretaria de Estado da Cultura (SEEC), para realização de festivais junto aos movimentos sociais, na capital, incentivando a participação dos acampamentos nos eventos; e) promoção junto com a Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo (SEET) dos Jogos da Reforma Agrária; f) incentivo junto à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento na produção agrícola nos acampamentos.
- Questão indígena - promoção de atendimento em 70 acampamentos/aldeias, distribuídos em 30 municípios; discussão junto às etnias Guarani, Kaingang e Xetá, em parceria com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), sobre a questão fundiária no Paraná, e sobre os processos de demarcação, para que se evitem atritos desnecessários; trabalho junto aos Povos, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e Organizações Não-Governamentais (ONGs), buscando formar uma Política Indígena no Estado, com debates sobre educação, saúde, cultura, esporte e produção agrícola; participação na I Conferência Nacional de Políticas Indigenistas.
- Questão quilombola - trabalho realizado junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para resgatar com segurança e pacificamente os quilombos no Estado.
- Questão dos sem-teto - buscar, junto à Polícia Militar, Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e municípios, soluções para as famílias.

1.4 Diretoria Geral

Realizou as atividades de registro, controle e atribuição de celeridade ao trâmite dos processos referentes aos programas, projetos e ações foco da atuação da Casa Civil. Manteve-se em constante contato, principalmente, com as Secretarias de Estado da Administração e da Previdência (SEAP), do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), da Fazenda (SEFA) e Procuradoria Geral do Estado (PGE), a fim de efetuar o alinhamento necessário às diretrizes do Governo e as atribuições da Casa Civil.

Promoveu o desenvolvimento funcional de seus subordinados e fiscalizou o pleno funcionamento das dependências da Casa Civil, de modo a realizar a efetiva integração com os objetivos do Governo do Estado; representou o Chefe da Casa Civil nas suas ausências, assim como coordenou todas as atividades inerentes a Governadoria.

Participou de reuniões com o Ministério Público do Estado; com os diversos órgãos sobre o Decreto n.º 4.167/2009; sobre convênio entre Tribunal de Contas do Estado e Casa Civil; sobre quadro de pessoal com a SEPL; com a Controladoria Geral do Estado sobre evolução patrimonial de servidores; sobre prestação de contas do Governador e prestação de contas da COHAPAR; e realizou manifestações processuais em procedimentos instaurados pelo Ministério Público do Estado, com 42 Autos; em procedimentos em trâmite junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), com dois alertas, nove prestações de contas e 10 pedidos de informação; entre outras atividades correlatas.

1.5 Núcleo Jurídico da Administração (NJA)

Prestou assessoramento jurídico, objetivando subsidiar decisões governamentais mediante exame, instrução e emissão de pareceres em processos submetidos à apreciação do Chefe do Poder Executivo e os de competência do Chefe da Casa Civil, Casa Militar, Secretários Especiais e a Vice-Governadoria. Realizou a análise de 6.449 manifestações técnicas entre despachos, informações, minutas de ofício, anteprojetos de Lei, minutas de Decreto, extratos de publicação de contratos e convênios, justificativas e minutas de mensagens legislativas. As manifestações exaradas pelo NJA versaram sobre diversas áreas do Direito Público e Privado, encaminhadas pela própria Casa Civil, ou para a deliberação da Casa Civil, ou para a decisão da Chefia do Poder Executivo Estadual, provenientes de outros órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual.

1.6 Núcleo de Informática e Informações (NII)

Executou as seguintes atividades:

- Manutenção da estrutura de informática da Governadoria, no Palácio Iguazu.
- Administração e atualização do Sistema de Cadastro de Autoridades (G-CAU).

- Administração, suporte, operacionalização, acesso e treinamento para o Sistema de Acompanhamento da Gestão Governamental (G-GOV), que instituiu o acompanhamento das ações de governo assegurando confiabilidade, qualidade, padronização e atualização da informação como instrumento de gestão, como padrão adotado pelos órgãos e entidades públicas (Decreto nº 1.649/2011).
- Implantação, operacionalização, otimização e disponibilização de ferramentas de consulta GEO e Business Intelligence (BI), no sistema G-GOV, para dar suporte à formulação da Agenda do Governador e do Briefing em conjunto com os órgãos da Administração Estadual.
- Administração dos servidores de arquivos da rede local, Windows Server-AD, e servidores virtuais hospedados no datacenter da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR).
- Integração do sistema G-GOV com o Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual (SIGAME), visando contribuir com informações gerenciais ao Sistema de Acompanhamento do Plano de Metas do Governo do Paraná (SAPM), diminuindo a redundância de dados nos órgãos alimentadores.
- Análise, encaminhamento e resposta aos pleitos endereçados a Casa Civil, consolidando o Sistema Integrado de Gestão de Ouvidorias (SIGO).
- Manutenção e adequação dos *sites* da Casa Civil, atendendo as características especificadas pela Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECS), Controladoria Geral do Estado (CGE) e TCE.
- Manutenção da rede wireless da Governadoria, permitindo acesso seguro, independente do acesso disponibilizado aos visitantes e usuários de *wi-fi*; gerenciamento dos backups, parametrização de sistemas, atualização das versões dos sistemas operacionais e aplicativos.
- Liberação de acesso, mediante treinamento prévio dos usuários indicados pelos órgãos do Estado, aos sistemas de informações gerenciados pelo NII/CC (Legislação, G-GOV, G-CAU, GCC e SIAP).
- Apoio a Agenda do Governador na geração do Briefing, resumo com informações municipais, documento de apoio ao Gabinete do Governador e a Chefia da Casa Civil, baseado em dados existentes.
- Desenvolvimento do Sistema Gerador de Atos (SGAO), para a formatação de Decretos, Leis, Portarias e Resoluções, de modo simplificado. Contempla em seu escopo de desenvolvimento a integração com outros sistemas (sistema de publicação do Departamento de Imprensa Oficial do Estado; e-ORG, da SEPL e Meta4 da SEAP) e controles da CGE.
- Tratativas com o TCE para firmar Termo de Cooperação, integrando o sistema G-GOV com o Sistema Integrado de Transferência (SIT), buscando informações relevantes ao Executivo e seus componentes, evitando o retrabalho e possibilitando visualização de conteúdo.

1.7 Centro de Edição de Expediente Oficial (CEE)

Prestou assessoramento ao Governador do Estado, ao Chefe da Casa Civil, à Diretoria Geral, à Diretoria Administrativa Financeira e às demais unidades da Casa Civil, na preparação das matérias que necessitaram de formalização documental.

Atendeu a outros órgãos ligados diretamente ao Palácio Iguazu, tais como, o Gabinete da Vice-Governadora e a Assessoria Especial do Governador. Foram igualmente atendidos a Coordenadoria do Cerimonial e Relações Internacionais, o NII, a Coordenadoria Técnico-Legislativa, a Coordenadoria de Assuntos Políticos, os Grupos Administrativos, de Recursos Humanos e Orçamentário Setorial, e, esporadicamente outros setores.

Expedientes circulares da Chefia do Poder Executivo foram enviados aos Secretários de Estado, aos titulares dos órgãos vinculados do Poder Executivo, parlamentares, e outras lideranças nacionais e internacionais. Todas as solenidades e eventos realizados no âmbito da Governadoria tramitaram pelo CEE.

Foram elaborados e expedidos 132.998 expedientes, entre ofícios, cartas, telegramas, fax, *e-mails*, cartões e mensagens. Realizada revisão de protocolos de intenções, acordos técnicos, acordos de cooperação e termos aditivos, bem como efetuados o registro e a guarda dos documentos.

1.8 Centro de Redação de Atos Oficiais (CRA)

Responsável pela edição de todos os Decretos do Poder Executivo, bem como Resoluções e Circulares afetas à Casa Civil. Promoveu a lavratura de 2.997 decretos, 44 resoluções, seis circulares e três portarias, que após assinados e numerados são enviados ao Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná (DIOE) para publicação e inserção junto ao Sistema de Legislação.

1.9 Centro de Apoio Operacional (CAO)

Promoveu a entrada de documentos oriundos das Secretarias de Estado, suas autarquias e vinculadas, e demais documentos endereçados ao Governador do Estado, Chefe da Casa Civil e aos assessores do Governador, que são direcionados às unidades afins; preparou 252 processos de disposições funcionais e realizou o controle da divulgação dos atos oficiais. Tramitaram pelo CAO cerca de 10.500 processos, duas correspondências, 1.140 Despachos, 19 Portarias e 66 Resoluções.

1.10 Núcleo de Controle Interno (NCI)

As principais ações do Controle Interno foram desenvolvidas, tendo como norteador o Sistema Integrado de Avaliação e Controle (SIAC), utilizado pelos Agentes de Controle designados, com o objetivo principal de avaliar o Sistema de Controle Interno e propiciar a avaliação da Gestão do Estado, por meio de quesitos indexados por área (administração, planejamento, recursos humanos, financeira e acompanhamento de gestão), subárea (adiantamento, administração de materiais e bens, deslocamento de servidores, acompanhamento de metas, etc.) e objeto (obras, bens móveis, bens imóveis, licitações, etc.).

A Controladoria do Estado enviou um total de quatro formulários contemplando os mais diversos objetos, promovendo o diagnóstico e avaliação dos controles utilizados e o Órgão encaminhou à Controladoria medidas implementadas e a implementar visando o saneamento das desconformidades. Realização de acompanhamento e esclarecimento, junto aos setores da Casa Civil, sobre a elaboração das respostas para as recomendações demandadas pela CGE, referentes aos achados apontados pelo SIAC enviadas ao TCE. Manteve atualizado o Sistema Estadual de Informações - Captação Eletrônica de Dados (SEI-CED) e elaborou relatório para prestação de contas anual da Casa Civil junto ao TCE.

1.11 Diretoria Administrativa Financeira

Criada pela Lei Estadual nº 18/2014, a Diretoria manteve-se em constante contato, principalmente, com as Secretarias de Estado da Administração e da Previdência (SEAP), do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) e da Fazenda (SEFA), a fim de efetuar o alinhamento necessário às diretrizes do governo.

No âmbito interno, desenvolveu as seguintes atividades:

- Coordenação técnica e administrativa das unidades que compõem a Casa Civil.
- Promoção da administração geral do Órgão, em estreita observância aos dispositivos legais e normativos da administração pública.
- Ordenação de despesas e demais documentos correlatos, a manutenção do Palácio Iguazu e das residências oficiais.
- Elaboração de minutas e análises, bem como o controle e encaminhamento dos documentos submetidos ao Chefe da Casa Civil e ao Governador do Estado.
- Acompanhamento dos processos de nomeação de pessoal do Estado e das demandas apresentadas por diversos órgãos.

1.12 Grupo Orçamentário Setorial (GOS)

Responsável pelas matérias de cunho orçamentário e de planejamento estadual da Casa Civil; suas entidades vinculadas Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), Companhia Paranaense de Energia (COPEL), Companhia de Habitação do Paraná

(COHAPAR), CELEPAR, Banco Regional de Desenvolvimento (BRDE), Agência de Fomento do Paraná e Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR); os Secretários Especiais e o Escritório de Representação do Governo. Em 2015, executou as seguintes ações:

- Elaboração de estudos e pareceres sobre questões técnicas da administração direta e indireta, no tocante ao planejamento e orçamento.
- Orientações às unidades de execução da Casa Civil, Escritório de Representação do Governo e Secretários Especiais quanto à programação orçamentária de acordo com o Decreto Estadual nº 25/2015 e decisões complementares.
- Elaboração em torno de 125 informações técnicas solicitadas pela Direção Geral e Administrativa Financeira da Casa Civil, SEFA e SEPL; 95 declarações de adequação da despesa e regularidade do pedido; e 150 processos de alterações orçamentárias para ajuste de contas e suplementações de recursos da Casa Civil e suas vinculadas e Escritório de Representação do Governo.
- Coordenação e orientação técnica no tocante à elaboração da Proposta do Plano Plurianual 2016-2019, com participação em diversas reuniões junto à SEPL; elaboração da Proposta Orçamentária Anual 2016 da Casa Civil e suas vinculadas, do Escritório de Representação do Governo e Secretários Especiais.
- Acompanhou e atualizou os planos e programas sob a ótica orçamentária e programática das unidades da Casa Civil.
- Divulgação sistemática das informações técnicas geradas pelo Sistema Estadual de Planejamento.
- Coleta e preparo das informações necessárias à atualização do sistema SIGAME da SEPL, que acompanha a execução orçamentária da LOA e do PPA 2012-2015; elaboração do relatório de atividades 2015 da Casa Civil, do Escritório de Representação do Governo, dos Secretários Especiais, bem como a compilação dos dados das entidades vinculadas; entre outras atividades correlatas.

1.13 Grupo Administrativo Setorial (GAS)

Administração dos serviços meio, necessários ao funcionamento da Casa Civil, dos Secretários Especiais e Assessorias, diretamente ou por meio da interveniência de empresas prestadoras de serviços, privilegiando todas as questões administrativas. Em conjunto com o Grupo Financeiro Setorial (GFS) e GOS, buscou gerir as demandas emanadas de normativas, Resoluções e Decretos em vigor.

No Gerenciamento do Sistema de Almoxarifado (GMS) foram catalogados 334 itens em estoque, promovendo também o controle de entrada e saída de materiais.

Realizou o acompanhamento dos avisos enviados por *e-mail* pelo Departamento de Administração de Material (DEAM), para elaboração do termo de referência e adesão às

atas de registro de preço para as compras via GMS e compras diretas, com cotação de três orçamentos; confecção de carimbos e encadernações de documentos.

Na administração patrimonial realizou atividades de levantamento, colocação de placas de patrimônio, conferência dos bens móveis e manutenção/alimentação do sistema Administração de Bens Móveis do Estado (AAB), para registro de todos os bens móveis do Palácio Iguaçú e residências oficiais, bem como itens catalogados do acervo de obras e objetos.

A administração do Protocolo Geral promoveu a implantação de nova metodologia de malote e promoveu a tramitação de 51.250 documentos.

A Comissão Permanente de Licitação formalizou a elaboração de 22 editais para procedimentos licitatórios nas seguintes modalidades: três pregões eletrônicos, 19 pregões presenciais, 15 contratos firmados e publicados, 20 termos aditivos, três dispensas de licitação, e ainda o controle de 25 contratos cujos objetos em sua maioria são de prestação de serviços e fornecimento de bens.

O GAS promoveu, ainda, o controle de telefonia fixa e móvel; a manutenção dos veículos e o controle do abastecimento; conferência dos valores solicitados pelos viajantes à Central de Viagem; e a expedição de documentos e empenhos diversos.

1.14 Grupo de Recursos Humanos Setorial (GRHS)

O GRHS destaca como principais, as seguintes atividades:

- Atendimento, informação e encaminhamento dos procedimentos devidos, demandados pelo TCE e Ministério Público.
- Participação em projetos, em parceria com a SEAP.
- Prestação de informações diversas aos servidores; liberação de senhas do sistema de consignação PR-Consig e contracheques.
- Controle da lotação e frequência dos servidores; controle de férias; análise de relatórios referentes à folha de pagamento; controle, cálculo e conferência de verbas rescisórias.
- Recebimento, análise e providência dos ressarcimentos dos salários dos servidores a disposição; acompanhamento dos Termos de Cooperação Técnica; manutenção da folha de pagamento e Dossiê Histórico Funcional. Emissão de pareceres, informações e certidões pertinentes à área de Recursos Humanos.
- Análise, instrução e encaminhamento de processos referentes à disposição funcional; promoção e progressão; licença especial; acervo; contagem de tempo; desconto previdenciário; abono permanência; aposentadoria; licença médica; pensão alimentícia; avaliação de estágio probatório; remoção; contratação e demais procedimentos ligados ao sistema da Central de Estágio; e manutenção da Guia de recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFPI) e guias de recolhimento de encargos sociais.

1.15 Grupo Financeiro Setorial (GFS)

Na perfeita integração entre a SEFA, suas Unidades e a Casa Civil, desenvolveu as seguintes atividades:

- Gerenciamento dos recursos financeiros, pela execução orçamentária por meio de processos de empenho no montante de 900 empenhos, 1.850 liquidações.
- Central de viagens - realizadas 560 viagens com prestação de contas auditadas pelo Setor Financeiro e pelo Tribunal de Contas.
- Elaboração e execução dos Balancetes Mensais das Secretarias, promovendo os assentamentos, escriturações e registros contábeis e financeiros para o efetivo controle dos atos contábeis de acordo com a Lei nº 4.320/1964, além do atendimento às demandas solicitadas pela Inspetoria Interna do Tribunal de Contas.
- Realizou acerto de contas em geral, executando medidas e providências de controle interno, promovendo auditoria econômica e financeira das Secretarias e levantamentos, análise sistemática dos custos operacionais bem como a orientação técnica e administrativa aos grupos auxiliares.

1.16 Coordenadoria do Cerimonial e de Relações Internacionais (CCRI)

Planejamento, coordenação, organização, direção e o controle das atividades relativas à observância e aplicação das Normas do Cerimonial Público e da Ordem Geral de Precedência, bem como a coordenação das atividades de apoio administrativo na organização de recepções, eventos e festividades. Cabe destacar na atuação da Coordenadoria às seguintes atividades realizadas:

- Apoio ao Governador nas visitas de Ministros das Cidades; Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- Apoio ao Governador e a Embaixadores de países estrangeiros em visita oficial ao Estado: Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Reino da Suécia, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Japão, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Confederação Suíça, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Estado de Israel, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República do Paraguai, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República da Turquia, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Canadá, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Reino da Bélgica, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Tcheca, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República da África do Sul, Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária da República de Botsuana, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República de Malawi, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República de

Moçambique, Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária da República da Zâmbia Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Socialista do Vietnã, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Ucrânia, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário dos Países Baixos, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República da Coreia, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República da Belarus (Bielorrússia), Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha.

- Apoio a outras autoridades estrangeiras e brasileiras em visita ao Estado: Cônsul-Geral do Japão, Cônsul do Japão, Cônsul-Geral do Paraguai, Cônsul do Japão, Vice-Diretor-Geral do Departamento dos Negócios Estrangeiros e Chineses Ultramarinos do Governo da Província de Zhejiang - China, Diretor da Divisão de América e Oceania do Departamento dos Negócios Estrangeiros e Chineses Ultramarinos do Governo da Província de Zhejiang - China, Diretor do Departamento dos Negócios Estrangeiros e Chineses Ultramarinos do Governo da Província de Zhejiang - China, Vice-Diretora-Geral da Companhia de Serviço Estrangeiro da Província de Zhejiang - China, Chefe do Departamento de Negócios Estrangeiros e Chineses Ultramarinos do Governo da Província de Zhejiang - China, Diretor da Lemarco Comércio, Importação e Exportação, Delegação do Estado de Victoria, da Comunidade da Austrália, Cônsul-Geral da Confederação Suíça em São Paulo, Conselheiro Comercial da Embaixada do Canadá, Comissário de Comércio do Consulado do Canadá em Porto Alegre, Cônsul-Geral do Reino da Bélgica em São Paulo, Cônsul Honorário do Reino da Bélgica em Curitiba, Cônsul-Geral da República Tcheca em São Paulo, Vice Embaixador da República do Malawi, Primeiro-Secretário da Embaixada da República de Botsuana, Encarregada de Negócios da República Democrática do Congo, Primeiro-Secretário para Assuntos Econômicos da Embaixada da República da Angola, Conselheiro de Assuntos Comerciais da Embaixada da República de Moçambique, Encarregado de Negócios da Embaixada da República da Namíbia, Encarregado de Negócios da Embaixada da República Unida da Tanzânia, Ministro Conselheiro da Embaixada da República do Chile, Cônsul Honorário da República do Chile em Curitiba, Representante do Pró-Chile, Escritório Comercial do Chile em São Paulo, Membro do Comitê de Investimentos Estrangeiros - CIE da República do Chile, Cônsul-Geral do Japão em Curitiba, Cônsul do Japão em Curitiba, Chefe da Divisão das Américas do Sumitomo Mitsui *Banking Corporation* (SMBC) e Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A., Presidente da Província de Trento - Itália, Governador da Província de Hyogo - Japão, Presidente da Assembleia de Hyogo, Delegação da República da Costa Rica, Presidente da Rhône-Alpes *Tourisme*, Presidente do Conselho Regional da Picardie - França, Representante da Província de Wielkopolska - Polónia, Cônsul-Geral dos Estados Unidos em São Paulo, Cônsul-

Geral Reino dos Países Baixos em São Paulo, Prefeito da cidade de Toyohashi, Província de Aichi - Japão.

- Apoio ao Governador do Estado nas 43 viagens realizadas aos municípios do Estado.
- Apoio aos 128 eventos que contaram com a presença do Governador, em destaque a solenidade de posse no cargo de Governador e Vice-Governadora na Assembleia Legislativa do Estado, e solenidade de recondução de cargo ao Governador e Vice-Governadora, bem como posse de Secretários de Estado no Palácio Iguazu.
- Apoio a outros 221 eventos que contaram com a presença do Governador, realizados na Capital com lideranças políticas.
- Apoio ao Governador do Estado, com a elaboração de programas e atendimento em viagens ao exterior: França (Paris), China (Shangai, Hefei e Pequim) e Rússia (Moscou).

1.17 Coordenadoria Técnico Legislativa (CTL)

Realizou dentro de sua área de competência o exame, a informação e a instrução de expedientes oriundos da Assembleia Legislativa; promoveu a análise e o preparo de projetos de lei e a elaboração das respectivas leis; o encaminhamento de expedientes entre órgãos, informações e pareceres à Assembleia Legislativa, publicações no Diário Oficial, totalizando 2.672 informações e despachos.

1.18 Coordenadoria de Assuntos Políticos (COAP)

Tem como objetivo estreitar o relacionamento do Governo do Estado com as Câmaras Municipais, prefeituras, o Poder Legislativo Estadual e com entidades de representação da sociedade civil organizada.

Promoveu as seguintes ações:

- Atendimento às solicitações dos Outros Poderes e segmentos da sociedade, nas mais abrangentes áreas, em conjunto com a Chefia de Gabinete da Casa Civil.
- Relacionamento do Governo do Estado com as lideranças políticas e outras esferas de Poder.
- Acompanhamento dos eventos e fatos políticos de interesse do Estado.
- Contatos para reforço de convites a Prefeitos, Deputados, Vereadores e demais Lideranças.
- Acompanhamento e articulação da agenda política do Governador, Vice-Governadora, Secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social e Chefe da Casa Civil.

- Coleta e manutenção de informações dos sistemas de cunho político, de uso exclusivo do Governador, com o apoio do NII, além da articulação com os demais órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, responsáveis pelos dados.
- Manutenção e prestação de informações relativas ao acompanhamento das reivindicações junto ao Governador.
- Coordenação, em consonância com a Casa Militar e a Coordenadoria do Cerimonial das atividades afetas às viagens do Governador.
- Orientação às entidades assistenciais paranaenses que reivindicaram auxílios ou subvenções sociais ao Governador.
- Orientação e encaminhamento de solicitações às diversas Secretarias de Estado e entidades vinculadas.
- Apoio e atendimento às prefeituras e câmaras municipais, como também o acompanhamento nas demais Secretarias.
- Atendimento médio diário em torno de 30 pessoas, perfazendo um total de 600 pessoas/mês.
- Acompanhamento dos processos das Emendas do Legislativo.
- Acompanhamento e assessoramento junto às Secretarias de Estado e vinculadas de Projetos de Descentralizações Regionais.
- Agenda Integrada e Sistema de Informação.
- A indicação de representantes do Governo em eventos que o Governador não pôde comparecer.
- Desenvolvimento de materiais gráficos (mapas, planilhas, relatórios) para subsidiar a análise política e acompanhamento diário das sessões plenárias junto à Assembleia Legislativa Estadual.

1.19 Escritório de Representação do Governo

Tem como escopo atender os interesses do Estado, em Brasília, servindo de base de apoio e articulação do Governo com os diferentes organismos da Administração Pública Federal. Foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Congresso Nacional - atuação junto aos Deputados Federais, lideranças partidárias e da bancada paranaense, em defesa dos projetos apresentados pelos órgãos da administração estadual; auxílio na apresentação de propostas da SESP para emenda individual, junto aos Deputados Federais; acompanhamento dos assuntos de interesse do Estado nas Comissões da Câmara Federal, bem como participação no andamento das matérias; participação e acompanhamento das atividades da bancada paranaense no Congresso Nacional.
- Audiência com o Embaixador da ONU - Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD); Intermediação de relações bilaterais entre a Embaixada da Coreia do Sul e o Governo do Paraná, com relação ao Projeto de Revitalização do Rio Iguaçu.
- Assessoria à Vice-Governadora em audiências com embaixadores, em Brasília.

- Participação em Eventos - VI Conferência Nacional de Primeiras Damas em Brasília (abril); Inauguração da Casa da Mulher Brasileira em Brasília (maio); Cerimônia de outorga da Medalha Professora Ruth Cardoso (junho); Debate em Defesa do Setor Sucroenergético (junho); Reunião para discutir a criação da Bancada Sulista (junho); Simpósio Nacional de Saúde, Saúde, Direito de todos, dever do Estado (junho); III Seminário Internacional Marco Legal da Primeira Infância (junho e julho); Lançamento do Ano Olímpico para o Turismo (outubro); Sessão Solene em Homenagem ao Aniversário de 10 Anos da Universidade Tecnológica do Paraná (outubro); Sessão Solene em Homenagem ao Aniversário de 120 anos do Jornal Correio do Povo de Porto Alegre-RS (outubro).
- Relacionamento Empresarial - Intermediação com a diretoria do Banco do Brasil, para apoio ao Projeto de Revitalização do Rio Iguaçu, conquistando os seguintes resultados: linhas de financiamento do Banco do Brasil relacionadas ao tema, para que possam ser aplicadas em empreendimentos agrícolas, com ênfase em uso racional de água e recuperação de áreas degradadas; iniciativas da Fundação Banco do Brasil, com ênfase em tecnologias sociais, aplicáveis ao tema água e conservação ambiental/gestão de resíduos sólidos; portfólio de boas práticas agrícolas do Programa Água Brasil.
- Acompanhamento de Projetos e Convênios - em parceria com a SEPL, SESP, SEIL, SEED/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, SESA e prefeituras, junto aos ministérios e demais órgãos federais, para tratar de assuntos referentes a 145 projetos e convênios, em tramitação, verificando o andamento e os impedimentos existentes, mantendo assim, contato com o órgão responsável para agilizar a liberação dos recursos pleiteados; apoio e assessoria à Vice-Governadora, em reuniões com Ministros de Estado, em cumprimento de agenda em Brasília.
- Relacionamento Institucional - leitura, acompanhamento e encaminhamento de publicações de interesse do Estado e municípios do Paraná no Diário Oficial da União; identificação e informação aos interessados dos impedimentos no andamento e liberação de processos de reformas, construção e melhorias em escolas públicas estaduais e municipais, também no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
- Administrativo/Financeiro - atividades de cunho administrativo financeiro relativos a licitação para fornecimento de combustível; solicitação de sindicância; reformas; processo para doação de bens inservíveis; apoio logístico e assessoria à Vice-Governadora do Estado, em cumprimento de agenda em Brasília; atendimento a autoridades.

1.20 Agência de Fomento do Paraná S.A. (AFPR)

A Agência é uma instituição financeira de desenvolvimento, que tem por objetivo viabilizar programas do Governo com foco no desenvolvimento econômico e social, por meio do aporte de recursos financeiros para empreendedores de micro, pequeno e médio porte e financiamento aos municípios. As seguintes atividades foram desenvolvidas, em 2015:

- Elaboração do Planejamento Estratégico 2015-2018 com a meta mobilizadora de contratar R\$ 2,0 bilhões em novos financiamentos, os quais devem ser destinados R\$ 800,0 milhões ao setor privado e R\$ 1,2 bilhão para financiar municípios.
- De janeiro a outubro, a FOMENTO PARANÁ contratou R\$ 217,7 milhões em financiamentos aos municípios, para obras e aquisição de máquinas e equipamentos, beneficiando 80 municípios atingindo a meta de aplicação para novos investimentos ao Setor Público.
- No mesmo período, R\$ 74,3 milhões em financiamentos foram contratados por empreendedores de micro, pequeno e médio porte, de 208 municípios. Desse total, R\$ 26,3 milhões referem-se a 2.750 contratos de microcrédito (valores até R\$ 15,0 mil). Até dezembro foram cerca de R\$ 80,0 milhões, sendo R\$ 35,0 milhões de microcrédito.
- A carteira de crédito total da AFPR, que ultrapassou a marca de R\$ 900,0 milhões em setembro, passou a representar 53,5% do ativo total, contra 45,8% aplicados em títulos e valores mobiliários, em 2015.
- A composição da carteira de crédito de operações do setor privado alcançou participação de 22,5% da carteira total.
- A linha Banco do Empreendedor - Taxistas, relançada em junho, financiou mais R\$ 10,0 milhões para aquisição de veículos novos para prestação de serviços de táxi em todas as regiões do Estado. O valor representa cerca de 270 veículos.
- A AFPR mantém linhas especiais de crédito e tem atendido municípios e empreendedores de áreas atingidas por catástrofes naturais, como enchentes e vendavais, ajudando na recuperação da infraestrutura e na retomada da atividade econômica nessas áreas.
- Concluída a estruturação do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas do Paraná (FGP/PR), com patrimônio formado por ações preferenciais de empresas públicas estaduais, recursos em espécie e direitos econômicos sobre participações acionárias do Estado. O valor inicial integralizado foi de R\$ 257,0 milhões. O fundo pode prestar contra garantias a seguradoras, instituições financeiras e organismos internacionais para garantir o cumprimento de obrigações em contratos de Parcerias Público-Privadas (PPPs).

- A Fomento Paraná aprovou a participação e aportará recursos em dois fundos para apoiar empreendimentos de tecnologia e inovação (Criatec III - BNDES, e Fundo Sul Inovação) e no BNDES Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), que deve facilitar a obtenção de crédito por micro, pequenas e médias empresas e Micro Empreendedor Individual (MEI).
- A AFPR é a 30ª maior empresa paranaense, pelo ranking empresarial Grandes Líderes - 500 Maiores do Sul, elaborado pela revista Amanhã e PricewaterhouseCoopers. A empresa também é destaque com o primeiro lugar no ranking no quesito rentabilidade entre empresas do setor financeiro, com 52,2% de rentabilidade sobre a receita líquida.

1.21 Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR)

O DETRAN/PR realiza seus investimentos com recursos oriundos da prestação de serviços à população paranaense, de acordo com a Lei Federal nº 9.503/1997 e legislação complementar. Possui arrecadação própria e autonomia de gerenciamento dos recursos, e seus atos implicam na efetivação de despesas, seguem o disposto na Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Estadual nº 15.608/2007 e suas alterações.

Definem-se como metas de trabalho, em face à sua área de atuação, a atualização e manutenção de cadastro e emissão de documentos pertinentes aos condutores de veículos automotores e todas as suas vertentes, ao registro da frota de veículos e suas ações, registro e controle de infrações de trânsito, atividades relacionadas à educação para o trânsito, assim como a fiscalização de parceiros envolvidos nas atividades tais como, Centro de Formação de Condutores, Despachantes, Clínicas Médicas e Psicológicas, Fábricas de Placas e Lacres.

A determinação de despesas, além de prover a necessidade de manutenção das atividades fins, é estabelecida em ações a serem desenvolvidas em programas que visam promover maior eficiência dos serviços oferecidos, a redução de acidentes e maior segurança no trânsito do Estado do Paraná, por meio de desenvolvimento de Planos de Sinalização Viária Urbana, programas de educação para o trânsito, parceria em programas de recuperação da malha viária estadual, otimização dos mecanismos estruturais, operacionais e gerenciais da Autarquia.

Ações desenvolvidas:

- Inovações Tecnológicas - DETRAN atingiu o marco de 3.000.000 de processos realizados de forma *on line*, por meio do Sistema DETRAN Fácil Restrito, *site* e Terminais de autoatendimento.
- Novas implementações realizadas na Plataforma DETRAN Fácil Restrito, como o cadastro por meio do e-CPF e liberação do cadastro juntamente com os serviços de habilitação.

- Até outubro, o DETRAN instalou 237 totens, em 173 cidades do Estado, responsáveis por 577.062 serviços e consultas.
- Novo sistema de distribuição proporcional de vagas para o exame prático veicular.
- Adequação dos sistemas de habilitação à implementação do Simulador de Direção Veicular, em cumprimento a Resolução nº 543/2014 do CONTRAN.
- Otimização dos extratos de débito dos veículos, disponível via internet.
- Implementação da vistoria eletrônica de veículos, que otimiza o tempo de atendimento ao usuário, além de extinguir o decalque manual.
- Criação de plataforma Vortex, com o objetivo de concentrar os diversos sistemas do DETRAN em uma única plataforma, passando a adotar estrutura orientada para serviços e desenvolvimento de processos.
- Escola Pública de Trânsito - na modalidade educação a distância, são 60 telessalas e 16 estúdios que ofereceram ao público externo quatro tipos diferentes de palestras, em 180 edições e 5.716 participantes; 11 diferentes cursos para despachantes, Centro de Formação de Condutores, Policiais Militares, dentre outros, em 76 edições e 5.071 pessoas; um treinamento com 18 edições e capacitação de 1.025 pessoas.
- Ações de Educação para o Trânsito - a) projeto DETRAN na Escola, 5º ano do Ensino Fundamental, atendeu a 31 municípios do Estado, capacitou 423 professores, atingindo 8.377 alunos; b) projeto Conhecendo o DETRAN e o BPTRAN, cerca de 1.300 alunos de escolas públicas foram convidados a conhecer as dependências do DETRAN e do BPTRAN.
- DETRAN Móvel - atendimentos a 22 municípios do Estado e 4.315 cidadãos; foram realizados 1.235 cursos de reciclagem no Estado, com a capacitação e conscientização de 34.234 motoristas.
- Ações do Se Liga no Trânsito, se Beber não dirija, atingindo 21 municípios, com aproximadamente 8.306 abordagens. Realização de ciclos de palestras nas universidades, escolas e empresas, assim como palestras educativas para adolescentes em conflito com a Lei e seus responsáveis, atingindo 677 pessoas.
- Realização de 14 leilões, um na modalidade de reciclagem, oito de circulação e cinco na modalidade de sucata, com a comercialização de 25.648 veículos.
- O DETRAN tem 290 Clínicas credenciadas, com 27 habilitadas em 2015; e 815 centros de formação de condutores ativos em todo o Estado.
- Infraestrutura - conclusão dos projetos de reforma na sede administrativa, incluindo as novas instalações da Banca Examinadora, melhorando a qualidade de atendimento ao cidadão e as condições de trabalho dos servidores. Construção da nova sede da CIRETRAN de São José dos Pinhais; elaboração de projeto arquitetônico para a nova Sede da CIRETRAN de Joaquim Távora. As CIRETRANS de Sarandi, Guaratuba, Centenário do Sul e Jaguariaíva foram

reinstaladas em imóveis com melhor infraestrutura; realização de licitação para executar reparos nas 19 CIRETRANS espalhadas pelo Estado.

- Realização de 10 mutirões de exames práticos em Ponta Grossa, Maringá e Londrina, para atender a demanda extra de 5.694 candidatos à primeira habilitação.
- Municipalização de trânsito - acréscimo de uma cidade, chegando a 41 municípios integrantes ao Sistema Nacional de Trânsito (SNT).
- Sinalização de trânsito - por meio do Fundo de Reequipamento do Trânsito (FUNRESTRAN), 110 municípios foram atendidos em sinalizações verticais e horizontais.
- Capacitação continuada dos servidores - Realização de cinco cursos e dois treinamentos, quais sejam: Instrutor e Examinador de Trânsito, Biometria, Vistoria, Auditoria, Gestão de Contratos, Dia do Desafio e Vencendo Desafios; com 863 servidores capacitados e 1.099 horas/aula divididas em 35 turmas.
- Instituição do Quadro Próprio da Autarquia, Lei nº 18.467/2015.
- Serviços prestados/disponibilizados - referente à frota de 6.669.925 veículos foi realizada a movimentação de 2.585.480 processos, com 53,0% realizado por particulares e 47,0% por meio de Despachantes; foram emitidos cerca de 206.119 processos de primeiro emplacamento; expedidas 1.146.320 Carteiras de Habilitação de Condutores de Veículos Automotores, incluindo a primeira habilitação, renovações e alterações de categoria, e outros; realizados 303.953 exames teóricos e 487.888 exames práticos; cadastrados 3.522.559 autos de infração.

1.22 Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)

Principais atividades da Agência de Curitiba (AGPR), do BRDE, no Paraná:

- Desempenho Operacional - realização de 1.439 novos contratos em um montante de aproximadamente R\$ 917,0 milhões. Os segmentos econômicos de maior destaque foram o primário e terciário em termos de valor contratado, conforme apresentado na tabela a seguir.

TABELA 1 - CONTRATAÇÕES NO PARANÁ PELA AGPR (ACUMULADO 30 Out 2015)

| SETOR | VALOR CONTRATADO (EM R\$) |
|------------|---------------------------|
| Primário | 274.830.837,21 |
| Secundário | 186.872.435,11 |
| Terciário | 455.958.856,47 |
| TOTAL | 917.662.128,79 |

FONTE: BRDE/AGPR

- Segregação por porte da entidade e setor de atuação - na segmentação por porte das entidades observou-se a concentração em produtores rurais.

TABELA 2 - CONTRATAÇÕES NO PARANÁ POR PORTE DAS ENTIDADES (Acumulado 30 Out 2015)

| SETOR | PORTE DA ENTIDADE | VALOR CONTRATADO (EM R\$) | NÚMERO DE CONTRATOS |
|-------------|-----------------------------|---------------------------|---------------------|
| PRIMÁRIO | 11-MINI-PRODUTOR | 6.105.217,04 | 42 |
| | 12-PEQUENO PRODUTOR | 38.085.587,81 | 554 |
| | 13-MÉDIO PRODUTOR RURAL | 11.235.602,92 | 84 |
| | 14-GRANDE PRODUTOR RURAL | 6.714.005,99 | 30 |
| | 16-OUTROS PRODUTORES | 185.843.990,72 | 516 |
| | 17-PESSOA FÍSICA OUTROS | 16.683.696,73 | 24 |
| | 21-MICRO-EMPRESA | 924.500,00 | 1 |
| | 22-EMPRESA DE PEQUENO PORTE | 2.670.280,00 | 1 |
| | 24-PEQUENA EMPRESA | 328.655,00 | 2 |
| | 25-MÉDIA EMPRESA | 6.239.301,00 | 5 |
| | Subtotal | 274.830.837,21 | 1259 |
| SECUNDÁRIO | 21-MICRO-EMPRESA | 2.687.046,11 | 12 |
| | 22-EMPRESA DE PEQUENO PORTE | 6.931.340,00 | 11 |
| | 24-PEQUENA EMPRESA | 8.033.070,00 | 12 |
| | 25-MÉDIA EMPRESA | 20.448.247,00 | 13 |
| | 26-GRANDE EMPRESA | 144.092.732,00 | 11 |
| | 27-MÉDIA-GRANDE EMPRESA | 4.680.000,00 | 1 |
| Subtotal | 186.872.435,11 | 60 | |
| TERCIÁRIO | 16-OUTROS PRODUTORES | 5.637.359,00 | 6 |
| | 21-MICRO-EMPRESA | 6.667.492,00 | 39 |
| | 22-EMPRESA DE PEQUENO PORTE | 6.681.686,47 | 15 |
| | 24-PEQUENA EMPRESA | 23.418.492,08 | 24 |
| | 25-MÉDIA EMPRESA | 29.526.978,05 | 9 |
| | 26-GRANDE EMPRESA | 370.620.048,87 | 25 |
| | 27-MÉDIA-GRANDE EMPRESA | 13.406.800,00 | 2 |
| Subtotal | 455.958.856,47 | 120 | |
| TOTAL GERAL | 917.662.128,79 | 1.439 | |

FONTE: BRDE/AGPR

- Entre as regiões com o maior volume de operações contratadas está o Oeste paranaense que somou cerca de R\$ 225,0 milhões, seguida pelo Norte Central Paranaense e pelo Centro Oriental do Estado. A tabela a seguir detalha a situação em cada uma das mesorregiões do Estado e por setor na contratação.

TABELA 3 - CONTRATAÇÕES NO PARANÁ PELA AGPR (2015)

| SETOR | MESORREGIÃO DO PARANÁ | VALOR CONTRATADO (EM R\$) | NÚMERO DE CONTRATOS |
|------------------|-----------------------------|---------------------------|---------------------|
| PRIMÁRIO | Centro Ocidental Paranaense | 29.753.888,98 | 152 |
| | Centro Oriental Paranaense | 63.835.682,92 | 92 |
| | Centro-Sul Paranaense | 20.939.451,62 | 266 |
| | Metropolitana de Curitiba | 828.120,00 | 7 |
| | Noroeste Paranaense | 23.256.314,40 | 46 |
| | Norte Central Paranaense | 40.680.822,07 | 176 |
| | Norte Pioneiro Paranaense | 9.917.602,56 | 23 |
| | Oeste Paranaense | 64.911.201,51 | 308 |
| | Sudeste Paranaense | 4.032.772,04 | 26 |
| | Sudoeste Paranaense | 16.204.981,11 | 162 |
| | Subtotal | 274.830.837,21 | 1.259 |
| SECUNDÁRIO | Centro Oriental Paranaense | 5.931.819,00 | 4 |
| | Centro-Sul Paranaense | 70.290.533,00 | 4 |
| | Metropolitana de Curitiba | 15.070.824,00 | 13 |
| | Noroeste Paranaense | 1.098.920,00 | 5 |
| | Norte Central Paranaense | 7.178.546,58 | 12 |
| | Oeste Paranaense | 81.320.235,53 | 15 |
| | Sudeste Paranaense | 1.002.119,00 | 2 |
| | Sudoeste Paranaense | 4.979.438,00 | 5 |
| | Subtotal | 186.872.435,11 | 60 |
| TERCIÁRIO | Centro Ocidental Paranaense | 109.151.818,00 | 3 |
| | Centro Oriental Paranaense | 36.780.359,00 | 5 |
| | Centro-Sul Paranaense | 20.336.999,00 | 6 |
| | Metropolitana de Curitiba | 49.989.249,95 | 23 |
| | Noroeste Paranaense | 686.000,00 | 5 |
| | Norte Central Paranaense | 100.360.836,47 | 37 |
| | Norte Pioneiro Paranaense | 17.404.235,00 | 9 |
| | Oeste Paranaense | 79.574.671,05 | 18 |
| | Sudeste Paranaense | 4.443.794,00 | 3 |
| | Sudoeste Paranaense | 37.230.894,00 | 11 |
| | Subtotal | 455.958.856,47 | 120 |
| TOTAL GERAL AGPR | | 917.192.128,79 | 1.431 |

FONTE: BRDE/AGPR

- As repercussões estimadas nos projetos financiados pelo BRDE estão apresentadas a seguir. A estimativa considera os projetos apoiados pelo BRDE no Paraná de maneira direta, não estimando seus efeitos indiretos sobre a economia do Estado.

TABELA 4 - REPERCUSSÕES ECONÔMICAS ESTIMADAS PARA O PARANÁ A PARTIR DOS FINANCIAMENTOS DO BRDE (Acumulado 30 Out 2015)

| SETOR / REPERCUSSÕES ESTIMADAS | INVESTIMENTO INDUZIDO | GERAÇÃO DE EMPREGOS | INCREMENTO DE ICMS | EXPORTAÇÕES US\$ |
|--------------------------------|-----------------------|---------------------|--------------------|--------------------|
| Primário | R\$ 450.427.361,86 | 172 | R\$ 126.874,00 | - |
| Secundário | R\$ 197.375.567,24 | 1.259 | R\$ 46.422.893,61 | \$ 24.375.075,00 |
| Terciário | R\$ 559.707.751,32 | 3.441 | R\$ 307.259.015,68 | \$ 164.815.949,00 |
| Total | R\$ 1.207.510.680,42 | 4.872 | R\$ 353.808.783,29 | R\$ 189.191.024,00 |

FONTE: BRDE/AGPR

1.23 Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR)

Principais atividades realizadas:

A CELEPAR direcionou esforços para a obtenção da certificação mundial - TIER III que reconhece o alto nível de qualidade da segurança de armazenagem e segurança de dados.

Evolução dos sistemas de informações estratégicas de gestão, tais como SAPM, Cases de Business Intelligence, Gestão Integrada de Relacionamento (GIR), para todos os órgãos do Estado.

Disponibilização de soluções voltadas à concretização de projetos, tais como Nota Paraná, DETRAN Fácil, entre outros de grande importância.

1.24 Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (AGEPAR)

A AGEPAR é autarquia sob regime especial, com personalidade jurídica de direito público, sede e foro na Capital do Estado, prazo de duração indeterminado e atuação em todo território do Estado do Paraná, podendo estabelecer unidades regionais, vinculada ao Governador do Estado do Paraná e orçamentariamente à Casa Civil.

Atividades Realizadas:

- Estudos técnicos sobre novas tecnologias, sobre resoluções de outras Agências/Órgãos Públicos tais como Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), no sentido de aperfeiçoar e agregar mais conhecimento às necessidades e atribuições.
- Estudos e diagnósticos, de forma continuada, sobre os Contratos de Concessões do Paraná e de outros contratos vigentes no País.
- Reuniões de trabalho e/ou de esclarecimentos entre Concessionárias e poder concedente, Tribunal de Contas, Ministério Público do Estado do Paraná e Federal, e com outras Agências Reguladoras do País.
- Recebimento e despacho sobre processos encaminhados à AGEPAR.
- Trabalho permanente de Ouvidoria.
- Aprovação da Lei Complementar nº 190/2015, que dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná; e da Lei Complementar nº 191/2015, que altera a Lei Complementar nº 94/2002, que criou a AGEPAR.
- Realização de nove reuniões do Conselho Diretor onde foram discutidos e deliberados assuntos administrativos e regulatórios, resultando nas seguintes resoluções: a) Resolução nº 001/2015, que Designa Comissão Especial para

Reavaliar e Renegociar Contratos em vigor no âmbito da AGEPAR, de janeiro de 2015; b) Resolução nº 002/2015 que regulamenta o artigo 17 da Lei Federal nº 13.103/2015 (Lei do Caminhoneiro), isentando do pagamento da tarifa de pedágio os eixos suspensos de veículos de transporte de carga vazios que transpuserem as praças de pedágio; c) Resolução nº 004/2014 que revoga a Resolução nº 002/2015, que isentou do pagamento da tarifa de pedágio os eixos suspensos de veículos de transporte de carga vazios que transpuserem as praças de pedágio; d) Resolução Homologatória nº 001/2015 sobre o reajuste da tarifa básica do contrato de concessão da Travessia de Guaratuba; e) Resolução Homologatória nº 002/2015 sobre o reajuste da tarifa básica do sistema de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros de característica metropolitana do Estado do Paraná (Protocolos nº 12.526.148-5, 12.528.538-4, 12.528.402-7), de maio de 2015; f) Resolução Homologatória nº 003/2015 sobre o reajuste da tarifa básica do sistema de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado do Paraná (Protocolos nº 12.526.151-5, 12.528.538-4, 12.528.401-9), de maio de 2015; g) Resolução Homologatória nº 004/2015 sobre o reajuste da tarifa básica das linhas não integradas do sistema de transporte coletivo da Região Metropolitana de Curitiba; h) Resolução Homologatória nº 005/2015 sobre a revisão da tarifa dos Serviços de Transporte Intermunicipal de Passageiros de característica Metropolitana das Regiões Metropolitanas dos Municípios de Toledo, Campo Mourão, Cascavel e Apucarana; i) Resolução Homologatória nº 006/2015 homologa a minuta de Termo Aditivo Específico ao contrato de Concessão nº 076/1997 firmado entre o DER e a Concessionária ECOVIA Caminho do Mar S.A., de setembro de 2015; j) Resolução Homologatória nº 007/2015 homologa a metodologia de retroação de valores à data base contratual, que deverá ser calculada pelo valor total do objeto, considerando sua temporalidade de execução e utilizando-se o índice de reajustamento das tarifas do ano correspondente obtido pela Fórmula Paramétrica, de outubro de 2015.

- Atendimentos realizados pela Ouvidoria - até outubro, foram recebidas 1.438 ligações e atendidas 86,2% deste total.

Casa Militar



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

2 Casa Militar

2.1 Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC)

A CEPDEC atua em diversas frentes de trabalho para desempenhar sua missão, tanto nas fases que antecedem um desastre (preparação, mitigação e prevenção), quanto nas fases de recuperação e reconstrução do local atingido.

Atividades desenvolvidas:

- Distribuição de Material de Ajuda Humanitária - com o objetivo de minimizar os danos experimentados pela população atingida por um desastre, foram encaminhados materiais de ajuda humanitária, como telhas de fibrocimento (sem amianto), cestas básicas e cobertores, dentre outros artigos, aos municípios atingidos por eventos cujos danos e prejuízos extrapolaram sua capacidade de resposta.

TABELA 1 - DADOS DO SISTEMA DE CONTROLE DE ESTOQUE DA CEPDEC/PR (ATÉ NOVEMBRO DE 2015)

| DESCRIÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE |
|------------------------|-------------------|------------|
| Cesta básica | Cesta | 1.965 |
| Lona plástica | Bobina | 4.269 |
| Telhas de fibrocimento | Telha | 43.516 |
| Pregos (telheiro) | Prego | 1.000 |
| Refeição instantânea | Unidade | 190 |
| Kit limpeza | Conjunto | 920 |
| Colchão | Unidade | 211 |
| Kit dormitório | Conjunto | 2.341 |
| Kit higiene | Conjunto | 784 |

- Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED) -
 - a) celebração de Termo de Cooperação Técnica com 10 instituições que passaram a compor a Rede Estadual de Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação Tecnológica voltada à redução de riscos de desastres no Estado do Paraná (REDESASTRE), instituída pelo Decreto Estadual nº 12.445/2014, e início das tratativas com outras cinco instituições com interesse em participar da Rede;
 - b) customização do Ambiente Virtual de Aprendizagem do CEPED junto à Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR);
 - c) participação no processo de implementação da Política Estadual de Proteção e Defesa Civil (Lei Estadual nº 18.519/2015);
 - d) elaboração de projeto para a criação da *Intranet* CEPED envolvendo as instituições que integram a REDESASTRE;
 - e) trabalhos para a criação de aplicativo para celular, desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e pelo Instituto de Pesquisa e Educação em Telecomunicações (IPET), em apoio ao Centro Estadual de Gerenciamento de Riscos de Desastres (CGRD);
 - f) celebração de Termo de Cooperação com o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastre (UNISDR/ROAM), em outubro;
 - g) realização do primeiro

curso no País voltado ao desenvolvimento de capacidades para o Programa Construindo Cidades Resilientes, com especialistas da Organização das Nações Unidas (ONU); h) definições para as contratações de serviços de assistência para o desenvolvimento da educação a distância, com recursos do Banco Mundial; i) aprovação de projeto no edital do Programa de Extensão Universitária (ProExt) 2015/2016 para a formação do Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil voltado à preparação para o resgate da fauna oleada em caso de acidente com produto perigoso na região do Complexo Estuarino de Paranaguá; j) palestra sobre o CEPED no Centro de Formação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Turim, Itália; k) concepção da iniciativa Juntos por um Paraná mais Resiliente e com menos Desastres; l) criação da página do CEPED no *Facebook*.

- Sistema Paranaense de Informações para a Gestão dos Riscos a Desastres Naturais (SIGRisco PARANÁ) - realizada a primeira reunião, em novembro, para a definição de diretrizes visando buscar recursos para projetos, no âmbito universitário, para a realização de estudos no campo de defesa e proteção civil, com a participação do Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANA), Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR), Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR).
- III Encontro dos Voluntários da Defesa Civil Estadual - realizado em Curitiba, em agosto, com a simulação de desastre em andamento e autossocorro, palestra da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) de Curitiba, sobre Defesa Civil no Lar, atividades práticas de primeiros socorros, casa de fumaça, *kit* desastre, resgate e linha de balde, com a participação de 93 voluntários.
- *Workshop Developing flood vulnerability and risk analysis for local flood management planning* - apresentação das ações desenvolvidas pelo Paraná no âmbito da Defesa Civil, realizado em agosto, em conjunto com o *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ), com participantes dos estados do Paraná, Amazonas, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e de profissionais da Alemanha, México, Colômbia e Peru.
- Capacitação da Rede Estadual de Emergência de Radioamadores (REER) para Desastres - realização de simulado, em novembro, em conjunto com as Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil (CORPDECs) e a REER, com o objetivo de treinar os integrantes da REER para atuação no apoio às comunicações durante a ocorrência de um desastre, propiciando interação e aproximação entre os integrantes da CEPDEC, dos bombeiros das Regionais de Proteção e Defesa Civil e dos radioamadores.
- Sistema Informatizado da Defesa Civil do Paraná (SISDC) - desenvolvido pela Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR),

permite aos municípios paranaenses elaborarem plano de contingência, previsto em lei federal, bem como planejar e acompanhar os impactos de situações de emergência e desastres, minimizando as consequências para a população, oportunizando uma gestão plena dos desastres. Funciona como um banco de dados, contendo todas as informações sobre desastres ocorridos no Paraná, desde a década 1980, incluindo o número de pessoas atingidas, feridas, número de óbitos, estabelecimentos afetados e o valor total de prejuízos. Cada município cadastra as áreas de risco de seu território (com fotos e mapas), os principais acidentes naturais registrados na cidade e indicam os locais com infraestrutura para acolher desabrigados e os recursos existentes para o apoio ao atendimento da população (veículos, ambulâncias, maquinário). O sistema foi apresentado, em março, na Conferência Mundial da ONU para a Redução do Risco de Desastres, em Sendai, no Japão, com mais de oito mil pessoas participantes. Utilizado pelos 399 municípios do Estado, foi premiado pelo Escritório de Estratégia Internacional para Redução de Desastres (UNISDR) com o primeiro lugar na categoria Aplicações de Sistemas de Informação de Uso Interno, tendo sido o único projeto brasileiro premiado na campanha global Construindo Cidades Resilientes: Minha Cidade Está Se Preparando.

- Capacitação de um integrante do efetivo da Defesa Civil Estadual no evento Gestão de Projetos Públicos, de julho a outubro, na FAE, em Curitiba; e aprimoramento dos demais integrantes do Sistema de Defesa Civil, na modalidade à distância, sendo: 74 participantes no curso de Captação de Recursos Federais, de agosto a setembro, e 118 participantes no Curso de Sistema de Comando de Incidentes, de outubro a novembro.
- Apoio aos Municípios na Obtenção de Recursos Federais - a Seção de Planejamento, por meio do Setor Técnico e de Convênios da Divisão de Defesa Civil da Casa Militar, é responsável, dentre outras atribuições, pelo auxílio aos municípios vitimados por algum desastre na confecção e organização da documentação exigida pelo Governo Federal para análise da necessidade de envio de recursos destinados à recuperação do município. Além do apoio individualizado aos municípios afetados, foram realizadas palestras sobre a forma de acessar recursos federais para representantes de municípios atingidos.
- Grupo de Apoio Estadual a Desastres (GAEDE) - GTRisco - com profissionais das entidades integrantes do SIGRisco PARANÁ, atua em conjunto com o Centro Estadual de Monitoramento e Alerta de Riscos e Desastres e o Centro Estadual de Gerenciamento de Riscos de Desastres (CEGRD), para prestar apoio técnico-científico à tomada de decisão da CEPDEC nas ações de gestão do risco a desastres naturais e para os próprios desastres.

- Aprimoramento do Sistema Estadual de Defesa Civil - foram implantadas melhorias: a) Pedido de Ajuda Humanitária, ferramenta para facilitar o pedido de ajuda humanitária pelo município e padronizar e controlar, de forma simples e eficiente, o pedido, a movimentação e o recebimento da ajuda, mantendo o histórico dos procedimentos; b) Aplicativo *Mobile*, em plataforma *Android*, para que coordenadores municipais cadastrem informações relevantes no âmbito da defesa civil; c) Sistema de Geoprocessamento da Defesa Civil (GEODC), com redefinição conceitual e estrutural, e interface amigável, padronização dos dados geoespaciais e sua disponibilização via *web service*; d) Controle de Estoque de Materiais, com o cadastramento, movimentações e entrega dos materiais para os municípios; e) convênio com a Companhia Paranaense de Energia (COPEL) para a integração de dados com a Defesa Civil e a criação de protocolo de emissão de alertas contendo arquivos espaciais, produção de imagens de alta resolução de todo o Estado, modelo digital de terreno, dentre outros; f) atualizações no *Business Intelligence* (BI).
- Brigadas Escolares - Defesa Civil na Escola - foram unificadas as etapas do ensino a distância e presencial do Curso de Formação de Brigadas Escolares, tendo sido realizados: a) capacitação de 11.000 brigadistas funcionários das escolas da rede pública de ensino e conveniadas, e de 1.000 brigadistas nas escolas municipais de Cascavel e Maringá, por meio de projetos pilotos de expansão do Programa aos municípios; b) definição do calendário anual 2016, com a previsão da oferta de três cursos de Formação de Brigadistas em conjunto com o Centro de Formação Continuada da Secretaria de Estado da Educação; c) suporte técnico de Segurança Contra Incêndio e Pânico aos engenheiros e arquitetos da Superintendência de Desenvolvimento Educacional (SUDE) e dos Núcleos Regionais de Educação (NREs); d) capacitação em Segurança Contra Incêndio e Pânico para 50 engenheiros e/ou arquitetos lotados na SUDE; e) elaboração de minuta de Decreto Regulamentador da Lei nº 18.424/2015, que instituiu o Programa.
- Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - fortalecimento da Gestão do Risco de Desastres (FGRD): a) elaboração do edital para a execução da obra física para a instalação do Centro Estadual de Gerenciamento de Riscos de Desastres (CEGERD) nas dependências da Defesa Civil Estadual, em Curitiba; b) elaboração de editais para o fornecimento de equipamentos para o CEGERD em 16 Postos de Comando Móveis e 16 Salas Fixas.

Companhia de Habitação do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

3 Companhia de Habitação do Paraná

A Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) é uma empresa de economia mista, responsável pela política habitacional e pela execução dos Programas Habitacionais do Governo do Estado do Paraná.

Tem como metas equacionar e resolver o déficit habitacional do Estado, prioritariamente à população de baixa renda, contudo buscando soluções para toda a sociedade, buscando a autossustentação como empresa, gerando suas receitas para cobrir o custo operacional, e o lucro, para reinvestimento no setor e manter atendimento às moradias já entregues, definindo e coordenando todas as atividades necessárias para manter o nível de moradia adequado ao mutuário e sua integração à cidade.

Atua de forma ampla no âmbito da habitação buscando soluções habitacionais dignas, autossustentáveis, respeitando os costumes e etnias, o desenho universal e as boas técnicas e inovações na produção de habitação de interesse social. Nesse sentido, quatro linhas estratégicas têm norteado as ações da COHAPAR, voltadas ao atendimento às necessidades habitacionais no Estado, propondo soluções urbanas planejadas e sustentáveis, desenvolvidas para oferecer moradias dignas, com mais qualidade de vida e sustentabilidade. São elas: a) habitação rural; b) titulação, regularização fundiária e urbanização em assentamentos precários; c) melhorias; d) habitação urbana - moradias para servidores públicos, habitação urbana com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Fundo de Combate à Pobreza.

A empresa conta em sua estrutura com seis Diretorias, oito Superintendências, grupo de Assessores, técnicos com especialidade em diversas áreas tais como: Engenharia, Arquitetura, Administração, Economia, Direito, Sociologia e Assistência Social, lotados na sede e em seus 13 Escritórios Regionais, atendendo aos 399 municípios do Estado.

O Programa Morar Bem Paraná constitui-se pelas políticas públicas de habitação a serem desenvolvidas no Estado. Foi instituído pelo Decreto nº 2.845/2011 com o objetivo de incentivar a produção e aquisição de novas unidades habitacionais, requalificação, ampliação e reforma de imóveis urbanos e rurais, regularização fundiária e urbanização, para atendimento a famílias com renda mensal de até seis salários mínimos.

3.1 Diretoria de Programas (DIPG)

Responsável pela recepção da demanda habitacional, operacionalizando projetos habitacionais e de infraestrutura viária de acordo com a disponibilidade de recursos e a necessidade pontual de cada município. Trabalha em projetos financiados pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e com recursos do Tesouro do Estado.

Os projetos de habitação urbana utilizam recursos do FGTS, do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e do Tesouro Estadual. Para Habitação Rural o recurso é proveniente do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Os serviços de infraestrutura viária são disponibilizados de acordo com o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), e são obras complementares a outros empreendimentos em desenvolvimento na Companhia.

Aos empreendimentos habitacionais urbanos em desenvolvimento, a Companhia fomentou ações para a criação de novas fontes de recursos: o Fundo Estadual de Combate à Pobreza, para atendimento às famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade social; e um fundo imobiliário privado, para unidades habitacionais voltadas preferencialmente aos Servidores Públicos.

O Programa Fundo de Combate a Pobreza caracteriza-se pela concessão de subvenção direta às pessoas físicas com renda familiar mensal bruta de até R\$ 1.600,00, de famílias em situação de vulnerabilidade social, para que as mesmas tenham acesso a moradia, em atendimento ao Artigo 1º, parágrafo 1º, inciso VI da Lei Estadual nº 18.573/2015.

Encontra-se em desenvolvimento Programa para Servidor Público, uma linha de financiamento que destinará moradias aos servidores do Estado, ativos ou inativos, com condições mais atrativas do que as oferecidas pelo mercado.

A equipe da Diretoria de Programas faz a gestão de projetos referentes a 56.796 unidades habitacionais, em 690 empreendimentos, em 322 municípios do Paraná, sendo 1.183 unidades habitacionais contratadas em 2015, e as demais a partir de 2016.

Os empreendimentos contratados, em 2015, gerarão cerca de R\$ 65,3 milhões de investimentos no Estado do Paraná, com benefícios a aproximadamente 1.359 famílias.

3.2 Diretoria de Projetos (DIPJ)

Responsável pela viabilização técnica dos empreendimentos habitacionais produzidos pela COHAPAR, a Diretoria participa desde a escolha da área, o desenvolvimento de projetos, o envio para os agentes financeiros, até a sua contratação.

- Programa Moradias para Servidores Públicos - administra a viabilização técnica de 38 empreendimentos que totalizam 3.572 novas unidades habitacionais em 25 municípios, sendo as unidades habitacionais organizadas em condomínios de edifícios residenciais de seis a sete pavimentos, com quatro apartamentos por andar, com aproximadamente 58,00 m².
- Programa de Habitação Urbana com recursos do FGTS - administra a viabilização técnica de 148 empreendimentos que totalizam 8.500 novas unidades habitacionais para atendimento de famílias com renda mensal de até seis salários mínimos.
- Programa Fundo de Combate à Pobreza - desenvolveu projeto padrão de habitações térreas MBP FCP 32 e MBP FCP 32-GEM.

3.3 Diretoria de Obras (DIOB)

É responsável por predirigir as atividades de execução e supervisão das obras, baseando-se na programação estabelecida.

A DIOB supervisiona e faz a gestão em 334 empreendimentos distribuídos em todo o Paraná, somando 22.322 unidades habitacionais. Estas unidades estão divididas em 13 programas diferentes, com peculiaridades que muitas vezes influenciam no acompanhamento das obras.

A seguir quadro sintético com os empreendimentos que tiveram acompanhamento de obra.

| PROGRAMA/MODALIDADE | EM EXECUÇÃO | | CONCLUÍDAS | |
|---------------------|-----------------|----------|-----------------|----------|
| | Empreendimentos | Unidades | Empreendimentos | Unidades |
| FGTS | 40 | 3.706 | 54 | 3.226 |
| Fomento/Parceria | 39 | 12.767 | 15 | 3.617 |
| Caução | 0 | 0 | 2 | 48 |
| SUB-50 | 78 | 3.068 | 35 | 1.201 |
| PAC | 2 | 106 | 1 | 85 |
| FNHIS | 0 | 0 | 1 | 62 |
| Rurais | 174 | 2.655 | 113 | 1.568 |
| Quilombolas | 1 | 20 | 0 | 0 |
| TOTAL | 334 | 22.322 | 221 | 9.807 |

3.4 Diretoria Jurídica e de Regularização Fundiária (DIJF)

A DIJF é responsável pela área jurídica da Companhia e pela execução dos Programas de Regularização Fundiária e Titulação.

O Estado do Paraná, por meio da COHAPAR, está atuando com diversos programas habitacionais, buscando não somente a remoção de moradores em assentamentos precários, como também evitar que novos assentamentos precários se desenvolvam, mediante ações que englobam a urbanização de áreas carentes, execução de obras de infraestrutura e a titulação de imóveis irregulares.

Em andamento estão as seguintes ações:

- Convênios de Cooperação Técnica com os municípios - esta ação visa assessorar os municípios do Estado do Paraná para a Titulação de imóveis irregulares. Encontra-se em andamento o assessoramento a 35 municípios com atendimento estimado de 22.201 famílias. Em tratativas para formalização de Convênio com mais 25 municípios e 5.807 famílias.
- Titulação - sob a responsabilidade direta da COHAPAR/Governo do Estado, são desenvolvidas ações de regularização fundiária em sete municípios, com 10 ações em andamento e 7.645 famílias em atendimento.
- Usucapião - acompanhamento de ações de usucapião de todo o Paraná, com exceção de Piraquara. Nestas ações a COHAPAR figura como requerida, sendo

na prática, mais uma maneira de proporcionar às famílias o título do imóvel. Cerca de 500 ações de usucapião estão em andamento.

- Desapropriação - acompanhamento de ações de desapropriação em três municípios, que beneficiarão 1963 famílias, atendidas pelo PAC.
- Acompanhamento das ações judiciais e administrativas pertinentes à área, atendimento a demandas da Procuradoria Geral do Estado (PGE) e estudos para regularizações de área e implementação de parque linear em Piraquara.
- Desenvolvimento de projeto de regularização fundiária em Curitiba, com apoio técnico para identificação e localização de áreas, levantamentos topográficos e elaboração de plantas.
- Participação em reuniões para acompanhamento das atividades relacionadas ao programa Família Paranaense, com os envolvidos na viabilização do programa.
- Realização de trabalhos relacionados à regularização fundiária e ao acompanhamento social dos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nos municípios de Pinhais, Colombo e Campo Magro.

3.5 Diretoria Administrativo-Financeira (DIAF)

A Diretoria Administrativo-Financeira possui como atribuições a promoção das atividades relacionadas à Gestão Administrativa, Financeira e Orçamentária da Companhia.

- Área Financeira - os recursos recebidos, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda e Secretaria do Tesouro Nacional totalizaram, até outubro, R\$ 78,5 milhões, majoritariamente repassados pelo Tesouro do Estado, referentes: a contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento, implantação do Programa Morar Bem Paraná e Dívida Imobiliária (Lei nº 8.727/1993).
- Área Contábil - atendimento ao contido na Instrução Normativa nº 93/2013 com: o envio de arquivos ao TCE/PR; compilação de informações contábeis; atendimento à legislação e normas contábeis elaborando demonstrativos, mantendo regulares as obrigações contábeis da COHAPAR; realizando o procedimento contábil, registro, conciliação e arquivo de toda a documentação da Companhia.
- Área Imobiliária - abrange as áreas de comercialização, na qual foram realizadas 2.596 transferências, revendas, substituições, transferência com recálculo, transferência parte ideal, prorrogações Vila Rural e alterações contratuais e cadastrais. Com a administração da carteira de mutuários da COHAPAR, foram arrecadados R\$ 24,5 milhões. Realizadas até outubro, a emissão de 5.597 certificados de quitação e encaminhados à Caixa Econômica Federal 2.738 ofícios de solicitações de liberações de hipoteca/caução. Na área imobiliária, foi pago às seguradoras R\$ 1,8 milhão e recebido dos mutuários R\$ 1,0 milhão. As indenizações recebidas das seguradoras, referentes a 311 processos de sinistro,

totalizaram R\$ 982,2 mil. Relativo ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) foram analisados 2.424 contratos para novas habilitações, estando 1.469 contratos devidamente habilitados no Sistema do FCVS (SIFCVS).

- Área de Gestão de Pessoas - intensificação do controle de jornada de trabalho, cumprimento das regras contidas no Regulamento Interno da Companhia, atuação na gestão de afastados e gestão de conflitos, realização de programa voltado à Qualidade de Vida, coordenação de ações voltadas à capacitação de empregados, totalizando 124 funcionários, 248 horas de treinamentos e investimento de R\$ 41,2 mil. Reanálise e proposta de adequação do plano de cargos e salários 2014, em conformidade com a orientação do Ministério do Trabalho para possível homologação. Participação na implementação do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP- H) Nível A na Companhia, objetivando a certificação desta. Estruturação de proposta para implantação de Programa de Incentivo à Aposentadoria.
- Área de Licitação - visando atender às necessidades da Companhia, de janeiro a novembro, foram deflagrados 31 processos licitatórios, estando 20 concluídos e 11 em andamento. Encontra-se em andamento o credenciamento para a contratação de advogados autônomos trabalhistas. Cabe destacar o processamento de seis inexigibilidades; 19 dispensas de licitação, além da condução de 47 processos tratando de aditamentos contratuais e 11 relativos a apostilamentos. Estão em andamento 28 atas de Registros de Preços, decorrentes de licitações processadas pela própria Companhia, por meio do Sistema de Registro de Preços. Encontram-se abertos dois Chamamentos Públicos para formalização de novas parcerias, com seleção de empresas para produção de empreendimentos habitacionais e seleção de empresas com finalidade de realizar regularização fundiária urbana.
- Área Administrativa - a COHAPAR possui 113 contratos administrativos vigentes relacionados à manutenção e atendimento das necessidades operacionais da Companhia. Nesta área, realiza-se a coordenação das atividades operacionais relacionadas à administração e serviços demandadas pela Empresa. Redução de contratos com pessoal terceirizado na ordem de R\$ 4,0 milhões ao ano, além da revisão dos contratos, conforme Decreto nº 29/2015, proporcionando uma redução de R\$ 52,0 milhões.
- Área de Tecnologia da Informação - Os resultados obtidos na área até o presente momento se traduzem no recebimento de demandas relativas ao desenvolvimento, implantação e atualização e melhoria de sistemas para diversos setores da Companhia, atendidas sempre que possível. Destaca-se também a aquisição e renovação de *softwares* para atendimento dos compromissos assumidos pela Companhia, bem como implantação de soluções tecnológicas visando utilização consciente de seus recursos, contribuindo para a redução de seu custeio.

Companhia de Saneamento do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

4 Companhia de Saneamento do Paraná

A atuação da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) corrobora com as estratégias de crescimento do Paraná e demonstra o firme propósito da busca da sustentabilidade econômico-financeira e socioambiental, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

A SANEPAR conquistou o título de Maior Empresa de Serviços Públicos da Região Sul do Brasil; está entre as 500 Maiores Empresas da Revista Amanhã, na 20ª colocação entre as 500 maiores da Região Sul; segundo apuração da Revista Amanhã é a 8ª maior empresa, com a maior receita líquida no setor Serviços Públicos no Paraná em 2015.

A SANEPAR é uma das marcas corporativas que ocupam lugar de destaque na memória do paranaense. Na pesquisa *Top of Mind Amanhã PR 2014*, ocupa a primeira posição na categoria Empresa Preocupada com o Meio Ambiente; a segunda como Empresa Pública Eficiente e ocupa a quinta posição na categoria Empresa Paranaense em que Você Gostaria de Trabalhar.

O desenvolvimento regional também foi destaque. No *ranking* do Saneamento Básico do Instituto Trata Brasil, de 2015, Maringá foi a 2ª cidade colocada e Curitiba a 1ª entre as capitais. Londrina passou para a 4ª posição, Ponta Grossa 8ª, Cascavel 11ª, Foz de Iguaçu 26ª e São José dos Pinhais 51ª. Os resultados basearam-se no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) de 2013.

Inaugurou o novo Laboratório Central de Análise de Qualidade e Conformidade em Água e Esgoto de Curitiba, que atende a todo o Estado, com investimento de cerca de R\$ 30,0 milhões na obra e na compra dos móveis e equipamentos, possibilitando uma capacidade inicial mensal de 23.000 análises de água, 1.600 de esgoto e 1.956 para o controle da qualidade dos produtos químicos.

4.1 Mercado e Investimentos

A SANEPAR presta serviços de fornecimento de água tratada, coleta e tratamento de esgoto sanitário, coleta seletiva e destinação de resíduos sólidos. Atua em um complexo composto por 170 Estações de Tratamento de Água (ETAs), 1.027 poços e 234 Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), três Aterros Sanitários e quatro Barragens, com ramificações em todo o Paraná; e é operada por uma força de trabalho de 7.430 empregados qualificados e comprometidos com o saneamento ambiental, além de diversos colaboradores.

Aproximadamente 11,1 milhões de pessoas recebem água tratada mantendo o índice de abastecimento em 100,0% da população urbana, nos municípios em que atua com índice de conformidade ao padrão de potabilidade de 99,8%. Em relação à coleta de esgoto, o índice de atendimento, até setembro, foi de 66,6%, atingindo 7,4 milhões de habitantes.

Até dezembro a previsão é de ampliação para 68,0% do Índice de Atendimento com Rede Coletora de Esgoto.

Para manter esses índices, com qualidade na prestação dos serviços, foram realizados investimentos para melhorar e expandir os sistemas de produção e distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos, aumentar e proteger os recursos hídricos a fim de atender à crescente demanda por serviços de água e esgoto nos municípios que a Companhia atende. Até setembro, os investimentos alcançaram o valor de R\$ 597,8 milhões, possibilitando o incremento de 54 mil novas ligações de água e 66 mil ligações de esgoto.

4.2 Concessões

A SANEPAR por meio de contrato de e/ou Programas junto às prefeituras, presta serviços de distribuição de água, coleta, tratamento de esgoto e coleta e destinação de resíduos sólidos. Das 346 sedes municipais em que presta serviços, além de Porto União, em Santa Catarina, sete contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos.

Até o fechamento do terceiro trimestre, foram assinados nove Contratos de Programas, perfazendo um total de 134 contratos desta modalidade, formalizados com municípios para a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A Sanepar mantém um Contrato de Concessão e quatro Contratos de Programa para a prestação de serviços de Resíduos Sólidos Urbanos nos municípios de Cianorte, Apucarana, São Tomé, Terra Boa e Cornélio Procópio.

4.3 Fontes de Financiamento

As fontes dos recursos investidos foram: R\$ 63,4 milhões da Caixa Econômica Federal, R\$ 59,7 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) PAC 2, R\$ 8,1 milhões do Itaú PSI/13 e R\$ 104,5 milhões de debêntures, totalizando R\$ 235,7 milhões de empréstimos e financiamentos. Cerca de R\$ 362,1 milhões foram investidos com recursos próprios.

4.4 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

- PAC fase 1 - 111 empreendimentos, no valor total de R\$ 1,0 bilhão, assim distribuído: a) 53 empreendimentos com recursos do FAT/BNDES, 47 concluídos (R\$ 363,7 milhões); b) 98 empreendimentos com recursos do FGTS/CEF, 76 concluídos (R\$ 683,3 milhões); c) dois empreendimentos com recursos do OGU CAIXA (R\$ 13,8 milhões), 01 concluído; d) 10 empreendimentos com recursos do OGU da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), no valor de R\$ 51,7 milhões, dois concluídos.

- PAC fase 2 - em fase de elaboração dos projetos e execução das obras, será investido mais de R\$ 1,3 bilhão, via BNDES e Caixa Econômica Federal.
- BNDES: a) BNDES 2011, 13 empreendimentos, sendo quatro concluídos, no valor de R\$ 120,4 milhões; b) BNDES 2012, 13 empreendimentos no valor de R\$ 75,8 milhões; c) BNDES 2013, cinco empreendimentos no valor de R\$ 222,3 milhões; d) BNDES 2014, nove empreendimentos no valor de R\$ 313,4 milhões.
- Caixa: a) Caixa 2012, 22 empreendimentos no valor de R\$ 52,4 milhões, oito concluídos; b) Caixa 2013, 24 empreendimentos no valor de R\$ 537,7 milhões, um concluído; c) Caixa 2011 - OGU, um empreendimento no valor de R\$ 3,9 milhões; d) Caixa 2013 - OGU, um empreendimento no valor de R\$ 11,8 milhões.
- FUNASA 2014 - OGU, 17 empreendimentos no valor de R\$ 85,9 milhões.

4.5 Outras Fontes de Recursos

Mediante a emissão de debêntures pelo BNDES, foram garantidos os seguintes recursos: 2ª Emissão - R\$ 464,8 milhões, compreendendo 166 empreendimentos; 4ª Emissão - R\$ 365,1 milhões, compreendendo 56 empreendimentos.

4.6 Resultados Financeiros

A SANEPAR fechou o terceiro trimestre de 2015 com Patrimônio Líquido de R\$ 4,0 bilhões e Resultado Líquido de R\$ R\$ 299,0 milhões.

4.7 Meio Ambiente

Atendendo às responsabilidades sociais e ambientais, a SANEPAR buscou formas de atuação mais sustentável, desenvolvendo e mantendo Programas e projetos em diversas áreas: tratamento de água e esgoto, mananciais, redes de coleta e distribuição, reservação de água, atividades de suporte operacional, comercial, gestão e operação de resíduos sólidos urbanos. Desenvolveu ações para a educação ambiental mediante parcerias para a preservação dos recursos hídricos e como instrumento assegurando eficiência efetiva dos investimentos realizados.

Destaca-se o projeto de revitalização da Bacia do Iguaçu, realizado em parceria com o Governo do Estado e com a Prefeitura de Curitiba, pretende impactar diretamente na vida de mais de 4,4 milhões de pessoas. A Bacia do Rio Iguaçu é a maior do Paraná, servindo para geração de energia elétrica, desenvolvimento agrícola e industrial e onde está o Parque Nacional do Iguaçu, uma das primeiras unidades de conservação do país.

4.8 Tarifa Social

A SANEPAR mantém o benefício da Tarifa Social para famílias de baixa renda, usuárias dos serviços de água e esgoto, cuja tarifa é de R\$ 8,02 até 10 m³ de água por mês e R\$ 4,01 pelo esgotamento sanitário. O Programa está em constante revisão para que apenas as famílias carentes sejam atendidas.

Em setembro, estavam cadastradas no Programa 201 mil famílias resultando em subsídio acumulado até o terceiro trimestre de R\$ 58,9 milhões.

Companhia Paranaense de Energia



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

5 Companhia Paranaense de Energia

A Companhia Paranaense de Energia (COPEL), criada em outubro de 1954, é a maior empresa do Paraná e atua com tecnologia de ponta nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia, além de telecomunicações.

Opera um abrangente e eficaz sistema elétrico com parque gerador próprio de usinas, linhas de transmissão, subestações, linhas e redes elétricas do sistema de distribuição e um moderno e poderoso sistema óptico de telecomunicações que integra as principais cidades do Estado.

Tem como missão desenvolver e prover soluções inovadoras, sustentáveis e eficazes em energia, telecomunicações e serviços em prol do desenvolvimento da sociedade e das futuras gerações.

5.1 Destaques de 2015

Merece destaque o programa de investimentos, considerando suas subsidiárias integrais e as Sociedades de Propósito Específico (SPEs), da ordem de R\$ 1,6 bilhão, com R\$ 861,0 milhões aplicados em projetos de geração e transmissão de energia, R\$ 486,0 milhões em obras de distribuição e R\$ 79,0 milhões em telecomunicações; e o alinhamento dos principais objetivos da atual gestão: simplificar e tornar mais ágil o atendimento à população, investir em tecnologia para melhorar os serviços prestados ao público, reduzir custos e buscar novos investimentos em geração e transmissão de energia elétrica.

O Planejamento Estratégico Integrado da COPEL foi revisado, com a participação de profissionais de todas as Diretorias da empresa, observando os novos cenários nacionais e internacionais sobre concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre redução de encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária. E objetiva levar à conquista de sua Visão de Ser Referência nos Negócios em que Atua Gerando Valor de Forma Sustentável, nos negócios que compõem seu *core business*: Geração, Transmissão, Distribuição e Telecomunicação.

5.2 Modelo de Excelência da Gestão

A Companhia adotou o Modelo de Excelência da Gestão (MEG®) da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), que tem o objetivo de promover a melhoria da gestão empresarial, tendo como referência os fundamentos de excelência, reconhecidos internacionalmente e que são encontrados em organizações líderes de Classe Mundial.

Em 2015, a COPEL Distribuição participou do prêmio Nacional da Qualidade e a COPEL Telecom participou do Prêmio Paranaense da Qualidade de Gestão (PPRQG). Essas participações irão contribuir, mais uma vez, para a implantação de melhorias na gestão.

5.3 Acompanhamento dos Projetos Corporativos

Por meio da ferramenta *Enterprise Project Management* (EPM), o Escritório de Projetos Corporativo da COPEL efetuou o monitoramento físico e financeiro de 11 projetos corporativos e seis projetos de SPEs em que a Companhia tem participação.

5.4 Geração de Energia Elétrica

5.4.1 Operação e Manutenção de Usinas

No âmbito da operação e manutenção do parque gerador, encontra-se em andamento obras e projetos para assegurar maior confiabilidade ao sistema elétrico como um todo. Dentre eles, destacam-se:

- Conclusão da reforma dos equipamentos de elevação e transporte, pórticos rolantes de 800 toneladas e 135 toneladas da Usina Hidrelétrica (UHE) Governador Bento Munhoz da Rocha Netto.
- Contratação da empresa Andritz Hydro para modernização da UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, que deverá contemplar a troca dos rotores das turbinas, instalação de reguladores de tensão e de velocidade das quatro unidades geradoras, com investimento da ordem de R\$ 129,5 milhões.
- Retorno operacional das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Cavernoso e Salto do Vau, inundadas na cheia de junho de 2014.
- Recuperação da PCH Cavernoso II inundada na cheia de junho de 2014, com previsão de retorno operacional em dezembro de 2015.
- Contratação da empresa Unisystem para modernização da Usina Termelétrica (UTE) Figueira, com previsão de conclusão em outubro de 2016, com investimento da ordem de R\$ 118,0 milhões.
- Reforma do distribuidor da unidade geradora 2 na UHE Governador José Richa.

5.4.2 Expansão da Geração de Energia

- Usina Hidrelétrica Colíder - localizada no Rio Teles Pires, entre os municípios de Nova Canaã do Norte e Itaúba, no Mato Grosso, as obras iniciaram em 2011, e devem absorver R\$ 1,9 bilhão em investimentos. O empreendimento terá 300

megawatts (MW) de capacidade instalada, com previsão de entrar em operação comercial em 2016. Cerca de 88,0% das obras estão concluídas. Deu-se início aos trabalhos de supressão da vegetação na área do futuro reservatório. A COPEL Geração e Transmissão S.A. conquistou a concessão para implantação e exploração da UHE Colíder por 35 anos no leilão de energia realizado pela Aneel, em 30 de julho de 2010.

- Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu - publicada a decisão que autorizou a retomada das obras paralisadas pela suspensão da Licença de Instalação do empreendimento pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (4º TRF/RS). O Consórcio Empreendedor, para cumprimento da decisão, encaminhou ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) as informações necessárias para atender as condicionantes adicionais ao Licenciamento Ambiental, impostas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) que adiaram a retomada. A COPEL, que detém 30,0% de participação no empreendimento, obteve a Renovação da Licença Ambiental de Instalação e encontra-se tomando providências para a retomada das obras em 2015. Os trabalhos no canteiro de obras foram iniciados em julho de 2013, com a escavação do circuito de geração, a terraplanagem do canteiro e a construção das áreas de alojamento. A hidrelétrica terá potência instalada de 350,2 MW e será construída no Rio Iguaçu, entre os municípios de Capanema e Capitão Leônidas Marques, no Sudoeste do Paraná. Com investimento estimado de R\$ 1,6 bilhão e previsão da primeira unidade entrar em operação em setembro de 2018.

5.4.3 Complexo Hidrelétrico do Tapajós

A COPEL participa com outras oito empresas do Acordo de Cooperação Técnica do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, constituído para desenvolver estudos nos Rios Tapajós e Jamanxim, na região Norte do Brasil. Os estudos previstos compreendem a avaliação ambiental da Bacia do Rio Tapajós e estudos pertinentes a cinco empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada inicialmente estimada em 10.682 MW. Os trabalhos foram iniciados pelas duas maiores usinas, São Luiz do Tapajós e Jatobá, ambas no Rio Tapajós, com o estudo de viabilidade da UHE São Luiz do Tapajós entregue em março de 2014 e aceito pela Aneel em maio de 2014, conforme Despacho 1.341/2014. Prevê-se a realização de leilão para comercializar a energia deste empreendimento em 2016.

5.4.4 Participação em Leilões de Energia Nova

Encontra-se em desenvolvimento estudos de viabilidade técnica, socioambiental, institucional e econômica para subsidiar decisões sobre a participação nas disputas de

concessões para implantação e exploração das usinas hidrelétricas que serão licitadas nos próximos leilões de novos empreendimentos de geração a serem promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

5.4.5 Petróleo e Gás

Considerando: a) a tendência da mudança da matriz energética brasileira, incorporando quantidade significativa de geração eólica e hidráulica a fio d'água, de caráter intermitente, resultando na necessidade de geração térmica para firmar o Sistema Interligado Nacional (SIN); b) as limitações de fornecimento de gás natural em todo o território nacional pela infraestrutura de transporte deficiente, pela produção brasileira insuficiente e com valores acima do mercado internacional; c) o término do contrato de fornecimento de gás boliviano em 2019; d) a necessidade de fomentar o desenvolvimento econômico sustentável no Estado do Paraná; alinhado ao referencial estratégico da Companhia e aos interesses do Governo do Estado do Paraná, a COPEL busca a viabilização de projetos de importação, exploração, produção, comercialização e transporte de gás natural, bem como geração termelétrica a gás natural no Estado do Paraná.

A COPEL arrematou quatro blocos para a exploração e produção de gás natural no Paraná na 12ª Rodada de Licitações realizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em novembro de 2013. A Companhia entrou no leilão com 30,0% de participação no consórcio Petra, que reúne ainda as empresas Petra Energia (30,0%), Bayar (30,0%) e Tucumann (10,0%). Os blocos de exploração vencidos pelo grupo ficam nas regiões de Pitanga e de Pato Branco. O investimento do consórcio será de cerca de R\$ 100,0 milhões na primeira fase da prospecção, com duração de quatro anos, em que serão aprofundados os estudos para identificar a capacidade de produção dos blocos.

Em setembro de 2014, a COPEL e suas parceiras do consórcio constituíram a Paraná Gás Exploração e Produção S.A., sociedade de propósito específico, que irá atuar nas atividades de exploração (prospecção e pesquisa) e produção de petróleo e gás natural convencional nos blocos da Bacia do Paraná.

Os efeitos da 12ª Rodada de Licitações encontram-se suspensos desde junho de 2014, devido a liminar judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 5005509-18.2014.404.7005, com os desembolsos e os estudos de prospecção e pesquisas paralisados.

5.4.6 Outras Fontes de Energia Renovável

A COPEL Renováveis S.A. foi criada em outubro de 2013, em consonância com o planejamento estratégico corporativo, com o propósito de conquistar protagonismo na matriz energética brasileira com a geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas renováveis.

Dentre as principais conquistas da COPEL Renováveis em 2015, destaca-se a ampliação de 385,6 MW de capacidade instalada de energia limpa e renovável ao parque gerador da COPEL e os esforços para atendimento dos quesitos necessários às questões fundiárias acerca do empreendimento eólico Cutia que permitam o início da construção deste empreendimento até 2016.

- Complexo Eólico São Bento - localizado no Rio Grande do Norte, em fevereiro, teve início sua operação comercial. O complexo é formado por quatro parques que possuem capacidade instalada de 94,0 MW e garantia física de 46,3 MW médios. A energia produzida foi comercializada no 2º Leilão de Fontes Alternativas, realizado em agosto de 2010, ao preço médio, histórico, de R\$ 134,52/MWh.
- Complexo Eólico Brisa Potiguar - em abril, entrou em operação comercial o parque eólico Santa Maria, está localizado no Rio Grande do Norte e possui 29,7 MW de capacidade instalada e 15,7 MW médios de garantia física. Sua energia foi comercializada no 4º Leilão de Energia de Reserva, em agosto de 2011, ao preço médio, histórico, de R\$ 101,98/MWh. Em maio, entraram em operação comercial os parques eólicos: Santa Helena com 29,7 MW de capacidade instalada e 16,0 MW médios de garantia física, e Ventos de Santo Uriel com 16,2 MW de capacidade instalada e 9,0 MW médios de garantia física. Sua energia foi comercializada no 4º Leilão de Energia de Reserva, em agosto de 2011, ao preço médio, histórico, de R\$ 101,98/MWh para Santa Helena e R\$ 101,19/MWh para Santo Uriel. Em agosto, entraram em operação comercial os parques eólicos Asa Branca I com 27 MW de capacidade instalada e 13,2 MW médios de garantia física e o parque eólico Nova Eurus IV com 27 MW de capacidade instalada e 13,7 MW médios de garantia física. Sua energia foi comercializada no 2º Leilão de Fontes Alternativas, em agosto de 2010, ao preço médio, histórico, de R\$ 135,40/MWh. Em setembro, entraram em operação comercial os parques eólicos Asa Branca II com 27 MW de capacidade instalada e 12,8 MW médios de garantia física e o parque eólico Asa Branca III com 27 MW de capacidade instalada e 12,5 MW médios de garantia física. Sua energia foi comercializada no 2º Leilão de Fontes Alternativas, em agosto de 2010, ao preço médio, histórico, de R\$ 135,40/MWh.
- Complexo Eólico São Miguel do Gostoso - a COPEL possui 49,0% de participação neste complexo eólico localizado no Rio Grande do Norte. Em junho, a ANEEL concedeu a condição de apto a operar aos parques eólicos São João, Carnaúbas, Santo Cristo e Reduto enquanto aguardam a conclusão de seu ponto de conexão ao Sistema Interligado Nacional (Subestação Touros) de responsabilidade de terceiros, tendo, cada um dos parques capacidade instalada de 27 MW e 14,2 MW médios de garantia física. Sua energia foi comercializada no 4º Leilão de Energia de Reserva ao preço médio, histórico, de R\$ 98,92/MWh.

- Empreendimento Eólico Cutia - localizado no Rio Grande do Norte, está dividido em dois grandes complexos, a saber: a) Complexo Cutia - composto por sete parques eólicos com 180 MW de capacidade instalada total e 71,4 MW médios de garantia física. A energia desses parques foi comercializada no 6º Leilão de Reserva, em outubro de 2014, ao preço médio, histórico, de R\$ 144,00/MWh e a previsão inicial para sua entrada em operação é setembro de 2017; b) Complexo Bento Miguel - composto por seis parques eólicos com 132,3 MW de capacidade instalada total e 54,8 MW médios de garantia física. A energia desses parques foi comercializada no 20º Leilão de Energia Nova, em novembro de 2014, ao preço médio, histórico, de R\$ 136,97,00/MWh e a previsão inicial para sua entrada em operação desses é janeiro de 2019.
- Pretende-se vender, por meio dos leilões destinados a energia eólica, mais dois projetos eólicos denominados de Complexo Alto Oriente com 60 MW de capacidade instalada e 27,4 MW médios de garantia física e o Complexo Jandaia com 99,0 MW de capacidade instalada e 42,8 MW médios de garantia física até o primeiro semestre de 2016.

5.5 Transmissão de Energia Elétrica

Em janeiro, entrou em operação na Subestação Guaíra, o banco de capacitores 230 kV-50 Mvar. Localizada na região Oeste do Estado, proporcionou uma melhora significativa nos níveis de tensão do sistema da região e foi autorizado pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 4.005/2013, proporcionando à COPEL GeT um incremento de receita anual de aproximadamente R\$ 900,0 mil.

Em março entrou em operação a nova linha de transmissão 230 kV, segundo circuito que interliga as subestações Foz do Chopim e Salto Osório, situadas nos municípios de Quedas do Iguaçu e São Jorge d'Oeste respectivamente. A nova linha possui uma extensão de 10 km e reforça o fluxo de energia que é transmitida pelo Sistema Interligado Nacional. O empreendimento foi obtido por meio do Leilão ANEEL, sendo celebrado por meio do Contrato de Concessão nº 022/2012.

Em junho entrou em operação a nova linha de transmissão 230 kV, segundo circuito que interliga as subestações Londrina e Figueira, situadas nos municípios de mesmo nome, a nova linha possui uma extensão de 92 km e reforça o fluxo de energia transmitida pelo Sistema Interligado Nacional. O empreendimento foi obtido por meio do Leilão ANEEL, sendo celebrado no Contrato de Concessão nº 022/2012. A COPEL investiu para realização desse empreendimento, do Contrato de Concessão nº 022/2012, o valor aproximado de R\$ 49,0 milhões e proporcionará o recebimento de uma Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 5,1 milhões por ano, nos próximos 30 anos.

5.5.1 Novos Empreendimentos

A obra da Subestação Paraguaçu Paulista II (230 kV), no Estado de São Paulo, iniciada em 2014, encontra-se na fase de montagem eletromecânica e comissionamentos dos equipamentos. O investimento previsto para o projeto é de R\$ 58,0 milhões e a receita anual para a COPEL está estimada em R\$ 7,0 milhões, a partir da entrada em operação, que deve ocorrer no primeiro trimestre de 2016. A obra será um marco histórico para a Companhia, sendo o segundo empreendimento de transmissão no atendimento fora das fronteiras do Paraná e proporcionará à empresa um incremento de receita anual de aproximadamente R\$ 7,0 milhões.

Pelo Contrato de Concessão nº 005/2014, conquistado pela COPEL Geração e Transmissão S.A. em leilão da ANEEL, a Subestação Curitiba Norte está sendo construída na Região Metropolitana de Curitiba e vai operar na tensão de 230 kV, por uma linha de transmissão com 33 km de extensão conectando outra subestação existente denominada Subestação (SE) Bateias. Com R\$ 69,0 milhões em investimentos, proporcionará à COPEL uma receita anual aproximada de R\$ 7,7 milhões quando entrar em operação em 2016.

Os contratos de concessão nº 021/2014 e 022/2014, arrematados pela COPEL Geração e Transmissão S.A., abrangem os seguintes empreendimentos:

- Subestação Realeza Sul - que será construída na região Sudoeste do Paraná e vai operar na tensão de 230 kV, e uma linha de transmissão com 53 km de extensão que irá conectá-la a outra subestação existente denominada SE Foz do Chopim. Com investimento previsto de R\$ 49,0 milhões e receita anual estimada de R\$ 6,4 milhões quando entrar em operação em 2017.
- Linha de transmissão 500 kV com 120 km de extensão que irá conectar as subestações Londrina e Assis-SP. Com investimento previsto de R\$ 135,0 milhões e receita anual estimada de R\$ 16,7 milhões quando entrar em operação em 2017.

A ANEEL emitiu a Resolução Autorizativa nº 4.890/2014 para COPEL Geração e Transmissão S.A., ordenando investimentos e ampliações nas subestações Bateias e Guaíra, com a instalação de novos bancos de capacitores que vão operar na tensão de 230 kV, além da instalação de uma linha de transmissão 230 kV com 132 km de extensão (em dois trechos de 46 e 96 km, respectivamente) que irá conectar as subestações Ponta Grossa Norte e Figueira, com seccionamento na nova Subestação Klabin Celulose (KLACEL), em Ortigueira. Com investimento previsto de R\$ 88,0 milhões e receita anual estimada de R\$ 12,3 milhões, possuindo as previsões de entrada em operação em novembro de 2016 e julho de 2017, respectivamente.

No segmento de transmissão de energia, a COPEL integra ainda outras 10 Sociedades de Propósito Específico (SPEs), parte delas com empreendimentos em operação e outras com obras em andamento. No total, essas SPEs detêm concessão para instalação de 10 subestações e 5.347 km de linhas de transmissão em nove estados brasileiros, com investimentos proporcionais a participação da COPEL GeT que somam quase R\$ 2,7 bilhões

nas obras em andamento, conforme demonstrado de maneira detalhada no relatório *Earnings Release 3T15*, item 8.2 página 44, disponível no sítio eletrônico www.copel.com/ri.

5.5.2 Operação e Manutenção da Rede Básica

Dentro das atividades de operação e manutenção das instalações da COPEL na Rede Básica (acima de 230 kV), foram implementadas melhorias e novas tecnologias, visando garantir os índices de disponibilidade dos 2.302 km de linhas de transmissão e 33 subestações.

Nesse contexto, destacam-se:

- Conclusão da modernização do sistema de proteção, supervisão e controle das subestações Figueira e Chavantes-SP, em 230 kV.
- Realização de inspeção aérea nas linhas de transmissão 230 kV e 500 kV visando maior confiabilidade do sistema de transmissão.
- Energização da Linha de Transmissão 230 kV, em junho, com aproximadamente 90 km de extensão, interligando as subestações Londrina (Eletrosul) com Figueira (COPEL).
- A COPEL realizou o comissionamento e energização da Subestação KLACEL 230 kV e das Linhas de Transmissão 230 kV KLACEL - Figueira, KLACEL - Ponta Grossa Norte e Mauá - KLACEL, empreendimento implantado pela empresa Klabin S.A. para conexão de sua nova planta de celulose ao Sistema Interligado Nacional. Estes ativos de transmissão estão em processo de transferência e serão integrados à concessão de transmissão da Companhia.
- Comissionadas e energizadas as instalações de duas subestações e respectivas linhas de transmissão de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) em que a COPEL tem participação societária: a) Subestação Curitiba Leste 525 kV, Linha de Transmissão 525 kV Curitiba Leste - Curitiba (Eletrosul) e Linhas de Transmissão 230 kV Curitiba Leste - Distrito Industrial de São José dos Pinhais, Curitiba Leste - Posto Fiscal, Curitiba Leste - Santa Mônica e Curitiba Leste - Uberaba. Este empreendimento foi implantado pela SPE Marumbi, sociedade entre COPEL-GeT (80%) e Eletrosul (20%), e entrou em operação em 28 de junho; b) Subestação Santa Quitéria 230 kV e Linhas de Transmissão 230 kV Santa Quitéria - Campo Comprido e Santa Quitéria - Umbará. Este empreendimento, de propriedade da SPE Caiuá, sociedade entre COPEL-GeT (49%) e Elecnor (51%), passou por um processo de recuperação após incêndio ocorrido no final de 2014 e retornou à operação em novembro.
- *Retrofit* da proteção de barra de 138 kV da SE Guaíra e melhorias do serviço auxiliar de corrente contínua e alternada na mesma.

- Instalação de painel de comutação de referência de tensão na barra de 138 kV da Subestação Guaíra.
- Substituição da proteção dos transformadores interligadores da SE Pato Branco 230 kV.
- *Retrofit* nas proteções de barras da SE Pato Branco.
- Início da obra de instalação do segundo banco de capacitores com potência de 30 MVAR na SE Guaíra.
- Início da obra de construção da linha de transmissão Foz do Chopim - Realeza Sul 230 kV.
- Início da obra da Subestação Realeza Sul 230 kV.
- Troca dos registradores de perturbação osciloperturbógrafos nas Subestações Cascavel Oeste, Salto Caxias, Salto Santiago e Foz do Chopim.
- Transferência da supervisão das subestações da região Oeste para o COGT, em dezembro.
- Energização das linhas de transmissão operadas em 138 kV Pinheiros 2 e São Cristóvão (DIS), e energização em barra dupla o setor 138 kV da Subestação Cascavel Norte.

5.6 Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Inovação Tecnológica

Foi criada a Coordenação de Inovação, subordinada diretamente à Presidência da Empresa, com o propósito de estabelecer a política de inovação da Companhia e de suas Subsidiárias Integrais, disseminar a cultura de inovação entre todos os empregados, prospectar novas oportunidades tecnológicas, coordenar e facilitar as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, atuar na inovação da gestão empresarial e viabilizar programas e projetos especiais de interesse da COPEL e do Governo do Estado, a fim de garantir a competitividade empresarial e maximizar a geração de valor para a Sociedade.

Atualmente, a COPEL possui uma carteira de projetos de inovação em andamento, que totalizam cerca de R\$ 123,0 milhões. Com essa magnitude de investimento, a COPEL se firma como a empresa que mais investe em inovação no Paraná.

Os impactos da inovação são evidenciados a partir do momento em que ela contribui para o incremento da produtividade, a melhoria na execução dos processos e a qualidade dos produtos e serviços. A inovação leva a uma diferenciação dos negócios da Empresa e possibilita, conseqüentemente, maior competitividade e consolidação de atividades estrategicamente necessárias para seu crescimento sustentado.

Em 2015, a COPEL iniciou um levantamento para identificar todos os cursos de nível superior, no Paraná, que de alguma forma se relacionam com as atividades da Companhia; bem como levantar os projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico que estejam em andamento no Estado e se relacionem ao tema da energia, para que todos os

esforços de pesquisa e ensino superior no Estado, dentro desse tema, possam ser convergentes e sinérgicos.

Foram contratados 18 projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, sendo que continuam em execução 25 projetos e 11 projetos estão em fase de contratação. Em 14 deles a Companhia participou de forma cooperada com outras empresas ou instituições de pesquisa.

Como resultado dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação foram protocolizados 15 pedidos de patentes de produtos junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

5.7 Distribuição de Energia Elétrica

No âmbito de distribuição de energia, a Companhia apresenta, em relação aos anos anteriores, crescimento no número de consumidores de todas as classes.

O incremento de ligações previsto para 2015, é 110,7 mil consumidores cativos, sendo 99,9 mil residenciais, 1,2 mil industriais, 7,9 mil comerciais, 1 mil rurais e 700 das demais classes de consumo.

Desta forma, serão faturados 4.438 mil consumidores, número 2,6% superior ao verificado em 2014.

5.7.1 Mercado de Energia Elétrica

A tabela a seguir apresenta o mercado realizado em 2014, o estimado para 2015 e as respectivas taxas de crescimento:

| CLASSE | CONSUMO ATIVO POR CLASSE - GWh | | | NÚMERO DE CONSUMIDORES CATIVOS (x mil) | | |
|-------------|--------------------------------|--------|------|--|-------|-----|
| | 2015* | 2014 | % | 2015* | 2014 | % |
| Residencial | 6.963 | 7.267 | -4,2 | 3.537 | 3.437 | 2,9 |
| Industrial | 6.977 | 6.838 | 2,0 | 92 | 91 | 1,3 |
| Comercial | 5.608 | 5.470 | 2,5 | 377 | 399 | 2,1 |
| Rural | 2.265 | 2.252 | 0,6 | 374 | 373 | 0,3 |
| Outros | 2.371 | 2.381 | -0,4 | 58 | 57 | 1,3 |
| TOTAL | 24.184 | 24.208 | -0,1 | 4.438 | 4.327 | 2,6 |

* Estimativa

5.7.2 Ações Relevantes da Distribuidora

- Aperfeiçoamento de ações e projetos visando modernidade e agilidade no atendimento ao cliente, com redução do impacto ambiental e melhoria no atendimento, como o envio e recebimento de mensagens SMS e o incentivo de uso de canais alternativos de atendimento como a agência virtual.

- Foi dada continuidade ao Programa de Eficiência Energética, por meio da ação COPEL na Comunidade, com a distribuição de 20.000 geladeiras e 10.000 recuperadores de calor, e desenvolvimento do programa COPEL Lar Eficiente com a substituição de 12.000 geladeiras e freezers.
- Programa Iluminando Gerações - tem por objetivo a realização de palestras para alunos do 4º ano do ensino fundamental de escolas públicas, com caráter informativo e preventivo quanto ao uso consciente e seguro de energia elétrica, utilização dos recursos naturais (energia e água) e destinação correta dos resíduos; neste ano teve a participação de aproximadamente 50.000 crianças.
- Veiculação de cerca de 3.400 *spots* de rádio diariamente em todo o Estado do Paraná alertando sobre o uso seguro e eficiente da energia elétrica, bem como sobre os canais de atendimento e os programas sociais, fortalecendo a imagem da Empresa.
- Fatura Solidária - lançamento do programa com o objetivo de repassar às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) do Paraná um valor para cada fatura em que o cliente opte por não receber mais em papel e apenas por *e-mail*, com mais de 18 mil adesões à campanha desde seu lançamento em maio.
- Em 2015, a COPEL Distribuição participou das grandes feiras e eventos como EXPOLONDRINA, EXPOINGÁ, Show Rural com divulgação sobre uso eficiente e seguro de energia elétrica + COPEL *Mobile*; Semana Nacional de Segurança com Energia Elétrica; ações em escolas, mercados, praças, terminais de ônibus, área rural e construção civil; organização do *Workshop* Nacional sobre Segurança no Trabalho em Altura e organização do *Workshop* de Geração Distribuída com a participação de 150 pessoas.
- Premiações - em 2015, foram realizadas diversas pesquisas de satisfação dos clientes para direcionar ações de melhorias nos serviços, que possibilitaram à distribuidora as seguintes premiações: a) 1º lugar no Índice de Satisfação de Qualidade Percebida (ISQP) residencial, com 88,6% de clientes residenciais satisfeitos, Melhor do Sul e Prata no CIER 2015, sendo 1º lugar em Atendimento no Brasil pelo terceiro ano consecutivo; b) 1º lugar no ISQP não-residencial, com 86,5% de clientes industrial e comercial satisfeitos; c) 78% dos clientes rurais satisfeitos e criação do programa + Clic Rural.
- Implantação total do Sistema de Leitura com Impressão Simultânea da nota fiscal/conta de energia elétrica, envolvendo 100% dos consumidores urbanos atendidos em baixa tensão, com economia na impressão de faturas em folhas especiais e na utilização de envelopes com janela plástica para aproximadamente 4.050.000 unidades consumidoras.
- Serviço de envio de SMS aos clientes para aviso de conclusão de serviços de ligação nova, desligamento a pedido, vistoria de unidade consumidora; aviso de

cobrança com o envio de 2.858.057 SMS até outubro; comunicação de falta de energia com o recebimento de 543.685 SMS até outubro.

- Envio de reaviso de vencimento e da fatura por *e-mail*, para os Grupos A e B. Com isto, as faturas deixam de ser impressas no momento da leitura, ou posteriormente, reduzindo o impacto ambiental. Ao optar por esta modalidade, o cliente recebe todo mês uma mensagem com *link* para a Agência Virtual da COPEL, onde a fatura poderá ser visualizada e impressa. São 48.045 unidades consumidoras cadastradas, sendo 6.823 do Grupo A e 41.222 do Grupo B.
- Continuidade no atendimento a clientes por meio dos diversos canais disponíveis:
 - a) atendimento telefônico, com média mensal de 453.847 ligações atendidas;
 - b) 405 agências e postos de atendimento na área de concessão da COPEL, responsáveis por 2.654.023 atendimentos presenciais realizados até outubro;
 - c) *site* COPEL, com média mensal de 674.208 serviços;
 - d) COPEL Mobile, que possibilita informar falta de energia, consulta débitos, histórico de consumo, desligamentos programados e locais onde estão situadas as agências e postos de atendimento. O serviço também possibilita a atualização do cadastro de telefone e e-mail do cliente, a escolha de uma data fixa de vencimento da fatura de energia, a informação da autoleitura, a solicitação de religação e a consulta ao código de barras para pagamento da fatura. Entre janeiro e outubro foram realizadas 722.074 solicitações de serviços pelo COPEL *Mobile*.
- Investimentos de aproximadamente R\$ 743,0 milhões para as obras de expansão, melhoria, renovação, automação e desenvolvimento de redes de distribuição, sendo R\$ 228,0 milhões para a construção de subestações e linhas de transmissão de alta tensão e R\$ 515,0 milhões para as redes de distribuição de média e baixa tensão.

Em 2015, foram validadas prototipagens de soluções para as vertentes de reconfiguração de redes e de telemedição compartilhada, bem como houve continuidade no processo de acompanhamento da evolução tecnológica e regulatória dos testes de conceitos (automação residencial, geração distribuída, utilização de veículos elétricos, entre outros). Para a reconfiguração de redes o desempenho satisfatório do protótipo operando na região do bairro Bigorrião se desdobrou em três frentes: a) disseminação controlada para outras cinco regiões no Estado, buscando validação com tecnologias disponíveis em mercado (região do bairro Bacacheri, em Curitiba, e municípios de Ponta Grossa, Londrina, Maringá e Guaíra); b) aplicação de uma solução de mercado no município de Salto do Lontra; c) continuidade do desenvolvimento interno de uma solução mais flexível que as disponíveis em mercado. No que diz respeito à telemedição, desenvolveu-se internamente na COPEL um sistema de faturamento automático das medições de consumo das unidades consumidoras coletadas remotamente em meio compartilhado com os serviços da SANEPAR e da COMPAGÁS.

5.8 Telecomunicações

Aceleração na expansão da rede de fibras ópticas (anel principal) - a COPEL chegou com sua fibra óptica em todos os 399 municípios paranaenses.

Principais dados técnicos da COPEL Telecomunicações até setembro:

- Cabos ópticos instalados no anel principal (*backbone*): 185 km (acumulado: 9.793 km).
- Cabos ópticos autossustentados (FTTX e Acesso) instalados (acumulado: 18.212 km).
- Número de cidades atendidas: 399 no Paraná e duas em Santa Catarina.
- 20.514 novos clientes (acumulado: 41.153 clientes).
- 2.113 escolas estaduais ligadas.
- Número de atendimentos definitivos ao Governo: acumulado: 5.211 atendimentos, sendo 2.113 do Paraná Digital e 3.098 da RedeGov)
- Índice de disponibilidade média dos serviços: 99,98%.
- Novos projetos: a) início da comercialização do produto BEL Fibra-Internet para clientes em Banda Extra Larga em Colorado, Paranaguá, Palotina e União da Vitória; b) fornecimento de acesso sem fio à *internet* (serviço *wireless*) durante a temporada no Litoral do Estado e durante o ano em feiras e exposições no interior do Estado.

5.9 Tecnologia da Informação

- Planejamento 2016-2020 da função Tecnologia da Informação, incluindo revisão do direcionamento tecnológico de *hardware* e *software* e revisão dos processos correlatos, incluindo a revisão de riscos, controles SOX (Lei Sarbanes-Oxley) e indicadores.
- Implantação do módulo PS (*Project Systems*) da SAP para a gestão de projetos de telecomunicações, possibilitando planejamento das atividades, licitação, materiais, orçamento, mão de obra interna e externa, acompanhamento da evolução da obra, pagamento de fornecedores, vistoria e fornecimento de relatórios *standard*.
- Implantação do módulo SAP PM (*Plant Maintenance*) para a COPEL Distribuição, para a gestão de manutenção das redes de distribuição.
- Implantação do GRC (*Governance, Risk and Compliance*) no SAP voltado à segregação de funções e gestão de acessos, visando atender requisitos de governança e *compliance*, possibilitando redução de custos de Tecnologia da Informação (TI) e monitoramento contínuo de riscos e controles nos principais processos da Companhia.
- Implantação da solução ERP da SAP nas SPEs em processos de Contabilidade, Financeiro, Suprimentos e Recursos Humanos nas Sociedades de Propósitos Específicos da COPEL Renováveis.

- Implantação do WMS Automação de Almoxxarifados, automatizando a entrada e saída de materiais dos almoxxarifados da COPEL.
- Atendimento às Instruções Normativas nº 93/2013 e nº 99/2013 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE) - adequação do SAP, módulos de Licitação e contratos para a geração dos arquivos que atende o Sistema Estadual de Informações (SEI), módulo Captação Eletrônica de Dados (SEI-CED).
- Desenvolvimento do GEOPRO Rural - módulo que permite a elaboração de projetos em área rural, levando em consideração informações como altimetria do terreno e trações aplicadas nas estruturas durante a determinação da resistência mecânica do poste, permitindo a elaboração de orçamentos de projetos na área rural com maior assertividade e menor custo.
- Aplicativo GEOIP - desenvolvido para levantamento de dados de iluminação pública em campo, que permite a cópia de mapas para um dispositivo móvel (*tablet* ou *smartphone*), a atualização dos atributos de iluminação pública nesses dispositivos e um processo de devolução automática dessas informações para o cadastro georreferenciado da rede elétrica de distribuição.
- Sistema de informações de interrupções, com visualização das interrupções ocorridas na rede de distribuição da COPEL em tempo real.
- Gestão Integrada da Força de Trabalho (GIFT) - desenvolvida buscando melhorar o dimensionamento da força de trabalho das equipes, a padronização na execução dos serviços, permitir acompanhamento mais efetivo, otimizar a rota dentre outros.
- Automatização do processo de gestão de anuências e instituição de servidão por meio *Business Process Management* (BPM), promovendo a gestão por meio dos indicadores, e disponibilizando ao cliente solicitante a atualização do processo diretamente no site da COPEL.
- Implantação de sistema automatizado para a gestão dos ativos de *software* de TI, promovendo o maior controle mantendo dados dos ativos, suas versões, dependências, responsáveis e demais informações.

5.10 Regularização Fundiária

O processo de regularização das fazendas dos reassentamentos decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica Governador José Richa, continua em andamento. As famílias foram realocadas para viabilizar o empreendimento e os títulos estão sendo entregues aos respectivos ocupantes. No último trimestre de 2015, foram entregues aos Cartórios de Registro de Imóveis 92 escrituras públicas para transferência da titularidade dos imóveis, referentes às Fazendas Baratter, Centenário (área da Comarca de Cascavel) e Boa Esperança, e as famílias beneficiadas deverão receber as respectivas matrículas até

fevereiro de 2016. As fazendas Nova Prata, Centenário (área da Comarca de Guaraniaçu) e Flamapec, estão em situação de regularização mais avançada, com previsão de entrega de 65 matrículas em 2016.

Após retirar, em 2013, cerca de 50 famílias de uma área invadida na região chamada de São Bernardo, a COPEL firmou parceria com a Prefeitura de União da Vitória, com vistas a implementar um Parque Público naquela área, evitando futuras invasões e permitindo que toda a população possa usufruir do espaço. Em 2015, as obras civis foram concluídas e foi firmado Termo de Cessão dos imóveis que compõe a área do Parque.

Destaque também para a celebração de Termo de Cooperação Técnica entre a COPEL e Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil do Estado do Paraná para troca de informações, com o objetivo de ampliar a gestão de riscos e desastres naturais no Estado do Paraná.

5.11 Responsabilidade Corporativa - Programas Socioambientais

5.11.1 Sustentabilidade Empresarial e Responsabilidade Social

Para reafirmar seu compromisso com a sociedade, a COPEL busca impulsionar o crescimento econômico com responsabilidade social, investindo em iniciativas externas que visam promover a sustentabilidade, os direitos humanos, a conduta ética e transparente e as melhores práticas de governança corporativa. Entre elas, estão:

- Pacto Global - desde 2000, como reafirmação de seu compromisso com a sustentabilidade, a COPEL mantém-se signatária do Pacto Global, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) que visa mobilizar a comunidade empresarial para a adoção de valores como direitos humanos, relações no trabalho, meio ambiente e combate à corrupção em seus negócios.
- Relatório de Sustentabilidade no modelo do *Global Reporting Initiative* (GRI) - a COPEL adota as diretrizes GRI-G4 como referência na elaboração de seus relatórios de sustentabilidade, visando fornecer informações transparentes sobre sua gestão e seu desempenho nos aspectos mais relevantes à sustentabilidade do negócio, por meio de indicadores consistentes e comparáveis.
- Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE BOVESPA) - desde a criação do índice a Companhia utiliza essa plataforma para medir seu desempenho em sustentabilidade empresarial. A COPEL integra a 10ª Carteira do ISE BM&FBOVESPA com vigência de dezembro de 2014 até dezembro de 2015.
- *Principles for Responsible Management Education* (PRME) - a UniCOPEL elaborou módulo em EaD sobre Sustentabilidade, parte do curso de Integração aos novos empregados, ressaltando seus conceitos, importância para a Companhia e

especialmente, sobre seu papel neste tema; participou das reuniões do *Chapter Brazil*, aprendendo as melhores práticas com os demais signatários; e elaborou o programa de desenvolvimento de liderança com base nos princípios da liderança responsável, com lançamento previsto para 2016.

- Programa de Educação para Sustentabilidade - Seminário COPEL de Sustentabilidade - visa compartilhar conhecimentos e experiências sobre o tema, por meio da apresentação das boas práticas de sustentabilidade empresarial. Realizado desde 2010, o evento contribui para a educação e fortalecimento da cultura para sustentabilidade trazendo, para o ambiente empresarial, conteúdos e temas tratados sistêmica e transversalmente, sendo focados em questões nas dimensões ambiental, social e econômica. Em 2015, foi realizado, nos dias 01 e 02 de outubro a VI Edição do Seminário COPEL de Boas Práticas Socioambientais, que desde sua 4ª edição está voltado para empregados e fornecedores da COPEL; e a Feira de Boas Práticas Socioambientais, com objetivo de oportunizar o encontro de empresas, instituições sociais, universidades e institutos com o propósito de troca de experiências, apresentação de seus produtos e apoio a instituições de apoio social reconhecidas no Estado do Paraná.

Em 2015, diversos programas e projetos que beneficiam a sociedade foram colocados em prática ou ampliados:

- EletriCidadania - Programa Corporativo de Voluntariado instituído em 2004, visa o incentivo do voluntariado e o desenvolvimento de atitudes de cidadania e responsabilidade social entre os empregados. O Programa permite que empregados utilizem até quatro horas mensais de seu tempo de trabalho para a execução, de forma voluntária e espontânea, de ações comunitárias que levem ao desenvolvimento sustentável da sociedade em todos os aspectos, sejam eles culturais, educacionais ou profissionais.
- Promoção da Diversidade - em 2015, foi instituída a Comissão Permanente de Diversidade, cujos objetivos são sensibilizar e mobilizar o quadro funcional visando à promoção da igualdade de direitos, oportunidades e reconhecimento para todos, com atenção a grupos vulneráveis e sujeitos à discriminação baseada em gênero, raça, cor, deficiência, orientação sexual, idade e religião. Em novembro, a COPEL foi contemplada com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça na 5ª edição da Secretaria de Políticas para as Mulheres, concedido às empresas comprometidas com a equidade de gênero no trabalho.
- Gestão da Sustentabilidade na Cadeia de Suprimentos - um dos objetivos da Comissão Permanente para gestão da sustentabilidade na cadeia de suprimentos é contribuir para o desenvolvimento dos fornecedores, estabelecendo parâmetros vinculados à sustentabilidade e propor ações que promovam e fortaleçam as boas práticas por meio de ações contínuas. Em 2015, as ações foram

concentradas na capacitação da rede de fornecedores da COPEL em temas relacionados a Sustentabilidade, realizadas no Paraná, em parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI).

- Programa Corporativo de Acessibilidade - tem como objetivo tornar a estrutura da empresa acessível às pessoas com deficiência, eliminando as barreiras que impeçam tal condição tanto nos seus serviços, quanto nas instalações, relacionamento e comunicações, abrangendo público interno (empregados) e externo (partes interessadas). Para clientes com deficiência visual, a COPEL emite demonstrativos da fatura de energia em Braille e mantém o seu *site* acessível a deficientes visuais desde setembro de 2008. Até 2015, 81,7% das agências e postos de atendimento foram adaptados arquitetonicamente. Foi assinado, também, Termo de Acordo com Ministério Público do Trabalho para implementação e intensificação de ações do Programa nos quesitos arquitetônicos, tecnológicos e atitudinais, visando maior inclusão dos PCDs.
- Cultivar Energia - em parceria com prefeituras municipais e comunidades tem como objetivo implementar hortas comunitárias nos imóveis sob linhas de transmissão (LT) de energia elétrica da COPEL. Com a ocupação social de espaços ociosos, pretende-se promover a inclusão, segurança alimentar e geração de renda; bem como proporcionar segurança à comunidade. Em 2015, houve continuidade dos projetos: Horta Comunitária Parque Itaipu (sob LT 230 kV), Horta Comunitária Vila Esperança (sob LT 138 kV) e Horta Comunitária Cidade Canção (sob LT 230 kV), implantadas em 2013 e 2014. As hortas beneficiam em torno de 140 famílias de comunidades do município de Maringá. Além dos benefícios sociais e ambientais, as hortas contribuem na guarda e preservação dos imóveis sob linhas de energia.
- Programa Luz Fraterna - mantido em parceria com o Governo do Paraná, em que as unidades consumidoras classificadas como residencial baixa renda e com consumo mensal de até 120 kWh, tem isenção total da fatura. Até setembro de 2015, o total de recursos do Governo do Estado com o pagamento do programa foi da ordem de R\$ 26,0 milhões, com uma média de 139.000 famílias atendidas mensalmente. Estima-se aplicação de mais R\$ 10,2 milhões até dezembro.
- Programa Tarifa de Irrigação Noturna e Programa Tarifa Rural Noturna - programas realizados em conjunto com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA). Visam incentivar o aumento da produtividade agrícola, mediante desconto de 60,0% a 70,0% na tarifa de energia elétrica utilizada para a produção, no período entre 21h30 e 06h00, bem como, subsídios na construção/reforço de redes para atendimento aos irrigantes, com aumento da renda e melhoria da qualidade de

vida para o produtor rural. Encontram-se cadastrados 4.199 agricultores na Tarifa de Irrigação Noturna e 9.794 consumidores rurais no Programa Tarifa Rural Noturna.

- Programa de Eficiência Energética (PEE) - anualmente, a COPEL desenvolve o PEE, em atendimento ao contrato de concessão para distribuição de energia elétrica e à Lei nº 9.991/2000, com a aplicação de recursos financeiros em projetos que têm como objetivo a promoção da eficiência energética no uso final da energia elétrica. Em 2015 foram aplicados cerca de R\$ 35,0 milhões em ações que contemplaram a melhoria da eficiência energética nas instalações de consumidores residenciais de baixa renda, escolas estaduais, hospitais sem fins lucrativos, prédios públicos, estabelecimentos comerciais, entre outros projetos.
- Telemedicação Grupo A - a COPEL expandiu a telemedicação para os seus maiores clientes, os consumidores pertencentes ao grupo A. Até novembro, foram mais de 13.000 pontos telemedidos, correspondendo a quase 92% do total. Os dados do faturamento são obtidos automaticamente, sem o deslocamento de um leiturista, o que melhora a qualidade do processo, elimina erros e agrega valor, com a disponibilidade de dados para os processos internos e, via *internet*, para os clientes. Tem ainda a capacidade de monitorar o uso da energia elétrica, emitindo alarmes, quando situações anômalas ocorrem, contribuindo para a detecção de defeitos e procedimentos irregulares na medição e reduzindo as perdas comerciais da COPEL. Os demais clientes situam-se em áreas descobertas dos sistemas de telefonia celular.
- Projeto Paraná *Smart Grid* - instalados 2.000 pontos de telemedicação na área urbana de Curitiba e 1.000 pontos na área rural de Colombo e Bocaiúva do Sul para testar as tecnologias. A leitura é feita de hora em hora possibilitando a detecção de erros, falta de energia e obtenção da leitura para faturamento sem deslocamentos. Em 2016, pretende-se expandir para cerca de 30 mil pontos.
- Programa Iluminando Gerações - tem por objetivo a realização de palestras para alunos do 4º ano do ensino fundamental de escolas públicas, tem caráter informativo e preventivo quanto ao uso consciente e seguro de energia elétrica, utilização dos recursos naturais (energia e água) e destinação correta dos resíduos. Para reforçar as informações são distribuídos para os alunos, professores e funcionários das escolas, *Kit-Escola* com duas cartilhas, Cuidados com a Energia Elétrica e Uso dos Recursos Naturais e Desafio Elétrico, caderno, lápis com borracha e régua. Em 2015, levou orientações para aproximadamente 50.000 alunos de todo o Paraná.
- PrevenCão - desenvolve ações, em conjunto com os Correios, SANEPAR e Cavo, que ajudam a conscientizar a população sobre a importância dos cuidados com os animais de estimação, na prevenção de acidentes, sendo carteiros,

leituristas e garis os alvos mais comuns de acidentes com cães. Foi desenvolvida cartilha com orientações e dicas sobre como cuidar do animal, e realizada apresentação da peça teatral PrevenCão em escolas municipais e eventos.

- Programa + Clic Rural - lançado em agosto, visa à melhoria da qualidade do fornecimento de energia elétrica na área rural, com foco nas atividades agropecuárias integradas com processos produtivos sensíveis a interrupções. A previsão de investimento é de R\$ 500,0 milhões para aplicar o conceito de redes inteligentes na área rural do Paraná até 2018, com previsão de atendimento a 68.334 consumidores diretos e mais de 600.000 consumidores indiretos.
- Projeto Mais que Energia - criado em 2014, tem como objetivo a implantação, expansão e consolidação de projetos e programas de investimentos sociais para a comunidade. No primeiro projeto, os recursos foram oriundos da linha de Investimentos Sociais de Empresas (ISE), do BNDES, em um montante de R\$ 750,0 mil e visa apoiar instituições e escolas que atendem pessoas surdas e/ou surdocegas, com os seguintes temas: educação e inclusão social; segurança de ambientes para atendimento a elas; acessibilidade; saúde e qualidade de vida; e treinamento e capacitação de profissionais para atender aos alunos. Para este primeiro projeto, três instituições foram selecionadas. Os projetos selecionados serão atendidos na ordem decrescente da pontuação obtida, até que os recursos disponíveis sejam esgotados.
- Fatura Solidária - desde julho de 2015, clientes que optarem pela fatura por e-mail participam do Projeto Fatura Solidária. A cada adesão pela fatura por e-mail a COPEL doa R\$ 1,00 para as APAEs do Estado do Paraná. Os primeiros repasses ocorrerão em Janeiro de 2016, via Federação das APAEs do Estado do Paraná (FEAPAES/PR).
- Programa Morar Bem Paraná - destinado ao atendimento a famílias que irão residir em conjuntos habitacionais construídos pela Companhia Paranaense de Habitação (COHAPAR). Consiste na construção pela COPEL das entradas de serviço das residências, sem custo para as famílias. O programa teve início em dezembro de 2011 e até 2015, foram beneficiadas 29.704 famílias.
- Cobrança de Valores de Terceiros (CVT) - arrecadação de contribuições, via fatura de energia, para entidades filantrópicas contratantes junto à COPEL DIS. Os valores devem ter autorização por escrito do cliente e devem ser de no mínimo R\$ 1,00 e no máximo R\$ 150,00. Atualmente 108 instituições filantrópicas estão cadastradas, e possuem arrecadação média mensal de R\$ 1,5 milhão por meio de 186.000 doadores.

5.11.2 Gestão Socioambiental

- Licenciamento Ambiental - protocoladas 121 solicitações de licenças ambientais, para empreendimentos de Geração, Transmissão e Distribuição de energia no Estado do Paraná e em outros Estados. Foram emitidas 106 licenças; permanecem em análise nos órgãos ambientais 87 processos de licenciamento, incluindo solicitações protocoladas em anos anteriores a 2015. Foi realizado o IV *Workshop* de Licenciamento Ambiental com o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), em agosto, com o objetivo de abordar temas que influenciam o processo de licenciamento ambiental, buscando eficiência e agilidade.
- Regularização do Licenciamento Ambiental - com o objetivo de regularizar o licenciamento ambiental de Linhas de Transmissão e Subestações que iniciaram sua operação antes de fevereiro de 1986, a COPEL firmou com o IAP um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Foram protocolados junto ao órgão ambiental os 219 processos de licenciamento previstos no TAC; destes, foram emitidas 140 Licenças de Operação, o que equivale a 64% dos protocolos; o restante aguarda manifestação do órgão ambiental.
- Regularização do Patrimônio Cultural - realizada a compensação financeira anual à Comunidade Indígena Apucarantina, de acordo com a geração anual de energia produzida pela UHE Apucarantina, conforme estipulado no Termo de Ajustamento de Conduta firmado em 2002 com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Ministério Público Federal (MPF). Foram realizadas reuniões ordinárias mensais e extraordinárias do Comitê Gestor para gestão dos recursos financeiros oriundos da indenização da COPEL à comunidade, prevista no TAC firmado em 2006 com a FUNAI e MPF. Encontram-se em execução 13 projetos de sustentabilidade aplicado à Comunidade Indígena.
- Comunidade Indígena Barão de Antonina - realizada a compensação financeira anual à Comunidade Indígena Barão de Antonina, de acordo com os valores estipulados no TAC firmado em 2006, com a FUNAI e MPF, referente à LT 230 kV Figueira-Apucarana. Foram realizadas atividades de capacitação dos indígenas, para atendimento ao Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas da Terra Indígena, conforme TAC firmado em 2009, com a FUNAI e MPF.
- UHE Mauá - foram realizadas reuniões com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e elaboradas as especificações técnicas dos projetos e programas previstos no TAC, firmado em 2012, com o MPF, IAP e IPHAN, para mitigar e compensar os impactos causados sobre sítios arqueológicos na área de influência da UHE Mauá.
- Estudos Ambientais - os Estudos de Impacto Ambiental (EIAs), Estudos Ambientais Simplificados (EASs) e o Relatório Ambiental Simplificado (RAS), para a fase de

Licenciamento Prévio, têm por objetivo diagnosticar a situação local quanto aos meios físico, biótico e socioeconômico; identificar e avaliar os potenciais impactos socioambientais das etapas de planejamento, construção e operação de um empreendimento e; propor medidas para minimizar eventuais impactos negativos e potencializar os positivos. Na fase de licenciamento de instalação e obtenção de autorização para supressão de vegetação, são desenvolvidos estudos como o Inventário Florestal, Projeto Básico Ambiental (PBA), Relatório Detalhado dos Programas Ambientais (RDPA). Foram elaborados estudos ambientais para quatro subestações e 13 Linhas de Transmissão de Energia; estudos ambientais para sete Parques Eólicos, considerando uma Subestação, uma Linha de Transmissão e um Traçado de Redes de Média Tensão, associados aos parques.

- PBA da UHE Mauá - composto por 21 programas e 13 subprogramas ambientais que visam prevenir, mitigar e compensar os impactos negativos decorrentes da construção da Usina, bem como potencializar e otimizar os impactos positivos. Foram concluídos os programas de Monitoramento e Conservação da Fauna Terrestre e Monitoramento de Taludes Marginais e estão em andamento: Limpeza da Bacia de Acumulação (comercialização do material lenhoso proveniente da supressão da vegetação), Monitoramento da Qualidade da Água, Recuperação e Formação da Faixa de Proteção Ciliar do Reservatório, Monitoramento e Manejo da Ictiofauna.
- UHE Colíder - em construção na região Norte do Mato Grosso, nos municípios de Colíder, Nova Canaã do Norte, Itaúba e Cláudia, o PBA está em implantação com 32 Programas que contemplam os meios físico, biótico e socioeconômico. Foi protocolizada solicitação da Licença de Operação, com emissão prevista para 2016.
- LT Araraquara - em Taubaté-SP, é obra prioritária do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e fundamental para escoar a energia proveniente das usinas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio), no Estado de Rondônia para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O futuro empreendimento projeta-se sobre 28 municípios de São Paulo, sendo que o licenciamento foi subdividido em trechos: 1.1A, 1.1B, 1.2, 1.3 e 2. A Licença Prévia do empreendimento foi emitida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), em agosto de 2012. Em 2015, foi emitida a Licença Ambiental de Instalação (LI) para os Trechos 1.1A, 1.1B e 2. Continua em análise pelo órgão ambiental o pedido de LI do Trecho 1.2 e Trecho 1.3. O PBA elaborado para subsidiar a solicitação da Licença de Instalação é composto por nove programas e 11 subprogramas socioambientais.
- Gestão Socioambiental de Reservatórios - foram mantidas as atividades previstas no programa que visa avaliar a qualidade e disponibilidade de água nos reservatórios

das usinas hidrelétricas da COPEL GeT, bem como promover ações de inspeções para o levantamento de ocorrências ambientais e fundiárias nos reservatórios, implementação do SIGSAM-GR, ferramenta para gestão de ocorrências nos reservatórios e Áreas de Preservação Permanente (APPs) da COPEL e o monitoramento hidrológico e da qualidade da água dos reservatórios.

- Programa Florestas Ciliares - tem como objetivo a recuperação dos ambientes naturais no entorno dos reservatórios das usinas que, de acordo com a posição fitoecológica, deve ser essencialmente feita por meio de plantios florestais, em atendimento a Resolução CONAMA nº 302/2002 e ao novo Código Florestal, Lei nº 12.651/2012. Foram plantadas 123.605 mudas, que representa uma área recuperada de 67 hectares; foram reformados 3.060 metros de cercas utilizadas para proteção das áreas reflorestadas e implantados outros 120 metros. Somando o número de mudas plantadas nos últimos oito anos, chega-se a aproximadamente 1,3 milhão de mudas.
- Hortos Florestais - situam-se nas UHEs Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, Governador Ney Aminthas de Barros Braga, Governador José Richa, Mourão, Mauá e Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, sendo o último desativado em meados de 2015. A produção de mudas inclui mais de 130 espécies arbóreas nativas, dos diversos tipos de vegetação do território paranaense, inclusive espécies ameaçadas de extinção, como o palmito-juçara, o buriti, o xaxim, a canela-sassafrás, a peroba-rosa, entre outras. Nos seis hortos florestais da COPEL, foram produzidas 171.604 mudas de espécies nativas (136 espécies), além de mudas de espécies exóticas de nove diferentes espécies, para atender aos plantios do Programa Florestas Ciliares, do Programa de Arborização Urbana e o fornecimento de mudas para atendimento de condicionantes ambientais em razão de empreendimentos e ações da COPEL.
- Programa de Monitoramento e Repovoamento de Ictiofauna - o monitoramento da ictiofauna atende a condicionantes ambientais e visa observar mudanças na fauna de peixes dos reservatórios e possíveis influências da operação de nossas usinas nestas comunidades. O repovoamento, atende às demandas de órgãos ambientais e governamentais em eventos promovidos em prol do meio ambiente. Entre os peixes produzidos está o Surubim-do-Iguaçu, maior peixe do Rio Iguaçu, ameaçado de extinção. Teve continuidade o monitoramento da fauna de peixes em reservatórios e o repovoamento com 101.427 indivíduos, com 91.427 liberados nos reservatórios da COPEL e outros 10.000 cedidos ao torneio de pesca esportiva organizado pelo grupo PE-2 de pesca esportiva com apoio da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).
- Programa Florestas Urbanas - incentiva a melhoria da arborização urbana dos municípios da área de concessão da Companhia, por meio de ações junto às

prefeituras, visando a convivência das redes de distribuição de energia e as árvores urbanas. Após nove anos de execução, o Programa de Arborização Urbana foi reformulado em 2015, sendo renomeado Programa Florestas Urbanas, e teve alterada a forma de repasse de mudas aos municípios, com trâmites iniciados para fornecimento de mudas no ano de 2016. As principais ações realizadas foram: continuidade de convênio de substituição de árvores com a Prefeitura Municipal de Curitiba, substituindo 304 árvores em risco sob as redes de energia; curso técnico de arborização urbana, em parceria com a SEDU e o IAP, em que foram treinados 26 gestores e servidores de 12 municípios do Paraná; participação no Comitê de Trabalho Interinstitucional Planos Municipais de Arborização Urbana, coordenado pelo Ministério Público do Paraná, com avaliação de 57 planos municipais de arborização.

- Comitê Técnico de Gerenciamento de Bifenilas Policloradas (PCB) - a COPEL acompanha institucionalmente os encaminhamentos para a construção de resolução do CONAMA relacionada a este tema e coordena o Grupo de Trabalho das Distribuidoras de Energia Elétrica do Brasil, por meio da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (ABRADEE). Em 2014, a Companhia habilitou-se e foi uma das três empresas selecionadas para realizar o projeto PNUD BRA/08/G32 - PCBs. Em 2015, tiveram início os trabalhos da Consultoria contratada por meio do Edital PNUD RFP 27435/2015, cujos resultados serão compartilhados com o setor elétrico e os órgãos envolvidos.
- Programa de Gestão Corporativa de Resíduos - com o objetivo principal de implantar, padronizar e sistematizar as melhores práticas de gestão de resíduos na Companhia, foram realizadas as seguintes ações: publicação do Aditamento da Chamada Pública Permanente COPEL DMC 001/2013, visando o cadastramento de Associações e Cooperativas de Catadores de materiais recicláveis, em atendimento ao Decreto Estadual nº 4167/2009; participação no Fórum Lixo e Cidadania do Paraná; publicação do Manual de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; atualização das normas internas de gerenciamento de resíduos sólidos. Foram destinadas 67,25 toneladas de sólidos contaminados para coprocessamento em fornos de cimenteira; 33,5 toneladas de baterias chumbo-ácido para reciclagem e 31.900 lâmpadas para descontaminação.
- Programa de Gestão Corporativa de Mudanças Climáticas - tem por objetivo definir o posicionamento da COPEL frente ao tema, identificar oportunidades e riscos relacionados aos negócios da Companhia e fomentar a inovação em tecnologias e processos para incentivar a redução de emissões de gases de efeito estufa. Desde 2008, a COPEL elabora e divulga o Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE), conforme o Programa GHG Protocol e para garantir a fidedignidade dos dados, submete-o à verificação externa desde 2013. Em 2015, iniciou estudos

relacionados à adaptação de seus empreendimentos frente às mudanças climáticas, bem como avaliação de sua pegada de carbono, além de estudos de precificação de carbono. Neste ano a Companhia aderiu ao Registro Público de Emissões de Gases de Efeito Estufa da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná, recebendo importante premiação do Selo Clima Paraná, na categoria Ouro.

5.12 Administração

5.12.1 Gestão de Pessoas

- Quadro de empregados - admitidos mediante concurso público, 223 empregados, sendo 163 na carreira profissional de nível médio; 44 na carreira técnica de nível médio; 16 na carreira profissional de nível superior, no período de janeiro a outubro foram desligados 167 empregados.
- Programa Aprendiz conta com 246 jovens de 14 a 18 anos, tendo sido atendidos desde 2005, mais de 982 adolescentes.
- Programa de Estágios - 334 estagiários, sendo 207 técnicos de nível médio e 127 de nível superior, nas diversas unidades da empresa.
- Universidade COPEL (UniCOPEL) - tem por objetivo definir políticas e diretrizes de educação corporativa visando à melhor execução das estratégias corporativas, bem como atuar no desenvolvimento de programas educacionais para a liderança com base nos direcionamentos estratégicos da Companhia. Seu desafio estratégico é ser referência no desenvolvimento de pessoas, agregando valor aos negócios corporativos. Até a primeira quinzena de novembro foram registradas 21.121 participações em 1.662 treinamentos, que equivalem a 2,4 participações por empregado da COPEL. Dois programas foram destaque em 2015: a) capacitação em língua estrangeira - com 222 empregados desenvolvendo proficiência em outros idiomas; b) aumento das receitas - com 60 participantes que trabalham com prospecção e análise de oportunidades de novos negócios, e foram capacitados nos temas Gestão Estratégica dos Negócios de Energia, Finanças e Mercados de Energia, Jurídico, Negociação Avançada, Fusões e Aquisições, Energias Renováveis e Sustentabilidade. A alta liderança da empresa participou de um programa de gestão avançada, focada na capacidade de pensar estratégica e sistemicamente e de liderar em contextos de alta incerteza. Por fim, participou ativamente do *Principles for Responsible Management Education (PRME) Chapter Brazil* compartilhando as melhores práticas com os demais signatários desta iniciativa.

5.13 Resultados Econômico-Financeiros

De janeiro a setembro, a receita operacional bruta da COPEL foi de R\$ 18.431,0 milhões, montante 46,7% superior ao mesmo período do ano anterior. A participação do ICMS nessa receita foi de R\$ 3.157,0 milhões, com variação positiva de 71,6%, representando um aumento de R\$ 1.317,0 milhões.

Entre janeiro e setembro, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização atingiu R\$ 1.628,0 milhões, montante 10,6% inferior ao apresentado no mesmo período do ano anterior (R\$ 1.821,2 milhões).

O lucro líquido da COPEL totalizou R\$ 863,0 milhões nos nove primeiros meses de 2015, montante 18,9% inferior aos R\$ 1.064,8 milhões apurados no mesmo período do ano anterior. Isso se deve principalmente ao aumento no valor da compra de energia de Itaipu em decorrência da valorização do dólar, ao aumento nos encargos do uso da rede elétrica devido ao maior despacho de usinas térmicas e do reajuste da tarifa de transmissão da energia de Itaipu e ao aumento nas provisões para litígios e passivo contingente.

O programa de investimentos para 2015 prevê cerca de R\$ 2.477,0 milhões, sendo R\$ 1.586,0 milhões, nos primeiros nove meses, considerando suas subsidiárias integrais e as SPE, com R\$ 861,0 milhões aplicados em projetos de geração e transmissão de energia; R\$ 486,0 milhões em obras de distribuição, e R\$ 79,0 milhões em telecomunicações. Dos R\$ 861,0 milhões investidos no segmento de geração e transmissão, R\$ 31,0 milhões foram investidos na Usina Hidrelétrica de Baixo Iguaçu, R\$ 275,0 milhões na UHE Colíder, R\$ 149,0 milhões nas linhas de transmissão que estão em construção no Paraná e em outros oito estados e R\$ 235,0 milhões em parques eólicos localizados no Rio Grande do Norte. Quanto ao desempenho das ações da COPEL, de janeiro a setembro, as ações ordinárias nominativas (ON) e as ações preferenciais nominativas classe "B" (PNB) estiveram presentes em 100% dos pregões da BM&FBovespa. As ações ON encerraram o período cotadas a R\$ 21,55 e as ações PNB a R\$ 32,64 com variações negativas de 13,5% e 9,1%, respectivamente.

As ações PNB negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) também estiveram presentes em 100,0% dos pregões e registraram desvalorização de 37,7% no período, cotadas a US\$ 8,21. A Companhia também lista suas ações PNB na Europa, via Mercado de Valores Latino-Americano em Euros-Latibex, vinculado a Bolsa de Valores de Madri. Nesse mercado, as ações da COPEL estiveram presentes em 95% dos pregões, e registraram variação negativa de 33,1%, fechando o período em € 7,44.

5.14 Reconhecimentos

Em julho os clientes residenciais elegeram a COPEL como melhor distribuidora do Brasil. Este resultado também foi apurado pela Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (ABRADEE) durante do ciclo de pesquisas do Prêmio ABRADEE que é um dos prêmios mais importantes do setor.

Foi divulgado pela ANEEL, no início de 2015, o índice de reclamações procedentes na Ouvidoria da mesma, referente, a 2014 que demonstrou que a COPEL é a distribuidora brasileira que mais respeita seus consumidores e tem o menor nível de procedência de reclamações de clientes junto à ANEEL, ou seja, quase todos os problemas dos clientes são resolvidos pelos canais de atendimento da companhia.

A COPEL recebeu vários reconhecimentos, são eles:

- Prêmio ABRADÉE de Melhor Distribuidora do Brasil na Avaliação do Cliente, concedido pela Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica a partir dos resultados da Pesquisa ABRADÉE, realizada junto a uma amostragem representativa de todos os segmentos de consumidores de energia entre fevereiro e março.
- Prêmio CIER de Qualidade - Categoria Prata, 2ª melhor distribuidora da América Latina. A premiação é oferecida pela *Comisión de Integración Energética Regional* (CIER). A empresa foi a campeã em 2012 e 2014, e ficou com o bronze em 2011 e 2013.
- Empresa que melhor atende reclamações na ANEEL pelo quarto ano consecutivo. O prêmio resulta do índice de reclamações procedentes na Ouvidoria da entidade. O levantamento demonstrou que praticamente a totalidade dos problemas dos clientes são resolvidos pelos canais de atendimento da companhia.
- Prêmio Destaque do Ano do Anuário Telecom, na categoria Serviços Corporativos. Publicado pela Fórum Editorial, o anuário publica o *ranking* das maiores empresas de telecomunicações do país e escolhe as empresas que se destacam em cada um dos segmentos que compõem o mercado brasileiro de telecomunicações.
- Prêmio Destaque do Ano do Anuário Informática Hoje, na categoria Serviços/Governo, como empresa pública de grande porte. Publicado pela Fórum Editorial, o anuário publica o *ranking* das maiores e mais eficientes empresas de Tecnologia da Informação do país nas áreas de *hardware*, *software*, integração, serviços e governo.
- Conquistou o Selo MSCI ESG, concedido às empresas que integram o índice de sustentabilidade *da Morgan Stanley Capital International* (MSCI), líder mundial na composição de índices financeiros que servem de referência para investidores. O selo é concedido a empresas que exibem excelente desempenho nas áreas social, ambiental e de governança corporativa.
- Certificada com o Selo Ouro Clima Paraná, concedido pelo Registro Público de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Governo Estadual. Criado pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos em 2015, o selo certifica as ações de empresas paranaenses no campo das mudanças climáticas. A COPEL realiza desde 2009 o inventário corporativo de emissões de gases de efeito estufa.

Controladoria Geral do Estado



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

6 Controladoria Geral do Estado

A Controladoria Geral do Estado (CGE) tem por finalidade, dentre outras, o acompanhamento e observância dos limites legais e constitucionais de gastos em áreas afins pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual; a realização de inspeções nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial, de pessoal e demais sistemas; a verificação quanto ao cumprimento dos princípios e das normas que norteiam a conduta da Administração Pública, especialmente em relação à legalidade, impessoalidade, economicidade, publicidade e à moralidade administrativa e, também, na defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos; o recebimento e apuração de reclamações ou denúncias fundamentadas, velando por seu integral atendimento e resolução, inclusive às consultas e aos requerimentos formulados pelo Poder Legislativo, Poder Judiciário e pelo Ministério Público do Estado, recomendando, quando constatada omissão da autoridade competente, a instauração de sindicâncias e procedimentos administrativos pertinentes; a avaliação da economia, eficiência e eficácia dos procedimentos adotados pela administração pública mediante acompanhamento dos sistemas de Planejamento e Orçamento, Contabilidade e Finanças, Compras e Licitações, Obras e Serviços, e Administração de Recursos Humanos.

6.1 Assessoria Técnica

Pesquisa sobre valores organizacionais dos servidores da Controladoria.

- Regularidade jurídica, fiscal e econômico-financeira dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual no Cadastro Único de Convênios (CAUC) - acompanhamento sistemático e permanente do cumprimento do Decreto nº 36/2015 e comunicação aos órgãos para a regularização de pendências. Encontra-se em desenvolvimento, em conjunto com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR), um sistema para auxiliar o acompanhamento da regularidade dos órgãos no CAUC.
- Vedação do nepotismo e probidade e moralidade administrativa - realização de estudos e elaboração de propostas de encaminhamento para o cumprimento dos Decretos nº 26 e nº 41/2015, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual direta e indireta.
- Manual de Procedimentos da CGE - encontra-se em elaboração o mapeamento de processos internos com a conclusão prevista para 2016.
- VIII Fórum Interestadual de Regularidade - promoveu a oitava edição do fórum, realizado em novembro, em parceria com o Grupo de Gestores das Finanças Estaduais.

6.2 Coordenadoria de Controle Interno

- Sistema Integrado de Avaliação e Controle (SIAC) - utilizado para avaliar os controles institucionais dos órgãos e entidades vinculadas ao Poder Executivo Estadual. Foram realizados: a) implantação e manutenção de novos fluxos; b) acompanhamento automático do plano de ação proposto pelos gestores dos órgãos e entidades; c) avaliação dos controles internos existentes nos 106 órgãos e entidades vinculadas ao Poder Executivo Estadual, mediante envio de 25.769 quesitos de avaliação, em formulários do sistema. Emissão de relatórios, contendo recomendações, aos dirigentes da Administração Pública Estadual, relativas às avaliações dos controles existentes; e encaminhamento do Relatório do Controle Interno, aos dirigentes dos órgãos e entidades, contendo as ações desenvolvidas no exercício de 2014, solicitando informações das medidas implementadas e a implementar, e visando o saneamento das desconformidades apontadas.
- Manutenção da Integração da Rede Agentes de Controle Avaliativos em todos os órgãos e entidades do Poder Executivo.
- Manifestação processual acerca de procedimentos licitatórios, aquisição de bens e serviços, realização de despesas, reestruturação organizacional, com a propositura de decretos normativos de ordem administrativa, orçamentária e financeira.
- Realização de auditorias de conformidade nos pontos de controle da Central de Viagens, Bens Móveis, Bens Imóveis e Almoxarifado, de quatro órgãos.
- Elaboração de Termo de Referência, Solicitações de Proposta e de Manifestação de Interesse para a contratação de empresa de consultoria especializada visando o desenvolvimento de ferramentas de tecnologia integradas para o controle da gestão pública, em parceria com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL).

6.3 Coordenadoria de Transparência e Controle Social

- Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias (SIGO) - análise e estudo de proposta para alterações no sistema, visando aperfeiçoar o cumprimento da Lei de Acesso à Informação, no âmbito administrativo e gerencial.
- Capacitação dos Agentes de Informação, com a revisão e implantação de novas sistemáticas para o cumprimento da legislação de acesso à informação e transparência.
- Rede de Controle da Gestão Pública do Estado do Paraná - participação nas reuniões e ações promovidas, em especial da Comissão Permanente de Prevenção e Controle Social e da Comissão de Proposição Legislativa.

- Estudo e elaboração de projeto visando o desenvolvimento de sistema de acompanhamento da evolução patrimonial de servidores públicos e outros mecanismos que possibilitem evitar e combater fraudes praticadas no âmbito da administração pública.
- Procedimentos para a garantia do acesso à informação - apresentação de proposta de alteração do Decreto nº 10.285/2014 visando, dentre outros, estabelecer a classificação de informações sigilosas.
- Ampliação dos canais de comunicação entre a administração pública e a sociedade civil com a disponibilização do formulário Denuncie Corrupção, no site da CGE, visando à participação do cidadão na fiscalização e avaliação das ações do Estado.
- Coordenação das ações de transparência passiva no âmbito estadual, possibilitando ao cidadão o acompanhamento dos procedimentos junto aos órgãos, orientação e retorno aos pedidos de informações.

6.4 Coordenadoria de Corregedoria

- Realização de inspeções: in loco em sindicâncias e processos administrativos disciplinares em órgãos e instituições da Administração Pública Estadual; e pontuais em procedimentos administrativos, por provocação de autoridades e cidadãos.
- Emissão de relatórios com as constatações e recomendações para o melhor andamento na área disciplinar, garantindo a lisura na administração pública, a probidade, a adequada prestação do serviço público e o bom atendimento dos administrados.
- Acompanhamento dos atos relativos à instauração, processamento e conclusão de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, em cumprimento ao Decreto nº 1.195/2011.
- Elaboração: de apostila para orientação de servidores públicos quanto a questões disciplinares, em especial àqueles componentes de comissões processantes, disponível no site da CGE; de minuta de Projeto de Lei que institui o regulamento disciplinar dos servidores públicos do Estado do Paraná, visando sua atualização; e do Manual Prático de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares.

6.5 Coordenadoria de Ouvidoria

- O SIGO, administrado pela Ouvidoria, com 2.395 usuários cadastrados, registrou 49.440 atendimentos realizados pelas Ouvidorias Setoriais dos órgãos e entidades que integram o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Estadual, até 31 de outubro. Desses, 5.335 atendimentos foram efetivados pela Coordenadoria,

assim distribuídos: a) quanto à natureza do atendimento - 2.206 denúncias, 1.690 solicitações, 1.315 reclamações, 85 sugestões e 39 elogios; b) quanto à forma de contato - 18 por carta, 27 pessoalmente, 1.160 por telefone e 4.130 pela internet; c) quanto à identificação - 1.912 anônimos, 3.152 identificados e 271 sigilosos. Das 20 áreas demandadas, oito foram responsáveis por mais de 80,0% dos atendimentos realizados: Administração Geral (30,6%), Insuficiência de Elementos (16,4%), Educação (10,8%), Segurança (10,7%), Fazenda (5,4%), Meio Ambiente (4,9%) e Saúde (4,7%).

- Apresentação do SIGO e de dados gerenciais dos atendimentos para o Tribunal de Contas do Estado e Prefeitura de Curitiba, visando estabelecer termo de cooperação técnica no âmbito de suas Ouvidorias.
- Reuniões com a Ouvidoria do Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN) possibilitando a transmissão de informações referentes à utilização do SIGO, bem como os resultados estatísticos gerados pelo Sistema.
- Auxílio na organização e participação no II Encontro Estadual da Rede de Controle da Gestão Pública, realizado em 24 de setembro.
- Capacitação sobre o funcionamento da Ouvidoria para as equipes das ouvidorias da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP), da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR), da Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE), do Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP), Secretaria de Estado da Educação (SEED), da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP), da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU) e da Secretaria de Estado da Cultura (SEEC).

Procuradoria Geral do Estado



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

7 Procuradoria Geral do Estado

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) tem suas principais competências estabelecidas nos artigos 132 da Constituição Federal e 124 da Constituição Estadual. Conta com 251 Procuradores do Estado, qualificados para prestação de serviços jurídicos ao Poder Executivo, que abrange ampla gama de questões de direito público e privado, incluindo contencioso, consultivo, auxílio na elaboração de leis e áreas especializadas, como a cobrança judicial de dívida ativa do Estado. A PGE acompanhou mais de 500.000 processos judiciais, com uma média de 30.000 novas ações por ano.

No âmbito da representação judicial do Estado, destacam-se:

- Atuação no ajuizamento de ações de interdito proibitório na capital e no interior do Estado, para o desbloqueio de rodovias estaduais, ocasionado pela greve dos caminhoneiros (final de fevereiro/início de março). As liminares foram deferidas e contribuíram para a desocupação das rodovias.
- Manifestações perante o Supremo Tribunal Federal em Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI), tais como: ADI nº 5.185 (Lei nº 17.435/2012 - Reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado), ADI nº 5.217 e nº 5.218 (ambas em face da Lei Complementar nº 180/2014 que trata da Defensoria Pública do Estado), ADI nº 5.279 (Lei nº 12.327/1998 - atividades de despachante), ADI nº 5.253 (Lei nº 13.189/2014 - bloqueio de sinais de radiocomunicação visando impedir a comunicação por telefones móveis no interior de presídios), ADI nº 5.350 (Lei nº 18.469/2015 - Reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado), ADI nº 5.282 (Lei nº 18.371/2014 - majoração de alíquota do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores), ADI nº 5.381 (Lei do Orçamento - Defensoria Pública).
- Na ADI nº 1.359.144-5 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado em face da Lei nº 18.371/2014, que majorou a alíquota do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), acolheu-se a preliminar alegada pelo Estado e extinguiu-se a ação sem resolução de mérito.
- Atuação judicial no Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) reduziu dívida de precatório de R\$ 5,0 bilhões para R\$ 347,0 milhões, após quatro anos. Embora passível de recurso aos tribunais superiores, a providência recursal evita que a fila de pagamento de precatórios permaneça paralisada por, pelo menos, 15 anos para se quitar um único precatório. Processos relacionados: AI nº 813.683-0 e EdCIs nº 813.683-0/2001 e nº 813.683-0/2002 acompanhados pela Procuradoria de Precatórios e Cálculos.
- Reforma, em sede de agravo regimental, das liminares que determinaram o não parcelamento do terço de férias dos servidores públicos (Mandado de Segurança

nº 1.318.945-6 da 1ª Câmara Cível em composição integral, e Mandado de Segurança nº 1.323.671-4 da 3ª Câmara Cível em composição integral).

- Ajuizamento de ação contra a União para a cobrança de valores dispendidos pelo Estado do Paraná para a aquisição, por ordem judicial, de medicamentos de atribuição daquele ente (Ação Ordinária nº 5018638-71.2015.4.04.7000 da 3ª Vara Federal de Curitiba). Trata-se da primeira ação dessa natureza ajuizada por Estado membro da federação em face da União.
- Atuação nas Ações Cíveis Originárias relativas às greves dos trabalhadores da educação pública do Paraná (Ação Civil Originária nº 1.348.213-8 em face do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná em trâmite na 5ª Câmara Cível em composição integral) e dos trabalhadores dos estabelecimentos de ensino superior (Ação Civil Originária nº 1.349.670-7 em trâmite na 5ª Câmara Cível em composição integral).
- Suspensão da Execução de Tutela Antecipada nº 1.353.514-3 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça. A ação originária é o Mandado de Segurança nº 0000494-64.2015.8.16.0179 - 5ª Vara da Fazenda Pública em que havia sido concedida antecipação dos efeitos da tutela para que não fosse aplicada a Lei nº 18.371/2014 que majorou a alíquota do IPVA.
- Suspensão de Segurança nº 5.064-PR no Supremo Tribunal Federal (STF) - deferida liminar que impediu o pagamento de grande soma em dinheiro sem precatório em caso de aposentadoria de ex-governador.
- Ação Popular nº 1563-34.2015.8.16.0179 - foi julgada extinta, tratava da revisão anual dos servidores em maio.
- Obtenção de liminar na Ação Rescisória nº 1.265.328-6 proposta no TJPR pelo Estado em face do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (SINDIJUS), para desconstituir decisão judicial que estendeu reajuste anual setorial a todos os servidores do Poder Judiciário. A liminar foi deferida para impedir o prosseguimento de execuções individuais cujos valores eram de cerca de R\$ 16,0 milhões cada, afora a obrigação de implantar diferenças em folha de pagamento de, em média, R\$ 11,0 mil por servidor. Há parecer favorável do Ministério Público do Estado do Paraná pela procedência da ação, com economia ao erário estimada em caso de procedência em torno de R\$ 25,0 bilhões.
- Atuação no mandado de segurança coletivo impetrado pela Associação Brasileira de *Shopping Centers* (ABRASCE) no TJPR contra a aplicação da Lei estadual nº 18.419/2015 (autos nº 1.368.799-9), que determina a existência de lugares reservados para pessoas com deficiência em praças de alimentação e em restaurantes dentro de *shopping centers*. Em virtude da atuação da PGE foi denegado o mandado de segurança e cassada a liminar anteriormente concedida, tendo sido reconhecida a constitucionalidade da Lei Estadual nº 18.419/2015,

que ao assegurar o acesso de pessoas portadoras de deficiência a lugares para refeição em praças de alimentação, promove a integração social, conforme previsão da Constituição Federal e ao mesmo tempo, o princípio da dignidade da pessoa humana.

- Obtenção de decisão favorável ao Estado transitada em julgado na ação coletiva proposta pelo Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná (SINDARSPEN), Processo nº 5478-68.2014.8.16.0004, que pretendia o reconhecimento do direito dos agentes penitenciários serem promovidos à Classe II após sete anos de exercício no cargo, sem observar a exigência de 10 anos trazida pelo Decreto nº 3.739/2008.
- Obtenção de decisões favoráveis em 1º grau em milhares de embargos às execuções individuais originadas da ação coletiva 2493-91.2011.8.16.0004, substituídos do SINDARSPEN *versus* Estado do Paraná, referente a diferenças remuneratórias decorrentes da falta de revisão do valor do Adicional de Atividade Penitenciária (AAP) de 2007 a 2009. Nos embargos às execuções individuais o Estado do Paraná foi vitorioso em 1º grau quanto à existência de um termo final da sua obrigação, que elimina perto de dois anos de diferenças remuneratórias e quanto à aplicação de índices corretos de correção monetária e da taxa de juros. Economia ao erário estimada em caso de manutenção das decisões de 1º grau, em torno de R\$ 21,0 milhões, relativos a 2.494 execuções.
- Obtenção de decisões favoráveis em 1º grau em milhares de embargos às execuções individuais originadas da Ação Coletiva nº 887/2006, substituídos do Sindicato dos Servidores Estaduais da Saúde do Paraná (SINDSAÚDE/PR) *versus* Estado do Paraná, referente às diferenças remuneratórias decorrentes da mora do Estado na implantação da 1ª promoção e da 1ª progressão previstas na Lei Estadual nº 13.666/2002. Nos embargos às execuções individuais o Estado foi vitorioso no TJPR quanto à absorção de gratificações anteriormente recebidas pela Gratificação por Atividade em Saúde (GAS), quanto ao cálculo prospectivo de juros e correção monetária, apresentado pelos exequentes, quanto à existência de incorreções no cálculo relativo a vantagens fixas e quanto à aplicação de índices de correção monetária e da taxa de juros. Economia ao erário estimada em caso de manutenção das decisões de 1º grau em torno de R\$ 8,1 milhões, relativos a 3.102 execuções.
- Na Ação Civil Pública nº 22901-2011-010-09-00-0 (CNJ 0001009-10.2011.5.09.0010) - o Ministério Público do Trabalho visava, dentre uma série de medidas, impor obrigação de fazer ao Estado do Paraná, no sentido de exigir a remuneração de $\frac{3}{4}$ do salário mínimo dos presos, ativados em trabalhos dentro das unidades penitenciárias onde se acham internados ou mesmo em canteiros externos. Foi obtida decisão de 1º grau favorável reconhecendo a incompetência da Justiça do

Trabalho em razão da matéria. Trata-se de ação com grande impacto financeiro no orçamento da SESP/DEPEN, haja vista o grande número de presos alocados em diversos canteiros de obras do Estado, prestando serviços em favor da Administração Pública, ou seja, excluídos aqueles que trabalham em empresas privadas por força de convênios. A sentença foi impugnada em recurso e aguarda julgamento.

- Obtenção de decisão determinando o cancelamento do Precatório requisitório nº 01003-1991-018-09-41-3 (CNJ 0100341-24.1991.5.09.0018), extraído da Ação de Cumprimento ajuizada pelo Sindicato dos Professores de Londrina, contra a Universidade Estadual de Londrina por inadimplemento do definido em Dissídio Coletivo, cujo valor atualizado ultrapassa R\$ 12,0 milhões.
- Negociações com o Juízo Auxiliar de Conciliações (JAC) da Justiça do Trabalho - visando viabilizar a utilização de recursos bloqueados na Ação Civil Pública nº 0000007-80.2012.5.09.0006 para compor lides trabalhistas envolvendo empregados da Lynx, objetivando economizar mais de R\$ 600,0 mil aos cofres públicos estaduais. Quando do ajuizamento da Ação Civil Pública todos os órgãos e entidades estaduais representados pela PGE - Paraná Esporte, PGE, Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná (DIOE), Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP), Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Secretaria de Estado da Saúde (SESA), Teatro Guaíra, Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN), Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) e TJPR - conseguiram reter os créditos da empresa Lynx no valor de R\$ 1,3 milhão e efetuar pagamentos diretamente aos empregados que prestavam serviços nas respectivas unidades administrativas, tendo sido beneficiados cerca de 431 vigilantes de todo o Estado.
- O Estado em conjunto com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) ajuizou ação de reintegração de posse (autos 0003880-58.2015.8.16.0129 - Vara da Fazenda Pública do Paraná) em face da empresa Cattalini Terminais Marítimos S.A.. Em diligência realizada pela APPA, foi constatado que o espaço em questão estava sofrendo esbulho/turbação e tomou-se conhecimento de duas ações de usucapião propostas pela empresa ré. A importância da ação se dá pelo tamanho da área em litígio e sua importância à APPA.

No âmbito consultivo, destacam-se:

- Auxílio na constituição da Sociedade de Propósito Específico (SPE) autorizada pela Lei nº 18.468/2015.
- Análise, adequação e auxílio na redação da minuta do Decreto do novo regimento do Sistema de Registro de Preços no Paraná, para correções na sistemática

calçada nas regras do Decreto nº 2.391/2008 e para regulamentar, entre outras, as regras relativas a adesão a ata por ente não participante da licitação, adequando o sistema ao entendimento manifestado pelo Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR) no Acórdão nº 1.105/2014-Tribunal Pleno, bem como todo o procedimento de revisão da ata em relação aos preços registrados.

- Análise, adequação e uniformização dos editais de licitação para compra de medicamentos realizados pela SESA, com o objetivo principal de racionalizar os trabalhos na utilização de um modelo de edital, bem como o tempo e os recursos na condução dos processos de licitação.
- Análise, adequação e uniformização dos editais de licitação para formação de ata de registro de preços da SEAP, promovendo os ajustes necessários para a padronização dos procedimentos, bem como a adequação do edital ao entendimento manifestado pelo TCE-PR no Acórdão nº 1.105/2014-Tribunal Pleno, visando a racionalização dos trabalhos na utilização de um modelo de edital para registro de preços, racionalizando tempo e recursos na condução dos processos de licitação.
- Análise, manifestação e viabilização jurídica da formalização do 2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 008/2014-SEAP/Departamento de Transporte Oficial (DETO), firmado entre o Estado e demais entidades da Administração Pública Indireta Estadual e a sociedade empresária Nutricash Serviços Ltda., para prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis de veículos. De acordo com orientações capitaneadas pela Procuradoria Consultiva (PRC), superou o potencial de desequilíbrio econômico e financeiro do contrato por meio da reorganização temporária da Planilha de Composição de Regiões para Preços Referenciais dos Combustíveis, que possibilitou a continuidade do abastecimento da frota de veículos abrangida pelo contrato.
- Viabilização jurídica de cerca de 100 convênios celebrados entre a SESA e os municípios e/ou hospitais municipais, que contemplou desde a aquisição de equipamentos hospitalares até repasses de recursos para pagamento de despesas de custeio.
- Análise e viabilização jurídica dos contratos realizados com hospitais que integram o Sistema Único de Saúde (SUS).
- Análise e adequação jurídica de convênios celebrados entre a SESA e várias entidades privadas sem fins lucrativos objetivando especialmente compra de equipamentos hospitalares para incremento dos serviços prestados ao SUS.
- Padronização dos procedimentos de revisão dos preços registrados nas atas de registros de preços, de modo a racionalizar o trabalho realizado pela SEAP, desburocratizando o procedimento e dando maior agilidade e segurança nas decisões da autoridade competente.

- Uniformização e racionalização dos procedimentos de reconhecimento de dívida, por meio da proposição de rotinas que estabelecem um padrão procedimental e documental a ser observado, necessário à regularização e pagamento das despesas correlatas, suprimindo tramitações e manifestações desnecessárias.
- Análise, adequação e orientação das comissões de processo administrativo instituídas para apuração de faltas de natureza contratual e possível aplicação de penalidade, bem como a sugestão de modelos e orientações sobre rotinas e ritos necessários para evitar a anulação destes processos por vícios de legalidade.

Especificamente quanto à cobrança judicial da dívida ativa, destaca-se a atuação da PGE no ajuizamento e acompanhamento de mais de 300.000 processos de execução fiscal envolvendo valores que alçam o montante de R\$ 25,0 bilhões (R\$ 4,0 bilhões foram parcelados em razão da atuação conjunta com da SEFA) e na elaboração ao longo de todo o ano de projetos visando melhorar os índices de eficiência na cobrança da dívida ativa. No âmbito da cobrança da dívida ativa destacam-se:

- O Estado do Paraná ingressou com ação de declaração de grupo econômico no ano de 2011, (nº 0004868-83.2011.8.16.0173, 1ª Vara Cível de Umuarama), em face de Sociedade Algodoeira Paranaense Indústria e Comércio Ltda. (SOALGO) e outros nove réus, visando à declaração de grupo econômico e responsabilização dos sócios. À época do ajuizamento, o crédito tributário devido ao Estado era de aproximadamente R\$ 65,0 milhões. A ação foi extinta sem julgamento de mérito, com a quitação dos créditos tributários pela empresa, após a atuação do Estado do Paraná e concessão de tutela antecipada no feito.
- Obtenção de decisão favorável em 1º grau nos embargos à execução fiscal Cautelar (Caução) em matéria fiscal (3195-73.2014.8.16.006) em que é embargante Nissan do Brasil Automóveis Ltda. e embargado o Estado do Paraná. A empresa busca desconstituir um auto de infração de R\$ 17,5 milhões sob o argumento de que poderia haver aproveitamento simultâneo do diferimento do pagamento do ICMS conforme o Regime Especial nº 3.801/2006 e do benefício do crédito presumido de ICMS previsto no art. 572-O, I, §1º do RICMS/2001. O Processo aguarda julgamento em 2º grau.

Obtenção de decisão favorável à penhora sobre o faturamento, com nomeação de administrador judicial, nos autos de Execução Fiscal nº 0002417-73.2013.8.16.0025 e apensos da Fazenda Pública do Estado do Paraná em face da empresa Cia. de Celulose e Papel do Paraná (COCELPA), uma das maiores devedoras do Estado, com débito superior a R\$ 90,0 milhões.

- Propositura da Ação Civil Pública nº 0007425-94.2013.8.16.0004 contra Vega Distribuidora Petróleo Ltda. e outros (total de sete réus), sendo requerida a dissolução de grupo econômico criado com o fim de, mediante a sonogação de

tributos, lesar a ordem econômica, mais precisamente, a concorrência e a livre iniciativa. As empresas devem juntas mais de R\$ 160,0 milhões aos cofres estaduais.

- Em Maringá, o Estado ajuizou uma série de ações declaratórias contra devedores contumazes obtendo julgamento de procedência do seu pedido de reconhecimento de abuso de personalidade jurídica com extensão dos efeitos das obrigações tributárias ao patrimônio das Rés. Autos nº 0010969-56.2010.8.16.0017, valor das dívidas: R\$ 214,5 milhões e R\$ 19,6 milhões. Autos nº 0031705-61.2011.8.16.0017, valor da dívida: R\$ 71,3 milhões. Autos nº 0000888-24.2014.8.16.0109, valor da dívida: R\$ 34,7 milhões. Autos nº 0013070-32.2011.8.16.0017, valor da dívida: R\$ 21,7 milhões. Autos nº 0031563-57.2011.8.16.0017, valor da dívida: R\$ 7,9 milhões.
- Atuação no acompanhamento das execuções fiscais relativas à cobrança dos créditos do Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) e o Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos (PPD) - Lei Estadual nº 18.468/2015, ao atendimento e orientação aos contribuintes e devedores no período de vigência da lei, com o resultado de arrecadação obtido de R\$ 32,0 milhões.
- Mandado de Segurança nº 1394127-6 - 2ª Câmara Cível do TJPR - processo em que se discute se as parcelas denominadas Tarifa do Sistema de Distribuição (TUSD) e Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) que integram a base de cálculo do ICMS-Energia Elétrica. Conforme Informação Fiscal nº 162/2015 - Inspeção Geral de Fiscalização - Setor Especializado em Comunicação e Energia (IGF-SECE), a retirada das rubricas mencionadas da base de cálculo do ICMS representaria um impacto de aproximadamente R\$ 147,0 milhões por mês ao Estado. O Estado logrou êxito na tese apresentada.
- Auxílio na elaboração de propostas legislativas no âmbito fiscal, que se transformaram em lei, destacando-se: Lei Estadual nº 18.444/2015, que autoriza a desistência de execuções fiscais inviáveis; Lei Estadual nº 18.468/2015, que define os devedores contumazes e estabelece o arrolamento fiscal.
- Constituição de Grupo de Trabalho de Direito Tributário para estudar as questões polêmicas na cobrança da dívida ativa e no contencioso tributário, que resultou nos seguintes encaminhamentos: a) Proposta de Resolução Conjunta PGE/SEFA para inclusão do administrador na certidão de dívida ativa por dissolução irregular, em fase de redação final; b) acompanhamento da proposta legislativa de alteração do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais; c) estudo sobre otimização da cobrança da dívida ativa das empresas falidas e aprimoramento da atuação nos processos falimentares.
- Criação de Grupo de Trabalho Interinstitucional entre a PGE e a Coordenadoria da Receita do Estado para estreitar o fluxo de informações e aprimorar o trabalho conjunto no âmbito da arrecadação fazendária e do contencioso tributário.

- No âmbito administrativo, deu-se início a procedimentos investigativos com a finalidade de identificar a existência de blindagem patrimonial dos devedores, com a finalidade de propositura de medidas cautelares fiscais e ações de desconsideração de personalidade jurídica e formação de grupo econômico, especialmente em relação aos devedores identificados como contumazes nos termos da Lei nº 18.468/2015, dos quais não se localiza patrimônio suficiente à garantia da integralidade do débito.
- Relativamente ao Protesto da Dívida Ativa, instituído pela Lei nº 189.292/2014, destaca-se o elevado índice de sucesso obtido com a utilização deste novo mecanismo de cobrança, que teve o elevado índice de recuperabilidade de 37,0%, relativamente aos valores das Certidões de Dívida Ativa (CDAs) protestadas e de 32,2%, se considerada a quantidade de títulos protestados.
- Na área de gestão pública, foi realizado, de forma pioneira, o 1º Planejamento Estratégico Institucional 2015-2020, que estabeleceu metas para o atingimento dos objetivos institucionais até 2020, dentre elas a redução de litigiosidade.

Secretaria da Administração e da Previdência



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

8 Secretaria de Estado da Administração e da Previdência

A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP), como órgão de natureza instrumental, responsável pelos Sistemas Estruturantes de Administração Geral e de Recursos Humanos, constitui-se em organização base, com capacidade normativa e orientadora centralizada, da qual emanam grupos administrativos e de recursos humanos setoriais como unidades executivas.

Suas principais áreas de gestão: de pessoas; do transporte oficial; do patrimônio estadual; de compras; de serviços; assim como nas ações de seguridade funcional; saúde ocupacional e perícia médica; e política de desenvolvimento de competências. Por meio de suas entidades vinculadas, o Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP) atua na gestão de acervos públicos; a Junta Comercial do Paraná (JUCEPAR) é responsável pelo registro das empresas mercantis no âmbito do Estado; e o Serviço Social Autônomo PARANAPREVIDÊNCIA, por cooperação.

A SEAP adota estratégias e pressupostos que favorecem a ampliação da eficiência e da qualidade nos serviços públicos, com modernização e simplificação administrativa e intensificação do uso de tecnologias, direcionando seu planejamento estratégico para o alcance de resultados, por meio da implementação de soluções possíveis, ágeis e práticas. Desta forma, definiu como programa estruturante de seu planejamento Governança & Inovação, com projetos específicos, vinculados aos macroprocessos da Secretaria.

Dentre os projetos merecem destaque:

- Estado Ágil - Mais Informação Menos Papel - projeto emblemático no âmbito do Comitê de Qualidade da Gestão Pública - Grupo Simplificação de Processos - Setor Público. Tem por objetivo agregar maior velocidade e melhores resultados aos processos de trabalho do Estado. Seu escopo prevê iniciativas voltadas à simplificação e automação dos processos de trabalho; substituição de documentos físicos por eletrônicos; suporte aos novos processos com estrutura sólida de Tecnologia da Informação (TI) e inclui várias ações, tais como: protocolo digital (e-protocolo), mapeamento de processos, digitalização arquivo, entre outras.
- Captação de Recursos Externos - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - Componente Assistência Técnica, coordenado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, com recursos do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) para captação de US\$ 9,3 milhões, conforme segue.

| PROJETO | VALOR (US\$ 1.00) |
|--|-------------------|
| 1. Contratação de consultoria para capacitação estratégica | 2.606,215.00 |
| 2. Atualização do cadastro de 3.000 imóveis | 3,060,260.00 |
| 3. Aquisição de equipamentos e mobiliários | 765,064.00 |
| 4. Desenho de modelos de sistema de saúde complementar- Novo SAS | 323,570.00 |
| 5. Estudo de modelo ideal para composição, dimensionamento e gestão da frota de veículos | 280,960.00 |
| 6. Elaboração de Plano de Dimensionamento da Força de Trabalho | 1,224,100.00 |
| 7. Implantação de Programa de Segurança e Saúde Ocupacional | 183,616.00 |
| 8. Estado Ágil - Mais Informação Menos Papel | 897,435.00 |
| TOTAL | 9,341,220.00 |

- Captação de Recursos Federais: projetos selecionados pelo Comitê Estadual de Captação de Recursos, sob a gestão da Casa Civil, cujas fontes de investimento se encontram em negociação.

| PROJETO | VALOR (R\$ 1,00) |
|--|------------------|
| 1. Desenvolvimento de sistema para a integração da gestão da frota oficial | 5.000.000,00 |
| 2. Estado Ágil - Incentivo ao Programa de Gestão Documental | 500.000,00 |
| 3. Perícias Médicas do Estado - Construção de 18 sedes próprias | 16.200.000,00 |
| 4. Sistema de gestão de concursos públicos e testes seletivos | 550.000,00 |
| TOTAL | 22.250.000,00 |

As principais ações, iniciativas e estratégias adotadas pelas unidades da estrutura organizacional da SEAP, assim como de suas entidades vinculadas estão a seguir detalhadas.

8.1 Recursos Humanos

O Departamento de Recursos Humanos (DRH) tem como principal objetivo a gestão de pessoas.

Foi instituído Grupo de Trabalho para estabelecer procedimentos operacionais e computacionais necessários à implantação do eSocial e análise dos impactos nas rotinas operacionais da gestão de RH; na Folha de Pagamento (Meta4 e SIP); e nos sistemas de Informações Funcionais RHC e Dossiê.

Foram estabelecidos critérios e procedimentos para a compatibilização da despesa de pessoal com as cotas orçamentárias e financeiras disponíveis em cada órgão na emissão da folha de pagamento (Resolução Conjunta SEAP/PGE nº 10/2015).

A Comissão de Política Salarial foi instituída com a finalidade de fixar as diretrizes a serem observadas pelos órgãos do Estado em assuntos de política salarial.

No âmbito de Sistemas, foi realizada atualização tecnológica software Meta4 e homologado oficialmente o Sistema de Informações de Recursos Humanos - *Business Intelligence* (BI), base de informações oficial e única do Departamento de Recursos Humanos da SEAP.

Foram admitidos 6.646 cargos, concedidos abono permanência a 7.706 cargos e concedido e aplicado 3,45% de reajuste geral.

Para a realização de Concurso Público nas Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES), foi dada de abertura de concurso público para as Carreiras do Magistério Público do Ensino Superior e Técnica Universitária (Decreto nº 1.521/2015)

8.2 Saúde do Servidor

O Departamento de Assistência à Saúde (DAS) é responsável pela gestão do Sistema de Atendimento à Saúde (SAS) e avaliação da qualidade da prestação de serviços. Atua no interior do Estado em 15 macrorregiões com hospitais contratados para atendimento médico e ambulatorial aos servidores e seus dependentes.

Principais realizações:

- Modernização do Sistema de Atendimento à Saúde (SAS) - envio do Cartão Vida Paraná, de caráter pessoal e intransferível, aos seus 400.000 beneficiários, em andamento.
- Sistema de Atendimento à Saúde (SAS) - ampliação da capilaridade da rede assistencial para 41 pontos de atendimento, com implantação de novas mesorregiões e criação de microrregiões, definidas conforme capacidade técnica instalada e disponível no segmento da saúde no município da macrorregião. A produtividade do SAS, até setembro é representada por 565.541 atendimentos de 308.288 beneficiários, 375.906 consultas realizadas, 1.003.343 procedimentos diagnósticos, cirúrgicos e clínicos realizados e 46.775 diárias hospitalares.
- SAS-Novo Modelo - contratação de consultoria especializada, com financiamento do BIRD, para identificação das necessidades na prestação de serviços de saúde aos beneficiários e alternativas de implementação sustentável, com desenvolvimento de cálculos atuariais e avaliação técnica e jurídica de três modelos alternativos completos de sistemas contributivos para os servidores públicos ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas.

8.3 Segurança e Saúde Ocupacional

Em fase de estruturação a Coordenadoria de Segurança e Saúde Ocupacional (CSO) e Perícia Médica, responsável pela definição, normatização e coordenação da política de saúde ocupacional da administração pública direta e autárquica; e pela avaliação da capacidade laborativa dos funcionários, para fins de aposentadoria por invalidez, readaptação, readmissão, concessão de licença para tratamento de saúde, ingresso, reintegração e posse. Possui 17 Juntas de Inspeção e Perícia Médica (JIPMs) no interior do Estado.

Principais realizações:

- Modernização do FAQ - Perguntas e Respostas mais Frequentes - em formato audiovisual, o FAQ da perícia possui 28.000 acessos acumulados desde março.
- Modernização das Perícias Médicas - implantação de sistema informatizado de emissão e homologação de laudos periciais em Apucarana, Pato Branco, Francisco Beltrão, Paranaguá, Cornélio Procopio; que proporciona agilidade e economia de recursos financeiros ao Estado, e otimização dos recursos humanos das perícias.
- Redução de Carga Horária - elaborada regulamentação do artigo 63 da Lei nº 18.419/2015, que estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná, na parte da redução de carga horária de trabalho para servidor ocupante de cargo de 40 horas ou dois cargos de 20 horas cada, com jornada diária de 08 horas de trabalho.
- Estudo para levantamento das principais patologias que afetam os servidores em cada uma das áreas do Governo, com o objetivo de realizar trabalho diferenciado em relação à saúde ocupacional. O trabalho foi iniciado na Secretaria da Educação, em razão do número de servidores, e de concentrar cerca de 75,0% dos atendimentos. O levantamento realizado na SEED ficou assim distribuído: 23,0% de transtornos mentais e comportamentais; 20,0% de doenças do sistema osteomuscular e tecido conjuntivo; 8,0% de lesões, envenenamentos e outras consequências de causas externas e 49,0% referentes a outras patologias.

8.4 Seguridade Funcional

O Departamento de Seguridade Funcional (DSF) é responsável pela avaliação do desempenho das metas estabelecidas no Contrato de Gestão com o Serviço Social Autônomo PARANAPREVIDÊNCIA, propondo, se necessário, aos órgãos competentes, ajustes, adaptações e alterações de metas e parâmetros; e análise de concessão de benefícios de abono de permanência.

Principais realizações:

- Participação no Grupo de Trabalho para a regulamentação da Aposentadoria Especial, em andamento, face a especificidade desse benefício.
- Participação na elaboração do Decreto nº 578/2015, regulamentando a Lei nº 18.370/2014, que definiu pela aplicação do desconto constitucional da contribuição dos servidores inativos e pensionistas.
- Apoio na revisão do Estatuto do PARANAPREVIDÊNCIA, para adequação das alterações introduzidas pelas Leis Estaduais nº 18.370/2014 e nº 18.469/2015, em andamento, pelo disposto no item V, do artigo 7º da Lei nº 12.398/1998.
- Assessoria à Secretária de Estado de Administração e da Previdência, nas reuniões realizadas com o Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos,

bem como de entidades associativas representativas de outras categorias do funcionalismo.

- Tratativas com representantes de outros poderes em relação às definições de caráter previdenciário, incluindo a discussão de minutas de projetos de lei.

8.5 Capacitação Estratégica dos Quadros Públicos

A Escola de Governo do Paraná (EG) é responsável pela política de desenvolvimento de competências de gestão pública do Estado, contribuindo para a melhoria da qualidade da gestão pública. Atua em rede com 26 centros formadores do Estado do Paraná, dentre eles, sete universidades estaduais.

Foram obtidos os seguintes resultados:

- Programa de Capacitação Estratégica - com financiamento do BIRD, na ordem de R\$ 8,0 milhões, destina-se à contratação de empresa especializada de consultoria para capacitação estratégica dos gestores (alta gerência e gerência intermediária), nível técnico e operacional, com duração de 24 meses e início em novembro.
- Observatório de Inovação em Gestão Pública no Paraná - desenvolvimento de espaço virtual de compartilhamento voltado ao registro das experiências dos agentes públicos do Estado, secretarias e órgãos estaduais, extensiva aos municípios paranaenses e demais poderes, na perspectiva de eficiência, eficácia e boas práticas de gestão nas seguintes áreas estratégicas e subáreas: a) Gestão e Planejamento - Fazenda, Tributária, Administrativa, Tecnologia da Informação; b) Desenvolvimento Social - Educação, Saúde, Cultura, Assistência Social, Trabalho e Emprego; c) Desenvolvimento Econômico - Agricultura e Abastecimento, Ciência e Tecnologia, Turismo, Indústria e Comércio; d) Direito e Cidadania - Direitos Humanos e Segurança Pública; e) Gestão do Território - Infraestrutura e Logística, Meio Ambiente, Habitação, Desenvolvimento Urbano.
- Trabalho em Rede com os municípios paranaenses - a Escola de Governo passou a atuar em rede com os municípios paranaenses, com o objetivo de estabelecer canais conjuntos de interlocução intermunicipais para compartilhar experiências, consolidar parcerias, otimizar recursos e maximizar resultados, propiciar o planejamento integrado da formação e desenvolvimento de agentes públicos, e a contribuição desses na melhoria da gestão pública. A formalização desta parceria foi realizada inicialmente em 50 municípios, embora a interlocução ocorra de modo contínuo e sistematizado com os 399 municípios.
- Revisão da Política de Capacitação Estadual - revisão das diretrizes que norteiam a realização das ações de capacitação, possibilitando planejamento integrado, execução financeira coordenada e avaliação global de resultados.

- Escola de Governo em números - até outubro foram realizados 78 cursos com 11.090 servidores certificados assim distribuídos: 38 cursos presenciais com 1.590 servidores certificados; 40 cursos a distância com 9.490 servidores certificados.

8.6 Gestão do Transporte Oficial

O Departamento de Transporte Oficial (DETO) é responsável pela gestão do transporte oficial, normatização do uso dos veículos da frota oficial dos órgãos da administração direta e indireta e central de viagens com abrangência em toda a administração direta e autárquica. O Estado conta com uma frota aproximada de 15.500 veículos distribuídos nos 399 municípios.

As atividades realizadas focaram a melhoria dos padrões de controle, eficiência e redução de custos, destacando-se:

- Gestão do Abastecimento - o modelo anterior contava com 80 postos credenciados, em 42 municípios. O modelo atual conta com 1.130 postos credenciados em 349 municípios mediante cartão de abastecimento; possui controle informatizado do abastecimento de combustíveis; possibilita gerenciamento individualizado dos veículos; conta com 960 gestores e fiscais do contrato capacitados, 65 órgãos integrados e 18.217 veículos e equipamentos.
- Manutenção Veicular - o sistema trabalha com gestão compartilhada de frotas, garantindo maior controle e transparência nas operações. O modelo anterior contava com 36 oficinas contratadas em 20 municípios. O modelo atual opera desde 27 de janeiro, mediante licitação, com a contratação de uma empresa para gestão da frota, que cadastrou 1.000 prestadores de serviço, sendo 584 oficinas e atua com a realização de pelo menos três orçamentos. O processo é submetido a auditorias e por meio de um sistema informatizado permite controle e consulta *on line*. É realizado monitoramento mensal de indicadores da frota e por veículo, tendo sido inventariados todos os veículos (com foto) e previsto recadastramento anual da frota. Dados preliminares apontam para uma economia média na ordem de 21,2%, considerando uma amostra de 152 itens de manutenção corretiva e preventiva.
- Gestão da Frota - Políticas Públicas - realização de estudo de modelo ideal para dimensionamento, composição e gestão da frota de veículos oficiais do Estado do Paraná, com recursos do BIRD, com diagnóstico completo do atual modelo da frota de veículos oficiais; e elaboração de proposta do modelo ideal de composição e dimensionamento compatível com as necessidades da gestão (aquisição, locação).
- Central de Viagens - passou a ser utilizado pela Secretaria de Estado da Saúde (SESA) em Curitiba e Região Metropolitana, pela Coordenação da Receita do Estado da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA/CRE) e pelo Instituto de Florestas do Paraná, com a capacitação de 2.500 novos usuários. O uso do

cartão corporativo proporciona maior controle sobre as despesas com viagens, redução de custos de passagens e do volume de adiantamentos. Implantação de novas funcionalidades visando melhoria de processos e correção de inconsistências; utilização do conceito BI como instrumento gerencial e integração com os sistemas orçamentário e financeiro da SEFA.

8.7 Gestão de Compras

O Departamento de Administração de Materiais (DEAM) é responsável pela realização de procedimentos licitatórios, para Registro de Preços de bens e contratação de serviços comuns e específicos para órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Tem como atribuição também, o gerenciamento do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços - GMS, compreendendo os módulos: cadastro de fornecedores, catálogo de itens, fase interna e externa de procedimento licitatório, almoxarifado e contratos.

8.7.1 Sistema de Compras

O DEAM atuava com modelos diferenciados de instrução processual, que impactavam diretamente na condução dos certames e no tempo de tramitação dos processos de licitação.

Buscando reduzir a lacuna temporal dos processos licitatórios, promoveu-se: a) o aprimoramento das rotinas da fase interna e externa do certame; b) a padronização dos editais em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado; c) a simplificação do rol de documentos exigidos para instrução do processo licitatório; d) a adoção de nova sistemática para análise técnica das amostras de produtos licitados; e) o estabelecimento de prazos para a participação dos órgãos/entidades interessados no certame; f) a revisão da legislação pertinente ao Sistema de Registro de Preços (SRP).

No que se refere à realização de procedimentos licitatórios, foram obtidos os indicadores de resultados descritos a seguir.

- Licitação (Fase Interna e Externa) - padronização dos editais com vistas a redução do tempo médio do trâmite processual para dois meses. Em 2014 o tempo médio era de sete meses, reduzido para quatro meses em 2015.
- Pregões Eletrônicos - certames conduzidos por meio do SRP, e outros, até novembro: R\$ 401,0 milhões em Registro de Preços e R\$ 206,0 milhões em licitações líquidas e certas.
- Pregões Presenciais - a partir do Decreto Estadual nº 29/2015, que definiu como regra a utilização, preferencialmente, da modalidade Pregão Eletrônico, houve redução na utilização da modalidade Pregão Presencial, com R\$ 2,0 milhões em Registro de Preços e R\$ 1,0 milhão em licitações líquidas e certas.

- Economicidade Obtida nos Processos Licitatórios - até novembro, o montante economizado foi cerca de R\$ 57,1 milhões, 22,5% do montante licitado.
- Processos Licitatórios Banco Mundial - o DEAM foi o responsável pelas licitações no âmbito do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). O Componente 1, com 50,0% de recursos do Estado e 50,0% financiados pelo BIRD, possui oito projetos aprovados envolvendo a SESA, a Secretaria de Estado da Educação (SEED), a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) e a Casa Militar. O Componente 2, Assistência Técnica, possui 100,0% de recursos financiados pelo Banco, e 16 projetos aprovados envolvendo o DEAP, a SEAP, a SEFA, a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), o Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITC) e a Controladoria Geral do Estado (CGE).
- Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS) - implementação das seguintes ações: a) 25 mil itens registrados na catalogação, refletindo um aumento de 36,0% ao longo do exercício, em função da obrigatoriedade do lançamento de todos os processos licitatórios, realizados pelo Estado no Sistema GMS; b) cadastro de fornecedores com documentação eletrônica e extinção do arquivo físico em atendimento ao Decreto nº 1.352/2015, com 5.949 cadastros ativos (aumento de 125,0% em comparação a dezembro de 2014); c) licitação (fase interna e externa) - implementação de rotinas para envio dos dados referente às licitações, processos de inexigibilidade, dispensa de licitação, contratos e alterações contratuais em atendimento às Instruções Normativas 93/2013 e 99/2014 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE); d) capacitação dos usuários do GMS, por meio de videoaula e disponibilização do conteúdo no endereço eletrônico <http://www.comprasparana.pr.gov.br>.
- Revisão da legislação pertinente ao SRP, em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado, Paraná Edificações e Casa Civil, objetivando maior celeridade, transparência, proporcionalidade, economicidade, entre outros, aos processos licitatório, foi publicado o Decreto Estadual nº 2.734/2015.

8.8 Gestão de Serviços

A Coordenadoria de Administração de Serviços (CAS) têm a atribuição de estabelecer normas de atuação, coordenar, uniformizar as execuções das atividades programáticas das áreas administrativas, estabelecer critérios e objetivos nos levantamentos de necessidades de atendimentos de serviços especializados, promovendo a racionalização e contenção de

despesas administrativas, bem como a coordenação e orientação normativa aos Grupos Administrativos Setoriais (GASs) das demais Secretarias de Estado.

Ações sugeridas pela CAS para otimização e racionalização de custos do Estado:

- Limpeza - a) contratos de limpeza com metodologia por metros quadrados: retirados os repasses de limpeza e reduzidas as áreas; b) contratos de limpeza com metodologia por postos de trabalho: adequadas as cargas horárias, reduzindo de 40 para 30, de 30 para 20 horas semanais, com retirada das copeiras e adição da função de copeira no posto de servente.
- Telefonia - a) utilização de ferramenta de gestão cedida pelas Contratadas (Oi e Vivo) para serviços de telefonia móvel, para predeterminedar limite de utilização, condição que permite a gestão da despesa dentro do estabelecido para o contrato; b) adoção de meios de redução e controle das despesas com ligações telefônicas e, conforme o caso, recursos de bloqueios. Preparação gradativa das infraestruturas de rede lógica, para futura implantação de telefonia IP, onde todo investimento que vir a ser feito nas redes lógicas deve considerar que a tecnologia implantada seja compatível (exemplo: *Switches* com tecnologia *Power over Ethernet (PoE)*, que permite transmissão de energia elétrica juntamente os dados para dispositivos remotos - os aparelhos telefônicos IP).
- Comunicação e processamento de dados - o contrato entre a SEAP e COPEL Telecom, para atender todos os órgãos participantes, resultou em preços minimamente superiores aos do contrato anterior. Deverão ser verificados quantitativos e velocidades (kbps) dos *links* utilizados e contratados, os respectivos preços, analisando junto à área responsável reduções sem comprometer o desempenho das atividades das unidades usuárias. Verificar junto à CELEPAR, o nível de utilização dos *links* nas velocidades contratadas, para adequar, caso os *links* estejam superdimensionados, para a necessidade.
- Reprografia - esses contratos requerem medidas de racionalização do uso dos equipamentos, com adoção de alguns critérios: utilização do modelo de centros de impressão e compartilhamento de impressoras; utilização de configuração padrão de impressão nas duas faces do papel; utilização racional dos recursos de impressão evitando impressão de *e-mail*, páginas da *internet*, documentos sem as revisões e aprovações devidas.
- Vigilância - Orientada a análise e substituição de postos de vigilância armada por desarmada, ou por vigilância monitorada e, por conseguinte, quando possível, por controlador de acesso; postos de vigilância poderão ser adequados às quantidades, exemplos, locais com mais de uma entrada o que ocupa mais vigilantes, poderá ser canalizado para uma única entrada e saída; substituição de vigilância presencial por sistemas de monitoramento eletrônico em todas as unidades em que esse recurso possa ser utilizado com segurança.

A CAS realizou ações como a revisão quantitativa de itens contratuais, que resultaram em aproximadamente R\$ 139,0 milhões de economia ao Estado, em atendimento ao Decreto nº 029/2015.

Instituído Grupo de Trabalho com representantes da SEAP, SEFA e Procuradoria Geral do Estado (PGE) para definição de critérios, regulamentação da terceirização de mão de obra no serviço público estadual e levantamento dos contratos em vigência, que resultou na padronização do acompanhamento e da fiscalização dos contratos de caráter continuado ou temporário, para a prestação de serviços de limpeza, conservação, vigilância e similares firmados com empresas privadas (Resolução nº 3.313/2015-SEAP).

Ações realizadas com vistas à otimização e racionalização dos recursos:

- Gestão de Materiais e Serviços (GMS) - implementação do registro das informações dos contratos de bens e serviços do Governo do Estado no sistema, com definição de prazos e metas, tornando-o a única ferramenta de gestão administrativa de serviços continuados.
- Automação de Relatórios Gerenciais - implantação da visão de Administração de Materiais e Serviços, por meio do BI, com relatório quantitativo e qualitativo das informações do GMS. Utilização do BI como ferramenta de acompanhamento e controle.
- E-Protocolo - encontra-se em fase de definição um modelo de processo digital que torne ágil a busca e os trâmites dos documentos, reduzindo a quantidade de papel e de espaços físicos de arquivamento, além dos riscos de danos aos conteúdos, em conjunto com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR) e a PGE.

8.9 Gestão Patrimonial

A Coordenadoria do Patrimônio do Estado (CPE) é responsável pela gestão dos bens integrantes do patrimônio estadual, além da emissão de pareceres técnicos e informações em processos de doação, cessão, reversão, permuta, usucapião, transferência e locação de imóveis, bem como orientações sobre a administração dos bens móveis.

Principais ações:

- Patrimônio Imobiliário - 8.000 imóveis (edificados ou não) cadastrados no sistema Gestão do Patrimônio Imobiliário (GPI), sendo 34,0% da SEED, 15,0% da SESP, 7,0% da SEFA, 44,0% das demais secretarias e autarquias e 4,0% dos Poderes Judiciário e Legislativo, Tribunal de Contas e Ministério Público.
- Cadastro Imobiliário - encontra-se em fase de licitação a contratação de empresa prestadora de serviços para a atualização cadastral de 3.000 imóveis, com elaboração de relatórios fotográficos, planimetria do imóvel, valoração econômica e atualização

da base de dados do sistema GPI, com custo estimado de R\$ 15,0 milhões do BIRD.

- Georreferenciamento dos Imóveis - processo iniciado, tendo sido determinadas as coordenadas geográficas de cerca de 250 imóveis e a elaboração das diretrizes para utilização do patrimônio imobiliário pelos diversos órgãos do Estado. A base de dados está sendo transformada em mecanismos gráficos (formato cartográfico computacional) para a efetivação da gestão.
- Identificação de Imóveis do Patrimônio Estadual não Cadastrados - iniciado processo de busca em registros de imóveis e avaliação de instrumentos técnico-jurídicos para regularização dos imóveis. Encontra-se em andamento termo de cooperação técnica com a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), para utilização dos escritórios regionais e técnicos especializados, e para valorar o patrimônio do Estado conforme o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).
- Patrimônio Mobiliário - gerenciado pelo sistema de Administração de Bens Móveis (AAB), composto por cerca de 3.000.000 de itens, sendo 69,0% localizados na SEED, 12,0% na SESA e 19,0% nos demais órgãos.
- Manual de Gestão de Bens Imóveis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional - conjunto de normas à adoção de instrumentos e padrões indispensáveis para a efetividade na gestão do patrimônio imobiliário.

8.10 Gestão Documental

O Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP) tem a responsabilidade de executar a administração da política relativa ao patrimônio documental do Estado.

O Programa de Gestão de Documentos do Estado (PGD) tem por objeto contribuir para o desenvolvimento da ação governamental, mediante a racionalização e o tratamento adequado da massa documental acumulada pelas instituições do Poder Executivo Estadual.

Principais ações:

- Programa de Gestão de Documentos (PGD) - ampliado o alcance da criação das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos (CSAs), para 96 dos 104 órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná.
- Gestão Eletrônica de Documentos (GED) - o Repositório Arquivístico Digital/Sistema Documentador é utilizado por 29 Secretarias e Órgãos.
- Capacitação de servidores de 20 Secretarias e Órgãos estaduais em processos de digitalização de documentos, com redução do uso de papel.
- Programa de Automação dos Arquivos Intermediários - digitalização parcial do acervo do DEAP, constituído por cerca de 7.000 metros lineares de documentos de caráter administrativo-legal, com a captação de 10.270 itens documentais.

- Programa de Automação dos Arquivos Permanentes - digitalização parcial do acervo de cerca de 4.500 metros lineares de documentos de caráter histórico-cultural, com a captura, até outubro, de 11.481 imagens referentes a 100 Códices Provinciais disponibilizados no repositório oficial do Estado por meio do Sistema Documentador.
- Recolhimento de oito acervos, destinados à Divisão de Documentação Permanente e à Divisão de Documentação Intermediária.

8.11 Registro Mercantil

A Junta Comercial do Paraná (JUCEPAR), órgão vinculado, é responsável pelo registro das empresas mercantis no âmbito do Estado do Paraná, dando-lhes personalidade jurídica para que possam atuar legalmente perante o ordenamento jurídico.

A Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) é um processo de simplificação de procedimentos, com a integração entre os órgãos envolvidos na abertura e legalização de empresas. Estão integrados à Junta Comercial e à Receita Federal 138 municípios do Estado, e encontra-se em andamento o processo de integração a outros órgãos de licenciamento: Vigilância Sanitária 75,0%, Corpo de Bombeiros 58,0%, IAP 37,0%, SEFA 62,0%.

O registro e a legalização de empresas são realizados por meio do portal Empresa Fácil, evitando assim deslocamento do demandante aos diversos órgãos. O requerimento e a emissão de certidões são realizados via *web*, com tempo médio de resposta de 30 minutos. O Empresa Fácil é uma ferramenta que faz a integração entre os dados cadastrais da Receita Federal do Brasil e os diversos órgãos Estaduais e Municipais que participam do processo de abertura, alteração e baixa de empresas, e as disponibiliza na *internet*, em um ambiente integrado, interativo e de fácil acesso.

- Junta Digital - a abertura de empresas ocorre em média uma hora após o documento ser protocolado na JUCEPAR, incluindo a emissão do CNPJ nos municípios do Interior do Estado. Foram implantados os sistemas de senhas de atendimento aos usuários e o de agendamento para atendimento pessoal. Lançada a consulta *on line* de viabilidade de nome empresarial que permite a reserva por até 30 dias, teve grande adesão desde seu lançamento, com cerca de 80 mil consultas, proporciona segurança, economia de tempo e comodidade ao empreendedor. Encontra-se em andamento a implantação de software para indicações randômicas dos leiloeiros públicos.

8.12 Serviço Social Autônomo PARANAPREVIDÊNCIA

O PARANAPREVIDÊNCIA, ente de cooperação governamental vinculado à SEAP, tem como atribuição o cumprimento do Contrato de Gestão firmado com o Estado do Paraná, buscando padrões de excelência, de qualidade e de satisfação do Estado e dos benefícios dos programas de seguridade funcional.

Com o objetivo de garantir a segurança das informações, promover agilidade no atendimento e a conseqüente melhoria na qualidade do atendimento dos servidores aposentados e pensionistas, foram implantadas:

- Identificação Biométrica - comprovação contínua e atualizada da prova de vida do beneficiário, por meio de sistema biométrico, integrado aos sistemas de emissão de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e uso de conta bancária. Destina-se aos 107.000 beneficiários, aposentados e pensionistas do Executivo e demais Poderes, visa reduzir o atendimento presencial pré-agendado e o deslocamento dos beneficiários nas datas do agendamento anual. Foi firmado o Termo de Cooperação com o Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP)/Instituto de Identificação do Paraná (IIPR), realizada a adequação da infraestrutura do espaço físico na PARANAPREVIDÊNCIA e a capacitação dos profissionais de atendimento, com previsão de atender 80,0% dos beneficiários no prazo de um ano a partir de sua implantação.
- Reestruturação da Perícia Médica - avaliação da capacidade laborativa dos segurados ativos e inativos, para fins de aposentadoria, e isenção de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e da Contribuição Previdenciária. Visa garantir a segurança das informações de avaliações dos laudos médicos, a redução no tempo de agendamento das consultas médicas, a redução de deslocamento dos beneficiários entre cidades do Paraná e a ampliação da quantidade de médicos credenciados para atendimentos em Curitiba e interior do Estado. Foi homologado o credenciamento aberto de médicos peritos para atendimento em Curitiba e interior do Estado e a atualização de regulamentos de procedimentos administrativos. Encontra-se em desenvolvimento os sistemas de agendamento virtual, de emissão de laudos *on line* com assinatura digital e de arquivamento eletrônico, com previsão de atendimento de 60,0% dos beneficiários, no prazo de um ano a partir de março.

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

9 Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento

A Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) tem a missão de promover o desenvolvimento rural sustentável, alimentos saudáveis, qualidade de vida e respeito ao meio ambiente. A administração direta conta com os Departamentos de Desenvolvimento Rural Sustentável (DEAGRO), Economia Rural (DERAL) e Florestas Plantadas (DEFLOP) e Núcleos Regionais (NRs). Na administração indireta conta com as seguintes vinculadas: Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR), Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA), Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (EMATER), Instituto de Florestas do Paraná, Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR) e Centrais de Abastecimento do Paraná (CEASA). Possui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF), o Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária (CONESA), o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Política Agrícola (CONDERPA) e o Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA).

É responsável por possibilitar uma agricultura competitiva, com alta produtividade e uso de sofisticadas tecnologias, onde 2,3% da área nacional respondem por cerca de 8,0% de toda a produção nacional (cerca de 20,0% dos grãos). O Paraná responde por aproximadamente 6,0% do Produto Interno Bruto (PIB) Nacional, 14,0% das exportações do agronegócio e 23,0% da produção de carnes. É o principal produtor nacional de trigo, feijão e aves; o segundo maior produtor de soja, milho e cana-de-açúcar; o terceiro de carne suína, leite, batata e mandioca; e ocupa posição de destaque na produção de tomate e café, na produção florestal, de frutas e hortaliças.

9.1 Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável (DEAGRO)

Ao DEAGRO compete, entre outras, o planejamento, a coordenação, a normatização, o controle e a avaliação de atividades que visam obter a melhoria da vida no meio rural. As principais atividades realizadas foram:

- Atendimento a 90 municípios nas áreas de bovinocultura de leite, sericicultura, ovinocultura, caprinocultura, piscicultura, entre outros, com aporte de aproximadamente R\$ 1,0 milhão e apoio às cadeias Produtivas do Leite, Café, Cana-de-açúcar, Erva Mate e Hortícola, por meio de quatro convênios com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e sete convênios com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no valor aproximado de R\$ 9,5 milhões, para aquisição de equipamentos agrícolas, implementos agrícolas,

veículos, tratores e caminhões, realizações de cursos e capacitações e implantação de Unidades Demonstrativas Leiteiras em Propriedades Rurais.

- Projeto de Apoio ao Manejo e Fertilidade dos Solos - aquisição de 82.000 toneladas de corretivos agrícolas (calcário, fósforo e gesso), para 103 municípios, no valor aproximado de R\$ 9,0 milhões.
- Projeto de Melhoria da Trafegabilidade das Estradas Rurais - aquisição de óleo diesel para adequação de 160 km de estradas rurais em 31 municípios, com o aporte de R\$ 817,8 mil.
- Projeto de Pavimentação de Estradas Rurais com Pedras Poliédricas - 77,5 km de estradas rurais em 51 municípios, com aporte de R\$ 12,9 milhões.
- Campanha Plante seu Futuro - incentiva o produtor rural a adotar boas práticas de produção no campo, como a conservação de solo, o manejo de pragas e doenças, rotação de culturas, entre outras. Desenvolvida em parceria com a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP), Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR), ITAIPU Binacional e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), teve cerca de 5.000 agricultores participantes.
- Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial - Renda e Cidadania no Campo - Pró-Rural: execução do projeto decorrente de financiamento parcial do Banco Mundial.
- Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF) no Paraná - executado com responsabilidades compartilhadas entre o Estado e as entidades representativas dos trabalhadores rurais e da agricultura familiar, em especial da FETAEP, Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) e Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR), que realizam a divulgação e a mobilização e a elaboração das propostas de financiamento, por meio das empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) credenciadas. Foram tratadas 184 propostas de financiamento, para 184 famílias, com área de 2.793 hectares (ha), que envolveu R\$ 14,7 milhões. Com isso, o Paraná alcançou o primeiro lugar no *ranking* brasileiro de contratações do PNCF.
- Grupo Gestor do Plano de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura do Paraná - Plano ABC - viabilizou 1.098 contratos de crédito rural nas tecnologias de baixa emissão de carbono, com valor aproximado de R\$ 215,0 milhões e capacitação de 12.000 produtores e técnicos. O Plano ABC faz parte de um compromisso que o governo brasileiro assumiu para fazer frente aos desafios trazidos pelas mudanças climáticas, em especial a redução de gases de efeito estufa, com a meta de deixar de emitir um bilhão de toneladas de carbono até 2020.
- Gestão de Solo e Água em Microbacias - avaliação de 124 planos de ações nas microbacias do Estado, envolvendo 7.380 famílias de agricultores familiares, com apoio financeiro de aproximadamente R\$ 6,2 milhões, com financiamento parcial do Banco Mundial.

9.2 Departamento de Economia Rural (DERAL)

O DERAL, por meio de análises de conjuntura agropecuária, estatística básica e planejamento agropecuário, realizou trabalhos de pesquisa, coleta, sistematização e divulgação de dados socioeconômicos sobre o agronegócio mundial e nacional, com ênfase no estadual, além de avaliação e pareceres técnicos, tais como:

- Elaboração e disponibilização na internet de revistas digitais (prognósticos) e aproximadamente 200 boletins informativos referentes à situação conjuntural dos principais produtos agrícolas, silvícolas e da pecuária de corte e leite.
- Sistema de Informação do Mercado Agrícola (SIMA) - disponibilizados na internet informativos com o registro diário de preços médios dos principais produtos agropecuários no mercado paranaense.
- Pesquisas e divulgação sobre preços recebidos pelo produtor, no atacado (semanal) e no varejo (mensal); preços pagos pelos produtores e custos de produção (trimestral); preços médios de terra agrícolas no Estado (anual).
- Divulgação da previsão de safras com um panorama semanal a respeito da situação dos principais grãos de inverno e de verão produzidos no Estado.
- Publicação anual do Valor Bruto da Produção (VBP) paranaense de aproximadamente 500 produtos. O índice compõe a cesta de produtos utilizados pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) para o cálculo do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).
- Programa Fundo de Aval (FAR/PR) - coordenação estadual visando investimentos para melhoria do sistema de produção agropecuária nas propriedades de agricultores familiares.
- Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários (PTS/PR) - foram analisadas e autorizadas, aos agentes financeiros, as propostas de financiamento dos pequenos produtores, com projetos técnicos do EMATER, que resultaram no financiamento de aproximadamente 450 unidades, no valor total de R\$ 32,4 milhões, que beneficiou 450 agricultores familiares diretamente e mais de 2.000 propriedades indiretamente, considerando que um trator pode atender mais de uma propriedade de forma solidária.
- Programa de Subvenção ao Seguro Rural (PSR/PR) - coordenação estadual, com novo aporte de recursos pelo tesouro estadual, via Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), no valor de R\$ 7,5 milhões, para atender a ampliação do Programa para 29 culturas. Foi subvencionado o valor do prêmio de 5.000 apólices, que beneficiou cerca de 4.500 pequenos, médios e grandes produtores de grãos, frutas, florestas plantadas, pecuária e outros.

9.3 Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (DESAN)

O DESAN, sob a égide da Divisão de Política de Segurança Alimentar e Nutricional (DPSAN), do Compra Direta - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Leite das Crianças (PLC), realizou as seguintes ações:

- Desenvolvimento, articulação intersetorial e apoio técnico, no âmbito estadual, da promoção da segurança alimentar e nutricional, tendo como referência a exigibilidade do direito humano à alimentação adequada e a consolidação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional e do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).
- Realização das conferências estadual e regionais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); e mobilização e articulação para a realização das conferências municipais.
- Compra e doação de alimentos da agricultura familiar com o objetivo de apoiar, estimular e fomentar a produção, e promover o desenvolvimento local.
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - enviados os Termos de Adesão Mistos para a nova modalidade do PAA a 221 municípios, dos quais 127 foram publicados. Nesse modelo os municípios aderem ao Programa em conjunto com o Estado, que deve apoiá-los em diversas ações. Envidados esforços para obter isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e da Taxa de emissão da nota fiscal, nas operações do PAA.
- Programa Leite das Crianças (PLC) - entregues diariamente, cerca de 113.000 litros de leite pasteurizado integral enriquecido com vitaminas, sendo que 115.742 crianças, em média, receberam mensalmente o benefício. O investimento anual foi de aproximadamente R\$ 72,8 milhões, considerando o valor médio de compra de R\$ 1,79 por litro de leite. Realizadas 259.915 análises laboratoriais do leite cru refrigerado, no laboratório da Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa (APCBRH) que integra a Rede Brasileira de Qualidade do Leite (RBQL).

9.4 Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR)

A ADAPAR atua de forma descentralizada em 20 Unidades Regionais de Sanidade Agropecuária (URS), 135 Unidades Locais de Sanidade Agropecuária (ULSA), 33 Postos de Fiscalização do Trânsito Agropecuário (PFTA) nas divisas com Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul e possui o laboratório de análises denominado Centro de Diagnóstico Marcos Enrietti (CDME). Tem a missão de executar o serviço oficial de defesa agropecuária no Paraná, promovendo a saúde animal, a sanidade vegetal, a inspeção sanitária dos produtos

de origem animal, a qualidade dos insumos agropecuários e o adequado uso do solo agrícola.

As principais atividades foram:

- Ensaios laboratoriais em bacteriologia, parasitologia e virologia, para certificação de explorações pecuárias e para a vigilância sanitária animal; análises laboratoriais para a vigilância sanitária vegetal.
- Análises microbiológicas de alimentos em carne e produtos cárneos, leite e derivados para o consumo geral, além de análises dos leites oriundos dos Programas Leite das Crianças e Leite Paraná e análises físico-químicas para detecção de fraude por excesso de água em frango congelado.
- Orientações e fiscalizações - aos produtores, abatedouros com Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e Serviço de Inspeção Federal (SIF), e comerciantes de vacinas contra febre aftosa; aos produtores e revendedores (comerciantes) de vacina contra tuberculose, além de habilitações e fiscalizações de médicos veterinários e exames e fiscalizações em sacrifícios de animais positivos para a doença; aos produtores, e em estabelecimentos, que comercializam vacinas para de saúde de equídeos, além do acompanhamento do sacrifício de animais doentes.
- Realizada vacinação assistida em apoio a duas campanhas de vacinação contra febre aftosa.
- Fiscalizações - em propriedades comerciais avícolas e registro de aviários; em propriedades produtoras, unidades de beneficiamento de frutas, estabelecimentos produtores de mudas e centrais de abastecimento; em propriedades rurais, comerciantes e empresas prestadoras de serviços fitossanitários, coleta de amostras para análises de resíduos agrotóxicos, em atenção ao comércio e uso adequado de agrotóxicos e receituários agrônômicos; em propriedades rurais e em comerciantes de fertilizantes com coleta de amostras encaminhadas para análise da qualidade no Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR); em propriedades rurais, comerciantes de sementes e produtores de mudas; do uso do solo agrícola em propriedades rurais.
- Avaliações de projetos para estabelecimento com produtos de origem animal, vistorias de terrenos ou estabelecimentos pré-existentes, registros de indústrias e de seus produtos.
- Realização e acompanhamento de auditorias em empresas com chancela Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA); e fiscalizações ou supervisões em estabelecimentos com chancela Serviço de Inspeção do Paraná/Produtos de Origem Animal (SIP/POA).
- Combate a fraudes econômicas e ao comércio irregular de produtos de origem animal; apreensão e condenação de produtos impróprios para o consumo.
- Desenvolvimento do Sistema de Defesa Sanitária Vegetal (SDSV), plataforma web, que integrará as informações da sanidade vegetal.

- Implantação do compartilhamento de estruturas e ações na divisa com Santa Catarina.
- Orientação e fiscalização - de escritórios de atendimento dos municípios; de médico veterinário habilitado e empresas na utilização dos formulários Guia de Trânsito Animal (GTA); e de propriedade que recebeu animais de outras Unidades da Federação.

9.5 Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA)

Tem como missão promover e apoiar ações de capacitação, pesquisa, ensino, comunicação e articulação entre pessoas e organizações, voltadas à produção agropecuária e ao consumo sustentável, baseados nos preceitos da agroecologia.

Principais atividades:

- Eventos de capacitação e divulgação de referências nas áreas temáticas: a) produção e bem-estar animal (produção de leite em bases agroecológicas, sistema de pastoreio racional Voisin, integração ovinocultura de corte e fruticultura, manejo de dejetos e resíduos orgânicos); b) produção vegetal integrada (agricultura orgânica básica, olericultura orgânica, plantas medicinais, aromáticas e condimentares, sistemas silvipastoris e agroflorestais, fruticultura orgânica básica, agricultura biodinâmica); c) recursos naturais (meliponicultura, educação ambiental, manejo de solos, cromatografia de Pfeiffer); d) engenharia alternativa (uso sustentável do bambu em bioconstruções rurais, construção de barraca de feiras, artesanato com bambu); e) socioeconomia e comercialização (em cadeias de ciclo curto), e outros; com 1.680 participantes.
- Participação em palestras, oficinas, comitês, eventos e projetos afetos à área.
- Levantamento da Produção Orgânica resultando no diagnóstico Quem é Quem na Agricultura Orgânica do Paraná, com o apoio de instituições e entidades envolvidas com a agroecologia e a agricultura orgânica do Estado.
- Elaboração, em conjunto com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) de Dois Vizinhos, do projeto de pesquisa Utilização de Bambu em Sistema Silvipastoril: efeito na ambiência de vacas leiteiras, aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- Criação de banco de dados com produtores de sementes e espécies produzidas para o projeto Produção de Semente Própria em Sistemas de Base Ecológica por Agricultores Familiares no Estado do Paraná (SEMECOL - EMBRAPA/SOJA).
- Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos (PPCPO) - atendimento a ATER, com visitas de diagnóstico, levantamento de dados, cadastramento, orientações técnicas, reuniões de articulação e mobilização de 45 propriedades familiares e quilombolas, de 13 municípios da Região Metropolitana de Curitiba e Vale do Ribeira.

9.6 Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR)

No cumprimento de sua missão de prover soluções inovadoras para o meio rural e o agronegócio do Paraná, o Instituto conduziu atividades em 227 projetos, organizados em 15 Programas de pesquisa (agroecologia, cultivos florestais, energias renováveis, integração lavoura-pecuária-floresta, pecuária de leite e de corte, recursos naturais, sistemas de produção, raízes e tubérculos, cereais de inverno, café, milho, feijão, fruticultura); e Programas de Inovação e Transferência de Tecnologia (Produção e Gestão da Inovação). Contribuiu com serviços consolidados e reconhecidos apoiando o avanço da agropecuária paranaense, por meio da disponibilização de novas variedades de plantas, sementes genéticas e básicas de qualidade, novos métodos e processos para melhoria no manejo de culturas e dos recursos produtivos e atividades de importância para a superação de problemas tecnológicos da agricultura. Coordenou três propostas de ação para a Agropecuária Paranaense: Aumento da Produção e Produtividade da Produção Leiteira (Leite-Renda ARENITO), Consolidação de Polos de Produção de Frutas Tropicais (Fruticultura ARENITO), Consolidação de Sistemas Sustentáveis de Leite - Produtividade, Renda e Práticas Sustentáveis (Leite BASALTO Sudoeste).

Destacam-se as seguintes atividades:

- Participação na coordenação da Rede Paranaense de Pesquisa em Agroecologia (REPAGRO).
- Publicação do livro Guia do Consumidor Orgânico junto ao SEBRAE.
- Aprovação de convênio com o Consórcio Pesquisa Café, por meio de projetos de pesquisa, com captação de R\$ 3,8 milhões, sendo R\$ 2,6 milhões para custeio, R\$ 500,0 mil para investimento e R\$ 680,0 mil para difusão de tecnologias.
- Identificação de sistemas agroflorestais de café, que reduzem perdas com geadas e melhoram o desenvolvimento do cafeeiro nos quatro primeiros anos após o plantio.
- Fenotipagem bioquímica de acessos da coleção de cafés da Etiópia, que associada à análise de dados genotípicos, possibilitará que a seleção de novas cultivares de café seja mais rápida, eficiente e com menor custo.
- Clonagem de 65 genótipos visando à manutenção e ampliação do banco de germoplasma de café.
- Finalização do primeiro processo de terceirização da produção de sementes básicas de cereais de inverno, envolvendo a nova cultivar de triticale IPR Aimoré. O modelo foi altamente eficiente e será adotado para a produção de sementes das demais cultivares de cereais de inverno.
- Desenvolvimento de tecnologias - para a produção de microalgas como fonte de óleo para produção de biocombustíveis e aproveitamento de coprodutos; para cultivo da macaúba para produção de óleo vegetal e biodiesel.

- Lançamento de três cultivares de feijão do grupo comercial carioca, IPR Curió, IPR Quero-quero e IPR Bem-te-vi. Essas cultivares estão sendo indicadas para cultivo nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul e destacam-se pelo alto potencial de rendimento, resistência moderada as doenças, tolerância intermediária a seca e ao calor e boa qualidade culinária e nutricional dos grãos. Destaca-se também, a obtenção de 1.052 novas linhagens promissoras, sendo 446 do grupo carioca, 602 do preto e quatro do grupo vermelho, visando atender o mercado externo.
- Conclusão de trabalho conduzido em parceria com o MDA, no Vale do Ribeira, que desenvolveu várias ações em fruticultura (abacaxi, maracujá, tangerina, amora e mirtilo); e conclusão de trabalho sobre amora-preta conduzido na Estação Experimental do IAPAR, na Lapa, que selecionou as variedades mais adaptadas para cultivo na região.
- Conclusão de estudo, desenvolvido em Cerro Azul, para monitoramento do inseto vetor da doença HLB de citros, com evento para técnicos e produtores.
- Avaliadas 44 cultivares de milho em 12 municípios na safra de verão 2014/2015 e de 59 cultivares em nove municípios na segunda safra (safrinha) 2015, em diferentes regiões, com diferente adaptabilidade, sanidade e produtividade.
- Avaliação da produtividade de soja e da produção animal em pastejo de inverno de Brachiaria, em diferentes alturas de pastejo, que demonstrou que a menor altura de pastejo comprometeu a qualidade física do solo, tendo reflexos nas taxas de infiltração de água, na compactação do solo e na sustentabilidade do sistema.
- Desenvolvimento de metodologia para determinação dos nutrientes: nitrogênio, fósforo e potássio (NPK), em dejetos líquidos de suínos, tendo como base o uso do densímetro, para uso em solos agrícolas do Paraná.
- Desenvolvimento de sistema de controle automático para ajuste, em tempo real, dos componentes de aterramento e compactação de semeadoras diretas.
- IAPAR News - o informativo começou a circular em 2015, sendo mais um ponto de contato do Instituto com a comunidade em geral.
- Ativação do Serviço de Alerta Geada 2015 - em seu 21º ano de funcionamento, o serviço apresenta expressivos resultados para o produtor do Estado e pode ser enviado aos usuários cadastrados por meio de *Short Message Service* (SMS).
- Mestrado Acadêmico em Agricultura Conservacionista - curso oferecido pelo IAPAR visa à produção culturalmente aceitável, socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente sustentável. Foram iniciadas as atividades da terceira turma do Programa.
- Programa de Iniciação Científica (PROICI) do IAPAR 2015/2016 - cerca de 90 bolsas de iniciação científica, com alunos oriundos de diversas instituições de

ensino superior. Realizado, em julho, o XXIII Seminário de Iniciação Científica, com apresentação de mais de 100 trabalhos dos alunos-bolsistas.

- Publicação de aproximadamente 340 trabalhos científicos em periódicos, congressos, eventos, mídia em geral, apresentados formalmente, em nível nacional e internacional, com incentivo direto e/ou indireto do IAPAR.

9.7 Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)

Tem a missão de promover o desenvolvimento rural sustentável coordenando, articulando e executando assistência técnica e extensão rural em benefício da sociedade paranaense.

Em 2015, o EMATER prestou assistência técnica para 105.000 pessoas do meio rural paranaense, sendo 81.500 agricultores familiares, 700 trabalhadores rurais, 700 pescadores artesanais, 2.500 jovens rurais, 7.700 mulheres rurais, 3.000 agricultores patronais e mais 8.900 pessoas que se relacionam ao meio. Foram realizados 250.000 atendimentos individuais e 7.000 eventos grupais além de um trabalho de implantação e acompanhamento de unidades referenciais nos principais projetos.

Em continuidade ao Projeto EMATER do Futuro, atuou no cumprimento dos 11 objetivos estratégicos, para atender as expectativas da sociedade, dos beneficiários e do Governo. Os objetivos estratégicos visam dinamizar as economias locais; contribuir para a segurança alimentar e inclusão produtiva e social; promover sistemas agrícolas de baixo impacto ambiental; ampliar a oferta e melhoria da qualidade do serviço de assistência técnica e extensão rural; prestar orientação técnica de forma contínua; assessorar a gestão das organizações rurais; propiciar acesso às políticas públicas e promoção da cidadania; orientar a adequação legal e ambiental das propriedades; contribuir com a definição dos Programas e projetos oficiais de apoio aos agricultores familiares; e coordenar e executar o Plano de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado.

O Instituto participou de Chamadas Públicas do Governo Federal, por meio do MDA, que viabilizaram recursos para assistência técnica a públicos específicos, definidos por meio de editais. Nesta modalidade, prestou orientação técnica a 18.500 agricultores familiares, 240 mulheres e 30 cooperativas, em 173 municípios nos projetos: melhoria da qualidade do Café na Região Norte, para 400 cafeicultores; orientação técnica visando à sustentabilidade das atividades agrícolas para 2.600 agricultores familiares na Região Metropolitana de Curitiba, 3.800 agricultores na Região Centro Sul, 5.800 agricultores na Região Sudoeste; ações em gestão de cooperativas para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 30 cooperativas da agricultura familiar; assessoria a grupos, envolvendo 240 mulheres rurais no Vale do Ribeira, assistência com vistas à melhoria na produção de leite nas regiões do Oeste,

Território Cantuquiriguaçu e Território Paraná Centro, a 2.700 agricultores familiares e 800 vitivinicultores.

Dentre as principais ações institucionais, destaca-se a aquisição de estações de trabalho e de 15 veículos, no valor de R\$ 1,0 milhão com recursos federais; e a implantação e o início da execução do Projeto de Pesca e Aquicultura, celebrado com o Ministério da Pesca e Aquicultura, no montante de R\$ 1,9 milhão.

Atuou com a seleção, organização, mobilização, divulgação e orientações técnicas para propiciar acesso às políticas e Programas públicos, das famílias beneficiárias dos seguintes Programas:

- Programa de Moradias Rurais (PNHR) - 12.800 unidades contratadas e 5.600 unidades com projetos aguardando contratação.
- Plano Brasil sem Miséria - público alvo aproximado de 4.000 famílias.
- Programa Nacional de Alimentação Escolar e Programa de Aquisição de Alimentos - orientação a 5.800 produtores organizados.
- Orientação técnica e incentivo à preservação de materiais genéticos vegetais, e uso e manejo da agrobiodiversidade a 22 aldeias indígenas.
- Envolvimento de 402 famílias de comunidades quilombolas nos temas: Segurança Alimentar e Nutricional, cultivos para autoconsumo, canalização de água tratada, Programa Habitação Rural, reformas de moradias, organização social/rural, controle social, acesso a políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), PAA, PNAE, capacitação para projetos produtivos, regularização fundiária e utilização de energia solar.
- Programa de Crédito Rural/PRONAF - em parceria com sindicatos, agentes financeiros e prefeituras foram aplicados R\$ 3,5 bilhões em financiamentos, que correspondem a 16,8% do total disponibilizado pelo Governo Federal. Dos 147.400 contratos, 110.700 custearam as despesas na produção das principais culturas e criações e 36.700 contratos destinaram-se ao beneficiamento, à agroindustrialização da produção e à melhoria de infraestrutura e modernização das unidades produtivas das famílias.
- Programa Nacional de Crédito Fundiário - orientação a 900 pretendentes, em parceria com organizações ligadas à vida do pequeno produtor rural, que resultou em 184 contratos firmados (correspondem a 21,0% do total contratado no País).
- Programa Pró-Rural - atuação em 167 municípios do Estado, com 1.400 famílias beneficiadas e investimento de R\$ 5,7 milhões.
- Programa de Segurança Alimentar e Nutricional - 4.200 agricultores e suas famílias envolvidos na valorização da alimentação produzida de modo sustentável e livre de contaminantes (agrotóxicos).
- Programa Fábrica do Agricultor - 1.800 empreendimentos, 5.300 famílias beneficiadas, 9.300 empregos e 22 Feiras da Agricultura Familiar, com 900 famílias participantes;

com aproximadamente R\$ 3,5 milhões comercializados nos eventos e mais de R\$ 10,0 milhões em negócios firmados.

- Projeto Olericultura - 8.500 olericultores atendidos em 169 municípios, em 20.000 ha de solo cultivado, com a produção de cerca de 470.000 toneladas de olerícolas e faturamento bruto de R\$ 112,0 milhões anuais.
 - Atividade Leiteira e Programa Leite das Crianças - desenvolvimento de ações estratégicas envolvendo 22.700 produtores.
 - Piscicultura e Pesca - 2.800 famílias de aquicultores e pescadores atendidos, em seis municípios da região de Paranaguá e 14 da região de Toledo, com repasse de R\$ 1,5 milhão.
 - Plano de Produção de Carnes - 2.100 pecuaristas envolvidos, em 303 municípios de 15 regiões do Estado.
 - Turismo Rural - por meio das Caminhadas na Natureza, aproximadamente 1.800 famílias de agricultores divulgaram e/ou venderam seus produtos a aproximadamente 50.000 pessoas, que movimentaram na comunidade visitada cerca de R\$ 1,4 milhão.
 - Projeto Centro Sul de Feijão e Milho - 5.600 agricultores envolvidos.
 - Projeto Grãos Basalto - 12.000 produtores, em 93 municípios.
 - Manejo Integrado de Pragas e Doenças (MIP/MID) - reduziu em mais de 50,0% o volume de venenos utilizados sobre as culturas e evitou a chamada deriva, que leva o agrotóxico para locais não desejados, com uma economia de R\$ 67,0 milhões com inseticidas e R\$ 44,0 milhões com fungicidas.
 - Projeto Fruticultura - 5.400 produtores atendidos, em 192 municípios.
 - Florestas Plantadas - 180 municípios, com potencial de 61.500 famílias envolvidas com produção anual de aproximadamente 3,6 milhões de metros cúbicos de madeira, em 81.000 ha plantados, com receita bruta R\$ 255,0 milhões.
 - Projeto Café - atendimento direto a 2.900 cafeicultores em 34 municípios.
 - Educação Ambiental - mais de 20.000 participantes, em 200 municípios.
 - Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) - 150 microbacias selecionadas.
 - Gestão Ambiental - manejo de solos e água orientados a 16.800 pessoas, em adequação ambiental das propriedades e outros 3.600 em gestão ambiental.
- Projeto Gestão de Solo e Água em Microbacias - em 151 municípios, atingindo 12.000 propriedades, orienta diretamente um público de 3.400 pessoas.
- Programa Campo Limpo - visa à destinação correta e o recolhimento do BHC e outros agrotóxicos proibidos por lei, estocados indevidamente em propriedades rurais. O índice de recolhimento de embalagem no ano chegou a 98,0%, com mais de 5.000 toneladas recolhidas.
 - Projeto Patrulhas do Campo - 3.200 km de estradas adequadas, em 145 municípios.

- Programas e Conselho de Sanidade Agropecuária (CSA) - organização e Programação dos 383 Conselhos de Sanidade Agropecuários.
- Programa de manejo e fertilidade do solo (calcário e fósforo) - 35.000 pequenos produtores beneficiados, em 310 municípios. Foram realizados os pagamentos dos projetos elaborados em 2014 para 103 municípios.

9.8 Instituto de Florestas do Paraná

Tem como missão atuar na coordenação do desenvolvimento de florestas plantadas no Estado do Paraná e no controle, fiscalização, prevenção de incêndio e vigilância nas áreas próprias e de terceiros sob a administração da empresa, em aproximadamente 45.000 ha.

Após a finalização da colheita da floresta de pinus do primeiro ciclo florestal, restaram aproximadamente 700 ha dos 18.816 ha de plantio nos municípios de Castro, Campo Largo, Ponta Grossa, Sengés, Dr. Ulysses e Cerro Azul (alienado em junho de 2014), permanecendo 6.625,77 ha de florestas de palmito e nativas, localizadas nos municípios de Paranaguá, Matinhos e Guaratuba.

No segundo ciclo foram realizadas entre duas a três manutenções anuais em aproximadamente 1.000 ha, dos 12.500 ha de florestas de *Pinus sp*, perfazendo cerca de 20 milhões de árvores plantadas com idade entre zero e 12 anos, distribuídas nos municípios de Castro, Campo Largo, Ponta Grossa, Sengés, Dr. Ulysses e Cerro Azul, sendo a mesma reposta pelos plantios da parceria com a Águia Florestal Indústria de Madeiras Ltda. e com os plantios oriundos dos contratos de compra e venda de madeira das florestas do ciclo anterior.

Houve redução de cerca de 1.340 ha na área de plantio, com a devolução da área Fazenda Leonópolis, em Inácio Martins, para que a Agência de Fomento do Paraná realize sua venda.

Encontra-se em execução o georreferenciamento, decorrente de contratos de parcerias celebrados com a Águia Florestal, das fazendas: a) Caçador ou Núcleo 10, nos municípios de Ponta Grossa, Castro e Campo Largo, em aproximadamente 6.280 ha; b) Pinheiro Bonito/Mato Queimado, nos municípios de Ponta Grossa e Campo Largo, com cerca de 2.177 ha.

Atuou no controle das explorações das florestas comercializadas, por meio da retirada da madeira explorada, da medição das cargas dos caminhões e da emissão da nota fiscal. Em 2015, foram retirados 270.298,70 ha estéreos de pinus e comercializadas 78,0 toneladas de goma resina de pinus.

Realizou a manutenção em aproximadamente 3.000 km da malha viária interna às áreas do Instituto e auxiliou na conservação das estradas municipais e estaduais que acessam suas propriedades, visando o escoamento dos produtos de base florestal, mantendo aproximadamente 500 km de aceiros.

Na área de preservação ambiental, considerando as áreas do Módulo Florestal do Litoral e dos demais módulos florestais não utilizados para plantio, preservou aproximadamente 25.000 ha de florestas nativas em estágio avançado de regeneração. Estas áreas se encontram em grandes blocos no litoral e estão distribuídas nas áreas de plantio de florestas comerciais, formando um mosaico estruturado e com interligações nos corredores internos de biodiversidade que garantem presença de vida selvagem em todos os níveis da cadeia alimentar.

O Instituto propiciou o lançamento do livro Mapeamento das Florestas Plantadas no Estado do Paraná, que fornece dados oficiais sobre extensão e localização dos plantios florestais.

9.9 Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. (CEASA/PR)

Tem a finalidade de apoiar a comercialização de hortigranjeiros, promover capacitações aos comerciantes que atuam nas CEASAs do Paraná e promover a gestão das doações recebidas pelo Banco de Alimentos para fins de repasse às entidades filantrópicas.

As cinco CEASAs do Estado movimentaram 974.300 toneladas de hortigranjeiros, com valor estimado de R\$ 1,9 bilhão, envolvendo os 649 permissionários e cerca de 1.000 pequenos produtores rurais por mês.

Foi investido cerca de R\$ 633,0 mil nas unidades atacadistas, em obras de construções, recuperações e adequações, ampliações e em equipamentos; capacitados em rotulagem e boas práticas de produção os 649 permissionários e cerca de 1.000 produtores rurais; treinados 16 técnicos agrícolas e dois engenheiros agrônomos que iniciaram seus trabalhos nas CEASAs do Paraná, em outubro.

O Banco de Alimentos atendeu, em média, 177.879 pessoas por mês, tendo 531 entidades cadastradas, com repasse de 4.661,5 toneladas de hortigranjeiros, no valor estimado de R\$ 7,0 milhões. Os produtos são oriundos de hortigranjeiros em bom estado de consumo que seriam descartados pelo atacado, além de doações da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS QUANTIDADES MOVIMENTADAS.

| MESORREGIÃO | COMERCIALIZAÇÃO ATACADO (T) | DOAÇÕES BANCO DE ALIMENTOS (T) | TOTAL |
|---------------------------|-----------------------------|--------------------------------|------------|
| Metropolitana de Curitiba | 639.168,70 | 960,20 | 640.128,90 |
| Norte Central Paranaense | 194.222,20 | 1.756,10 | 195.978,30 |
| Oeste Paranaense | 140.908,90 | 1.945,20 | 142.854,10 |
| TOTAL | 974.299,80 | 4.661,50 | 978.961,30 |

9.10 Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR)

Tem por missão promover soluções de engenharia rural, infraestrutura, logística e segurança alimentar com qualidade e proteção ao meio ambiente, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas, com soluções na área de armazenagem, classificação, escoamento e apoio a comercialização de safras agrícolas e de mercadorias em geral e outras atividades que visem o desenvolvimento do setor agropecuário estadual.

Por meio de suas unidades armazenadoras de grãos, contribui no beneficiamento (limpeza e secagem) e armazenamento da produção, tendo recepcionado mais de 310.000 toneladas entre produtos agrícolas, industrializados, frutas e resfriados.

Nos armazéns frigorificados, localizados nos municípios de Palmas e Guarapuava, contribuiu à fruticultura do Estado, especialmente da maçã, além de outros produtos como batata semente.

É responsável pelo processo logístico da merenda escolar dos 399 municípios paranaenses, por meio de contrato com a Secretaria de Estado da Educação (SEED), que beneficiou mais de 1.000.000 de alunos nas 3.500 escolas da rede estadual.

Encontra-se em fase adiantada de implantação de um novo terminal retroportuário em Paranaguá com capacidade estática para 46.000 toneladas e expedição de até 2.500 toneladas/hora, num processo de parceria (licitação na modalidade de concorrência pública), com investimentos de R\$ 78,0 milhões, com previsão de entrar em operação em março de 2016.

No Porto Seco de Cascavel, junto ao terminal da FERROESTE, conquistou o credenciamento junto a Receita Federal para operar com o Regime Aduaneiro Atípico denominado Depósito Alfandegado Certificado (DAC), que permite ao exportador brasileiro maior flexibilidade nas exportações. O DAC é um instrumento que possibilita a emissão de um certificado de depósito alfandegado, uma espécie de *warrant* endossável, permitindo ao exportador negociar a mercadoria em qualquer lugar do mundo.

Na área de classificação, em atendimento ao controle de qualidade dos produtos destinados à exportação, realizou a auditoria do processo de classificação de aproximadamente 15,5 milhões de toneladas de produtos destinados à exportação pelo Porto de Paranaguá. Realizou treinamentos e cursos aos interessados ligados ao agronegócio, e prévias de classificação principalmente em atendimento a pequenos produtores e agricultura familiar em geral.

No processo de importação, atuou na internalização de produtos agrícolas, com a classificação de 2,1 milhões de toneladas de produtos, em apoio técnico operacional e laboratorial ao MAPA.

Na área de qualidade dos produtos destinados diretamente à alimentação humana, classificou e certificou 512.000 toneladas, de acordo com a Lei Estadual nº 9.972/2000.

Na área de engenharia rural, a coordenação e realização de ações de apoio e melhoria contínua da infraestrutura viária rural passaram à SEAB. A CODAPAR centrou seus esforços no sentido de desenvolver e estruturar um Programa para atendimento às estradas rurais, para dar vazão às demandas dos municípios, tendo sido realizada oficina para elaboração do Modelo de Gestão da Malha Viária Rural.

Seguindo a mesma modelagem de parceria, em Paranaguá, a CODAPAR aplicou esforços no desenvolvimento de um novo Plano de Reposicionamento dos seus objetivos estratégicos, onde outras unidades armazenadoras passarão por processo de contratos de parcerias visando a sua otimização operacional, com o objetivo de preparar e adequar a organização para realizar projetos essenciais de governo nas áreas de infraestrutura rural, logística e segurança alimentar.

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

10 Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) tem a missão de definir, coordenar e executar políticas e diretrizes nas áreas da ciência, tecnologia e ensino superior. Sua estrutura é composta por Coordenadorias, Assessorias, Grupos Setoriais e Setores, e conta com os seguintes órgãos e entidades vinculados:

- Instituições de Ensino Superior (IEES) - Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade do Centro Oeste do Paraná (UNICENTRO), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).
- Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) - empresa pública dedicada à pesquisa, desenvolvimento e produção de bioenergia, imunobiológicos, antígenos e química fina, além de prestação de serviços tecnológicos.
- Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR) - serviço social autônomo, com a finalidade de desenvolver atividades dirigidas à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à prestação de serviços em meteorologia, hidrologia e meio ambiente. Além de conceber, desenvolver e executar projetos de pesquisa científica e tecnológica, formação e capacitação profissional nas áreas correlatas.

A SETI participa de mais de 60 conselhos estaduais e de diversos fóruns, colegiados e câmaras técnicas, com atuação no campo da Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, além de colaborar com outros órgãos dos setores público e privado.

O Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia (CCT PARANÁ), responsável pela definição das áreas prioritárias apoiadas com recursos do Fundo Paraná, definiu as seguintes áreas estratégicas: Ciências Biológicas e Biotecnologias (agrícola, avícola, florestal, saúde); Indústria Alimentar; Energias Renováveis; Metalomecânica; Tecnologias da Informação e Comunicação; Ciências e Tecnologias Ambientais; Polos, Parques Tecnológicos e outros habitats de inovação; Ciências e Tecnologias Agrárias; Mobilidade; Fortalecimento dos ativos portadores de desenvolvimento tecnológico; Melhoria do Ensino Superior; Tecnologia Assistiva; Petróleo e Gás. O Plano de Aplicação 2014 foi aprovado integralmente na XXI Reunião Ordinária do Conselho, realizada em junho.

O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paranaenses (CRUEP) tratou de assuntos de interesse comum entre a SETI, as IEES e demais órgãos e entidades relacionados ao ensino superior, ciência, tecnologia e inovação.

10.1 Sistema Estadual de Ensino Superior (SESPR)

O SESPР oferece ensino de graduação gratuito nas mais diversas áreas do conhecimento, com atividades de ensino de graduação, pós-graduação *lato e stricto sensu*, pesquisa, inovação, extensão universitária e cooperação técnico-científica nacional e internacional, com ensino presencial em 32 municípios e na modalidade à distância em 47 municípios.

O Índice Geral de Cursos (IGC), do Ministério da Educação (MEC), mostra que a qualidade das universidades que compõem o Sistema Estadual de Ensino Superior (SESPR) é boa. A UEM, a UEL, a UNIOESTE, a UEPG e a UNICENTRO obtiveram nota quatro, em um universo de cinco, e a UENP, nota três. O índice avalia, anualmente, a qualidade das instituições de educação superior, mediante o conceito dos cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* das instituições, dentre outros fatores.

Na avaliação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) 2012/2013, realizada pelo MEC, no Paraná, envolvendo as Universidades Estaduais, Federais e Privadas, 27 cursos de graduação obtiveram nota máxima - cinco, sendo 14 cursos das Universidades Estaduais.

Os dados do Sistema Estadual de Ensino Superior estão apresentados a seguir:

| DISCRIMINAÇÃO | Nº |
|--|---------|
| Cursos de Graduação | 346 |
| Cursos de Especialização | 263 |
| Cursos de Mestrado | 162 |
| Cursos de Doutorado | 67 |
| Número de Alunos | 104.925 |
| Número de Docentes - 87,0% com Mestrado e Doutorado | 7.860 |
| Número de Agentes Universitários | 8.945 |
| Campus Universitários | 34 |
| Polos de Ensino a Distância - em 47 municípios e com proposta de criação em mais 17 municípios | 83 |
| Colégios de Aplicação Pedagógica | 03 |
| Hospitais Universitários | 04 |
| Hospitais Veterinários | 06 |
| Escritórios de Aplicação Jurídica | 05 |
| Centros Odontológicos | 05 |
| Clínicas de Fisioterapia | 02 |
| Laboratórios de Análises Clínicas | 04 |

Os quatro Hospitais Universitários têm dupla função: acadêmica, como hospitais-escola, e como importantes polos de atendimento regional à saúde no Estado.

As Universidades Estaduais são importantes locais de produção de conhecimento científico e inovação tecnológica. Com a manutenção e consolidação do Sistema Estadual de Ensino Superior se está colaborando para o desenvolvimento do Estado e com a melhoria na qualidade de vida das pessoas. Para manutenção do sistema, em 2015, o Governo despendeu em torno de R\$ 2,9 bilhões. Pagamentos atrasados foram viabilizados e foram quitados

débitos de R\$ 9,2 milhões em obras; R\$ 12,1 milhões em equipamentos e R\$ 2,5 milhões referentes a convênios.

10.2 Principais Realizações

Os projetos e as ações são desenvolvidos com base em dois Programas: a) Excelência no Ensino Superior - que visa melhoria dos indicadores acadêmicos na graduação e pós-graduação e consolidação da excelência das Universidades no ensino, pesquisa, inovação, extensão e cooperação técnico-científica; b) Paraná Inovador - voltado ao incentivo, ao desenvolvimento científico, tecnológico e à inovação, mediante parcerias com o setor produtivo, instituições de ensino superior, instituições de pesquisa, organizações não-governamentais e governos municipal, Estadual e Federal.

Entre as ações realizadas, destacam-se:

- Aprovação de três mestrados profissionais, dois mestrados acadêmicos e quatro doutorados nas universidades estaduais do Paraná. São eles: mestrado profissional em Ensino na UENP; doutorado em Educação na UEL; mestrado profissional em Ciências Farmacêuticas; mestrado acadêmico em Ciências Fisiológicas na UEM; doutorado em Ciências Farmacêuticas, mestrado acadêmico em Zootecnia e doutorado em Ciência de Alimentos na UEPG; doutorado em Ciências Farmacêuticas na UNICENTRO; e mestrado profissional em Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade na UNIOESTE. Nos últimos cinco anos houve aumento em torno de 77,0% na oferta de novos cursos de pós-graduação, passando de 110 cursos de mestrado e 41 de doutorado, em 2010 para 162 cursos de mestrado e 67 de doutorado, em 2015.
- Nomeação de 271 docentes, aprovados em concursos públicos, para as IEES sendo: 84 na UEL, 80 na UEM, 34 na UEPG, 22 na UNIOESTE, 34 na UNICENTRO, 15 na UNESPAR e dois na UENP; e cinco Agentes Universitários.
- Ensino de Graduação - manutenção do Sistema, autorização de funcionamento dos cursos de Administração e Letras, nas extensões de Prudentópolis e Coronel Vivida, da UNICENTRO. Início da primeira turma do curso de Odontologia da UENP, em Jacarezinho; reconhecimento de seis cursos de graduação e renovação de reconhecimento de 65 cursos de graduação envolvendo Universidades Estaduais e instituições municipais; continuidade dos trabalhos do Programa de Educação Ambiental para a rede do Ensino Básico e Superior; Programa de Educação Fiscal; da Comissão Universidade para os Índios (CUIA); Comissão Especial de Avaliação do Sistema Estadual de Ensino Superior do Paraná (CEA); participação na elaboração do Plano Estadual de Educação, no Fórum Estadual de Educação, no Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente, no Conselho do Idoso; e atividades do Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres (CEDC).

- Programa de Internacionalização Institucional - recebidas comitivas da Austrália, Itália, Polônia, França, Japão e China interessadas em conhecer o Sistema Estadual de Ensino Superior, de Ciência, Tecnologia e Inovação, a infraestrutura de apoio e fomento à inovação tecnológica do Estado, com potencial para realização de acordos de cooperação com as áreas de excelência/estratégicas do Estado, bem como a identificação das áreas com potencial para participação em Programas de Mobilidade Acadêmica Internacional (graduação e pós-graduação). Acordos Internacionais mantidos ou realizados: Paraná e Baden-Württemberg; Paraná Quebec; Cooperação Paraná-Rhône-Alpes; Memorando de Entendimento entre a Secretaria de Educação do Estado de Utah, Estados Unidos da América; Memorando de Entendimento Paraná-Victoria, Austrália.
- Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia - 29ª edição da premiação, voltada a professores-pesquisadores, pesquisadores extensionistas, alunos de graduação, jornalistas científicos e inventores independentes, com recursos do Fundo Paraná, nas áreas de Ciências Exatas e da Terra e Ciências da Saúde.
- Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - realizada nas Universidades Estaduais do Paraná, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).
- Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FORTEC) - participação na organização da 9ª edição do Encontro Anual, que objetiva consolidar as ações para promover a inovação tecnológica no País e elevar o patamar de competência dos seus agentes.
- Rede Paranaense de AgroPesquisa e Formação Aplicada - elaboração de minuta do decreto de criação da Rede, que visa consolidar a competência do Estado do Paraná no desenvolvimento do Agronegócio.
- Participação na elaboração da Rede de Indicadores Estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação (RIECTI), coordenada pelo MCTI, por meio da Coordenação Geral de Indicadores (CGIN).
- Universidade Sem Fronteiras (USF) - manutenção e ampliação do Programa concebido como o maior de extensão universitária, em investimento financeiro e de capital humano para o desenvolvimento dos municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Atendeu mais de 361 municípios paranaenses, com equipes multidisciplinares, em diferentes áreas sociais e em ciência e tecnologia. O desenvolvimento dos 122 projetos, custeados com recursos da Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF), envolveu 771 bolsistas, sendo: 188 orientadores, 297 recém-formados e 286 estudantes de graduação, totalizando R\$ 13,6 milhões de investimento. Em outra modalidade, 25 bolsistas vinculados ao Projeto Gestor da SETI, dedicaram-se a atividades de acompanhamento e execução dos projetos da USF, referentes a editais lançados em 2014, com

vigência em 2015, sendo: 83 projetos nas áreas de Apoio à Saúde, a Agricultura Familiar e Agroecologia, as Licenciaturas, Incubadoras dos Direitos Sociais e Diálogos Culturais; 10 projetos para atender aos Núcleos de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e da Juventude (NEDDIJ), em conjunto com a Rede de Atendimento da Criança e Adolescente; 15 projetos para o Programa Patronato, em parceria com a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP); 14 projetos referentes ao Programa Bom Negócio Paraná, em parceria com a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL).

- Residência Técnica - execução de Programas, com investimento de R\$ 1,1 milhão, em parceria com as Universidades Estaduais, em duas áreas. Uma para engenheiros e arquitetos e outra para profissionais das áreas de Serviço Social, Psicologia, Direito, Ciências Contábeis, Administração, Pedagogia, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Secretariado e Engenharia da Computação. Na área de Engenharia e Arquitetura, envolveu o Curso de Especialização em Projetos e Obras Públicas de Edificações, que visa capacitar recém-formados para atuação em órgãos e empresas públicas, na prestação de serviços profissionais em obras e edificações públicas, dos 260 inscritos (200 residentes e 60 servidores), 213 encontram-se em fase de conclusão do curso iniciado em 2013. Na área de Assistência Social, envolveu o Curso de Especialização em Gestão Pública, com ênfase no Sistema Único da Assistência Social, com 500 horas/aula, ofertado a 207 residentes e 400 servidores públicos. Com cursos gratuitos, os residentes, que não integram o quadro de servidores públicos recebem bolsa auxílio de R\$ 1,9 mil. Os alunos residentes desenvolvem 30 horas semanais de atividades na sua área de formação, na administração estadual.
- Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 - elaboração do PPA da SETI com participação em reuniões na SEPL e em Audiência Pública.
- Elaboração de projetos com o Secretário Especial para Assuntos Estratégicos para captação de recursos financeiros junto ao MTCl, visando equipar municípios com polos de Ensino a Distância (EAD), no projeto de Inclusão Digital.
- Participação no Seminário de Projetos Estruturantes e Captação de Recursos Federais e na elaboração de projetos para captação de recursos federais; participação na coordenação do Plano Estadual para a Promoção da Igualdade Racial no Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR).
- Programa TECNOVA - visa criar condições financeiras favoráveis e apoiar a inovação, com recursos de subvenção econômica, para o crescimento de empresas de micro e pequeno porte. Firmou dois instrumentos com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), no montante de R\$ 24,5 milhões (R\$ 8,2 milhões do Estado e R\$ 16,3 milhões da FINEP), com 68 empresas selecionadas e 63 contratadas. O projeto envolve Fundação Araucária, TECPAR e FIEP como coexecutoras e a

Associação das Empresas Brasileiras da Tecnologia da Informação Paraná (ASSESPRO) e Rede Paranaense de Incubadoras de Parque Tecnológicos (REPARTE), como intervenientes.

- Capacitação de Servidores Estaduais - em cooperação com a UEM e com a Escola de Governo, a SETI manteve a terceira turma do Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e encontra-se em fase de elaboração o edital para o ingresso de servidores públicos para a quarta turma. A UEM, com o apoio da SETI e da Secretaria de Estado da Saúde (SESA), obteve aprovação junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Mestrado Profissional em Assistência Farmacêutica. Ocorreu também o encerramento do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Hemoterapia, ofertado pela UEM, em parceria com a SETI, SESA/HEMEPAR, direcionado aos servidores públicos do Estado, especialmente médicos, enfermeiros e bioquímicos que atuam no ciclo de coleta e distribuição de sangue. As monografias foram reunidas em livro impresso, com o apoio da Assessoria de Comunicação Social da SETI e Imprensa Universitária da UEPG.
- Programa de Informatização da SETI: a) Projeto Galha Azul, continuidade ao sistema de coleta de dados relativos à ciência, tecnologia e inovação nas Universidades Estaduais; b) desenvolvido sistema interno para controle das áreas de geração de números de documentos oficiais da SETI, de representações em Conselhos, de documentação do Programa TECNOVA, dos dados dos servidores para o GRHS, captação de dados relativos a recursos humanos, ensino e investimentos nas Universidades, acompanhamentos de projetos desenvolvidos com outras Secretarias.
- Investimentos nos Hospitais Universitários - Unidades de Terapia Intensiva (UTI) Adulto I e II do Hospital Universitário de Londrina (HUEL), no valor de R\$ 3,6 milhões; construção da segunda etapa do Centro de Oncologia e Hematologia Pediátrica do Hospital Universitário de Maringá (HUEM), com investimento de R\$ 5,9 milhões; ampliação da área física de Traumas, Ginecologia e Obstetrícia, doenças relacionadas às crianças e adolescentes do Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HUOP), além de uma Unidade Materno-Infantil e ampliação de 10 leitos de UTI Pediátrica no valor de R\$ 500,0 mil, ampliação de 32 leitos clínicos no valor de R\$ 400,0 mil; investimento de R\$ 7,0 milhões na Clínica de Odontologia da Universidade Estadual do Norte do Paraná, em Jacarezinho.
- Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF) - tem como função principal a gestão executiva dos recursos do Fundo Paraná, atendendo os eixos e Programas estabelecidos pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia (CCT/PR). A legislação prevê que 2,0% da receita tributária estadual sejam transferidos ao Fundo Paraná, metade na forma de ativos pertencentes ao Estado (1,0% dos

ativos alocados na UEL, UEM, UEPG, TECPAR e IAPAR) e outra metade na forma de recolhimento direto e automático à conta especial do Fundo Paraná. Deste montante, destinam-se 50,0% para projetos estratégicos da UGF, 30,0% para a Fundação Araucária e 20,0% para o TECPAR. Em 2015, do orçamento previsto de R\$ 190,2 milhões, foram contingenciados R\$ 143,7 milhões (76,0%), restando R\$ 46,5 milhões. Foram executados todos os pagamentos de Restos a Pagar processados e não processados do Fundo Paraná dos exercícios anteriores, no total de R\$ 66,2 milhões. Dando continuidade aos Programas e projetos contratados, destacam-se: a) Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), que visa o desenvolvimento de novas tecnologias voltadas à integração de recursos tecnológicos, contemplando a indústria (no processo de automação), o comércio (no gerenciamento, nas diversas formas de publicidade), o setor de investimentos (informação simultânea, comunicação imediata) e projetos estratégicos na área da educação com ênfase social, com investimento de R\$ 15,6 milhões; b) Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos (PPCPO), que visa contribuir para a consolidação do Paraná como Estado de maior produção de orgânicos do País, fomentador de inovação tecnológica nos sistemas de produção orgânica para pequenos produtores rurais, fomentador da organização dos pequenos produtores por meio do cooperativismo e/ou associativismo para a comercialização em escala da produção orgânica, com investimento de R\$ 4,6 milhões; c) Programa Paraná Fala Línguas/Paraná Fala Inglês, que oferta cursos preparatórios para obtenção da pontuação necessária nos exames internacionais de língua inglesa, aplicando testes de nivelamento e permitindo a capacitação de estudantes e docentes a participarem de intercâmbios no exterior, principalmente para o Programa Ciência Sem Fronteiras, com investimento de R\$ 2,3 milhões.

- Reconstrução do Cine e Teatro Universitário Ouro Verde - obras de reconstrução iniciadas em janeiro de 2014, com previsão de conclusão dos serviços de infraestrutura em 2015. Com valor previsto de R\$ 15,9 milhões, foram licitados R\$ 12,6 milhões, empenhados R\$ 8,0 milhões e pagos R\$ 3,9 milhões, de acordo com a execução dos serviços, há previsão de liberação de R\$ 4,0 milhões.

10.3 Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR)

Dentre as várias ações desenvolvidas pelo TECPAR, destaca-se:

- Credenciamento no BNDES quanto a soluções tecnológicas para indústria metalomecânica.
- Abertura do primeiro edital de 2015 da Incubadora Tecnológica do TECPAR.
- Produção de 15 milhões de doses da vacina antirrábica.

- Programa Coleta Seletiva Solidária - destinadas 100 toneladas de lixo reciclável às associações de catadores.
- Oficialização do Parque Tecnológico da Saúde.
- Apoio tecnológico a mais de 600 empresas de 96 cidades do Paraná.
- Centro de Inovação Microsoft de capacitação de estudantes na aplicação prática na área de TI, no TECPAR.
- Entrega de certificado *life* à Itaipu Binacional, dentre outras empresas.
- Homologação do primeiro equipamento que combate sonegação nos postos de combustíveis.
- Crescimento de 33,0% na certificação de produtos orgânicos em cinco anos.
- Serviços de prototipagem oferecidos a empreendedores pelo Laboratório da Incubadora Tecnológica do TECPAR.
- Empresa da Incubadora Tecnológica venceu prêmio na categoria Tecnologia Criativa; Beenoculus, também da Incubadora Tecnológica, foi eleita a melhor *startup* do Estado no Prêmio Bem Feito no Paraná.
- Desenvolvimento de tecnologia na área de educação por meio de parceria firmada com a CELEPAR.
- Aquisição de equipamento para aumento de eficiência na análise de metais pesados.
- Coordenação do Projeto *Smart Energy* Paraná, que objetiva impulsionar a matriz de energias inteligentes do Estado.

10.4 Instituto Tecnológico SIMEPAR

- Rede Paranaense de Monitoramento Hidrometeorológico (RePAMH Fase II) - iniciada a implantação da Rede, que prevê a instalação de estações de medida de chuva em todos os municípios paranaenses, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços de previsão de tempo e clima, com recursos do Fundo Paraná.
- Termo de Cooperação Técnico-Científica e Financeira firmado com a Casa Militar, por meio do Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED) e a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), visando criar Programa de cooperação e intercâmbio científico e tecnológico, voltado à redução de riscos de desastres, abrangendo atividades de pesquisa, desenvolvimento, formação e treinamento de recursos humanos, absorção e transferência de tecnologias, serviços educacionais de pesquisa e extensão e a utilização de instalações e equipamentos.
- Participação no Sistema Paranaense de Informações para a Gestão dos Riscos e Desastres (SIGRisco), em conjunto com a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC), o Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR), o

Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITC) e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), por meio do Instituto das Águas (ÁGUASPARANÁ), com o objetivo de potencializar e integrar ações para atender a Casa Militar do Paraná em questões relacionadas a riscos e desastres.

- Contrato de Gestão entre o SIMEPAR e a AGUASPARANÁ que visa à realização dos seguintes serviços tecnológicos e produtos de monitoramento hidrometeorológicos:
 - a) manutenção e operação de estações hidrometeorológicas e disponibilização dos respectivos dados;
 - b) implantação do sistema de previsão hidrológica para a geração de estimativas de vazão em pelo menos 15 bacias hidrográficas;
 - c) implantação do sistema de estimativa e previsão de chuva a partir da integração de dados obtidos em estações hidrometeorológicas, radares meteorológicos e imagens de satélites, e modelos matemáticos de previsão de tempo.
- Sistema de Alerta Meteorológico - funcionamento permanente, com a geração de 833 boletins meteorológicos e 286 alertas de eventos severos para a CEPDEC.
- Portal de Monitoramento e Previsão Hidrometeorológica - operação e atualização do portal, concebido para atender demandas da AGUASPARANÁ e da CEPDEC, contendo dados hidrometeorológicos em tempo real, gráficos com limiares de alertas para cada uma das estações automáticas e telemétricas utilizadas, estimativas e previsão de chuva.
- Site do SIMEPAR - disponibiliza à população a previsão do tempo para todos os municípios do Paraná, os campos de precipitação em tempo real, gerados pelos Radares Meteorológicos (Teixeira Soares e Cascavel) e por imagens de satélites, dados de descargas atmosféricas, dentre outros.

Secretaria da Comunicação Social



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

11 Secretaria de Estado da Comunicação Social

A Secretaria da Comunicação Social (SECS) cumpre a função de organizar, planejar, coordenar a execução e dirigir as ações relativas à comunicação do Governo do Paraná, atendendo a todas as unidades da administração direta e indireta.

Nesse sentido, desenvolve suas tarefas a partir da distribuição de atividades entre as áreas de Coordenação de Marketing e Coordenação de Imprensa e, como unidade indireta, a Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE) e o Serviço Social Autônomo E-Paraná Comunicação.

Destaca-se que a RTVE, no decorrer do exercício de 2015, deu continuidade ao processo de regularização das atividades administrativas, tornando-a mais eficaz em suas ações, após a criação da E-Paraná Comunicação, pela Lei nº 17.762/2013. Assumiu a coordenação do Portal da Transparência do Estado e busca facilitar o acesso à informação, para que o cidadão encontre o que procura em no máximo em três cliques.

11.1 Coordenadoria de Marketing

Responsável pelo planejamento de campanhas publicitárias de utilidade pública e de divulgação das ações de interesse da população paranaense, além da publicidade legal da administração direta e suas empresas.

As principais ações da Coordenadoria foram para divulgar nos meios de comunicação do Estado do Paraná, campanhas destacando as ações do Governo nas áreas da saúde, segurança, infraestrutura, educação, emprego, obras e habitação, atendendo a administração direta e indireta do poder executivo estadual, incluídas as empresas públicas, autarquias e sociedades de economia mista. Além de coordenar, juntamente com as empresas, a realização de campanhas para educação no trânsito para o Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN), da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), Agência de Fomento do Paraná, da Companhia Paranaense de Gás (COMPAGÁS) e da Companhia Paranaense de Energia (COPEL).

11.2 Coordenadoria de Imprensa

Ocupa-se da produção jornalística de material editorial veiculado na Agência Estadual de Notícias, produz e distribui informações das atividades do Governo do Paraná, com reportagens de órgãos da administração direta e indireta. É responsável pelas áreas de produção de textos e fotos jornalísticas para a mídia impressa, matérias jornalísticas para rádio e registros em vídeo para as emissoras de televisão. Todas as atividades de distribuição

de informação são realizadas tendo como foco as ações realizadas pelas diversas esferas da administração pública estadual.

O site www.aen.pr.gov.br, principal plataforma para publicação de notícias dos órgãos do Estado, recebeu 3.402.910 visualizações no período. Desde janeiro, foram publicados 4.152 textos (reportagens), 5.123 áudios (notícias para rádio), 25.187 fotografias e 603 vídeos.

Todo o conteúdo disponibilizado é de livre utilização pelos meios de comunicação (jornais, revistas, sites, rádios e televisões), com a recomendação de que seja atribuído crédito para a Agência de Notícias do Paraná em caso de publicação e/ou veiculação da reportagem.

11.3 Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE)

Produz e divulga Programas com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas, visando ser referência na Programação educativa do Estado e na promoção cultural e artística paranaenses. Consiste na união da TV, das rádios FM e AM e do Canal da Música.

Em fevereiro teve início a reorganização institucional, para renovação da estrutura organizacional e aprimoramento de processos e serviços, que tem como premissas básicas: a renovação do parque tecnológico, iniciada com a licitação para a compra de equipamentos; a regularização do quadro funcional, a partir do processo seletivo promovido pelo Serviço Social Autônomo E-Paraná Comunicação; a modernização da Programação e dos mecanismos e meios de veiculação oferecidos pelas novas linguagens, pautadas pela convergência das mídias e pela interatividade.

No âmbito da reorganização institucional, foram executadas quatro ações estruturantes:

- levantamento da estrutura organizacional - análise documental legal, que inclui o estatuto, eventuais decretos e leis, relatórios de gestões anteriores, planilhas e controles, detalhamento de processos de pagamento, formulários e sistemas informatizados; bem como a grade e os Programas das rádios e da TV, o perfil em rede social e o portal na *internet*;
- pesquisa de clima organizacional - realizada em abril, buscou uma visão dos recursos humanos da RTVE em relação à instituição e obteve como resultado à pergunta Sinto Orgulho em Trabalhar na Empresa? 85,8% de respostas positivas, 12,5% responderam à questão como mais ou menos e 1,7% de respostas negativas; e em relação à pergunta Sinto-me Seguro no Trabalho? o resultado foi de 39,0% de respostas positivas, 37,5% responderam à questão como mais ou menos e 22,5% manifestou insegurança por meio de resposta negativa;
- levantamento e descrição de cargos e funções - desenvolvido nos meses de julho e agosto, com a participação direta de 24 colaboradores, foram elaboradas 74 descrições sendo 49 pertencentes a Diretoria de Rádio e TV, 12 a Diretoria de Tecnologia, nove a Diretoria Administrativa e quatro ao Canal da Música;
- mapeamento de processos centrais da RTVE - iniciado em setembro, está em fase de finalização.

11.3.1 Jornalismo

Produz o conteúdo com base em sua missão de promover a cidadania e difundir a cultura no Paraná. O material, reformulado, passa por rigoroso controle de qualidade da informação e técnica jornalística. Os telejornais veiculam conteúdo que focam, principalmente, os serviços a que o cidadão tem acesso, como saúde, emprego, segurança e educação. A produção trabalha, também, com entrevistas esclarecedoras, em estúdio, e reportagens especiais, que promovem a arte, o esporte e o turismo no Paraná.

Compõem a grade fixa dois jornais, dois Programas de esportes e dois Programas de variedades. Além da grade fixa, a Programação, em 2015, foi enriquecida com 52 transmissões ao vivo de eventos cívicos, culturais, religiosos e esportivos, como o Desfile de Sete de Setembro, Carnaval (Curitiba, Litoral e Interior), aulas preparatórias para o ENEM, Outubro Rosa, missas, corridas e jogos dos campeonatos paranaenses de futebol e futsal.

O Programa *É-Cultura*, exibido de segunda a sexta-feira, com duração de 30 minutos, reúne conteúdos relacionados à arte e à cultura paranaenses e tem por objetivo a divulgação do trabalho dos artistas paranaenses; o registro e a documentação, em reportagens especiais, de pontos importantes da história e do patrimônio cultural e imaterial; a abertura de espaço a novos artistas e revelar ao grande público importantes nomes da arte do Paraná, e as manifestações étnicas, folclóricas e especiais que integram a cultura estadual; integram, também, a Programação artistas nacionais (de outros estados) e internacionais que estão em circulação pelo Estado.

11.3.2 Redes Sociais

O Departamento de Assessoria de Imprensa e Mídias Digitais é responsável por elaborar, produzir e gravar material para as redes sociais (*Facebook*, *YouTube* e *Instagram*) e para o *site* da RTVE, além de distribuir *releases* institucionais para vários veículos de comunicação, focando a relevância jornalística, artística e cultural, e priorizando a divulgação de produtos da RTVE e do Canal da Música. Os materiais gerados por este departamento englobam as diversas manifestações artísticas do cenário estadual e nacional.

Total de seguidores nas Redes Sociais, até novembro: a) *Facebook* - *É-Paraná*, 10.295 (alcance semanal/média 333.639 pessoas), *É-Esporte*, 8.611 (alcance semanal/média 20.432 pessoas); Canal da Música, 4.730 (alcance semanal/média 6.971 pessoas); b) *Instagram*, 1.711; c) *YouTube*, 590 vídeos (28.290 visualizações total).

O novo portal da RTVE, implantado em outubro, alcançou 79.218 visualizações, 19.041 novos visitantes, 14.850 retorno de visitantes em seu primeiro mês.

11.3.3 Rádio

Desenvolve um plano de radiodifusão que atende públicos distintos; as duas emissoras de rádio É-Paraná, 97.1 FM e AM 630, orientam-se pelo princípio música e informação de qualidade, assegurando a exibição dos conteúdos específicos e pertinentes a cada uma. A Programação das emissoras, em 2015, foi a seguinte: a) AM 630 - três Programas de entrevistas, 10 Programas musicais com entrevista, um programete; b) FM 97.1 - 25 Programas musicais, um jornal, dois Programas musicais com entrevistas, quatro Programas musicais de diferentes nacionalidades, três programetes.

11.3.4 Central de Produção Cultural

Responsável por elaborar, produzir e gravar Programas que tenham relevância artística e cultural, priorizando a divulgação das artes paranaenses, cultura popular ou erudita, clássica ou contemporânea, alternativa ou *mainstream*.

Os produtos gerados pela Central de Produção Cultural englobam as diversas manifestações artísticas do cenário estadual e nacional. Em 2015, o Núcleo de Criação executou 87 produções e oito transmissões. Foram produzidas diferentes séries de interprogramas, de curta duração, totalizando 146 produções e desenvolvidas 12 vinhetas, aberturas e produções visuais.

11.3.5 Teatro Canal da Música

Recebe um público anual estimado de 30.000 visitantes, em média, e promove eventos com atrações variadas de música, dança, teatro, exposições de diversos tipos de arte, além de palestras, eventos corporativos e promovidos por secretarias do município e do Estado. Conta com um grande auditório, com capacidade para 900 pessoas, e um médio auditório com 120 lugares. Também dispõe de quatro salas de apoio, sendo que a maior abriga 54 lugares e as demais 30. Em 2015, recebeu 25 eventos culturais (shows, oficinas, premiações etc.), 11 eventos do município e do Estado, cinco eventos diversos (palestras, formaturas, fóruns etc.) e duas exposições.

11.4 E-Paraná Comunicação

O serviço social autônomo E-Paraná Comunicação desenvolve atividades dirigidas à produção de conteúdos e imagens e a prestação de serviços de produção e distribuição de material audiovisual com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas, informativas e de utilidade pública.

Em 2015, deu continuidade ao processo de estruturação, destacando-se: homologação e publicação do regimento interno da empresa; aprovação do Plano de Cargos e Salários; autorização para realização de concurso público, contratação da instituição organizadora e publicação do edital com a abertura das inscrições; realização de medidas de adequação fiscal da empresa; implantação de sistema de gestão de informações e controle.

Secretaria da Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

12 Secretaria de Estado da Cultura

A Secretaria de Estado da Cultura (SEEC) é responsável pela implantação e gerenciamento das políticas culturais do Paraná. Isso inclui a realização de projetos, estratégias e ações que reconheçam, valorizem, fomentem, incentivem, promovam, difundam e garantam a perpetuação dos bens culturais - materiais e imateriais do Estado.

Em 2015, deu continuidade ao Plano Estadual de Cultura do Paraná (PEC-PR), que define políticas públicas para 10 anos, assegurando o estabelecimento de um sistema de gestão pública e participativa e o acompanhamento e avaliação das políticas culturais, de proteção e promoção do patrimônio e da diversidade cultural, de acesso à produção e fruição da cultura em todos os municípios paranaenses, e da inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico. A minuta do PEC foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Estadual de Cultura (CONSEC) e seu anteprojeto de lei encontra-se em trâmite para envio à Assembleia Legislativa do Paraná.

O Programa de Fomento e Incentivo à Cultura (PROFICE), que tem por finalidade promover a aplicação de recursos financeiros provenientes do Fundo Estadual de Cultura (FEC) e do Incentivo Fiscal em projetos culturais, teve seu primeiro edital e garantiu R\$ 25,0 milhões, por meio da Resolução nº 681/2015 da Secretaria de Estado da Fazenda.

A SEEC, por meio das Coordenações de Incentivo à Cultura, Ação Cultural e Núcleos Regionais, prestou assessoria técnica a municípios, com capacitação para gestores municipais sobre sistemas municipais de cultura; conferências municipais, intermunicipais e regionais de cultura; auxílio na elaboração de projetos; organização interna do órgão gestor e elaboração de editais; e atendeu os municípios de Maringá, Prudentópolis, Peabiru, Ibituva, Telêmaco Borba, Piraí do Sul, Toledo, dentre outros.

Em agosto, tomaram posse os novos membros do CONSEC, órgão colegiado composto paritariamente por 36 representantes da sociedade civil e do poder público, que tem por finalidade a participação da sociedade na formulação das políticas públicas de cultura do Paraná.

Na área de Economia Criativa, realizou o lançamento da Incubadora Paraná Criativo, que consiste na implantação de um escritório público estadual de atendimento e suporte a profissionais e empreendedores que atuam nesse setor, por meio de ofertas de serviços de consultoria, assessoria técnica e capacitação profissional, dentre outros serviços voltados para a qualificação da gestão de projetos e negócios com foco na sustentabilidade de micro e pequenos empreendedores criativos. O Programa está inserido nas políticas do Ministério da Cultura com convênio firmado no valor de R\$ 1,5 milhão. De agosto a outubro, a Incubadora realizou o I Ciclo de Formação para Empreendedores Criativos nos municípios de Colombo, Londrina, Maringá, Jacarezinho, Guarapuava, Pato Branco, Curitiba, Ponta Grossa, Toledo e Telêmaco Borba, com 227 certificados emitidos e mais de 400 participantes. Foram

realizados três seminários nas cidades de Maringá, Londrina e Foz do Iguaçu, com o tema A Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento.

O Circula Paraná, lançado em 2015, é um Programa de apoio a projetos culturais aprovados na Lei Rouanet. De acordo com o Decreto nº 1.715 de 24/6/2015 e Resolução nº 084/2015 SEEC, os incentivos fiscais serão destinados, em 2016, a projetos de pessoas físicas ou jurídicas, sediadas ou domiciliadas no Paraná, e devem ser voltados à circulação de produtos culturais para a realização de mostras, festas e festivais de arte e cultura.

Na área de Patrimônio Cultural foram homologados os tombamentos do conjunto da Obra de João Turin; dos Painéis Públicos de Poty Lazzarotto; da Igreja de São José, em São Mateus do Sul, e do Colégio Cristo Rei, em Jacarezinho. Realizada a digitalização de 4.530 imagens do acervo fotográfico da Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC) e dos Livros Ata do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (CEPHA) desde 1936, num total de quatro livros.

A CPC atuou na fiscalização, orientação técnica, análise e aprovação de projetos e normas de publicidade ao ar livre da Paisagem das Rua XV de Novembro e Comendador Araújo, do Centro Cívico em Curitiba, e dos Centros Histórico da Lapa, de Paranaguá, de Castro e de Morretes.

A Coordenação do Sistema Estadual de Museus (COSEM), responsável por promover a articulação entre os espaços expositivos da SEEC e desenvolver Programas de assessoria técnica na área da museologia, registrou 355.232 visitantes em 53 exposições, até novembro, nos museus Alfredo Andersen, de Arte Contemporânea, da Imagem e do Som do Paraná, do Expedicionário, Oscar Niemeyer, Paranaense, junto com o Centro Juvenil de Artes Plásticas e na Sala do Artista Popular.

A COSEM deu continuidade à parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), que desenvolveu o sistema Pergamum Museus para catalogação e gestão de acervos museológicos, onde estão catalogados até novembro cerca de 147.000 objetos dos museus: Paranaense; de Arte Contemporânea do Paraná; Alfredo Andersen; do Expedicionário da Imagem e do Som; Atílio Rocco, de S. José dos Pinhais; Guido Straube, do Colégio Estadual do Paraná e o Acervo do Palácio Iguaçu.

Entre os espaços expositivos da SEEC, o Museu Oscar Niemeyer (MON) se destaca como o maior museu de arte da América Latina e como instituição referência em artes visuais, com 35 mil m² de área construída e 17 mil m² de área para exposições. Rota de grandes exposições, com nomes como Goya, Picasso, Escher, Sebastião Salgado, Frida Kahlo, Os Gêmeos, entre outros, o MON busca maior proximidade com o público, possibilitando que o maior número de pessoas possa visitar e vivenciar o museu. Por este motivo, em 2015, o projeto Domingo + Arte foi ampliado e a entrada passou a ser gratuita em todos os domingos das 10h às 13h - período em que conta com Programação especial como música, dança, contação de histórias, peças teatrais, oficinas de arte, palestras e mediações com convidados especiais. Com o mesmo intuito, ofereceu entrada gratuita, na primeira quinta-feira do mês,

no período das 18h às 20h, no Quinta + MON, onde são promovidas atividades de mediações, seminários e palestras.

O MON preparou Programação especial para a Semana de Museus, realizada de 19 a 24 de maio, proposto pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) para o Dia Internacional de Museus (celebrado em 18 de maio); para a Primavera nos Museus, idealizada pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que acontece anualmente no início da estação homônima e teve como tema Museus e Memórias Indígenas.

O público infantil e da melhor idade teve atenção especial do MON, com a realização da Colônia de Férias, de 20 a 30 de janeiro, com várias atividades dirigidas ao público espontâneo, de 06 a 11 anos. A Oficina de Férias proporcionou duas semanas de atividades, oficinas e mediações, para crianças a partir dos três anos e adultos acima de 60 anos. A Programação geral ofereceu visitas mediadas, dinâmicas, filmes culturais e de capacitações, oficinas de arte e peças de teatro, com a participação de artistas com obras no acervo e de uma organização não governamental (ONG) para ministrar oficinas artísticas aos participantes. O projeto Arte para Maiores, para os mais experientes, foi organizado em vários encontros com atividades como apresentações audiovisuais, visitas mediadas, oficinas artísticas e mostra com bate-papo sobre os resultados.

São projetos do MON: a) Mediação no Palácio Iguazu - realizada aos domingos com encerramento em outubro, proporcionou aos cidadãos visitar a sede do Governo Paranaense; b) Programa de Permanência no MON - destinado aos professores de arte da rede municipal de Curitiba para utilização de suas horas de permanência no Museu, o piloto do Programa, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, previsto para novembro e dezembro, busca melhores resultados nas visitas dos alunos, proporcionando uma visão ampla e com maior conhecimento sobre artes visuais, maior interesse e aproveitamento das visitas às exposições; c) Projeto de Acessibilidade no MON, visa melhoria do atendimento às pessoas com deficiência, realizou cursos de formação de mediadores da Ação Educativa.

12.1 Administração Indireta

12.1.1 Centro Cultural Teatro Guaíra (CCTG)

O CCTG tem por finalidade promover o desenvolvimento das artes cênicas, da música, da dança e a apresentação de espetáculos artístico-culturais e realizou até outubro as seguintes atividades por meio de seus corpos estáveis e outras produções:

- Balé Teatro Guaíra - 25 apresentações das obras: Cinderela (08), Trânsito e Orikis (05), Romeu e Julieta (09) e Experiências Urbanas (03); sendo 12 em Curitiba, uma em Ponta Grossa, uma em Apucarana, uma em Belo Horizonte-MG, uma em Pato Branco, uma em Florianópolis-SC, uma em Joinville-SC, uma em

- Toledo, uma em Cascavel, uma em Campo Mourão, uma em Taíba-CE, uma em Paracuru-CE e duas em Fortaleza-CE; para um público de 26.233 espectadores.
- Orquestra Sinfônica do Paraná - realização de 21 concertos com repertórios diversos em Curitiba, Guaratuba e na Lapa, para um público estimado de 26.814 espectadores.
 - Escola de Dança Teatro Guaíra - participação em 40 eventos, sendo 24 em Curitiba, duas em Itajaí-SC, uma em Pinhais, duas em Brasília-DF, seis em Florianópolis-SC e cinco em Indaiatuba-SP, para um público estimado de 20.019 espectadores.
 - G2 Cia de Dança - realização de duas apresentações, uma em Curitiba e uma em Jacarezinho, para um público de 1.034 espectadores.
 - Bonecos em Curitiba - realização da 2ª edição do Bonecos em Curitiba, com 22 apresentações de diferentes espetáculos em espaços diversos, por 21 grupos de origem local, para um público de 1.427 espectadores.
 - Além de suas próprias produções, viabilizou a realização de 599 apresentações de espetáculos e eventos de produções locais, nacionais e internacionais dos mais variados gêneros artísticos, em seus três auditórios e no Teatro José Maria Santos, para um público de 219.709 espectadores.

12.1.2 Biblioteca Pública do Paraná (BPP)

- A BPP deu continuidade ao trabalho de transformação do espaço em ponto cultural referência para a população. Entre as realizações, destacam-se:
- Biblioteca Acessível - considerada uma biblioteca modelo pelo Ministério da Cultura (MINC), a BPP é uma das 10 instituições brasileiras contempladas por edital que garante maior acessibilidade à cultura, de pessoas com deficiência física e motora. O projeto Acessibilidade em Bibliotecas Públicas prevê maior qualificação profissional, melhorias no acervo, novas tecnologias. Foram realizadas atividades como palestras sobre mediação de leitura e sessões de cinema com recursos de acessibilidade.
- Jornal Cândido - sua linha editorial é voltada para a difusão do livro, leitura e literatura e publicam mensalmente textos sobre grandes nomes da literatura, matérias sobre o mercado editorial, perfis, além de contos, crônicas e poemas inéditos. Em 2015, chegou à sua 53ª edição.
- Uma noite na Biblioteca - realizadas duas edições do projeto, que está em sua 8ª edição, e leva crianças de 07 a 13 anos para uma divertida noite dentro da BPP. São realizadas atividades diferentes em cada seção da BPP com início às 18 horas de sábado e finalização na manhã de domingo.

- Projeto Caixa Estante - coordenado pela Divisão de Extensão, atendeu 14 instituições públicas e 26 instituições privadas, com cerca de 4.000 livros de acervo (composto basicamente por livros de literatura) circulando pelas caixas estantes - que comportam de 80 a 100 livros cada.
- Semana Nacional do Livro e da Biblioteca - realizada em outubro, promoveu uma série de atividades como: apresentações musicais, bate-papos com escritores sobre a atual cena literária da cidade, seus autores e principais características e exibição de filmes com audiodescrição.
- Curso de História em Quadrinho (HQ) - realizado aos sábados das 10 às 12 horas, é voltado a pessoas com interesse no aprendizado de técnicas básicas de desenho e de história em quadrinhos. O trabalho dos alunos foi publicado na revista Boing que chegou à sua quarta edição.

Secretaria do Desenvolvimento Urbano



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

13 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU) tem como missão definir as políticas, o planejamento, a execução, a coordenação e o controle das atividades ligadas ao desenvolvimento urbano e regional, incluindo as aglomerações urbanas do meio rural, além de integrar os municípios, a fim de ordenar o pleno desenvolvimento das cidades e garantir o bem-estar dos habitantes.

13.1 Administração Direta

- Convênios - repasse de recursos destinados à execução de obras de infraestrutura urbana, incluindo o Programa Calçadas Paraná, aquisição de equipamentos e imóveis e execução de planos diretores decorrentes de convênios celebrados em anos anteriores. Foram retomados convênios, até outubro, no montante aproximado de R\$ 51,7 milhões, com 81,3% deste total liquidado/transferido e pago 92,8% do saldo inscrito em Restos a Pagar. Mantidas as negociações com a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) para viabilização orçamentária e financeira visando a continuidade das ações conveniadas do saldo remanescente de cerca de R\$ 70,5 milhões. Os convênios vigentes geraram as seguintes atividades nas áreas técnicas e de controle interno: nove projetos analisados; nove editais elaborados; 21 informações técnicas; 470 processos sistematizados; 24 aditivos de valores analisados e elaborados; 389 planos de trabalhos; 637 termos aditivos de prorrogação de prazos e ajustes de cláusulas; 33 termos de rescisão; além de 403 finalizações de prestações de contas, 7.912 avaliações, 2.722 relatórios circunstanciados de convênios e a sistematização de 551 declarações para subsidiar avaliações, realizados no Sistema de Informações do TCE-PR (SIT/TCE-PR).
- Programa SEDU/PARANACIDADE Interativo - continuidade do Programa, com as ações operacionais desencadeadas pelo Serviço Social Autônomo PARANACIDADE.
- Estatuto de Metrópole - realização de 22 reuniões técnicas, com a preparação de seis documentos para a proposta da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano. E elaboração de Programa e de resumo técnico sobre a interpretação do Estatuto, para a participação em 26 Seminários Regionais e Reuniões Técnicas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) e Associações de Municípios, de Entidades de Classe, entre outros. Foram elaborados nove mapas de regiões metropolitanas (REGIC 2004), 11 informações técnicas diversas, além de 11 pareceres técnicos sobre projetos de lei complementar de criação ou alteração de composição de regiões metropolitanas.
- Início das atividades do Grupo de Trabalho Intersecretarial para implantação do Estatuto da Metrópole no Paraná, criado pelo Decreto nº 2.635/2015.

- Elaboração da proposta do PPA 2016-2019 e participação nas Audiências Públicas, convocadas pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL).
- Participação nas seguintes reuniões: Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná e Coordenação das Ações da Agenda 21 Paraná - Grupo Infraestrutura e Integração (11); Conselho Estadual das Cidades (03); Fórum Permanente de Revitalização do Rio Iguaçu (05); Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) para elaboração de política pública para tratamento de resíduos sólidos e eliminação de aterros sanitários no Paraná (04); Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (01); Secretário Especial para Assuntos Estratégicos com vistas à implantação da Rede 399 no Paraná (03); Prefeitura de Londrina e Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR) sobre regularização de Termo de Ajuste de Conduta (TAC), assinado pelo Coordenador da Região Metropolitana de Londrina, com relação aos pontos de ônibus no centro de Londrina (03); Centro de Apoio Operacional do MPPR (05); com a SETI para estabelecimento de parceria com vistas a qualificação de funcionários dos municípios paranaenses; elaboração de proposta de celebração de Termo de Cooperação Técnica entre a SEDU/PARANACIDADE, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (CREA-PR) e Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná CAU/PR; palestras proferidas sobre as Regiões Metropolitanas instituídas por leis complementares, em audiências públicas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (08); atendimentos a prefeitos e lideranças locais e regionais sobre convênios, projetos, prestação de contas e assemelhados.
- Capacitação de Servidores Municipais - 616 participantes de 253 municípios em 21 eventos do curso Plano de Ação e Investimento (PAI) com quatro horas de duração; 155 participantes de 96 municípios em sete eventos do curso Revisão e Atualização do Código Tributário Municipal com oito horas de duração; e 27 participantes de 15 municípios em evento do Curso de Arborização Urbana, em parceria com a SEMA e a COPEL.
- Conselho Estadual das Cidades (CONCIDADES) - com a finalidade de acompanhar e propor ações na área do desenvolvimento urbano foram realizadas, até outubro, duas reuniões ordinárias e uma extraordinária. O Secretário Executivo do CONCIDADES PARANÁ, na qualidade de representante do Governo do Estado no Conselho Nacional das Cidades, participou de três reuniões ordinárias e de reuniões da Comissão Preparatória Nacional da 6ª Conferência Nacional das Cidades e do Seminário Habitat III.

13.2 Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC)

A COMEC tem por objetivo coordenar as ações de interesse público e planejar soluções conjuntas para as necessidades da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), com a gestão do desenvolvimento integrado dos 29 municípios que a compõe.

Foram desenvolvidas as seguintes atividades.

13.2.1 PAC da Mobilidade

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Mobilidade das Grandes Cidades decorre do contrato assinado em 2010, entre o Governo do Estado e a Caixa Econômica Federal, de empréstimo para execução de obras que melhorassem a mobilidade do Núcleo Urbano Central da RMC, criando vias radiais entre Curitiba e Pinhais, Curitiba e Colombo, Curitiba e São José dos Pinhais, além de melhorias na circulação viária do transporte coletivo pela Avenida das Torres, Avenida Salgado Filho e Avenida Marechal Floriano Peixoto. No exercício deu-se continuidade as ações decorrentes dos ajustes:

- Corredor Aeroporto-Rodoferroviária - requalificação da Avenida das Torres, divisa entre Curitiba e São José dos Pinhais até o aeroporto, no valor de R\$ 59,9 milhões. Falta a conclusão de obras de arte (três trincheiras e passagens de pedestres).
- Corredor Marechal Floriano - requalificação da Avenida das Américas (continuação da Avenida Marechal Floriano Peixoto), divisa entre Curitiba e São José dos Pinhais, no valor de R\$ 26,4 milhões. Falta a conclusão de obras de artes (duas trincheiras).
- Via Radial de Integração - Rua da Pedreira - requalificação da Rua da Pedreira, nova ligação entre Curitiba e Colombo, no valor de R\$ 29,9 milhões. Obra concluída.
- Via Radial de Integração - Avenida da Integração - requalificação das vias existentes para melhorar a mobilidade entre Curitiba e Pinhais, no valor de R\$ 13,6 milhões. Falta a finalização e alargamento da ponte do Rio Atuba.
- Sistema Integrado de Monitoramento Metropolitano (SIMM) - permite o monitoramento viário em tempo real, dando agilidade e segurança às principais vias de acesso a Curitiba. No valor de R\$ 20,5 milhões, o sistema depende da conclusão do Corredor Aeroporto-Rodoferroviária e do Corredor Marechal Floriano.

13.2.2 Proteção e Preservação do Meio Ambiente Regional

- PAC 2 - Drenagem - foram realizados projetos para concepção de cinco parques metropolitanos, com recursos não reembolsáveis do Orçamento Geral da União:
 - a) iniciada execução pelo Instituto das Águas do Paraná de parte do projeto do Parque Ambiental Palmital (Pinhais), na porção que compreende as lagoas de retenção e acessos prioritários;
 - b) contratação da empresa, com ordem de serviço assinada em outubro, responsável pela execução dos projetos do Parque Ambiental

- Piraquara (Piraquara), do Parque Ambiental do Itaqui (São José dos Pinhais) e do Parque Natural do Iguaçu (Araucária); c) processo licitatório em andamento para o Parque Metropolitano do Iguaçu (Piraquara e São José dos Pinhais).
- Conselho Gestor dos Mananciais da RMC - órgão colegiado com poderes consultivo, deliberativo e normativo para elaborar políticas de qualidade ambiental das áreas de mananciais da RMC. A COMEC exerce a Presidência, a Secretaria Executiva e possui um representante no Conselho. Foram realizadas duas reuniões e aprovados o Plano Diretor de Campina Grande do Sul, o Plano de Uso do Reservatório do Passaúna, o Plano Diretor de Itaperuçu e a minuta do Decreto Estadual que trata das densidades em áreas de mananciais da RMC.
 - Regulamentação do Ordenamento Territorial das Áreas de Mananciais da RMC - elaboração da minuta do Decreto Estadual nº 745/2015, que resultou na edição de Decreto Governamental, que norteará as legislações municipais e os projetos de parcelamento do solo, e condomínios horizontais e verticais das áreas urbanas dos municípios situados em áreas de mananciais da RMC.
 - Participação nos Grupos de Trabalho: a) Câmara de Apoio Técnico (CAT) Passaúna e CAT Iraí - para a gestão do espaço das Áreas de Proteção Ambiental do Passaúna e Iraí, subsidiando o processo de licenciamento das atividades neles instaladas; b) Conselho Estadual de Recursos Hídricos; c) Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto do Ribeira - contribuindo na discussão e implementação do Plano de Bacias, com desenvolvimento de mecanismo de cobrança pelo uso da água e na elaboração de edital de seleção de propostas para captação de recursos; d) reativação da Câmara Técnica Karst, com a realização de reuniões para discussão do Plano Diretor de Itaperuçu; e) Grupo Interinstitucional de Trabalho (GIT) que atua nos processos de licenciamentos nas áreas de interesse especial de proteção dos mananciais da RMC.

13.2.3 Estruturação Urbana e Fomento ao Desenvolvimento Econômico da RMC

- Planos Diretores Municipais - elaboração de pareceres técnicos e acompanhamento dos Planos Diretores dos municípios da RMC, para que estejam em consonância com as diretrizes estaduais. A COMEC acompanhou a elaboração e aprovação junto ao Conselho Gestor dos Mananciais do Plano Diretor de Campina Grande do Sul e de Itaperuçu, e participou das discussões sobre a revisão do Plano Diretor de Quatro Barras, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul, Piên e Lapa.
- Sistema Viário Metropolitano - análise do sistema viário para verificar o atendimento nos processos de parcelamento, condomínios, indústrias e atividades que necessitem acesso e gerem tráfego metropolitano, em cumprimento ao estabelecido na Câmara Técnica do Sistema Viário Metropolitano.

- Controle do Uso e da Ocupação do Solo - análise dos projetos de parcelamentos do solo (loteamentos e subdivisões) em áreas urbanas; consulta prévia à implantação de indústrias e/ou empreendimentos imobiliários/condomínios, como parte do processo de licenciamento ambiental estadual; regularização de loteamentos; análise do processo de indenização; orientação aos municípios nos procedimentos de parcelamento do solo; vistorias técnicas; alimentação do banco de dados com informações dos processos em tramitação e elaboração de relatórios de atividades, fornecendo subsídios à compreensão da dinâmica da expansão urbana da RMC.
- Sistema de Informação Metropolitano - desenvolveu atividades na área de geoprocessamento para subsidiar o planejamento metropolitano e colaborar com o planejamento dos municípios, em que se destacam: a) revisão e organização em base de dados espacial de desapropriações; b) localização de processos de áreas usucapiendas na RMC; c) análise de 580 processos de usucapião em resposta a solicitações da Procuradoria Geral do Estado (PGE) e Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP); d) apoio na preparação de base de dados para o planejamento da RMC; e) apoio no georreferenciamento de informações municipais; f) fornecimento de dados digitais de 20 processos para instituições de ensino e órgãos públicos; g) informações de projeto de desapropriação em 13 processos.

13.2.4 Gestão do Transporte Coletivo Metropolitano

Em face da desintegração gerencial do Sistema de Transporte Metropolitano de Curitiba, mantido anteriormente em parceria com a Urbanização de Curitiba S.A. (URBS), a COMEC assumiu integralmente a operação do sistema metropolitano envolvendo aproximadamente 8,0 milhões de passageiros/mês, com a utilização de uma frota de 1.000 veículos, de 17 empresas. No período foi assegurado pelo Governo do Estado, subsídio para equilíbrio tarifário, bem como, implantado novo sistema de bilhetagem eletrônica de última geração, sem ônus para o poder público ou para os usuários. Em decorrência da desintegração gerencial foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Criada a Comissão Interna para a elaboração de estudos técnicos e da Minuta do Edital de Licitação do transporte coletivo metropolitano.
- Proposta a Regulamentação do Transporte Coletivo Metropolitano, que resultou na Edição do Decreto Estadual nº 2.009/2015; e a Regulamentação do Sistema de Bilhetagem, com a edição da Portaria nº 26/2015.

13.2.5 Seminário Internacional de Governança Metropolitana

Seminário Internacional de Governança Metropolitana - Como as Boas Práticas Melhoram a Governança, realizado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e direcionado para os gestores públicos que atuam nas regiões metropolitanas do Brasil, contou com a presença de mais de 200 participantes, de 11 estados brasileiros e quatro países. Durante dois dias foi oportunizada a reflexão sobre experiências nacionais e internacionais, com a identificação de boas práticas para o desenvolvimento de ferramentas e aprimoramento da governança metropolitana. Resultou do Seminário a elaboração da Carta da Região Metropolitana.

13.3 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Tem por missão fomentar e executar atividades e serviços não exclusivos do Estado, relacionados necessariamente ao desenvolvimento regional, urbano e institucional dos municípios e administrar recursos provenientes de fundos financeiros públicos, destinados ao desenvolvimento urbano, regional e institucional, em especial o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano (FDU).

13.3.1 Ações Administrativas

- Infraestrutura - implantação de Projeto Ecológico Coleta Seletiva de Lixo; elaboração de diagnósticos para implantar escritórios avançados para aproximar o PARANACIDADE dos municípios localizados em regiões mais distantes; implantação do manual gestão documental; adequação de espaço para implantação do arquivo geral; e encerramento das atividades relativas ao desenvolvimento do sistema de custos do PARANACIDADE.
- Tecnologia da Informação - atualização, instalação e utilização dos sistemas da TOTVS, visando integrar os módulos de Recursos Humanos, Financeiro, Contabilidade e Patrimônio; implantação da nova *intranet*; desenvolvimento de sistema para controle de viagens na ferramenta de BPM; aquisição de equipamento para armazenamento de dados (*storage*) e alterações nas ferramentas/sistemas de controle com a implementação de um módulo para controle de Destaque de Capital, a implementação do módulo Programa de Governo e reforma do módulo Prioridade e Viabilidade Financeira.

13.3.2 Ações Operacionais

- Fortalecimento e desenvolvimento municipal - capacitação de servidores e conselheiros municipais em: a) plano de ação e Investimento do Plano Diretor Municipal (PDM); b) licenciamento de parcelamento do solo para fins urbanos; c) código tributário municipal; d) sistema SEDU/PARANACIDADE Interativo. Desenvolvimento de parcerias: operacionalização do FDU para execução do Programa para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras do Estado do Paraná (PROMAP III) e conclusão das obras.

SITUAÇÃO DAS OBRAS - 01/01/2015 A 13/11/2015

| OBRAS | Nº DE CONTRATOS | Nº DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS | VALOR TOTAL (R\$) | VALOR PAGO (R\$) |
|---|-----------------|----------------------------|-------------------|------------------|
| Escola Municipal (SEED) | 04 | 04 | 11.067.735,50 | 4.869.511,69 |
| Posto de Bombeiro Comunitário | 01 | 01 | 295.271,94 | 295.271,94 |
| Unidade de Atenção Primária - Saúde da Família (antigo Centro de Saúde de Atenção à Mulher e à Criança) | 07 | 07 | 2.362.444,71 | 1.953.088,06 |
| Centro da Juventude | 04 | 04 | 7.630.039,88 | 3.293.981,62 |
| Programa Auxílio aos Municípios | 04 | 04 | 2.053.425,04 | 1.710.020,98 |
| Plano de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios | 190 | 144 | 46.431.208,97 | 21.637.889,27 |
| Auxílio aos Municípios - SEDU | 110 | 86 | 50.263.145,08 | 26.456.128,47 |
| Projeto Calçadas Paraná | 31 | 30 | 6.003.502,45 | 3.306.768,31 |
| TOTAL | 351 | 280 | 126.106.773,57 | 63.522.660,34 |

- Implementação de Programas - em andamento: a) proposta de inclusão de componente de Redução de Riscos de Desastres em Programa de desenvolvimento urbano; b) assinatura do Contrato de Empréstimo entre o Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a implantação do Programa Paraná Urbano III; c) supervisão do Programa BRDE Mais Paraná, com montante envolvido de R\$ 200,0 milhões; d) supervisão do Programa BRDE FGTS, com montante envolvido de R\$ 150,0 milhões; e) Programa Fomento Paraná FGTS - formalização do Instrumento de Cooperação e supervisão, com montante envolvido de R\$ 150,0 milhões.
- Urbanização Planejada - disponibilização de dados básicos dos 399 municípios paranaenses na *internet*, por meio do Programa SEDU/PARANACIDADE Interativo e aplicação de geoprocessamento.
- Sistema de Financiamento aos Municípios Paraná Urbano (SFM) - financiamento de 476 obras urbanas, em 277 municípios, com investimentos de cerca de R\$ 598,2 milhões, no período de 01/01/2015 a 04/11/2015, sendo:

| TIPO | Nº DE AÇÕES | Nº DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS | VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO (R\$) | VALOR TOTAL PAGO ATÉ 04/11/2015 (R\$) | QUANTIDADE | UNIDADE MEDIDA |
|---|-------------|----------------------------|-----------------------------------|---------------------------------------|------------|----------------|
| Pavimentação Asfáltica | 174 | 91 | 286.892.338,52 | 132.648.419,63 | 338,92 | Km de Ruas |
| Recape Asfáltico | 69 | 57 | 87.240.708,81 | 35.522.078,63 | 266,57 | Km de Ruas |
| Pavimentação-Pedra Irregular/Lajota Sextavada | 17 | 8 | 15.214.662,24 | 7.716.051,98 | 32,38 | Km de Ruas |
| Pavimentação - Pedra Regular e <i>Bloké</i> | 2 | 2 | 1.318.718,25 | - | 2,39 | Km de Ruas |
| Estradas Vicinais | 3 | 2 | 6.410.366,21 | 1.972.585,73 | 15,57 | Km de Estradas |
| Aquisição de Terrenos | 44 | 5 | 27.808.294,19 | 26.461.074,80 | 44,00 | Ações |
| Urbanização de Vias Urbanas | 14 | 10 | 26.450.008,75 | 12.992.843,25 | 77,06 | Km de Ruas |
| Parque | 3 | 3 | 1.902.095,37 | 692.987,18 | 3 | Ações |
| Barracões Industriais | 10 | 6 | 6.155.564,32 | 2.778.880,12 | 10 | Edifícios |
| Ginásio de Esportes | 9 | 8 | 22.759.653,20 | 15.752.307,61 | 9 | Edifícios |
| Creche | 2 | 1 | 3.802.822,99 | 3.277.514,07 | 2 | Edifícios |
| Escolas Municipais | 4 | 4 | 5.453.695,04 | 3.509.656,02 | 4 | Edifícios |
| Escolas Municipais - SEED | 4 | 4 | 11.067.735,50 | 4.869.511,69 | 4 | Edifícios |
| Hospitais | 1 | 1 | 684.957,82 | 684.957,82 | 1 | Edifícios |
| Postos de Saúde | 2 | 2 | 4.754.187,06 | 581.376,49 | 2 | Edifícios |
| Quadra de Esportes | 2 | 2 | 904.596,23 | 326.952,58 | 2 | Edifícios |
| Praça | 9 | 8 | 9.392.559,13 | 1.598.922,44 | 9 | Ações |
| Terminal de Transporte | 4 | 4 | 17.561.681,68 | 3.806.118,80 | 4 | Edifícios |
| Paço Municipal | 7 | 7 | 10.446.446,64 | 6.764.813,40 | 7 | Edifícios |
| Obras Públicas - Outras Edificações | 6 | 6 | 12.743.093,33 | 8.607.602,37 | 6 | Edifícios |
| Equipamento Rodoviário | 68 | 30 | 29.631.812,46 | 6.539.249,80 | 113 | Equipamentos |
| Veículos para Saúde/Educação | 8 | 6 | 2.509.700,00 | 683.500,00 | 12 | Veículos |
| Aterro Sanitário | 1 | 1 | 1.499.365,55 | - | 17.664 | M² de Aterro |
| Outras Ações | 13 | 9 | 5.618.095,32 | 1.682.029,57 | 13 | Ações |
| TOTAL | 476 | 277 | 598.223.158,61 | 279.469.433,98 | | |

- Programa Saúde da Família - análise de projetos e transferência, não reembolsável, para municípios paranaenses executarem a construção de Unidades de Atenção Primária - Saúde da Família, com nove municípios atendidos, no valor total de R\$ 3,2 milhões.
- Centros da Juventude - análise de projetos e transferência, não reembolsável, para municípios paranaenses executarem a construção de Centros da Juventude, com quatro municípios atendidos, no valor total de R\$ 7,6 milhões.
- Programa de Financiamento a Maquinários - PROMAP - em conjunto com a Agência de Fomento do Paraná S.A., com 94 máquinas financiadas para 15 municípios, com investimentos de R\$ 25,5 milhões.
- Programa de Financiamento a Veículos - PROMAP - em conjunto com a Agência de Fomento do Paraná S.A., com 11 veículos adquiridos para sete municípios, com investimentos de R\$ 2,3 milhões.
- Programa Pró-Transporte - em conjunto com a Agência de Fomento do Paraná S.A., repasse de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS),

para obras de infraestrutura e transporte aos municípios, com dois municípios atendidos e investimento de R\$ 4,5 milhões.

- Programa Pró-Transporte/FGTS-BRDE - para repasse de recursos do FGTS para obras de infraestrutura e transporte aos municípios, com um município atendido no valor de R\$ 5,9 milhões.
- Programa Calçadas Paraná - ações para 27 municípios, com valor investido de R\$ 7,6 milhões.
- Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT) Automático - em conjunto com a Agência de Fomento do Paraná S.A. para repasse de recursos do BNDES, para ações institucionais aos municípios, tendo sido atendido um município, com valor investido de R\$ 2,3 milhões.

Secretaria da Educação



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

14 Secretaria de Estado da Educação

A Secretaria de Estado da Educação (SEED) se norteia, em suas atividades, por quatro eixos de atuação: infraestrutura, gestão educacional, valorização dos profissionais da educação e práticas pedagógicas. As práticas, dentro de cada eixo, contribuem para a oferta pública de uma educação de qualidade não só àqueles que estão em idade escolar, mas para todos os cidadãos paranaenses.

O trabalho sinaliza os avanços alcançados e os compromissos com a educação com inclusão social e o exercício da cidadania.

14.1 Recursos Humanos

Compete ao Grupo de Recursos Humanos atividades relativas a concursos, posses, contratação temporária, folha de pagamento, benefícios, realocação de servidores e promoções dos aproximadamente 105.000 servidores que prestam serviços na SEED, nos Núcleos Regionais da Educação (NREs) e nas instituições de ensino jurisdicionadas.

Ações realizadas:

- Contratação, por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS) de 25.341 professores, 1.044 Assistentes Administrativos e 2.002 Auxiliares de Serviços Gerais.
- Prorrogação de contrato de trabalho, por meio de PSS, de 2.081 Assistentes Administrativos e 5.257 Auxiliares de Serviços Gerais.
- Quadro Próprio do Magistério (QPM) - das 13.771 vagas para o cargo de professor, foram supridas 5.981 para as disciplinas da Matriz Curricular e professor pedagogo, por meio dos Decretos nº 388/2015, nº 641/2015 e nº 854/2015.
- Concessão para professores de 1.440 licenças especiais, 267 licenças sem vencimentos, 911 licenças remuneratórias e 1.629 aposentadorias, e para funcionários 243 licenças especiais, 34 licenças sem vencimentos, 129 licenças remuneratórias e 235 aposentadorias.
- Participação em Programas de Pós-graduação, Mestrado e Doutorado -autorização para afastamento de 197 servidores e prorrogação para 150 servidores.

14.2 Superintendência da Educação (SUED)

A SUED tem a função de administrar a política educacional do Estado, garantindo a formação de qualidade em todos os níveis e etapas de ensino e atendendo às especificidades e diferenças culturais de cada local em busca de uma educação democrática no Paraná.

Objetiva estabelecer e organizar o trabalho pedagógico e administrativo do sistema de ensino no Estado, pautada nos seguintes princípios: defesa da educação como direito de todos os cidadãos; valorização dos profissionais da educação; garantia de escola pública de

qualidade; atendimento à diversidade cultural; e gestão escolar democrática, participativa e colegiada.

14.2.1 Departamento de Educação de Jovens e Adultos (DEJA)

Compete ao DEJA às políticas educacionais quanto à escolarização de jovens e adultos que retornaram às Instituições de Ensino para a conclusão do ensino fundamental ou médio.

Ações realizadas:

- Acompanhamento da situação legal dos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede pública, abrangendo, 97 Centros Estaduais de Educação Básica de Jovens e Adultos (CEEBJAS), 270 escolas regulares e a rede privada que ofertam estes cursos, com emissão de pareceres de autorização de funcionamento, reconhecimento e renovação de reconhecimento.
- Certificação do Ensino Fundamental e Médio - com aplicação *on line* das provas de exames de EJA, com aproximadamente 30.000 inscritos, incluindo estudantes das unidades prisionais e de socioeducação.
- Execução do Programa Paraná Alfabetizado - com cerca de 40.000 alfabetizando, das turmas iniciadas em 2014 e concluídas em julho de 2015.
- Recebimento de merenda escolar, abertura e fechamento de demanda, suprimento de servidores e monitoramento das matrículas do Serviço de Educação de Jovens e Adultos (SEJA), para atendimento aos cerca de 8.000 internos nas unidades prisionais e dos 1.000 internos nas unidades de Socioeducação.
- Implementação da proposta pedagógica específica do sistema prisional.
- Certificação dos candidatos aprovados no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

14.2.2 Departamento de Gestão Escolar (DGE)

O DGE promove a reflexão sobre a gestão democrática, com a finalidade de contribuir com o processo de gestão das escolas, elaborando estratégias e metas no âmbito das funções educativas, articulando com as práticas docentes.

Ações realizadas:

- Influxo junto às equipes de gestão (pedagogos e diretores) - visando subsidiar a organização do trabalho pedagógico com foco no acesso, permanência e aprendizagem de todos os alunos.
- Formação Continuada para Gestores - 2.400 acessos *on line* em Escolas Interativas por meio do Ensino a Distância (EaD).
- Oferta de 120 participações no Projeto Piloto de Formação para Gestores de escolas em áreas de vulnerabilidade social, de caráter presencial.

- Assessoramento e participação no Processo de Consulta à Comunidade Escolar para designação de Diretores e Diretores Auxiliares das Instituições de Ensino da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.
- Participação em Conselhos Estaduais, Comissões, Comitês e Fóruns em áreas relacionadas à infância e a adolescência, drogas, trabalho infantil e direitos humanos.
- Organização da comissão interna visando à implementação das Diretrizes em Direitos Humanos.
- Orientação e articulação para o fortalecimento da Rede de Proteção nos municípios jurisdicionados aos Núcleos Regionais, e cadastramento desses segmentos no Sistema Educacional da Rede de Proteção (SERP).
- Registro e acompanhamento de 497.862 beneficiários no Programa Bolsa Família.
- Elaboração de Termo de Referência para contratação de Instituição especializada para avaliação em larga escala, com definição e detalhamento de cada ação para realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP) e da avaliação institucional para a educação básica da rede pública estadual.
- Avaliação dos eventos propostos pela SEED, com o intuito de subsidiar a tomada de decisões em relação à Formação Continuada dos profissionais da educação.
- Participação na Semana Parlamentar em Brasília, com o estudante que representa o Paraná no Parlamento Jovem Brasileiro.
- Parceria com a Assembleia Legislativa do Paraná, Tribunal de Justiça e o Ministério Público no desenvolvimento do Projeto Geração Atitude.
- Elaboração de material e assessoria técnica para as Conferências Regionais e Conferência Estadual da Juventude.

14.2.3 Departamento de Educação Especial (DEE)

O DEE desenvolve ações voltadas às políticas públicas em Educação Especial para estudantes com deficiências, altas habilidades/superdotação, transtornos globais do desenvolvimento, e transtornos funcionais específicos.

Ações realizadas:

- Formação em Ação - elaboração de material didático-pedagógico para subsidiar a iniciativa no segmento da Educação Especial.
- Realização de 09 webconferências, com a participação dos 32 Núcleos Regionais de Educação, 2.149 escolas estaduais e 413 escolas especializadas da rede conveniada.
- Elaboração de estratégias para o Plano Estadual de Educação, assegurando, em todas as metas, o direito de igualdade e de oportunidades no acesso de estudantes que necessitem Educação Especial.

- Atendimento de 2.334 salas com recursos multifuncionais, em 1.302 escolas localizadas em 383 municípios, alcançando 27.066 estudantes que necessitem de Educação Especial.
- Ampliação de 168 Salas de Recursos.
- Oferta de Atendimento Educacional Especializado no turno de matrícula no ensino comum, para 2.353 estudantes com transtornos globais do desenvolvimento, deficiência física neuromotora, surdez e surdocegueira.
- Assistência à Rede de Escolarização Hospitalar e Domiciliar (SAREH) - atendimento a 6.300 estudantes em hospitais, casas de apoio, comunidades terapêuticas e 237 estudantes nos domicílios.
- Ação integrada entre os Departamentos de Educação Especial, de Educação Básica, de Gestão Escolar e os Comitês Municipais de Saúde Mental, implantados em 14 regionais de saúde, com ações de implementação em oito regionais de saúde para atendimento a estudantes com transtornos globais do desenvolvimento.
- Desenvolvimento de sistema informatizado específico, para efetivação da folha de pagamento, referente ao repasse financeiro dos Convênios de Cooperação Técnica e Financeira firmados entre a SEED e as mantenedoras de escolas que ofertam educação básica, na modalidade Educação Especial.
- Avaliação e orientação psicoeducacional realizadas pelos Centros de Avaliação e Orientação Pedagógica, nos Núcleos Regionais de Curitiba, Áreas Metropolitanas Norte, Sul e Cascavel, atendendo 312 estudantes, 28 municípios e 96 escolas.
- Realização de nove bancas, com 190 vagas para proficiência de professores pelo Centro de Apoio aos Profissionais de Educação Surdos (CAS) para atuarem como tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).
- Atendimento de 2.258 estudantes com deficiência visual, sendo 206 cegos e 2.052 com baixa visão.
- Transcrição de 1.106 livros didáticos para o Braille.
- Monitorar os atendimentos especializados, ofertados no contraturno aos estudantes com deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades/superdotação e transtornos funcionais específicos, integrantes do Projeto Identificação, Avaliação, Formação em Exercício e Monitoramento (IAFEM), com a participação de 18 escolas estaduais do município de Curitiba.

14.2.4 Departamento de Educação Básica (DEB)

Responsável pela orientação pedagógica quanto à organização curricular disciplinar nos Núcleos Regionais de Educação, que assessoram diretamente os estabelecimentos de ensino, além da produção de materiais pedagógicos e formação continuada voltada aos

profissionais da Educação Básica. Todas as ações desenvolvidas pelo DEB objetivam, a partir da melhoria da qualidade do ensino, garantir a todos o direito à aprendizagem.

Ações realizadas:

- Educação em Tempo Integral - oferta em 27 instituições de ensino da rede estadual.
- Elaboração de instrumento *on line* para acompanhamento pedagógico e monitoramento das atividades da Educação Integral.
- Oficina de Educação Integral em Jornada Ampliada - ofertada aos professores da rede estadual de ensino, como parte do Programa Formação em Ação.
- Educação Empreendedora - efetivação do convênio com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e para avaliação das ofertas de ampliação de jornada e Sala de Apoio à Aprendizagem com o Itaú Social.
- Acompanhamento das atividades de ampliação de jornada dos Programas - Escotismo na Escola com 400 escotistas, atividades de ampliação de jornada permanentes com 451 matrículas e periódicas com 47.733 matrículas, aulas especializadas e treinamento esportivo com 40.555 matrículas, Esporte Cidadão UNILEVER com 1.026 matrículas, Jogos Escolares do Paraná, Top Formador com 660 estudantes bolsistas e Jogos da Juventude.
- Execução do Programa Sala de Apoio à Aprendizagem, para atendimento das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática aos estudantes dos 6º e 7º anos do Ensino Fundamental, abrangendo 1.059 escolas e 63.461 alunos atendidos, e em parceria com o Serviço Social do Comércio (SESC-PR), 190 escolas e 1.969 alunos atendidos.
- Oferta do Programa Futuro Integral, no contraturno, em parceria com o SESC-PR, para os anos finais do Ensino Fundamental e Médio, atendendo 1.158 estudantes em 52 escolas.
- Premiação Regional da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), edição 2014, com 450 medalhas, incluindo as Escolas Estaduais, Municipais e Federais e acompanhamento da edição 2015.
- Implementação do Programa Aceleração de Estudos, com atendimento a 6.330 estudantes com distorção idade-ano, em 211 escolas e em 28 Núcleos.
- Elaboração do documento Orientações Pedagógicas da Educação Infantil: estudos e reflexões para a organização do trabalho pedagógico, volumes I e II.
- Elaboração e publicação *on line* do documento Transição dos Anos Iniciais para os Anos Finais do Ensino Fundamental: da ruptura às possibilidades de integração.
- Elaboração da Resolução Conjunta que estabelece normas para a articulação da implementação dos Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs), entre Estado e municípios.
- Elaboração e publicação *on line* do documento Ensino Fundamental - proposições para a transição do 5º para o 6º ano no município de Curitiba.

- Pacto Nacional pelo Ensino Médio (Etapa II) - formação continuada para 21.428 professores e pedagogos que atuam no Ensino Médio.
- Orientação para as 51 instituições de ensino que ofertam Ensino Médio em blocos de disciplinas semestrais para a continuidade ou necessidade de cessação, segundo a Resolução nº 6.398/2015 - GS/SEED.
- Orientação, pedagógica e financeira, de execução do Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI), para os anos de 2014/2015, nas 708 Instituições de Ensino.
- Gabaritando ENEM - ações para estudos complementares ao ENEM, por meio de simulados impressos e *on line*, de videoaulas em parceria com Pré-ENEM Eureka do Instituto Federal do Paraná (IFPR), para cerca de 100.000 estudantes das últimas séries do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino do Paraná.
- Programa de Intercâmbio Educacional (*International Leaders in Education Program* - ILEP) - divulgação, seleção estadual de professores de língua inglesa do Ensino Médio da rede estadual, acompanhamento dos trâmites dos processos e assessoria aos NREs e aos professores selecionados no Estado ao longo do ano, com 11 inscritos e dois selecionados.
- Programa Jovem Senador nas instituições de ensino que ofertam o Ensino Médio - divulgação, acompanhamento junto às escolas e seleção de redações da etapa estadual para representar o Paraná na etapa nacional, em Brasília. Em 2015 foram 98 alunos inscritos e três selecionados.
- Educação Fiscal - realizados no segundo semestre, a formação continuada do curso Disseminador de Educação Fiscal, com carga horária de 120 horas, para 450 profissionais da educação e o curso de Tutores, com carga horária de 40 horas, para 20 profissionais da educação.
- Programa Jovens Embaixadores (Edição 2016) - divulgação do programa em parceria com a Embaixada Americana, acompanhamento das inscrições, orientação aos candidatos, participação nas avaliações e seleção dos finalistas, com 429 inscrições e dois alunos da Rede Estadual de Educação do Paraná selecionados para participação no programa em janeiro de 2016.
- Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM) - gestão pedagógica e administrativa do ensino de línguas estrangeiras realizada em 1.267 Instituições de Ensino da Rede Estadual de Educação, com 2.708 turmas, 58.315 matrículas e atuação de 949 professores.
- Programa de Desenvolvimento de Professores de Alemão (PDPA/UFPR/CAPES) - três professores de Língua Alemã do CELEM realizaram o intercâmbio de 30 dias na Universidade de Leipzig, na Alemanha.
- Português como Língua Estrangeira (PLE) - elaboração do projeto para aproximadamente 700 migrantes, refugiados e apátridas, em parceria com o

Centro de Línguas e Interculturalidade (CELIN) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

- Desenvolvimento do Programa Espaço Educador Sustentável e constituição da Comissão para Coleta Seletiva Solidária, com o objetivo de implantar a gestão de resíduos sólidos (no âmbito da SEED).
- Projeto Educação Ambiental em Ação na Educação Básica - implementação da Política Estadual de Educação Ambiental, com base na Lei Estadual nº 17.505/2013, cumprindo a constituição do Grupo Gestor de Educação Ambiental, a formação continuada para as escolas estaduais, por meio de palestras, abordando a temática Conservação do Solo, a formação continuada sobre Resíduos Sólidos para todas as escolas estaduais, ofertada em agosto, via Escola Interativa, a formação continuada presencial para os Núcleos de Curitiba, Área Metropolitana Sul e Área Metropolitana Norte em parceria com a UFPR, com o curso Solos para professores, a elaboração em parceria com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) do guia técnico de conceitos e encaminhamentos para elaboração de planos de gerenciamento de resíduos sólidos nas escolas do Paraná, em fase de diagramação e edição, a reprogramação da verba do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para realização do II Seminário Pós Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente a ser realizado no segundo semestre de 2016, o acompanhamento do Projeto Monitoramento Participativo de Rios em parceria com a Fundação Parque Tecnológico de Itaipu e UNILIVRE, realizado em 06 escolas de Ensino Médio Técnico e a aprovação do Programa Dinheiro Direto - Escola Sustentável para 429 escolas, validado pelo Ministério da Educação.
- Realização de 92 eventos de diversas áreas do conhecimento, com a participação de 4.639 profissionais da educação.
- Organização, coordenação e sistematização das discussões em torno da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

14.2.5 Departamento de Educação e Trabalho (DET)

Tem como responsabilidade a Educação Profissional ofertada pela rede pública estadual, atuando com qualificação profissional básica, cursos técnicos profissionalizantes em nível médio, especialização técnica de nível médio e Curso de Formação de Docentes para as séries iniciais do ensino fundamental da SEED. É composto pelas coordenações de Estratégias e Qualificação Profissional, Coordenação Pedagógica da Educação Profissional e Coordenação de Projetos e Processos.

Ações realizadas:

- Cursos Técnicos de Nível Médio na Rede Pública Estadual de Ensino - 73.012 alunos matriculados em 353 estabelecimentos de ensino, 183 municípios e 61 cursos.
- Alteração dos critérios para abertura de turmas iniciais, respeitando as determinações do porte vigente, Código Geral de Matrícula (CGM), análise dos índices de abandono escolar, validade dos atos regulatórios da instituição e dos cursos ofertados.
- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC) - realizado em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), com 3.587 vagas abertas, 28 municípios atendidos e 25 cursos ofertados.
- Programa Profucionário - realizado em parceria com o MEC, oferece cursos de formação inicial em nível técnico, com 2.354 matriculados.
- Acompanhamento da situação legal dos cursos técnicos em andamento - expedidos 156 pareceres de reconhecimento/renovação pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE/PR).
- Cursos Técnicos de Nível - seguro de vida para alunos que fazem estágio obrigatório, com atendimento de 31.094 alunos.
- Atualização curricular de 21 cursos e implantação de 03 cursos de especialização técnica de nível médio na rede pública estadual.
- Acompanhamento de egressos da Educação Profissional e do concurso de realocação para educação profissional.
- Centros Estaduais de Educação Profissional - implantação da Rede de Abrangência.
- Educação Profissional - Programa Brasil Profissionalizado - aquisição de laboratórios, por meio de convênio firmado entre Ministério da Educação (MEC), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Estado do Paraná (Programa Brasil Profissionalizado), com 114 laboratórios complementados, aquisição de mobiliários para 12 novas unidades, 20 ônibus escolares e 35 *kits* de segurança monitorada e formação continuada por meio da realização de Simpósio Eixo Tecnológico Recursos Naturais - Colégios Agrícolas e Florestais, com 200 participantes e curso de atualização para professores da Educação Profissional, em 06 grupos, com 200 participantes.
- Aquisição de acervo bibliográfico, totalizando 702 exemplares para complementação dos acervos entregues para diversos cursos técnicos.

14.2.6 Departamento de Diversidade (DEDI)

Tem como objetivo a defesa e a promoção dos sujeitos da diversidade, oferecendo formas de acesso, permanência e sucesso na formação escolar. Atende comunidades tradicionais, etnias indígenas, ciganos, ilhéus e ribeirinhos, trabalhadores rurais e sem terra, acampados e assentados, pequenos agricultores e arrendatários, cipozeiros, faxinalenses, pescadores, comunidades remanescentes de quilombos e população negra, mulheres e homens (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e heterossexuais) discriminados pela sua cor, raça, etnia, orientação sexual, gênero, condição social e cultural.

Sua missão é dar visibilidade aos sujeitos, despertando o interesse pelos temas da diversidade e desenvolvendo competências e valores de solidariedade, cooperação, respeito e união.

Ações realizadas:

- Implementação de ações intersetoriais, envolvendo Secretarias de Estado e suas respectivas regionais, bem como os Ministérios da Educação, Desenvolvimento Agrário e Saúde, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI) e Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI).
- Encaminhamento pedagógico de processos que envolvem ações discriminatórias no ambiente escolar.
- Atendimento a 11 escolas itinerantes localizadas em acampamentos da reforma agrária, totalizando 1.732 alunos e 584 escolas do campo, ilhas do litoral e assentamentos.
- Formação Pedagógica Interilhas - realização de oficinas, em parceria com o NRE de Paranaguá, envolvendo os profissionais das escolas das ilhas do litoral paranaense.
- Discussão junto ao Conselho Estadual de Educação sobre a Proposta Pedagógica dos Ciclos de Formação Humana das Escolas Itinerantes.
- Curso Formação em Ação - elaboração de oficinas com os temas Reflexão sobre as questões da Diversidade no Currículo e Ler e escrever nas escolas do campo: relações entre identidade cultural e preconceito linguístico.
- Articulação junto as Lideranças Indígenas e Caciques para discussão da Educação Escolar Indígena.
- Representação no Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Paraná.
- Programa Saúde na Escola em Escolas Indígenas - Desenvolvimento de ações junto à Secretaria da Saúde, Distrito Sanitário Especial Indígena, Secretaria Especial de Saúde Indígena e Secretaria de Estado da Educação para informativos e definições.

- Oficinas para as escolas indígenas - elaborado com os temas Reflexões sobre as questões indígenas no currículo e As intervenções do professor nos textos produzidos pelos estudantes indígenas.
- Implementação e formação de equipes multidisciplinares visando o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nos currículos da rede estadual de educação básica.
- Participação no Congresso Nacional de Pesquisadores Negros (COPENE SUL/UFPR) e no Congresso Nacional de Educação (EDUCERE 2015 PUC/PR).
- Realização do Premio Orirerê - Cabeças Iluminadas - evidencia a importância de Zumbi dos Palmares - Herói Nacional. Prioriza a formação, de técnicos da diversidade e equipe de ensino nos 32 NREs, em atividades de webconferência, oficina de Formação em Ação e em oficinas de protagonismo juvenil em gênero, diversidade sexual e sexualidades.
- Criação do Grupo de Trabalho Interdepartamental da SEED (Portaria nº 551/2015) para inserção dos recortes de Gênero e Diversidade Sexual no Currículo, por meio da Portaria nº 551/2015, visando orientar o trabalho pedagógico.
- Campanha de enfrentamento à violência contra mulheres - reuniões de articulação intersetorial com a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU), a Secretaria da Saúde (SESA), a Secretaria de Comunicação (SECS) e sociedade civil organizada, universidades, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Ministério Público do Paraná.
- Produção de Material didático para Gravação de Programas da TV Paulo Freire/SEED sobre violência contra a mulher, oficina Diversidade e Currículo abordando dentre outros temas o foco em gênero e diversidade sexual e oficina Violência Contra a Mulher: uma questão de gênero.
- A Coordenação da Educação das Relações de Gênero e Diversidade Sexual (CERGDS) foi responsável pela representação da SEED em questões que envolvem as temáticas de Gênero e Diversidade Sexual tais como a Câmara Técnica Estadual de Gestão do Plano Nacional de Enfrentamento à violência contra Mulheres, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM-PR) e a III Conferência Estadual dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado do Paraná.

14.2.7 Departamento de Formação e Tecnologia Educacional (DFTE)

Tem o objetivo de assegurar a integração das ações dos Departamentos, Coordenações e demais segmentos de atuação da SEED na formação continuada para os profissionais da educação nas modalidades presencial e a distância e às diretrizes de uso de tecnologias na educação, com destaque para operacionalização e produção de materiais

das Semanas Pedagógicas e da Formação em Ação. Orienta, acompanha e avalia as metas propostas e as ações desenvolvidas pelas suas coordenações.

Ações realizadas:

- Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) - encerramento da turma 2013 com 1.948 professores, em andamento a turma 2014 com 1.958 professores e com aproveitamento de Titulação de Mestrado/Doutorado de 77 professores e em desenvolvimento a turma 2015 para início em 2016.
- Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) - articulação para oferta do curso de Pedagogia aos remanescentes da Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu (VIZIVALI), levantamento da demanda de 2ª licenciatura e lançamento das ofertas na Plataforma Freire – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), acompanhamento e revitalização da infraestrutura física e tecnológica e disponibilização de recursos humanos para 08 polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), mantidos pelo Estado definidos e criados por meio do Decreto nº 2.201/2011.
- Lançamento do programa de Rádio Som da escola, com a produção de 81 programas de TV e 09 programas de rádio, visando divulgar a produção musical autoral dos alunos da rede pública estadual e produção audiovisual para o curso de formação continuada de gestores - Gestão em Foco.
- Portal Dia a Dia Educação - 188 atendimentos para criação de novos conteúdos, 26 atendimentos para alteração e manutenção de informações, criação de 384 páginas para os sites dos NREs, totalizando 103 atendimentos para alteração de dados e 86 novas publicações.
- Cursos a Distância - reestruturação, desenvolvimento e acompanhamento do Grupo de Trabalho em Rede (GTR) 2015, com atendimento a cerca de 34.000 professores.
- Curso de Formação de Brigadista Escolares - SEED/Defesa Civil - oferta de quatro edições do curso, atendendo 10.464 cursistas com 7.617 concluintes.
- Formação pela Escola - quatro ofertas de módulos/etapas com 467 turmas formadas e 11.899 cursistas aprovados entre profissionais de ensino, técnicos e gestores públicos municipais e estaduais e representantes da comunidade escolar e da sociedade organizada.
- Realização de 41 Escolas Interativas, entre abril e novembro, com participação de 35.648 pessoas, entre professores, gestores e funcionários.
- Realização de 117 webconferências com 7.488 participantes.
- Fale Conosco - 6.847 atendimentos, sendo 1.797 via *chat* e 5.050 via *e-mail*.
- Sistema de Legislação - 2.912 resoluções e portarias inseridas ao Sistema Legislação da Casa Civil, a partir das publicações do Diário Oficial do Estado (DIOE).

- Oferta de 17.159 oficinas/grupos de Formação Continuada, para profissionais da educação, sendo 66 na modalidade a distância.
- Projeto Conectado - atendimento a 70 escolas do Estado com a utilização de 4.200 *tablets* por alunos; implementação de 70 grupos de estudos para formação continuada, com a participação de 1.054 profissionais da educação.
- Distribuição de 3.867 *tablets* a professores do Quadro Próprio do Magistério 2015.

14.3 Superintendência de Desenvolvimento Educacional (SUDE)

Com o objetivo de administrar a política educacional do Estado, garantindo a formação de qualidade em todos os níveis e etapas de ensino, atendendo às especificidades e diferenças culturais de cada local em busca de uma educação democrática no Paraná.

Ações realizadas:

- Liberação de R\$ 104, 0 milhões reais para o transporte escolar de 203.352 alunos da Rede Estadual de Ensino.
- Aprimoramento do Sistema de Gestão de Transporte Escolar (SIGET), por meio de melhorias nos processos de coleta de dados, relatórios gerenciais e otimização de rotas.
- Curso de atualização para os condutores de veículos do transporte escolar do Estado.
- Contratação de R\$ 46,0 milhões em gêneros da agricultura familiar e R\$ 117,5 milhões em gêneros não perecíveis e carnes, aumentando a oferta de alimentos *in natura* aos alunos e contribuindo com o desenvolvimento econômico, financeiro e social dos municípios paranaenses, 969.088 alunos atendidos.
- Formação, de 1.500 merendeiras em Boas Práticas, na modalidade EAD.
- 6ª Edição da Avaliação Nutricional dos Escolares da Rede Pública do Paraná - avaliação de aproximadamente 900.000 alunos.
- Desenvolvimento de pesquisa sobre Necessidades Alimentares Especiais dos Alunos em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC PR).
- Lançamento do livro Sabores e Saberes das Escolas Paranaenses, contendo receitas elaboradas pelas merendeiras das escolas estaduais.
- Produção de material técnico de Promoção da Alimentação Saudável em parceria com o Programa Estadual de Combate à Obesidade - Paraná Saudável.
- Produção de material técnico - Manual de Boas Práticas de Manipulação de Alimentos e Procedimentos Operacionais Padronizados, ambos com publicação prevista para 2016.
- Projeto Horta Escolar - produção de vídeos para apoio da implantação e melhoria do projeto nas escolas, disponíveis no canal *YouTube*.
- Ampliação do Programa de Análise de Resíduos Agrotóxicos (PARA Escolar) - produtos provenientes da agricultura familiar para a alimentação escolar com

parceria SEED/SESA/ANVISA, anteriormente realizado nos municípios de Cascavel, Pato Branco e Maringá e ampliado para Curitiba e municípios da Região Metropolitana.

- Participação da Comissão Técnica do Programa Leite das Crianças, para atender as demandas das escolas que são pontos de distribuição do leite.
- Suprimento de mobiliário e equipamentos para 939 instituições de ensino da Rede Pública Estadual de Educação Básica e escolas na modalidade de Educação Especial, totalizando de R\$ 3,5 milhões.

TABELA III - OBRAS CONCLUÍDAS 2015 - TOTAL DO ESTADO

| TIPO | CONCLUÍDA | INVESTIMENTO |
|---------------------|-----------|-------------------|
| Ampliação | 4 | R\$ 1.012.160,59 |
| Cobertura de quadra | 5 | R\$ 1.644.746,16 |
| Fundo rotativo | 24 | R\$ 1.053.643,67 |
| Melhorias | 13 | R\$ 1.729.920,19 |
| Reparo emergência | 35 | R\$ 3.984.632,23 |
| Reparo normal | 12 | R\$ 5.468.661,96 |
| TOTAL | 93 | R\$ 14.893.764,80 |

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Obras - DEPO

Período: Novembro/2014 a Outubro/2015

TABELA IV - OBRAS EM EXECUÇÃO 2015 - TOTAL DO ESTADO

| TIPO | ANDAMENTO | INVESTIMENTO |
|----------------------------|-----------|--------------------|
| Ampliação | 38 | R\$ 50.288.001,17 |
| Fundo rotativo | 635 | R\$ 7.155.179,50 |
| Melhorias | 102 | R\$ 3.936.099,07 |
| Novas unidades | 37 | R\$ 161.847.786,25 |
| Quadra de esportes coberta | 20 | R\$ 6.738.652,41 |
| Reparo emergência | 10 | R\$ 2.374.990,15 |
| Reparo normal | 42 | R\$ 16.312.077,64 |
| TOTAL | 884 | R\$ 248.652.786,19 |

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Obras - DEPO

Período: Novembro/2014 a Outubro/2015

14.4 Colégio Estadual do Paraná (CEP)

Ações realizadas:

- Oferta de 5.010 vagas para alunos do Ensino Fundamental, Médio e Profissional.
- Curso Preparatório para o Vestibular da UFPR (CURCEP) para 200 alunos.
- Cursos de Línguas Estrangeiras Modernas para alunos e comunidade em geral, totalizando 1.135 alunos.

- Participação nos 62º Jogos Escolares do Paraná com 900 atletas, nos Jogos Escolares, promovidos pelas Ligas Escolares com 200 atletas, no 60º Jogos da Primavera da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) com 90 atletas.
- Oferta de treinamento desportivo a 900 alunos, nas modalidades de atletismo, basquetebol, futebol, futsal, ginástica rítmica, handebol, musculação, natação, judô, voleibol, tênis de mesa, xadrez e pilates.
- Realização do Calorão com a participação de 4.900 alunos e realização de gincanas e competições aquáticas com a participação de 2.200 alunos.
- Participação de 43 atletas, nos Jogos da Juventude do Estado do Paraná.
- Realização de 171 sessões didático-pedagógicas no Planetário para 5.985 alunos do CEP.
- Astronomia e Ciências - atendimento aos 580 alunos do CEP, alunos das outras escolas e pessoas da comunidade, às empresas gráficas, fornecendo as efemérides para confecção de calendários e matérias sobre fenômenos celestes à imprensa.
- Observatório Astronômico do Colégio Estadual do Paraná - realização de visitas monitoradas a 2.731 pessoas.
- Aulas de dança contemporânea, aulas auxiliares de balé clássico, consciência corporal e alongamento aos 402 alunos do CEP e à comunidade.
- Apresentação do Grupo DANCEP, com o espetáculo Leminski: Entre o Azul e o Amarelo, em Curitiba, União da Vitória e Jaraguá do Sul-SC, Espanha e Portugal, para público estimado de mais 20.000 espectadores.
- Oferta 1.100 vagas, para cursos modulados, nas diversas áreas de artes visuais, dança, música e teatro para alunos do CEP e comunidade em geral.
- Teatro - apresentação da peça O Pequeno Príncipe realizada pelos Grupos de Teatro do CEP Gruta e Gruta Luna para um público aproximado de 1.050 pessoas, da peça O Novo Ultraje realizada pelo Grupo de Teatro do CEP Gruta, no Mini Auditório do Teatro Guaíra, para 240 espectadores e da peça Alice Quântica, realizado no Auditório do CEP, para público de 2.000 espectadores.
- Apresentações musicais externas com estimativa de público de 500 pessoas.
- Realização de aulas em campo a 70 alunos, nas Empresas Eternit, em Colombo e Kabel em Almirante Tamandaré.

Secretaria do Esporte e do Turismo



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

15 Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo

A Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo (SEET) tem como finalidade planejar e organizar o acompanhamento e manutenção das políticas e diretrizes do Governo do Estado para o esporte, lazer e qualidade de vida; incentivar, apoiar e orientar a realização de atividades e eventos recreativos e esportivos, profissionais e amadores, quer no âmbito da administração estadual ou da iniciativa privada, promovendo o esporte nas manifestações educacionais, de rendimento e participação e a atividade física; promover o turismo na perspectiva do fomento aos negócios e empregos, adotando, como pressuposto, a integração das lideranças representativas do poder público, privado e terceiro setor na busca de resultados efetivos para a sociedade e para a economia do Estado, bem como a satisfação dos que visitam o Paraná.

A implementação das políticas públicas de esporte e turismo no Estado tem como diretriz principal a gestão democrática, fortalecendo a capacidade institucional e técnica de suas áreas de atuação.

O estabelecimento de parcerias com instituições privadas, a gestão compartilhada com órgãos da esfera estadual como a Secretaria da Educação, Saúde, Segurança, Família e Desenvolvimento Urbano, entre outros, bem como na esfera federal, com o Ministério do Esporte, do Turismo, da Educação e da Saúde, visando o estímulo à elaboração de estudos e pesquisas sobre assuntos de sua competência e, como foco principal, a abertura de canais de comunicação para estreitar a integração entre sociedade e governo.

Ao Instituto Paranaense de Ciências do Esporte (IPCE) compete a execução dos Programas e projetos voltados à área científica do esporte e o acompanhamento dos projetos de detecção de talentos esportivos e de atletas de alto rendimento.

A Paraná Turismo tem como papel a execução da Política Estadual de Turismo e como missão fomentar e promover a atividade turística, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Paraná e para a satisfação de seus visitantes.

No Centro de Convenções de Curitiba (CCC), até novembro, foram realizados 62 eventos estaduais e nacionais, como feiras, simpósios, congressos, cursos, palestras, feiras e formaturas.

15.1 Ações do Esporte

- Projeto Paraná Mais Esporte - desenvolvido com os 399 municípios paranaenses, tem como objetivo debater o desenvolvimento do esporte de forma compartilhada e com o envolvimento dos diversos atores sociais na implementação das políticas públicas, procurando por caminhos e alternativas que possam levar o Paraná a um resultado esportivo cada vez melhor. Adotou como estratégia a realização

dos Seminários Municipais de Esportes para dialogar com os diversos municípios e suas comunidades, identificando vocações, necessidades, demandas e alternativas de adequação das organizações esportivas. O resultado da ação foi a criação de um banco de dados que servirá para orientar e desencadear um encontro com lideranças do esporte estadual, com vistas a consolidação e homologação da nova Política e o Sistema Estadual do Esporte do Estado do Paraná.

- Talento Olímpico do Paraná (TOP 2016) - visa tornar o Paraná referência no esporte no Brasil até 2016, ano das Olimpíadas no Rio de Janeiro. Foram realizados pagamentos de 1.600 bolsas, com recursos financeiros patrocinados pela Companhia Paranaense de Energia (COPEL), Ministério do Esporte e Syngenta. Além do gerenciamento do projeto, o IPCE realizou, de forma descentralizada, o lançamento do Programa em todas as regiões do Estado.
- Projeto Segundo Tempo Modalidades - para democratização do acesso ao esporte de qualidade, preferencialmente aos estudantes da rede de ensino municipal e estadual, a SEET está estruturando, em conjunto com o Ministério do Esporte, o projeto piloto a ser desenvolvido em 52 municípios do Paraná, distribuídos na área de competência dos 13 Escritórios Regionais do Esporte e do Turismo, atendendo 10.400 beneficiados. O projeto irá contemplar as fases de aprendizagem, fixação e aperfeiçoamento das modalidades esportivas desenvolvidas, com o objetivo de inserir os beneficiados dos diferentes tipos de competições realizadas pela SEET. As prefeituras disponibilizarão toda a estrutura física para o desenvolvimento das atividades. Foram estabelecidas as cidades que irão sediar o projeto, os locais onde serão realizadas as atividades e abertas as inscrições para a contratação de profissionais de Educação Física.
- Programa Vida Saudável - tem o objetivo de democratizar o lazer e o esporte recreativo para promover a saúde e o envelhecimento bem sucedido. Os núcleos do Programa Vida Saudável são espaços de convivência social, próprios para o público idoso, onde as manifestações esportivas e de lazer são planejadas e desenvolvidas, tais como praças, quadras, salões paroquiais, ginásios esportivos, campos de futebol, clubes sociais. Foram selecionados 39 municípios que deverão atender um total de 7.800 idosos, e abertas inscrições para a contratação de profissionais de Educação Física.
- Paraná Saudável - Programa do Governo que atua na prevenção e controle do sobrepeso/obesidade infanto-juvenil por meio de estudo realizado com 16.000 alunos de escolas públicas do Paraná. Ação conjunta entre as Secretarias do Esporte e do Turismo, da Educação e da Saúde com recursos do Ministério da Saúde. Integra também as prefeituras, conselhos de classe, Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica e o Conselho Estadual do

Programa Saúde na Escola. Foram finalizados os materiais didáticos pedagógicos para distribuição na rede de ensino público do Estado.

- Prêmio Orgulho Paranaense - a iniciativa do Governo em parceria com a Rede Paranaense de Comunicações (RPC) contempla os atletas e personalidades nascidos ou residentes no Paraná e que tiveram destaque na área esportiva ao longo do ano. A escolha é feita por uma comissão de esportistas, a partir de indicações das próprias federações e associações desportivas. A entrega da premiação para 81 destaques do esporte do Paraná foi realizada em dezembro, no Centro de Convenções de Curitiba.
- Projeto Lazer no Paraná - desenvolvido em 130 municípios, combinando capacitação e formação continuada de gestores públicos, foi realizada em Matinhos, no mês de julho, com posterior realização municipal em eventos de lazer para crianças e adolescentes, com aporte de materiais para práticas esportivas e de lazer obtidos com recursos do Fundo da Infância e Adolescência.
- III Congresso de Gestores Públicos do Esporte e do Turismo do Paraná - com o tema Lei de Incentivo ao Esporte e possibilidades de captação de recursos para o incentivo ao esporte, foi realizado em Campo Mourão, em abril, com 140 municípios representados por seus gestores públicos municipais do esporte.
- Jogos Escolares do Paraná - considerado o maior evento escolar da América Latina, conseguiu reunir cerca de 100.000 alunos, em todas as suas fases e modalidades. Os Jogos Escolares Bom de Bola têm o futebol ocupando um papel de destaque, promovendo o desporto educacional e propiciando o surgimento de novos talentos.
- Jogos Escolares da Juventude - realizados em setembro, em Fortaleza-CE, para a categoria 12 a 14 anos, contou com uma delegação de 188 pessoas entre atletas, técnicos e dirigentes. Para a categoria 15 a 17 anos, os jogos foram realizados em novembro, em Londrina, com delegação de 187 pessoas.
- Paralimpíadas Escolares - realizadas em Natal-RN, em novembro, com uma delegação de 45 integrantes.
- Jogos Estudantis da Primavera - tem por finalidade proporcionar e desenvolver a prática esportiva, em todos os segmentos. Os jogos foram realizados em setembro, em Ponta Grossa, com a participação de aproximadamente 4.600 pessoas de 78 colégios públicos e privados, de 18 cidades e 25 cursos de instituições de ensino superior.
- Jogos Abertos do Paraná (JAPS) - tem como finalidade o incremento da qualidade técnica dos atletas buscando o aprimoramento do rendimento esportivo no Paraná. Em 2015, foram realizadas em duas etapas em 12 sedes regionais, com as finais da Divisão A em Francisco Beltrão e da Divisão B em Palotina e Maripá,

ambas em setembro. Participaram dos eventos 18.572 pessoas entre atletas, técnicos e dirigentes.

- Jogos Abertos Paradesportivos (PARAJAPS) - realizada em dezembro, em Curitiba, com 1.118 participantes entre atletas, técnicos e dirigentes, têm como objetivo promover a integração socioesportiva, propiciar o desenvolvimento integral do cidadão com deficiência e interagir com os demais segmentos que contribuem para o desenvolvimento do paradesporto.
- Festival Esportivo da Reforma Agrária - visa atender a diversidade social, cultural e étnica do Estado, oportunizando a prática de modalidades esportivas e atividades culturais. Foram realizados em Santa Maria do Oeste e Rio Bonito do Iguaçu, nos meses de agosto e setembro, com público aproximado de 400 participantes em cada evento.
- Projeto Contraturno Contra as Drogas - atendimento esportivo a crianças em condições de vulnerabilidade social, no contraturno escolar, com a modalidade de futebol, para aproximadamente 100 crianças, nas instalações da SEET, em Curitiba.
- Centro Nacional de Atletismo (CNAT) - obra em andamento, com 29,16% executada até outubro, em Cascavel, em parceria com o Ministério do Esporte, para atender cerca de 150 atletas de diferentes modalidades de todo o país.

15.2 Ações do Turismo

15.2.1 Promoção de Investimento no Turismo

Melhorar a infraestrutura do turismo paranaense, por meio do monitoramento e execução das seguintes ações e obras:

- Dois Centros de Atendimento em Foz do Iguaçu.
- Posto de Informações Turísticas do Aeroporto Afonso Pena, com preparação da licitação e gerenciamento do contrato de repasse junto à CEF; e Posto de Informações Turísticas Móvel, com processo licitatório para aquisição de automóvel tipo van e estudos de comunicação visual.
- Infraestrutura Turística no Litoral - preparação da licitação dos projetos executivos, gerenciamento dos contratos de repasse junto a CEF; acompanhamento do processo licitatório e medições da Base Náutica de Guaratuba e da ciclovia de Pontal do Paraná.

15.2.2 Marketing Turístico

Propor ações de estruturação e qualificação de destinos e produtos turísticos e implementar estratégias de promoção e comunicação do Destino Paraná.

Ações realizadas:

- Gastronomia Paraná - avaliação e reestruturação do Projeto; coordenação do Comitê Consultivo; realização de oficina com o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e *chefs* para aproximação com os produtores rurais; treinamento de técnicos do Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) para implantação de Boas Práticas de Fabricação em empresas participantes do Selo de Qualidade do Turismo do SEBRAE, com projeto piloto do TECPAR em um restaurante de Ponta Grossa para mapeamento de processos para melhoria da gestão; palestras em Laranjeiras do Sul e Curitiba; realização dos eventos Mesa ao Vivo Paraná 2015 e Gastromotiva em parceria com o Comitê Executivo.
- Cadastro de Empreendimentos e Serviços Turísticos (CADASTUR) - 1.682 cadastros realizados, aproximadamente 4.500 atendimentos por e-mail, telefone e pessoalmente com orientações técnicas aos interessados. Confeção de planilhas e palestras de orientação aos empresários.
- Viabilização e distribuição de material gráfico com informações turísticas do Paraná - pesquisa para elaboração da Agenda do Turismo Paranaense 2016, do Calendário de Eventos 2016, do Mapa Turístico do Paraná, do Guia de Águas Doces e do Guia Litoral 2016, além da definição de projetos gráficos.
- Participação em Eventos Nacionais - organização, planejamento, comunicação visual e coordenação de estande para promoção do Paraná e seus produtos e regiões no 21º Salão Paranaense de Turismo e 11ª Mostra das Regiões Turísticas do Paraná (março, em Curitiba), na *World Travel Market* (WTM), no Expocenter Norte (abril, em São Paulo), na Bolsa de Negócios Turísticos (BNT) Mercosul (maio, em Itajaí), na 10ª Edição do Festival de Turismo das Cataratas do Iguaçu (junho, em Foz do Iguaçu), no 5º Festival de Turismo do Litoral (agosto, em Paranaguá), no I Salão de Turismo dos Campos Gerais (agosto, em Ponta Grossa), na 43ª Expo Internacional de Turismo, Associação Brasileira de Agência de Viagens do Paraná (ABAV) (setembro, em São Paulo-SP) e no 27º Festival de Turismo de Gramado (novembro, em Gramado-RS).
- Ações de Comunicação - produção de campanha de comunicação do Paraná em convênio com o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e apoio da Secretaria de Estado da Comunicação (SECS); atualização diária e produção de textos e notícias nas redes sociais e *fanpage* oficial da Paraná Turismo; contatos com jornalistas especializados, editores, redatores, pauteiros, comunicadores de rádio e televisão, blogueiros e vlogueiros; produção de textos e *releases*, fotografias e envio de material para a Imprensa e Agência Estadual de Notícias

(AEN). Cobertura de reuniões e eventos; apoio e divulgação de eventos e festividades do Calendário Turístico da Paraná Turismo, por meio das redes sociais, em especial *Facebook*, do *site*, da Agência Estadual de Notícias (AEN), e TV Educativa.

- Pesquisa sobre o Centenário do Turismo no Paraná 1916-2016, Uma Viagem na Memória do Turismo Paranaense - realização de palestras e estruturação de exposição com painéis expositivos dentro da ABAV Paraná, do Festival de Turismo das Cataratas e outros eventos itinerantes; pesquisa de textos e imagens para emissão e lançamento do Selo Comemorativo dos Correios; confecção de Agenda do Centenário do Turismo Paranaense 2016, em parceria com Federação do Comércio do Estado do Paraná (FECOMÉRCIO); seleção dos 100 eventos mais representativos para compor o Calendário do Centenário do Turismo Paranaense 2016.
- Promoção de relacionamentos empresariais - parceria com Agências e Operadoras de Curitiba e Região Metropolitana; duas viagens de negócios com empresários para as regiões Vales do Iguaçu e Corredores das Águas no formato de famtour e foco nos empreendimentos de Águas do Verê e Ody Parque; parceria com Sindicato e Associação de Guias de Turismo e Sindicato das Agências de Turismo do Estado do Paraná (SINDETUR) para realização de campanhas de comunicação; Encontros de Guias de Turismo, em Curitiba e Londrina, com lançamento da Campanha Com Guia é + Turismo.
- Relações Institucionais - visitas e reuniões com órgãos governamentais, instituições e empresas privadas para o estabelecimento de parcerias e convênios. Firmado convênio com o SICREDI para incentivar viagens.
- Projeto Parques Paraná - participação no projeto da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) e Instituto Ambiental do Paraná (IAP), com ações para o desenvolvimento do turismo nas Unidades de Conservação: Parque Estadual de Vila Velha, Parque Estadual do Monge, Parque Estadual do Guartelá, Ilha do Mel e entornos, com participação no Grupo de Trabalho, estruturação de plano de ações de turismo e realização de diagnóstico socioeconômico da região de entorno.
- Capacitação e Qualificação Profissional - formação de 101 agentes de desenvolvimento pelo turismo e produção associada nos municípios de Balsa Nova e Cerro Azul; capacitação de 53 Gestores para o Sistema de Convênios (SICONV), em Ponta Grossa e Maringá; coordenação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) Turismo, tendo realizado reuniões com ofertantes e municípios, com abertura de oito turmas e 155 pré-matrículas, envolvendo os municípios de Curitiba, Morretes, Lapa, Antonina, Foz do Iguaçu, Paranaguá, Ponta Grossa e São José dos Pinhais.

- Gestão do Turismo Estadual - participação em cinco reuniões do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR) e da Comissão de Turismo Brasil Sul (CTBS); e coordenação das reuniões ordinárias trimestrais do Conselho Paranaense de Turismo (CEPATUR).
- Regionalização do Turismo - participação na Oficina de Formação Básica de Facilitadores em Processos Participativos com Foco em Planejamento, promovida pelo Ministério do Turismo (MTUR), na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), em Brasília, com 80 horas/aula; realização de palestras e oficinas nas 14 regiões turísticas do Estado, visando o fortalecimento do turismo regional, da estruturação de instâncias de governança regional e atualização do mapa do turismo brasileiro.
- Estruturação de Destinos Turísticos - realização de visitas técnicas em aproximadamente 80 municípios paranaenses com orientações para o desenvolvimento do turismo. Desenvolvimento de Seminários de Turismo Religioso em Piraí do Sul, Paranaguá, Maringá, Lunardelli envolvendo aproximadamente 300 pessoas em parceria com a Federação do Comércio (FECOMERCIO) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Pastoral do Turismo. Desenvolvimento do Turismo Rural em parceria com o EMATER por meio do Programa Caminhadas da Natureza com a formatação de Roteiros/Circuitos Permanentes. Desenvolveu o Paraná MICE - Turismo de Negócios e Eventos, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), com ações de capacitação e promoção. Levantamentos e estruturação dos projetos referentes ao Monge João Maria no Paraná e ao Paraná Espanhol.
- Estudos e Pesquisas Estatísticas Primárias e Secundárias do Turismo no Paraná - elaboração de Relatórios Estatísticos Anuais (Cadernos de Atrativos e Passageiros), atualização dos sistemas de dados Business Intelligence (BI) e Base de Dados do Estado (BDE *Web*) com dados do CADASTUR, e do sistema de geoprocessamento em parceria com a CELEPAR com dados das prefeituras municipais e órgãos municipais de turismo. Confeção dos documentos: Turismo em Números 2015, Caderno de Atrativos e Caderno de Passageiros, Relatórios Municipais e Regionais, contendo dados de atrativos/segmentos, empregos, estabelecimentos e demais estatísticas do turismo. Elaboração de mapas diversos, incluindo a Categorização do Ministério do Turismo para as 14 Regiões Turísticas e participação no 1º Seminário do Plano Nacional Estratégico de Estatísticas Turísticas em Brasília.

Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

16 Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social

A Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDS), alterada pela Lei nº 18.374/2014, tem como finalidade as atividades concernentes ao planejamento, à gestão, à organização, à promoção, ao desenvolvimento e à coordenação das políticas estaduais de assistência social; de trabalho, emprego e renda; de defesa dos direitos da criança e do adolescente; para promoção dos direitos e inclusão da pessoa com deficiência; de defesa dos direitos da mulher; e dos direitos do idoso.

A nova configuração amplia os compromissos para a efetivação do desenvolvimento social e da garantia de direitos no Estado do Paraná e conta com o apoio de seis Conselhos Estaduais deliberativos.

A SEDS apresenta em sua estrutura programática, três grandes áreas: Trabalho, Emprego e Renda, Assistência Social e Garantia de Direitos; nesta última estão contidas a da Criança e do Adolescente, da Pessoa Idosa, da Mulher e da Pessoa com Deficiência. Conta com uma unidade técnica exclusiva para o Programa Família Paranaense, que gerencia o planejamento, a execução e o monitoramento do Programa no Estado e é responsável pela execução de recursos oriundos de financiamento internacional do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

No âmbito do controle social, atua com base nas deliberações e diretrizes elaboradas pelos Conselhos Estaduais da Assistência Social, do Trabalho, da Mulher, do Idoso, da Pessoa com Deficiência, e da Criança e do Adolescente. Para o assessoramento eficaz aos 399 municípios paranaenses, garante a territorialização das políticas por meio de 22 Escritórios Regionais, com sedes nos municípios de Apucarana, Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Cornélio Procópio, Curitiba, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Laranjeiras do Sul, Londrina, Paranaguá, Paranaíba, Pato Branco, Ponta Grossa, Toledo, Umuarama e União da Vitória; e das estruturas regionalizadas da Rede de Atendimento ao Trabalhador, com Agências do Trabalhador presentes em 219 municípios.

O Programa Família Paranaense, de caráter intersetorial, realizado em parceria com os municípios, visa à autonomia e melhoria das condições de vida das famílias mais vulneráveis do Estado, acompanhado da superação da extrema pobreza em todo o território paranaense. Com base no Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Paraná (IVFPR), calculado a partir de informações do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), foram identificadas e acompanhadas as famílias mais vulneráveis, considerando as dimensões de renda, moradia, educação e estrutura familiar. Conforme estudo realizado em 2014, foi possível observar que 58,3% das famílias participantes do Programa desde 2013, e que atualizaram suas informações no CadÚnico, reduziram seu índice de vulnerabilidade. Entre 2014 e 2015, 53,7% das novas famílias no Programa, tiveram melhoria na sua condição de vulnerabilidade.

A SEDS conquistou grandes avanços na gestão da Política da Assistência Social, com a aprovação do Piso Paranaense da Assistência Social e do repasse de recursos Fundo a Fundo. O repasse Fundo a Fundo é um mecanismo que permite transferências do Fundo Estadual da Assistência Social (FEAS) para os Fundos Municipais de Assistência Social, de forma regular e automática. Em 2015, foram liberados mais três pisos continuados, além de repasses fundo a fundo de caráter eventual, como, por exemplo, para municípios afetados por calamidades públicas e situações de emergência.

Na área do Trabalho, Emprego e Renda, os esforços foram dirigidos para manter e aprimorar uma grande estrutura descentralizada de apoio ao trabalhador, prestando serviços em todas as regiões do Estado, e acompanhando o desempenho do mercado de trabalho, com informações de emprego e desemprego.

Com resultados obtidos a partir da realização de um conjunto de ações nos municípios do Paraná, de forma articulada com outros órgãos estaduais e com abordagem intersetorial, a SEDS reafirma sua liderança no esforço pela promoção social e melhoria das condições de vida das famílias paranaenses.

Seguem descritas as principais ações executadas.

16.1 Programa Família Paranaense

Programa estratégico, coordenado e acompanhado pela Unidade Técnica do Programa Família Paranaense (UTPPF), articula as políticas públicas de várias áreas do governo estadual e municipal, visando o protagonismo e a promoção social das famílias que vivem em situação de alta vulnerabilidade e risco social, identificadas pelo IVFPR. Objetiva estabelecer uma rede integrada de proteção às famílias por meio da oferta de um conjunto de ações intersetoriais, planejadas de acordo com as necessidades e especificidades do território onde residem, viabilizando o acesso aos direitos sociais. Para tanto, foi desenvolvido o arranjo de gestão, composto no âmbito estadual pela Unidade Gestora Estadual e por 22 Comitês Regionais, com representantes de 19 Secretarias e Órgãos; no âmbito municipal, instituíram-se 361 Comitês Municipais, representados pelas Secretarias e Órgãos Municipais e 361 Comitês Locais, compostos por profissionais que atendem diretamente as famílias.

Executado em quatro modalidades, sendo que os municípios podem executar uma ou mais modalidades, a saber: a) Municípios Prioritários (156) aderem e realizam acompanhamento familiar sistemático das famílias por meio da metodologia do Programa; são selecionados pelo Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM), pelo número de famílias em extrema pobreza e pelo Índice de Vulnerabilidade das Famílias (IVF-PR); b) Municípios de Adesão Espontânea (203) - realizam o acompanhamento familiar sistemático das famílias e aderem espontaneamente à metodologia; c) Municípios Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por Medida Socioeducativa AFAI (95) - realizam o acompanhamento familiar sistemático de famílias que possuem adolescentes internados por medida socioeducativa, durante o período de internação do adolescente e por mais um ano após a desinternação, com

investimento de R\$ 561,4 mil; d) Renda Família Paranaense (399) - por meio do Benefício Renda Família Paranaense, realiza a transferência direta de renda com condicionalidades às famílias em situação de vulnerabilidade social, com renda familiar *per capita* superior a R\$ 77,00 e inferior a R\$ 87,00 em 100% dos municípios do Estado. Para esta modalidade não se faz necessário adesão dos municípios. O Governo do Paraná elevou a linha de extrema pobreza para R\$ 87,00 *per capita*.

Principais realizações:

- Acompanhamento Familiar - 27.359 famílias receberam atendimento personalizado, conforme suas necessidades. A SEDS disponibilizou aos municípios o Sistema de Acompanhamento Familiar onde são identificadas as famílias em situação de alta vulnerabilidade. Cabe aos municípios incluir as famílias, elaborar um Plano de Ação Intersectorial e individualizado, construído pelos profissionais do Comitê Local, que contempla ações de assistência social, educação, trabalho, habitação, saúde, segurança alimentar e nutricional, e pactuar as ações e as condicionalidades com cada família. Constam nos Planos de Ações Intersectoriais destas famílias um total de 157.151 ações das diversas políticas públicas
- Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana - Família Paranaense (BID) - contrato firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 100,0 milhões (40,0% contrapartida do Estado), com execução até 2019 e previsão de atendimento a 22 mil famílias, nos 156 municípios prioritários. O recurso irá apoiar ações para melhoria na infraestrutura de equipamentos públicos, construção e reformas de Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), além de repasse de recursos aos municípios para investir na gestão da Política de Assistência Social e de transferência de recursos diretamente às famílias visando melhoria das condições de vida. Por tratar-se de uma proposta intersectorial, no Programa também estão previstos recursos para as demais áreas: Habitação, Saúde, Educação, Trabalho, Segurança alimentar e nutricional.
- Renda Família Paranaense transferiu, de janeiro a novembro, mais de R\$ 26,0 milhões a 135.192 famílias nos 399 municípios do Estado. Os recursos foram deliberados pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), vinculados ao Fundo Estadual da Assistência Social (FEAS), e o repasse viabilizado pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira contratada, que efetua o pagamento às famílias que sacam o benefício com cartão pactuado, que dá visibilidade à transferência de renda, consolidando e fortalecendo o Programa.
- Programa Luz Fraterna - articulação com as companhias fornecedoras de energia elétrica; recebimento e encaminhamento de processos de ressarcimento; elaboração de propostas de alteração de legislação e regulamentação. Até setembro, foram beneficiados 253.716 domicílios com isenção na conta de energia, com investimento de R\$ 27,6 milhões.

Incentivo Família Paranaense, pelas Deliberações nº 065/2013, nº 042/2013 e nº 028/2015 do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), é um cofinanciamento, fundo a fundo, aos 156 municípios prioritários do Programa. Foram investidos, de janeiro a outubro, R\$ 2,8 milhões. Com o objetivo de fortalecer as ações a serem ofertadas aos municípios que executam o Programa, foi realizado apoio técnico às Secretarias parceiras para elaboração e/ou monitoramento de projetos complementares, cofinanciados pelo Fundo da Infância e Adolescência (FIA), para atender crianças, adolescentes e famílias do Programa. Dentre os projetos destacam-se:

- Brincadeiras na Comunidade - execução da SEDS, em parceria com a entidade que fará a capacitação de brinquedistas, para profissionais que atuam na rede de atendimento à crianças e adolescentes. Dos 130 municípios contemplados, 42 receberam recursos da SEDS, via Fundo da Infância e Adolescente (FIA), para aquisição das brinquedotecas no valor de R\$ 5,0 mil (cada) com investimento total de R\$ 210,0 mil.
- Biblioteca Itinerante Quilombola - execução Entidade Centro Cultural Humaitá, multiplica a cultura ancestral de origem africana por meio da cultura digital, de janeiro a outubro, foi investido R\$ 225,6 mil.
- Agentes de Leitura do Paraná - executado pela SEEC atenderá quatro municípios; objetiva promover a leitura, a cidadania, a formação de novos leitores e formar agentes de leitura como multiplicadores.
- Lazer no Paraná - executado pela SEES em 100 municípios, oportunizou a cultura de esporte, lazer e atividade física do cidadão garantindo melhor qualidade de vida por meio da prática de exercícios físicos.
- Linha de Crédito Paraná Juro Zero - extensivo a 133 municípios que executam o Programa Família Paranaense, disponibilizou linha de crédito com juro zero, para as famílias em acompanhamento familiar que apresentam perfil empreendedor, objetivando iniciar ou ampliar pequenos negócios, para melhorar a renda e a qualidade de vida.
- Parcerias: a) Conselho Regional de Contabilidade (CRCPR) - oficinas de Orçamento Familiar, em 29 municípios; b) captação de recursos junto às empresas para desenvolvimento de projetos que visem o fortalecimento de ações intersetoriais, tendo sido doadas vans adaptadas, em cinco municípios, para atender famílias em situação de vulnerabilidade social que residem em áreas rurais e ou comunidades tradicionais via Programa Família Paranaense.

16.2 Assistência Social

16.2.1 Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Com a responsabilidade de aprimorar a gestão da Política de Assistência Social nos municípios paranaenses, prestou assessoria e apoio técnico na Vigilância Socioassistencial e na Gestão do Trabalho, orientando e acompanhando as equipes técnicas dos Escritórios Regionais da SEDS na mobilização e articulação dos municípios, além de atender diretamente às dificuldades dos entes municipais que ultrapassam o âmbito regional.

- Vigilância Socioassistencial: a) coordenação da elaboração dos Planos Municipais de Assistência Social dos 399 municípios, vigência 2014-2017, conforme diretrizes da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Pacto de Aprimoramento de Gestão, com elaboração de nota técnica, manual e roteiro, supervisão e apoio técnico aos municípios; b) acompanhamento e assessoria às equipes técnicas dos 22 Escritórios Regionais e municipais para o preenchimento dos instrumentos de gestão do SUAS, por meio de sistemas da Rede SUAS, bem como apoio técnico e monitoramento contínuo do preenchimento dos aplicativos: Censo SUAS, Plano de Ação, Demonstrativo Sintético Físico-Financeiro, Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS) e do Cadastro de Trabalhadores do SUAS (CADSUAS) para os 399 municípios paranaenses; c) gerenciamento do Cadastro de Entidades Sociais, mantendo o sistema estadual de Entidades Sociais do Governo do Estado em articulação com a COPEL e a SANEPAR para redução das tarifas e orientação técnica das equipes municipais na implantação da Vigilância Socioassistencial; d) apoio técnico aos 399 municípios para a realização das Conferências Municipais de Assistência Social; e) orientação sobre o Índice de Gestão Descentralizada (IGD) SUAS; f) elaboração e aprovação junto às instâncias de pactuação e controle social das metas do Plano Estadual de Assistência Social 2014/2015 e do Pacto de Aprimoramento de Gestão Estadual do SUAS, conforme Resolução nº 18/2013 do Conselho Nacional de Assistência Social; g) elaboração e divulgação de dois estudos técnicos sobre a Gestão do SUAS - Vigilância Socioassistencial; h) Elaboração do Estudo Técnico Panorama Pacto Aprimoramento do SUAS 2014 - 2017.
- Gestão do Trabalho: a) coordenação do Plano Estadual de Capacitação e Educação Permanente dos Trabalhadores do SUAS, com oferta de cursos e eventos presenciais e na modalidade Educação a Distância; b) coordenação em âmbito estadual do Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS), em 399 municípios com a oferta de 2.030 vagas nos cursos de capacitação em parceria com as Universidades Estaduais e Ministério do Desenvolvimento Social

(MDS); c) produção e divulgação de notas e estudos técnicos para orientação das equipes municipais quanto aos conceitos e procedimentos de Gestão do Trabalho; d) coordenação e planejamento das ações do Núcleo Estadual de Educação Permanente (NEEP) do SUAS, foram realizadas 5 reuniões; e) coordenação do Programa de Residência Técnica no SUAS, com 60 residentes e parceria na coordenação do Curso de Especialização em Gestão Pública com ênfase no SUAS para servidores e demais profissionais; f) até setembro foram 13.237 participações em capacitação para Gestores, Trabalhadores e Conselheiros; g) transmissão de duas videoconferências para instrumentalização de equipes regionais quanto a processos de trabalho da Gestão do SUAS; h) realização de cinco reuniões técnicas macrorregionais para assessoramento e orientação às equipes regionais da SEDS quanto aos processos de trabalho da gestão do SUAS.

16.2.2 Proteção Social Básica

Atua na gestão, no fortalecimento, no assessoramento, na definição de diretrizes e na capacitação das equipes dos Escritórios Regionais da SEDS e dos municípios, visando à prevenção de situações de risco para a população em situação de vulnerabilidade. Dentre as ações realizadas estão a implantação e a implementação da rede socioassistencial, e o acompanhamento e o assessoramento do cofinanciamento aos serviços tipificados de proteção social básica junto aos municípios. Em 2015, foram ampliadas atribuições inerentes à Política de Assistência Social e de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, em relação à Coordenação Estadual do Cadastro Único para Programas Sociais, Coordenação Estadual do Programa Bolsa Família, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) - Brasil sem Miséria, Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS TRABALHO) e Benefício de Prestação Continuada (BPC) Trabalho.

- Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) - unidades públicas municipais de assistência social, localizadas em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, que executam de forma direta as ações e os serviços de proteção social básica, garantindo a atenção integral às famílias de seu território de abrangência. No Paraná, são 555 CRAS cadastrados, segundo o Censo Suas 2014/MDS. A SEDS apoiou a construção e reforma de CRAS no Estado, por meio de deliberações do Conselho Estadual de Assistência Social. Foram inaugurados cinco CRAS cofinanciados pelo Estado, nos municípios de Goioxim, Foz do Jordão, Campo do Tenente, Querência do Norte e Marumbi; e sete unidades estão em construção, em Barracão, Bom Sucesso, Bom Jesus do Sul, Castro, Godoy Moreira, Nova América da Colina e São Jerônimo da Serra; e 29 estão previstas. Acompanhado o Aperfeiçoamento Gradativo dos CRAS, para

melhor atender a população e adequar as unidades, com a identificação de 66 CRAS com necessidade de aperfeiçoamento, sendo constatadas, em visita técnica, 47 unidades em situações insatisfatórias. Houve ainda a aprovação de deliberações no total de R\$ 222,0 mil com recursos do FEAS, para obras de reforma, melhoria, ampliação e equipamentos nos CRAS dos municípios de Ipiranga e Bom Jesus do Sul.

- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) - principal serviço oferecido nos CRAS, tem por finalidade assegurar às famílias em situação de vulnerabilidade social o atendimento e acompanhamento por equipe multidisciplinar. O Paraná conta com 46 Equipes Volantes, equipes técnicas adicionais, distribuídas em 43 municípios, que são referenciadas a um CRAS e recebem o acompanhamento e a orientação da Coordenação e dos Escritórios Regionais da SEDS. Deu-se continuidade ao assessoramento técnico junto aos 555 CRAS que ofertam o PAIF; ao cofinanciamento para 21 municípios contemplados pela Deliberação nº 34/2012, do CEAS, para a implementação do PAIF junto às ações do Programa Família Paranaense (PPAS), que contemplou 86 municípios (75 utilizaram recursos para a execução do PAIF).
- Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) - ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias e indivíduos realizado pelo PAIF e pelo PAEFI, possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários. Foram cofinanciados 379 municípios pelo Piso Básico Variável (PBV), para 93.190 usuários. Encontram-se inseridos 72.286 usuários no Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC). Dos 86 municípios contemplados com o cofinanciamento do Piso Paranaense de Assistência Social, 69 utilizaram recursos para a execução do SCFV.
- Programa Centros da Juventude - tem por objetivo constituir espaços de referência para os adolescentes e jovens, de forma acessível, aberta e democrática que possibilite a produção de bens culturais e artísticos, além de atividades esportivas, tecnológicas e profissionalizantes. Foram investidos R\$ 74,7 milhões desde 2010, com 24 Centros da Juventude registrados em funcionamento, três municípios em fase de formalização do convênio e dois centros em construção. Destaca-se a participação em ações que contribuam na formação integral dos adolescentes e jovens, baseado nos pilares: cidadania, convivência e formação.
- Bolsa Agente de Cidadania - oportuniza a participação social e cidadã dos adolescentes e jovens e a sua inclusão sociocultural, prioritariamente àqueles em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio da atuação de adolescentes e jovens denominados Agentes de Cidadania. Participaram do Programa os Centros da Juventude de Almirante Tamandaré, Campo Largo, Lapa, Pinhais, Piraquara e

São José dos Pinhais; e iniciou-se em setembro o processo de implantação da ação em outros 18 municípios com Centros da Juventude. Até outubro foram pagas 641 bolsas, no valor de R\$ 96,1 mil.

- Programa Território da Juventude - em parceria com a Assessoria Especial da Juventude, tem como objetivo a implantação do Programa por meio da construção de espaços de convivência e referência para a população jovem e suas famílias, oferecendo diversas atividades para a inclusão dos jovens em ações de políticas públicas existentes, com foco na juventude. As obras tem previsão de início em 2016, nos municípios: Capanema, Coronel Vivida, Assis Chateaubriand, Medianeira, Carambeí, Imbituva, Arapoti, Goioerê, Santa Helena e Tupãssi.
- Programa Adolescentes Paranaenses - promoveu o protagonismo adolescente por meio da oferta de serviços de convivência planejados de forma participativa e transversal por um período de 12 meses, com repasse de R\$ 60,0 mil por coletivo. Aderiram ao Programa 37 municípios, com 56 coletivos, sendo que 17 convênios encontram-se em execução.
- Benefícios Eventuais - cofinanciamento estadual aos municípios, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. Dos 86 municípios contemplados pelo PPAS, em média, 57 utilizaram recursos para auxílio natalidade, 51 para auxílio mortalidade, 54 para vulnerabilidade temporária e 40 para calamidade pública.
- Programa BPC na Escola - prevê a adesão e renovação dos municípios ao Programa, com o objetivo de desenvolver ações intersetoriais e garantir o acesso e a permanência na escola da criança e do adolescente com deficiência de 0 a 18 anos, que recebem o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), com a participação da União, dos estados e dos municípios. Até novembro, 145 municípios aderiram ao Programa e 126 renovaram a adesão.
- Programa BPC Trabalho - visa promover o protagonismo e a participação social prioritariamente das pessoas com deficiência de 16 a 45 anos, beneficiárias do BPC, na superação de barreiras e no fortalecimento da autonomia, em conjunto com a inserção à rede socioassistencial e a outras políticas públicas. Prestou assessoramento aos 34 municípios que aderiram ao Programa e realizaram as ações junto ao Programa ACESSUAS Trabalho, voltado a promover o acesso dos usuários da Assistência Social a oportunidades de trabalho e geração de renda.
- PRONATEC Brasil Sem Miséria - articulou junto ao BPC Trabalho, ACESSUAS Trabalho e demais serviços e Programas que contribuem para a superação das condições de pobreza e extrema pobreza. Conta com ações intersetoriais unindo esforços das equipes das áreas da política do trabalho e da assistência social, e das regionais que realizam o assessoramento direto aos municípios.

- Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) - instrumento que possibilita a inclusão da população em serviços, Programas, projetos e benefícios socioassistenciais de diversas políticas públicas, sobretudo da assistência social, com a identificação do perfil socioeconômico e as especificidades territoriais. Em setembro, estavam inscritas 1,2 milhão de famílias, sendo 87.784 identificadas como sem renda mensal, 253.140 na faixa de renda entre R\$ 0,01 e R\$ 77,00 *per capita* e 214.376 na faixa de renda entre R\$ 77,01 e R\$ 154,00 *per capita*.
- Programa Bolsa Família (PBF) - destaque para o fomento às ações de aprimoramento e implementação das Coordenações Municipais Intersetoriais do Programa Bolsa Família para os 399 municípios, com 264 Coordenações constituídas e 402.859 famílias paranaenses incluídas no Programa.
- Capacitações da Proteção Social Básica: a) *webconferências* sobre as Coordenações Municipais Intersetoriais do PBF, o novo cálculo do Índice de Gestão Descentralizada Estadual (IGD-E) e do Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M) e sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; b) videoconferências sobre Intersectorialidade da Coordenação Estadual Intersectorial do CadÚnico e Programa Bolsa Família, e sobre a ampliação e implantação da Bolsa Agente de Cidadania nos Centros da Juventude; c) capacitações dos 103 entrevistadores do CadÚnico, em 35 municípios; d) 32 instrutores multiplicadores para capacitar entrevistadores do CadÚnico, em 06 municípios e oito regionais da SEDS; e) para 131 pessoas no Sistema de Benefícios ao Cidadão (SIBEC), em 34 municípios; f) capacitação do sistema CadÚnico V7, com participação de 189 pessoas, em 89 municípios.

16.2.3 Proteção Social Especial

Tem por objetivo fortalecer e ampliar a Rede de Proteção Especial no Estado, com assessoria técnica, capacitação continuada e apoio na execução dos serviços de média e alta complexidade, realizadas em consonância com o SUAS.

16.2.3.1 Programas e Serviços de Média Complexidade

- Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) - unidades públicas de abrangência municipal ou regional. O Paraná conta com 156 unidades em 133 municípios, com capacidade de atendimento a 8.640 pessoas e suas famílias, cabendo ao Estado o acompanhamento, a orientação e a avaliação do serviço desenvolvido pelos municípios.
- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) - serviços de apoio, orientação e acompanhamento às famílias em

situação de ameaça ou violação de direitos. A Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e o CEAS referendaram o processo de regionalização dos serviços de média complexidade, resultando na pactuação e deliberação para ampliação de 24 CREAS municipais que irão oferecer o serviço do PAEFI. Serão repassados recursos estaduais aos municípios por meio do Piso Paranaense da Assistência Social (PPAS III), no valor de R\$ 2,5 mil mensais por unidade. O valor repassado pelo Governo para esta modalidade em 2015 foi de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais). Outro repasse de recursos estaduais relacionado ao PAEFI, refere-se à Deliberação nº 35/2012 CEAS/PR para 35 municípios, no formato fundo a fundo, que totalizou investimento de R\$ 1,4 milhão.

- Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto - o Estado assessorou 88 municípios que executam o serviço de atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, em meio aberto, com a elaboração de notas técnicas e capacitações para as equipes regionalizadas. A Coordenação de Proteção Social Especial (CPSE), por meio dos Escritórios Regionais, acompanhou a implementação dos Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo para os 399 municípios.
- Programa Estadual Liberdade Cidadã - visa o aporte de recursos e o suporte técnico para execução do Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), com 35 convênios vigentes até novembro.
- Ações Estratégicas para a Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) - objetiva a pactuação de uma agenda, de caráter intersetorial, para erradicação do trabalho infantil. O Seminário Estadual de Ações Estratégicas do PETI e Trabalho em Rede, foi realizado em Guarapuava, com a presença de 43 municípios dos 57 que realizaram o aceite para o cofinanciamento federal.
- Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - executa exclusivamente serviço especializado para pessoas em situação de rua, prioritariamente nos municípios de médio e grande porte. São 21 unidades em 16 municípios, com capacidade para atendimento de 2.100 pessoas e suas famílias. Foi pactuado pela CIB/PR (Resolução nº 07/2014) e aprovado pelo CEAS/PR (Deliberação nº 37/2014) o cofinanciamento estadual por meio do PPAS II do serviço, sendo que os municípios assinaram um Termo de Adesão, em outubro, e o Estado repassou as três primeiras parcelas do cofinanciamento, com investimento total de R\$ 525,0 mil.
- Centro Dia para Pessoa com Deficiência - tem como objetivo a oferta de atendimento especializado a pessoas com deficiência e suas famílias, com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos,

com uma unidade implantada em Curitiba, com recursos de cofinanciamento estadual no valor de R\$ 240,0 mil ao ano.

16.2.3.2 Programas e Serviços de Alta Complexidade

- Acolhimento de Crianças e Adolescentes - cofinanciamento estadual, pactuado na CIB (Resolução nº 09/2014) e deliberado pelo CEAS/PR (Deliberação nº 39/2014), por meio do PPAS IV aos 105 municípios que aceitaram os recursos para o reordenamento dos serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens até 21 anos. O Paraná possui convênio com entidade com quatro vagas para acolhimento de crianças e adolescentes, com investimento anual no valor de R\$ 63,1 mil. Foi elaborado processo de contratação de entidade social sem fins lucrativos para prestar serviço de acolhimento institucional na modalidade casa lar, para até 10 crianças e adolescentes com deficiências e/ou alterações de comportamento, que não disponham de retaguarda familiar temporária ou permanente, e estejam sob medida de proteção, com previsão de investimento estadual anual de R\$ 363,9 mil.
- Programa Estadual Crescer em Família - em deliberação de 2013, foi previsto o repasse de até R\$ 14,0 milhões para instituições e municípios que executam o serviço de acolhimento institucional, acolhimento familiar ou apadrinhamento afetivo e preparação para adoção entre os anos de 2013 e 2014. Foram aprovados 99 projetos, com 132 convênios vigentes em novembro.
- Acolhimento de Idosos - o acolhimento institucional para pessoas idosas, advindas de municípios de pequeno porte I e II, proporciona ações de reinserção familiar e comunitária. Foram ofertadas 65 vagas em duas instituições, totalizando investimento anual de R\$ 700,8 mil.
- Acolhimento para Pessoas com Deficiência - voltado às demandas dos municípios de pequeno porte I e II, presta serviços de acolhimento institucional para pessoas com deficiência, em situação de risco, com vínculos familiares rompidos, e proporciona ações de reinserção familiar e comunitária. Em 2015, oito entidades/empresas realizaram o acolhimento a pessoas com deficiência, com 259 vagas ofertadas, totalizando R\$ 8,6 milhões por ano.
- Residências Inclusivas - modalidade de atendimento que oferta serviço de acolhimento institucional a jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, prioritariamente aqueles atendidos pelo BPC, que não disponham de condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar e/ou que estejam em processo de desinstitucionalização de instituições de longa permanência. O Estado cofinancia seis Residências Inclusivas, em cinco municípios, no valor de R\$ 5,0 mil mensais para cada unidade, totalizando R\$ 360,0 mil no ano.

Implantadas, em agosto, duas unidades de Residências Inclusivas Estaduais, na perspectiva regional, com capacidade de 20 vagas, atendendo a 12 pessoas, com custo mensal de R\$ 30,0 mil.

- Acolhimento para Adultos e Famílias - cofinanciamento estadual, pactuado na CIB (Resolução nº 06/2015) e deliberado pelo CEAS/PR (Deliberação nº 30/2015), a cinco municípios na execução deste serviço, para atendimento de cerca de 280 pessoas, com valor mensal de R\$ 28,2 mil. Os Termos de Adesão foram assinados em setembro. A regionalização do serviço foi implantada e as regiões prioritárias foram definidas em discussões na CIB (Curitiba, Foz do Iguaçu e Londrina) com possibilidade de receber o serviço regionalizado estadual, por meio de estudo com diagnóstico da situação de acolhimento de adultos e famílias do Estado pela Assessoria Técnica de Gestão da Informação. Proporcionado acolhimento emergencial para 63 migrantes oriundos do Haiti e República Dominicana, na modalidade de Casa de Passagem, por quatro meses, sendo que a média de permanência no acolhimento foi de sete dias, com investimento de R\$ 195,8 mil.
- Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências com repasse fundo a fundo - cofinanciado pelo FEAS - utilizado para minimização de danos ocasionados pelas chuvas e enxurradas ocorridas nos meses de agosto e outubro, aos municípios com Decreto de situação de calamidade, que tiveram famílias desalojadas e desabrigadas, com repasse de recursos a seis municípios, totalizando R\$ 429,0 mil.

16.2.4 Assessorias e Capacitações

- Capacitação para Implantação de CREAS/PAEFI, para os 24 municípios contemplados para expansão do serviço e para os 22 Escritórios Regionais (ERs) em setembro.
- Reuniões Técnicas com os 22 ERs/SEDS, que tratou dos processos de Reordenamento dos Serviços da Proteção Social Especial, Plano de Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial do Estado do Paraná (2015-2018) e o acompanhamento dos serviços de média e alta complexidade, realizada em setembro, com os municípios da região de Curitiba e ER para discutir e identificar estratégias para implantação do Serviço Regionalizado de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias, com foco em migrantes, em novembro.
- Seminário Estadual de Ações Estratégicas do PETI e Trabalho em Rede - envolveu 43 dos 57 municípios prioritários para as Ações Estratégicas do PETI, os 22 ERs/SEDS e atores da rede socioassistencial (saúde, educação, Conselho

Tutelar, Ministério Público e conselheiros do CEDCA e do CEAS), realizado em junho, com 105 participantes.

- Videoconferências - para discutir e orientar os procedimentos para a implantação do Serviço Regionalizado de Acolhimento Institucional de crianças, adolescentes e jovens até 21 anos; sobre a situação da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias do Estado, conforme relatório da Polícia Rodoviária Federal - Projeto Mapear, enfocando a importância de ações de prevenção e enfrentamento a esta forma de violência, bem como abordando a necessidade de implantar ou implementar Redes de Proteção; sobre a implementação das Redes de Proteção Social de Prevenção e Enfrentamento às Violências, enfocando as violências e violações de direitos cometidas contra crianças e adolescentes, com destaque à violência sexual (exploração sexual); com os 33 municípios entre titulares e suplentes (Deliberação nº 07/2015 CEAS) para receber o PAEFI Municipal; com os 22 ERs para orientar os procedimentos envolvidos no processo de Implantação do PAEFI Municipal; para discutir e orientar quanto aos procedimentos para a implantação do Serviço Regionalizado de Acolhimento Institucional para Pessoas com Deficiência na modalidade de Residência Inclusiva; reunião técnica sobre os procedimentos envolvidos no processo de regionalização; assinatura dos Termos de Adesão referente ao cofinanciamento do PAEFI/CREAS Municipais (24 municípios), cofinanciamento do Serviço Especializado para População em Situação de Rua em CENTRO POP e Acolhimento Institucional de Adultos e Famílias; reunião técnica para orientações sobre repasse e prestação de recursos para situações de calamidade pública; discutir a implementação do reordenamento dos serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens até 21 anos.
- Reprodução de 643.600 *flyers* da Campanha Viva Infância, encaminhados para ERs da SEDS e SESA, para distribuição aos municípios.
- Aprovação da Campanha Defenda o Adolescente.
- Reordenamento do Programa de Aprendizagem Estadual, devido a alteração do contrato de aprendizagem, de 12 meses para 24 meses; o reordenamento das políticas estaduais, principalmente o serviço para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado, para a SEJU; e o limite prudencial do orçamento estadual, resultou em: a) proposta de alteração da Lei nº 15.200/2006, artigos 2º, 5º, 7º e 8º, priorizando adolescentes em conflito com a Lei em meio fechado (privação e restrição de Liberdade); b) apoio às ações de aprendizagem pelo CEDCA/FIA, a exemplo da Deliberação nº 065/2014 CEDCA/PR, com acompanhamento da SEDS/APCA; c) Programa Estadual da Guarda Mirim - execução estadual; d) Programa Aprendiz - Agência do Trabalhador - acompanhamento de responsabilidade da Coordenação de Intermediação de

Mão de Obra (CIM) - Política do Trabalho; e) adequação dos cursos de qualificação profissional conforme Portaria nº 723/2012 MTE, em parceria com a SEED; f) participação das empresas mistas no atendimento da priorização.

16.3 Garantia de Direitos

16.3.1 Política dos Direitos da Criança e do Adolescente

Tem como atribuições o assessoramento técnico e a articulação intergovernamental e intersetorial da política da criança e do adolescente, garantindo sua execução; a coordenação do Comitê Interinstitucional de Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Decenal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes; o planejamento de capacitações dos conselheiros tutelares e o aperfeiçoamento técnico dos profissionais que atuam no sistema de garantia de direitos; e a coordenação geral da Guarda Mirim do Paraná.

Desempenha as seguintes atividades: implementação do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA CT WEB); Escola de Conselhos; realização de exames de Ácido Desoxirribonucleico (DNA); repasse de recursos a entidades que atendem crianças e adolescentes com deficiência; repasse de recursos a entidades que desenvolvem Programa de aprendizagem; realização do Censo do Sistema de Garantia de Direitos (SGD); Conselho Tutelar Referencial - Meu Lugar na Cidade; publicação/distribuição de materiais; projeto Vinte e Cinco Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: Reflexões Sobre os Avanços e Desafios para a sua Implementação; eleição unificada para a escolha dos conselheiros tutelares; gerenciamento das vagas em Comunidades Terapêuticas e enfrentamento às violências contra a criança e o adolescente.

- Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná 2014-2023 - foram realizadas reuniões individuais com todos os representantes do Comitê acerca do Relatório Anual de Acompanhamento do Plano Decenal dos anos de 2014 e 2015, visando alinhar os pontos referentes à execução do Plano e desenvolver reflexões acerca do monitoramento e avaliação do Plano para 2016. Foi elaborado o Caderno Orientativo para Elaboração do Plano Decenal Municipal, que se encontra em fase de diagramação e será disponibilizado também em meio eletrônico.
- Implementação do Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA CT WEB) - sistema *on line* coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que tem por objetivo permitir que os conselheiros tutelares registrem, acompanhem e adotem medidas apropriadas para os casos de violações de direitos contra crianças e adolescentes, de forma ágil e sistemática, bem como de subsidiar os conselheiros de direitos na formulação e

gestão de políticas públicas de atendimento. Encontram-se cadastrados os 417 conselhos tutelares e 2.085 conselheiros tutelares titulares; e utilizado por 393 municípios paranaenses (98,4%).

- Curso de Capacitação de Nível Intermediário no SIPIA CT *WEB* - Fundamentos Teóricos e Práticos do Sistema de Informação para Infância e Adolescência - ofertado na modalidade a distância, visa melhorar a qualidade das informações inseridas no Sistema. Composto por dois módulos, com carga horária de 35 horas aula, sendo cinco horas em vídeo aulas, distribuídas em 30 dias. Foram ofertadas 200 vagas, para conselheiros tutelares, prioritariamente. O curso foi distribuído em duas etapas: na primeira (julho e agosto), inscreveram-se 99 conselheiros tutelares e um conselheiro do CEDCA/PR; na segunda (setembro e outubro) inscreveram-se 67 conselheiros tutelares e três servidores da SEDS.
- Laboratório de DNA e realização de exames de DNA em laboratório credenciado - visa atender as demandas do Ministério Público e do Tribunal de Justiça para a realização de exames de investigação de paternidade sem custos aos beneficiários da justiça gratuita. O Laboratório de Estudos e Aplicações de Polimorfismos de Ácido Desoxirribonucleico (DNA) e seu planejamento e estruturação se deu em parceria entre a SEDS, o CEDCA, a SETI, o TJPR, o Ministério Público do Paraná e universidades estaduais (UEL, UEM, UEPG, UNICENTRO, UNIOESTE, UENP). Enquanto o Laboratório não está em pleno funcionamento, foi celebrado contrato com empresa particular, que presta serviço nas áreas de genética e biologia molecular humana, para garantir a realização dos exames. Até 2010 não eram realizados exames gratuitos; entre 2011 e 2015 foram realizados 1.457 exames.
- Repasse de recursos a entidades que atendam crianças e adolescentes com deficiência - o CEDCA deliberou pela transferência voluntária de recursos a entidades não governamentais voltadas às ações de estimulação precoce e essencial, escolarização, atendimento terapêutico e pré-profissionalização, possibilitando a efetivação dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes com deficiência. Os 258 projetos aprovados entre 2013 e 2014 foram acompanhados, foi dado assessoramento às entidades em relação às alterações dos Planos de Aplicação e prorrogação dos prazos de vigência, e execução dos convênios.
- Repasse de recursos a entidades que desenvolvam Programa de aprendizagem visando fomentar a manutenção e ampliação das vagas de Programas de qualificação profissional, na modalidade de aprendizagem. Ao todo, 13 projetos foram aprovados e até outubro de 2015, 10 entidades de oito municípios tinham convênio formalizado e em execução. O repasse realizado totaliza R\$ 2,4 milhões.
- Centro de Integração Comunitária Diva Pereira Gomes - conhecido como Guarda Mirim do Paraná, promove a formação humana, cívica, educacional e técnica de

adolescentes, entre 14 e 18 anos, de ambos os sexos, em situação de risco e vulnerabilidade social, provenientes de Curitiba e RMC, e propicia o seu ingresso no mercado de trabalho. Foram disponibilizadas 280 vagas para ingresso de adolescentes e firmados Termos de Acordo com as empresas parceiras, onde os adolescentes da Guarda Mirim trabalham como aprendizes.

- Publicação e Distribuição de Materiais - publicação do livro Proteção Integral de Crianças e Adolescentes Instrumentos Normativos Nacionais e Internacionais, edição comemorativa aos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Contém a atualização do ECA com tiragem de 5.000 unidades, para distribuição gratuita aos atores do Sistema de Garantia de Direitos durante a IX Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Projeto Vinte e Cinco Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: Reflexões Sobre os Avanços e Desafios para a sua Implementação - com o objetivo de avaliar os avanços na política de atendimento de crianças e adolescentes após sua publicação; identificar as conquistas, desafios e as possibilidades para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos; e atendendo ao Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná, que prevê em seu eixo 6 a realização de evento alusivo aos 25 anos do ECA. O evento foi realizado em julho, de forma integrada com a IX Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná, e abordará a Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes - fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Eleição Unificada para a Escolha dos Conselheiros Tutelares - o Poder Executivo Estadual e o CEDCA/PR, não possuem atribuições diretas na organização do processo de escolha dos conselheiros, sendo esta atribuição específica do município e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), entretanto, a SEDS participou ativamente deste processo, fornecendo orientações aos municípios e CMDCA's, além de prestar auxílio na difusão dos materiais orientativos elaborados pela União, pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente (CAOPCAE) do Ministério Público. Participou com o CAOPCAE e Conselho de Supervisão da Infância e Juventude (CONSIJ), de reuniões no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, diligenciando o empréstimo de urnas eletrônicas e fornecimento de listas de eleitores aos municípios, e de oficinas sobre o processo de escolha em data unificada.
- Gerenciamento das Vagas em Comunidades Terapêuticas - desenvolvido por meio de articulação com as equipes dos Escritórios Regionais, para acompanhamento e fiscalização dos serviços. A SEDS possui convênio com sete Comunidades Terapêuticas, com 50 vagas.

- Enfrentamento às Violências Contra a Criança e o Adolescente - registro das denúncias encaminhadas pelo Departamento de Inteligência do Estado do Paraná/SESP (Disque Denúncia - 181), no Sistema de Informações para a Infância e Adolescência, SIPIA CT *web*, permitindo o monitoramento e verificação dos encaminhamentos adotados pelo Conselho Tutelar que recebeu a denúncia.

16.3.2 Política dos Direitos da Pessoa Idosa

Responsável pela coordenação, integração e articulação da Política Estadual dos Direitos do Idoso com as unidades operacionais da SEDS e demais órgãos do Estado; pela articulação com os órgãos e entidades do Poder Executivo, nas três esferas, na integração das suas ações, na execução da política, formulação de estratégias e no controle da execução da política; assessora o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso do Paraná (CEDI/PR), na articulação das ações governamentais e das medidas referentes à Política Estadual dos Direitos do Idoso.

Na coordenação de ações de execução direta, gerenciou os serviços do Centro de Referência da Pessoa Idosa (CRPI) e o Disque Idoso. Em 2015, foram realizados 1.995 atendimentos no CRPI, sendo 1.908 atendimentos telefônicos por meio do Disque Idoso. Foram atendidas 777 denúncias por meio do Disque 100 Idoso e 80 pelo Disque Denúncia - 181.

Foram distribuídos 4.800 exemplares de materiais referentes ao direito da pessoa idosa, como o Estatuto do Idoso, Planos Estaduais dos Direitos da Pessoa Idosa e cartilhas diversas.

Os Escritórios Regionais da SEDS e os municípios de sua área de abrangência, receberam orientações para o cumprimento e execução da Política, especialmente na criação e implantação de Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa, criação e implementação de Fundos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa e informações técnicas sobre a realização de Conferências Municipais. Foi realizado o mapeamento dos Conselhos e Fundos Municipais existentes, além das Conferências e Encontros Temáticos. Estas informações, ao lado da pesquisa de alcance das deliberações da V Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná, qualificaram as propostas apresentadas, com 67,0% das propostas implementadas e 13,0% em execução ou incluídas no Plano Estadual para execução até 2018.

Foram iniciadas junto ao CEDI, as discussões sobre a instituição do Comitê Intersetorial para acompanhamento do Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná, com a adesão de 15 órgãos da administração pública direta e indireta. O Plano Estadual tem prazo de execução de quatro anos e terá seu primeiro período de avaliação em 2016. Foi desenvolvida, em parceria com o CEDI, a proposta de repasse de recursos fundo a fundo, com a possibilidade da criação de pisos e incentivos.

16.3.3 Política da Defesa de Direitos da Mulher

Responsável pela coordenação, integração e articulação da Política Estadual dos Direitos da Mulher com as unidades operacionais da SEDS e demais órgãos do Estado; assessora o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná (CEDM/PR), na articulação das ações governamentais e das medidas referentes à Política Estadual dos Direitos do Idoso. Até outubro foram realizadas 10 reuniões do Conselho.

Na coordenação de ações de execução direta, gerencia os serviços do Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência, por meio do atendimento de psicólogo, assistente social, assistente jurídico, de orientação e informação à mulher em situação de violência. Foram prestados 246 novos atendimentos presenciais novos e 750 atendimentos sequenciais, com serviços jurídicos, de psicologia e assistência social.

A coordenação do Plano de Políticas para Mulheres do Estado do Paraná engloba todas as propostas para implantação e efetivação das políticas para as mulheres, lançado em dezembro de 2014, e propõe as diretrizes para o enfrentamento da violência contra a mulher no Estado. Até outubro, 80,0% das metas previstas foram executadas.

O convênio Mulher Viver sem Violência, atende, desde outubro, a demanda da mulher do campo e da floresta no enfrentamento à violência contra a mulher, por meio das unidades móveis (ônibus). A unidade móvel esteve presente no evento Amigas do Leite, em União da Vitória, com 400 mulheres e participou de mais quatro eventos (em Curitiba, Cornélio Procopio, Campo Mourão e Almirante Tamandaré), realizando 27 atendimentos individuais, além de 830 atendimentos para informação e orientação.

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher é um acordo federativo entre o governo federal, estados e municípios, com o objetivo de planejar ações que fortaleçam a Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres por meio de políticas públicas integradas. Foram instituídos nove municípios-polo no Paraná: Londrina, Foz do Iguaçu, Toledo, Maringá, Guarapuava, Cascavel, Telêmaco Borba, Curitiba e Apucarana; realizados seis eventos descentralizados, com a participação dos municípios-polo e escritórios regionais da SEDS; e reuniões mensais da Câmara Técnica de Gestão Estadual do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, responsável por promover a execução, o monitoramento e a avaliação das ações do Pacto no Paraná.

16.3.4 Política da Promoção de Direitos e Inclusão da Pessoa com Deficiência

Destinada a conferir tratamento prioritário e adequado aos assuntos relacionados à pessoa com deficiência, no âmbito da Administração Pública, é composta por pontos focais de atendimento, que atuam na área de atenção à pessoa com deficiência, prestando informações, auxiliando na execução e formulação de políticas, ações e Programas, tendo como público-alvo específico a pessoa com deficiência, implementados em todas as Secretarias

de Estado, Órgãos de Regime Especial, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Serviços Sociais Autônomos e Órgãos de Representação do Estado do Paraná. Em 2015, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Instituído o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná (Lei Estadual nº 18.419/2015) que dispõe sobre a Política Pública da Pessoa com Deficiência e sua estrutura.
- Elaboração de minuta de Anteprojeto de Lei para criação do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Paraná.
- Articulação e apoio técnico para a criação do Comitê de Acessibilidade e Patrimônio pela Secretaria de Estado da Cultura, formalizada pela Resolução SEEC nº 040/2015.
- Acompanhamento e participação no procedimento de elaboração da minuta de Decreto Governamental para regulamentação da dispensa da jornada de trabalho do servidor público responsável por pessoa com deficiência, nos termos do artigo 63 e seguintes da Lei Estadual nº 18.419/2015.
- Elaboração de minuta do Plano Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, considerando as propostas da I, II e III Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, às quais somaram as propostas da IV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada em dezembro.
- Articulação e fomento para realização de Conferências Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência ou Encontros Temáticos, em todos os municípios do Estado, e apoio técnico e logístico para a organização da IV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná.
- Plano Nacional Viver sem Limite - articulação junto às Secretarias de Estado para adesão e execução de ações e Programas; com a Prefeitura de Curitiba para implementação da primeira Central de Interpretação de Libras (CIL) no Paraná; junto aos municípios para fomentar a adesão a Programas e ações propostos pelo Plano, como o BPC e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego Institucional (PRONATEC).
- Participação em oito reuniões ordinárias do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
- Requisição e compilação das indicações de servidores públicos para integrarem a Área de Atendimento à Pessoa com Deficiência, na qualidade de Pontos Focais.
- Atualização e aprimoramento do BI de Acessibilidade, em parceria com a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP) e a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR).
- Elaboração do Projeto Praia Acessível, que consiste na viabilização de acesso à praia e ao mar às pessoas com deficiência e às pessoas idosas com mobilidade reduzida. Aprovado pelo CEDI/PR e pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Paraná (COEDE/PR), em parceria com os municípios de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, será implementado nos meses de dezembro de 2015 a fevereiro de 2016.

- Isenção Tarifária de Transporte Intermunicipal - foram recebidos, até outubro, 5.029 requerimentos de concessão de isenção e analisados 3.460 até julho.
- Elaboração de minuta de Decreto para regulamentação do procedimento administrativo para requerimento e concessão do Passe Livre Intermunicipal.
- Orientação técnica no desenvolvimento do Sistema do Passe Livre Intermunicipal (SPL) para informatizar e dar celeridade no processo de requerimento de isenção tarifária intermunicipal.
- Pactuação entre a Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e o CEAS/PR no que se refere à formalização dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e demais órgãos municipais de assistência social, para o requerimento do Passe Livre Intermunicipal, nos termos da Resolução CIB nº 13/2015 e Deliberação CEAS/PR nº 63/2015.

16.4 Trabalho, Emprego e Renda

16.4.1 Programa Intermediação de Mão de Obra

Serviço público prestado pelas Agências do Trabalhador do Paraná, que objetiva a colocação do trabalhador no mercado de trabalho e o suprimento de força de trabalho adequada aos empregadores, com qualidade e rapidez. Abrange o conjunto de empregadores à procura de mão de obra e dos trabalhadores a procura de emprego, que necessitam de orientação ou recondução profissional.

Até outubro, foram colocados 78.759 trabalhadores no mercado formal de trabalho e captadas 158.787 vagas; a taxa de aproveitamento dos encaminhados foi de 12,5% e das vagas captadas de 49,6%.

| MÊS | INSCRITOS | VAGAS | ENCAMINHADOS | COLOCADOS | ENCAMINHADOS/ COLOCADOS (%) | VAGAS/ COLOCADOS (%) |
|--------------|----------------|----------------|----------------|---------------|--------------------------------|-------------------------|
| Janeiro | 27.487 | 24.521 | 73.738 | 7.080 | 9,6 | 28,9 |
| Fevereiro | 25.251 | 16.575 | 65.480 | 8.803 | 13,4 | 53,1 |
| Março | 27.840 | 18.686 | 78.698 | 9.661 | 12,3 | 51,7 |
| Abril | 21.978 | 15.792 | 67.416 | 8.845 | 13,1 | 56,0 |
| Mai | 22.296 | 14.916 | 61.946 | 8.224 | 13,3 | 55,1 |
| Junho | 21.544 | 15.547 | 62.154 | 7.295 | 11,7 | 46,9 |
| Julho | 20.805 | 13.186 | 54.482 | 8.286 | 15,2 | 62,8 |
| Agosto | 20.061 | 13.639 | 55.932 | 7.683 | 13,7 | 56,3 |
| Setembro | 18.376 | 13.162 | 54.829 | 6.449 | 11,8 | 49,0 |
| Outubro | 15.093 | 12.763 | 52.791 | 6.433 | 12,2 | 50,4 |
| TOTAL | 220.731 | 158.787 | 627.466 | 78.759 | 12,6 | 49,6 |

FONTE: MTE/SEDS

Na modalidade Jovem Aprendiz foram inseridos no mercado de trabalho 1.952 jovens.

Em relação ao Programa Apoio à Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho (PPD), até outubro, 1.041 pessoas com deficiência foram colocadas no mercado formal de trabalho.

16.4.2 Programa Habilitação ao Seguro Desemprego

Concede assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, dispensado involuntariamente e ao trabalhador com suspensão do contrato de trabalho, para participação em curso de qualificação profissional, bem como ao pescador artesanal, durante o período de proibição da pesca.

Até outubro, as Agências do Trabalhador habilitaram 317.900 trabalhadores ao benefício Seguro-Desemprego, nas modalidades: Formal (312.569), Bolsa Qualificação (2.205), Empregado Doméstico (1.213) e Pescador Artesanal (1.913). Esse resultado representou 81,0% das habilitações do Estado, considerando que também são executores da política, as prefeituras dos municípios de Curitiba, Londrina, Ponta Grossa, Maringá e a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.

16.4.3 Qualificação Profissional

As ações de qualificação social e profissional foram implementadas por meio de Planos de Qualificação, nas modalidades: PRONATEC, PROJOVEM Trabalhador-Juventude Cidadã e Projeto BID.

- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) - visa ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores estudantes do ensino médio da rede pública; trabalhadores; pessoas cadastradas no CADÚNICO com perfil de pobreza e extrema pobreza; estudantes que tenham cursado o ensino médio completo na rede pública ou na rede privada na condição de bolsista. Foi realizado o levantamento de demanda para o Programa: com 34.500 vagas na área do trabalho, 15.823 aprovadas pelo MTE/MEC e 10.859 homologadas (cursos formação inicial e continuada), distribuídas nos municípios do Paraná. Para a consolidação do mapa de demandas foram realizadas diversas reuniões com as Secretarias envolvidas no Programa e a rede ofertante, visando ao planejamento e análise dos Mapas de Demandas Identificadas encaminhados pelo MEC, bem como a oferta de vagas contempladas pelos parceiros ofertantes SENAI, SENAC, IFPR e SENAT.
- PROJOVEM Trabalhador/Juventude Cidadã - tem como objetivo ampliar o atendimento aos jovens excluídos da escola e da formação profissional, permitindo reintegração ao processo educacional, qualificação profissional e acesso a ações de cidadania e inserção no mundo do trabalho. O Observatório do Trabalho

realizou diagnóstico do Estado para o levantamento das demandas para 2016. Foram identificadas 11.585 vagas, em 18 Arcos Ocupacionais, que serão encaminhadas ao Governo Federal, para assinatura do Termo de Adesão entre SEDS e MTE.

- Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana/Família Paranaense - tem como objetivo a melhoria das condições de vida e o protagonismo das famílias com maior grau de vulnerabilidade social. Elaboração do Termo de Referência para a contratação de empresa responsável pela elaboração da pesquisa, que identificará as demandas de qualificação profissional do público prioritário.

16.4.4 Fomento à Geração de Emprego e Renda

Sub-rogação e realinhamento do plano de trabalho das metas e etapas do Convênio SENAES/MTE nº 053/2012, Projeto Integrado de Ações de Economia Solidária, com recursos de aproximadamente R\$ 2,6 milhões, e do Convênio SENAES-MTE nº 011/2013, Projeto de Fomento aos Empreendimentos Econômicos e Solidários e Redes de Cooperação Atuantes com Resíduos Sólidos, com recursos de cerca de R\$ 2,9 milhões, ambos firmados com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego.

Reestruturação do Projeto Oficinas da Família voltado à criação de ambientes favoráveis de aprendizado coletivo e solidário, por meio de repasse fundo a fundo aos municípios pré-selecionados(recursos de R\$ 500,0 mil do FIA).

16.4.5 Gestão da Rede de Atendimento ao Trabalhador

Responsável por executar e gerir os convênios relacionados à área do trabalho; elaborar o plano de trabalho da Superintendência do Trabalho, bem como termo de cooperação técnica e plano de trabalho junto aos municípios que possuem Agência do Trabalhador vinculada a SEDS; acompanhar e monitorar o mercado de trabalho de forma setorializada por regiões e segmentos de atividades; elaborar estudos e levantamentos relativos às diversas áreas do mundo do trabalho formal e informal; gerenciar o funcionamento da rede de Agências do Trabalhador, sob o aspecto do padrão de atendimento ao trabalhador, estrutura física, instalações, mobiliário, ergonomia, acessibilidade e qualidade ambiental; avaliar o desempenho das unidades a fim de promover melhorias contínuas da rede de atendimento aos trabalhadores; capacitar e dar suporte à operacionalização integrada na implementação das atividades e às ações e Programas desenvolvidos nas Agências do Trabalhador; analisar e emitir parecer em processos relacionados às atribuições da coordenação; sugerir, com base em indicadores, ações que acompanhem as oscilações do mercado de trabalho e que contemplem todas as categorias e classes de trabalhadores; realizar supervisão, *in loco* ou remota, nas 219 unidades da rede.

O Observatório do Trabalho elaborou Boletim Informativo mensal, com base em dados do MTE/CAGED, e Análise Informativa do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR), apresentando os resultados da produção mensal das 220 Agências do Trabalhador. Foi produzido Boletim Especial com assuntos de destaque da área do trabalho, apresentado nas reuniões do Conselho Estadual do Trabalho (CET), e Boletim Regional, baseado nos dados do CAGED mensal, com recortes por Regionais da SEDS, para avaliar as Agências que mais se destacaram e quais merecem atenção. O Boletim Conjuntural, mensal apresenta os setores de atividades em destaque e os compara com outros dados conjunturais, como por exemplo, câmbio e exportações. Foi desenvolvido pelo Observatório um diagnóstico para os 156 municípios prioritários do Programa Família Paranaense, contendo um levantamento do público prioritário e sugerindo arcos ocupacionais para a realização de cursos de qualificação, com base nas potencialidades e no perfil de emprego de cada município e região, levando em consideração a capacidade de absorção desses trabalhadores do mercado de trabalho.

Foi realizado um levantamento para todos os municípios do Paraná, baseados em dados do MTE (CAGED E RAIS) e do Censo (IBGE), com o intuito de manter um banco de dados atualizado para futuros Programas de qualificação a serem desenvolvidos no Estado.

Elaborado o diagnóstico de avaliação das 219 Agências do Trabalhador, com base nos Indicadores Internos da Intermediação de Mão de Obra (IMO) e também em uma pesquisa *on line* realizada com os gerentes das Agências, com o intuito de classificá-las de acordo com o cumprimento das suas respectivas metas e com as condições e a infraestrutura de atendimento aos trabalhadores.

Desenvolvida e aplicada uma metodologia de pesquisa *on line*, com os gerentes das 219 Agências do Trabalhador, para facilitar o levantamento de informações sobre o mercado de trabalho local, bem como dos serviços prestados nas agências. Com base nos dados levantados, consegue-se descobrir as principais dificuldades enfrentadas e as boas práticas desenvolvidas, além de manter atualizado um banco de dados da Rede de Atendimento.

Lançado o primeiro curso de treinamento, por meio de ensino a distância desenvolvida pelo Observatório do Trabalho, para treinar a equipe das Agências do Trabalhador e Escritórios Regionais no uso das ferramentas de pesquisa a respeito do mercado de trabalho e entender os seus indicadores, que servirá como base aos demais cursos do Observatório e das outras Coordenações, pois as informações são pré-requisitos para o entendimento dos dados das áreas do seguro-desemprego e intermediação de mão de obra.

16.5 Conselhos e Comissões

16.5.1 Conselho Estadual da Assistência Social (CEAS/PR)

Realização da reunião ampliada e descentralizada do CEAS/PR (Foz do Iguaçu), em maio, sobre as Conferências de Assistência Social de 2015, tendo como público-alvo os Conselheiros Municipais de Assistência Social; e realizada a XI Conferência Estadual de Assistência Social (Curitiba), em outubro, que avaliou as metas e deliberações do Plano Decenal 2005-2015 e traçou diretrizes para a elaboração do Plano Decenal 2016-2026, tendo como público-alvo os Conselheiros Municipais de Assistência Social, Conselheiros Estaduais de Assistência Social e os representantes dos Fóruns de Assistência Social.

16.5.2 Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA)

Realização da IX Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, (Curitiba), em novembro, que tratou da implantação da política e do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes, a partir do fortalecimento dos conselhos de direitos da criança e do adolescente. Público alvo: conselheiros municipais e estaduais; representantes dos Fóruns dos Direitos da Criança e do Adolescente; representantes de instituições privadas e órgãos públicos que atuam na promoção, proteção, defesa e controle de direitos de crianças e adolescentes; conselheiros tutelares; trabalhadores da área; conselhos setoriais; legislativo; adolescentes indígenas e quilombolas; sistema de justiça; segurança pública; universidades; e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

16.5.3 Conselho Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência (COEDE)

Realização da IV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Curitiba), em novembro, com o objetivo de discutir e avaliar a Política Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com o tema Os Desafios na Implementação da Política da Pessoa com Deficiência: a Transversalidade como Radicalidade dos Direitos Humanos, tendo como público-alvo os conselheiros estaduais dos direitos da pessoa com deficiência, gestores e trabalhadores da área, representantes das entidades, pessoas com deficiências eleitas nas conferências municipais.

16.5.4 Conselho Estadual de Direitos da Pessoa Idosa (CEDI)

Realização da VI Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (Curitiba), em novembro, com o objetivo de propiciar a reflexão e a discussão sobre o protagonismo, o empoderamento e as consequências nas transformações sociais, como estratégia na

garantia dos direitos da pessoa idosa, tendo como público-alvo os conselheiros estaduais; pessoas idosas e representantes das entidades que atuam na defesa, promoção ou garantia de direitos da pessoa idosa; organizações governamentais dos municípios que atuam nas políticas para pessoas idosas.

16.5.5 Conselho Estadual do Direitos da Mulher (CEDM)

Realização da IV Conferência Estadual dos Direitos da Mulher (Curitiba), em dezembro, onde foi discutida e avaliada a Política Estadual dos Direitos da Mulher, com o tema Mais Direitos, Participação e Poder para as Mulheres do Paraná, tendo como público-alvo as conselheiras estaduais dos direitos da mulher; gestores municipais e estaduais; representantes de entidades e dos movimentos organizados de mulheres; delegadas eleitas pelas etapas municipais e/ou regionais.

16.5.6 Conselho Estadual do Trabalho (CET)

Realização de Reunião Descentralizada do CET/PR (Foz do Iguaçu), em agosto, e Reunião Descentralizada do CET/PR (Campo Mourão), em novembro, sobre as políticas do trabalho, emprego e renda da região, tendo como público-alvo os conselheiros municipais do trabalho, gerentes das agências do trabalhador e chefes dos escritórios regionais.

Realização de reunião do Grupo de Trabalho do Piso Mínimo Regional, em outubro e novembro, na SEDS e em dezembro, na FECOMÉRCIO, em Curitiba. Nos eventos foram discutidas, definidas e apresentadas propostas, pelo Grupo de Trabalho Tripartite, do reajuste do Piso Mínimo Regional para 2016, tendo como público-alvo os trabalhadores domésticos e que não têm convenção coletiva do trabalho no Estado do Paraná.

16.6 Resumo da Execução Financeira

| ATIVIDADES | EMPENHADO (R\$) |
|--|-----------------|
| Pessoal e Encargos Sociais | 39.189.928,87 |
| Gestão Administrativa da SEDS e Encargos Especiais | 13.234.713,25 |
| Gestão de Serviços | 4.403.315,11 |
| Luz Fraterna | 1.310.441,32 |
| Fundo Estadual para a Infância e Adolescência - FIA | 26.766.441,25 |
| Fundo Estadual da Assistência Social - FEAS | 39.200.145,93 |
| Fundo Estadual da Saúde - FUNSAÚDE | 3.878.247,36 |
| Ações para o Cumprimento do Acórdão nº 1250/2012 - MTE | 7.376.429,29 |
| Gestão do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda | 1.774.188,53 |
| Sistema Intersetorial de Proteção à Família | 75.000,00 |
| TOTAL | 137.208.850,90 |

Secretaria da Fazenda



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

17 Secretaria de Estado da Fazenda

Órgão da administração direta do Governo do Paraná, a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) e as entidades da administração indireta a ela vinculadas têm como finalidade obter e fornecer ao Poder Público os recursos financeiros necessários à consecução de seus objetivos, gerir os valores do Estado, propiciar à administração pública as informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as medidas tendentes a fortalecer e ampliar os setores da economia.

Para a execução dessas atribuições, a SEFA está organizada em quatro coordenações: da Administração Financeira do Estado (CAFE); da Receita do Estado (CRE); de Assuntos Econômicos (CAEC) e de Orçamento e Programação (COP).

No início do exercício foi realizado um ajuste fiscal com o objetivo de equilibrar as contas públicas e gerar recursos para fazer face às despesas de custeio e aos investimentos, necessários ao atendimento dos cidadãos paranaenses, respeitando-se as seguintes premissas: não elevar a carga tributária com novas taxas e impostos; pagar em dia os compromissos assumidos; efetuar os pagamentos das dívidas vencidas sem comprometimento dos orçamentos presente e futuros em áreas essenciais ao atendimento da população; e retomar a capacidade plena de investimento.

Os resultados e os avanços mais importantes alcançados, bem como as principais atividades da gestão financeira do Estado, seguindo as diretrizes de redução de despesas, renegociação de dívidas e incremento de receitas, estão relatados a seguir.

17.1 Redução de Despesas

- Contingenciamento do Orçamento Geral do Estado em R\$ 10,8 bilhões, sendo: R\$ 8,1 bilhões do Tesouro, R\$ 1,1 bilhão da Administração Indireta Dependente e R\$ 1,6 bilhão das Empresas Estatais não Dependentes. Até dezembro foi contingenciado cerca de R\$ 2,1 bilhões, sendo R\$ 1,7 bilhão do Tesouro e R\$ 433,0 milhões da Administração Indireta Dependente.
- Cotas Orçamentárias e Financeiras - fixação de cota orçamentária trimestral e cota financeira mensal de gastos para cada Secretaria, compatíveis com a disponibilidade financeira do Estado.
- Despesas com Pessoal - foi vedada a admissão ou a contratação de pessoal no âmbito da Administração Pública direta e indireta, incluindo as autarquias, inclusive as de regime especial, as fundações instituídas ou mantidas pelo Estado, as empresas públicas e as sociedades de economia mista; instituída a Comissão de Política Salarial; determinado o retorno, às repartições de origem, dos servidores públicos estaduais da administração direta, autárquica e fundacional, bem como os das empresas públicas e sociedades de economia mista que estavam afastados (Decretos nº 30/2015, nº 31/2015 e nº 39/2015).

- Realocação dos recursos para ciência e tecnologia - alteração do percentual destinado à composição do Fundo Paraná (0,5%) e o destinado ao financiamento de pesquisas do Estado, IAPAR, Universidades e TECPAR (1,5%), conforme Decreto nº 3.060/2015.
- Pregão Eletrônico - utilização obrigatória da modalidade para aquisição de bens e serviços comuns para toda administração pública estadual (Decreto nº 33/2015).
- Reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) - a medida transferiu cerca de 31.000 beneficiários com 73 anos ou mais, do Fundo Financeiro para o Fundo de Previdência, desonerando o Poder Executivo do pagamento de R\$ 121,0 milhões por mês, em média. Prevê novos aportes a partir de 2021, quando haverá o reinício do repasse de *royalties* de Itaipu, em mais de R\$ 1,0 bilhão. Outros aportes iniciarão a partir de 2030 e estão fixados em 1,0% do total mensal da folha de pagamentos do Fundo de Previdência, acrescido de um ponto percentual a partir de 2031, até o limite de 22,0% a partir de 2051.
- Sistema de Avaliação do Gasto Público - instituído o sistema com Indicadores de Gasto Mensal e Relatório de Desempenho Fiscal Mensal.
- Implantado sistema de pagamento de grandes fornecedores de serviços públicos concedidos (energia e telecomunicações) para evitar o pagamento de multas por atraso.
- Renegociação de Contratos - os órgãos reavaliaram as licitações em curso, e os contratos em vigor, relativos ao fornecimento de bens e serviços, objetivando a redução dos preços cotados ou contratados e das quantidades licitadas ou contratadas, para adequarem-se aos novos limites de gastos. Do total de 2.686 contratos informados, no montante de R\$ 1,6 bilhão, até 08 de maio, foram renegociados 306 contratos com uma redução de R\$ 136,0 milhões, gerando uma economia de 8,2%. Principais renegociações a partir do Decreto nº 29/2015:

| SECRETARIA/ÓRGÃO | CONTRATOS INFORMADOS (R\$) | ECONOMIA (R\$) | REDUÇÃO | CONTRATOS INFORMADOS | CONTRATOS COM REDUÇÃO |
|------------------|----------------------------|----------------|----------|----------------------|-----------------------|
| SEIL/DER | 291.548.944,58 | 60.943.710,11 | 20,9034% | 161 | 50 |
| CC/COHAPAR | 85.452.868,57 | 52.603.619,71 | 61,5586% | 96 | 19 |
| SEFA/CRE | 48.675.248,55 | 6.183.070,11 | 12,7027% | 64 | 9 |
| SEED | 166.334.519,10 | 3.165.803,05 | 1,9033% | 236 | 81 |

- Instituição da Comissão de Qualidade na Administração Pública - elaboração de um conjunto de ações para redução de despesas e para a ampliação da transparência na administração pública estadual.
- Instituição do Conselho de Controle das Empresas Estaduais (Decreto nº 34/2015), que tem por objetivo o controle das despesas, das receitas e gestão das empresas estatais, na defesa dos capitais do Estado nas referidas empresas.
- Pagamento de R\$ 1,9 bilhão de despesas de exercícios anteriores.

17.2 Redução da Dívida

- Precatórios - regularização do pagamento de precatórios atrasados referente a 2014, no montante de R\$ 136,0 milhões.
- Restituições de ICMS e IPVA – devolução de R\$ 6,4 milhões de impostos que foram pagos em duplicidade ou recolhidos indevidamente pelo contribuinte.

17.3 Ampliação de Receitas

17.3.1 Tributárias

- Equalização das alíquotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) às praticadas em outras Unidades da Federação; e da tributação dos produtos importados adquiridos em outras Unidades da Federação com as aquisições no Estado, com implantação de cobrança de diferencial de alíquotas.
- Instituição do pagamento decendial do ICMS pelos setores de comunicação, combustíveis e energia elétrica.
- Vedação do parcelamento de dívida do ICMS retido declarado em Guia de Informação e Apuração do ICMS Substituição Tributária (GIA ST).
- Exigência da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e) para todos os contribuintes.
- Nota Paraná - programa de estímulo à emissão de nota fiscal por todos os estabelecimentos comerciais do Paraná, mediante retorno de parte dos impostos pagos para os consumidores e distribuição de prêmios, lançado em 03 de agosto. Até dezembro foram cadastradas 648.069 pessoas, com 212.864 estabelecimentos participantes, 92,2 milhões de notas fiscais emitidas e 6,6 milhões de pessoas com CPF informado na nota fiscal.
- Programas Especiais de Parcelamento - parcelamento de débitos de natureza tributária referentes ao ICMS, IPVA, ao Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doações (ITCMD), bem como a quaisquer outras receitas públicas, no montante de R\$ 1,7 bilhão, tendo sido recolhido em parcela única R\$ 186,0 milhões, e em parcelas vencidas até dezembro de 2015 o valor de R\$ 52,0 milhões, totalizando R\$ 238,0 milhões. Intensificação da cobrança do ITCMD, nas doações declaradas à Receita Federal do Brasil e não recolhidas ao Tesouro Estadual.
- Avaliação, verificação e atualização correta da aplicação das Margens de Valor Agregado (MVA) da substituição tributária para celulares e revestimentos cerâmicos.
- Desenvolvimento de ações para a cobrança de inadimplentes do IPVA: a) *blitz* para recuperação de débitos em atraso; b) envio de correspondências para os inadimplentes cobrando pendências.

- Limitação do valor do crédito presumido ao débito da operação.
- Intensificação do uso do instituto da autorregularização.
- Cancelamento da Inscrição Estadual de contribuintes do Simples Nacional por: omissão de declaração; débitos de tributos estaduais; atividades vedadas.
- Instituição do regime de substituição tributária nas operações com energia elétrica comercializada no mercado livre - Sistema DEVEC.
- Adequação do percentual de crédito presumido nas importações industriais à Resolução nº 13 do Senado Federal (de 8,0% para 6,0%).
- Ampliação do diferimento parcial nas operações com etanol hidratado entre distribuidoras e varejistas de combustíveis, de 33,3% (carga tributária de 12,0%) para 38,9% (carga tributária de 11,0%).
- Cancelamento da inscrição dos produtores rurais inativos no Cadastro de Produtor Rural (CADPRO), impossibilitando a utilização do diferimento na aquisição da energia elétrica.
- Exclusão da redução na base de cálculo que reduz alíquota de 25,0% para 18,0% (produtos não essenciais).
- Instituição do limite de 12,0% na geração de crédito no setor industrial nas operações internas entre contribuintes.
- Exigência da aplicação da alíquota de 12,0% nas operações interestaduais com produtos importados constantes da lista da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).
- Limitação do diferimento da energia elétrica para os produtores rurais localizados em área rural, com utilização da energia exclusivamente para a produção agropecuária.
- Criação do Cadastro Informativo Estadual (CADIN), para combater a inadimplência no recolhimento de receitas, com envio de correspondências visando à regularização de dívidas.
- Aperfeiçoamento da legislação do Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doações (ITCMD).
- Revisão dos benefícios fiscais vencidos em 2015.
- Revogação de resolução que estabelecia em R\$ 30,0 milhões o limite máximo de recursos destinados ao PROFICE e publicação da Resolução SEFA nº 681/2015 que estabelece investimentos de R\$ 10,0 milhões para 2016 e R\$ 15,0 milhões para 2017.
- Sistema de Controle da Transferência e Utilização de Créditos Acumulados (SISCRED) - suspensão temporária da apropriação mensal de créditos recebidos; aprimoramento do sistema priorizando o uso de créditos pelas empresas com maior grau de industrialização local e limitação da transferência de créditos na exportação ao repasse da Lei Kandir.
- Retirada da redução da base de cálculo para produtos de higiene pessoal e cosméticos.

17.3.2 Receitas Não-Tributárias

- Alguns fundos existentes no Estado do Paraná deixaram de ter natureza especial contábil e permaneceram como fontes vinculadas de receita, flexibilizando sua aplicação. Os recursos dos fundos estaduais do poder Executivo passaram a ser utilizados para cobrir despesas de qualquer natureza orçamentária, inclusive pessoal e encargos sociais.
- Incorporação dos superávits financeiros dos Fundos ao Tesouro.
- Instituição de Contribuição Previdenciária dos Inativos e Pensionistas.
- Ampliação dos recebimentos de dividendos das empresas estatais.
- Companhia Paranaense de Securitização (PRSEC) – realizada em julho a assembleia geral de constituição da PRSEC (Lei nº 18.468/2015) ; e contratação do HSBC Bank Brasil para o serviço de estruturação, registro e distribuição de operação de securitização de direitos creditórios de titularidade do Estado.
- Acompanhamento da apuração e recebimento dos recursos do COMPREV.
- Adequação às exigências previstas no Cadastro Único de Convênios (CAUC) do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), STN/Ministério da Fazenda, sendo que os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual deverão adotar as providências necessárias para manter as respectivas regularidades jurídica, fiscal e econômico-financeira.
- A edição de legislação federal permitiu a ampliação da utilização dos depósitos judiciais de 40,0% para 70,0%.
- Alienação do direito de pagamento da folha dos inativos e pensionistas, sendo a ganhadora do certame a Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 163,0 milhões.
- Obtenção de autorização legal para alienação de 54 imóveis.
- Criação do Fundo de Combate à Pobreza com a finalidade de promover medidas destinadas à redução da pobreza, com ações focadas em assistência social, nutrição, habitação popular e proteção de direitos (Lei nº 18.573/2015).
- Identificação e cobrança das contrapartidas sociais das empresas do Programa Paraná Competitivo.

17.4 Atração de Novos Investimentos

17.4.1 Programa Paraná Competitivo

Objetiva atrair novos investimentos, gerar emprego e renda, promover a descentralização regional e a preservação ambiental, pela indução do desenvolvimento industrial do Estado. Contabiliza 204 empresas na Carteira, com a geração de 99.457 empregos diretos.

O Paraná contabilizou R\$ 42,1 bilhões em investimentos no período de 2011 a 2015, sendo R\$ 25,5 bilhões da iniciativa privada e R\$ 16,6 bilhões das estatais (R\$ 11,0 bilhões da COPEL, R\$ 5,2 bilhões da SANEPAR e R\$ 450,0 milhões da COMPAGAS).

17.5 Resultados Alcançados

- Receita Corrente Líquida - o Paraná destaca-se em 1º lugar entre os estados brasileiros, pela evolução nominal e real, comparando-se o resultado de 2015 com o de 2014 no período de janeiro a outubro, com crescimento nominal de 15,2% e crescimento real de 4,7%; Alagoas ocupa a segunda posição com crescimento de 9,3% e -0,6% respectivamente. No período de janeiro a dezembro o Paraná apresentou crescimento nominal de 11,9% e crescimento real de 1,1%.
- Receita Corrente - comparativo entre os anos 2014 e 2015, com crescimento nominal de 11,5% e real de 2,3%.
- Receita Tributária - comparativo entre os anos 2014 e 2015, com crescimento nominal de 12,7% e real de 3,4%, assim distribuídos: a) ICMS, valor nominal +9,6% e valor real +0,6%; b) IPVA, valor nominal +37,4% e valor real +25,7%; c) ITCMD, valor nominal +47,6% e valor real +34,8%; d) IRRF, valor nominal +14,8% e valor real +5,3%.
- Despesas Correntes - comparativo entre os anos 2014 e 2015, com redução real de 3,9%, com os principais itens de despesas liquidadas: a) pessoal, valor nominal -4,0% e valor real -11,5%; b) serviços de terceiros (pessoa jurídica), valor nominal +6,7% e valor real -2,6%.

17.6 Evolução dos Indicadores

Comparativos entre os anos 2014 e 2015:

- Limite de Endividamento - mede a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida e apresentou redução de 15,0%, passando de 58,1% para 49,5%.
- Limite de Despesa de Pessoal do Executivo - mede a relação das despesas com pessoal do Poder Executivo reduziu em 7,7% passando de 47,06% para 43,42%, saindo do limite prudencial e ficando abaixo do limite de alerta.
- Limite de Despesa com Educação - mede as despesas com educação em relação ao mínimo constitucional e teve a aplicação de 32,9% da Receita Líquida de Impostos com Educação (9,6% acima do mínimo constitucional de 30,0%).
- Resultado Primário - indica a economia de recursos para pagamento da dívida. O resultado antes deficitário em R\$ 177,9 milhões em 2014 passou a ser superavitário em R\$ 1.780,9 milhões (valores nominais).
- Resultado Nominal - mede a variação da dívida fiscal líquida. O resultado antes deficitário em R\$ 1,0 bilhão passou a ser superavitário em R\$ 832,8 milhões.

Secretaria de Infraestrutura e Logística



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

18 Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL) tem por missão a promoção de ações para a implantação e gestão da política de infraestrutura e logística, centrada no desenvolvimento sustentável e na priorização de investimentos.

Em atendimento a sua finalidade, de promover ações eficazes, com os objetivos de possibilitar a circulação de pessoas e mercadorias com segurança; reduzir custos operacionais e ofertar infraestrutura rodoviária, ferroviária, aeroviária, aquaviária e dutoviária, condizentes com a demanda da sociedade paranaense, a SEIL é composta por suas unidades programáticas: Coordenação de Gestão de Planos e Programas de Infraestrutura e Logística (CGPP), Departamento de Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística (DFIL) e Departamento de Gestão do Plano de Obras de Infraestrutura e Logística (DGPO).

Na estrutura descentralizada, atua por meio de suas unidades vinculadas: Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (FERROESTE) e Paraná Edificações (PRED).

18.1 Coordenação de Gestão de Planos e Programas de Infraestrutura e Logística (CGPP)

Com atribuições de planejar, regulamentar, monitorar e implantar ações para a gestão de programas e projetos intermodais de infraestrutura e logística, a CGPP desenvolveu as seguintes atividades:

- Gestão do Modal Rodoviário - revisão e edição anual do Sistema Rodoviário Estadual (SER), em decorrência das análises de processos de municipalização e estadualização, atualização do cadastro que compõe a malha rodoviária estadual e envio do documento oficial para o Ministério dos Transportes, visando compor a base do Sistema Nacional de Viação; edição, formatação e contratação de impressão dos Mapas Político Rodoviários do Paraná-2015; elaboração de estudo sobre os impactos da Medida Provisória nº 82 no Sistema Rodoviário do Paraná, destacando as áreas de abrangência, a importância e os impactos de cada corredor rodoviário a ser interrompido.
- Gestão do Modal Aeroportuário - apoio técnico institucional para os administradores aeroportuários e para o Governo Federal a fim de dar celeridade nos processos de licenciamento ambiental dos aeroportos integrantes do Programa de Investimento em Logística (PIL); definição, junto ao Departamento de Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística (DFIL), dos aeroportos que deverão receber recursos em 2016, para projeto de desinterdição e aumento de capacidade: a) aeroporto de Loanda - projeto para desinterdição; e b) aeroporto de Siqueira Campos - projeto para ampliação de capacidade. A contratação dos projetos

depende de resultados de estudos sobre Plano de Zoneamento Aeroportuário e de Regularização Ambiental; e definição dos 19 aeroportos que receberão, em 2016, os estudos necessários para Licença de Operação de Regularização (LOR).

- Gestão do Modal Hidroviário - gestão, elaboração do plano de trabalho e articulação para a elaboração de convênio junto à Prefeitura de Cândido de Abreu para reforma de duas balsas que atendem ao transporte de passageiros e cargas no entorno do município. Modelagem de Programa de Recuperação e Reestruturação Hidroviária do Paraná; conclusão dos instrumentos de planejamento multimodal dos planos Aeroviário Estadual do Paraná e Hidroviário do Paraná; coordenação do seminário de apresentação dos planos.
- Acompanhamento das missões extraordinárias do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ajustes no Programa de Financiamento Externo decorrentes das missões; destaque para as ações desta Coordenação: elaboração de Termo de Referência do Plano Estratégico de Logística de Transporte (PELT), elaboração de Termos de Referência Planos Diretores e dos Planos Básicos de Zonas de Proteção de Aeroportos (PBZPAs).

18.2 Departamento de Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística Municipal (DFIL)

As ações desenvolvidas no DFIL envolvem, basicamente, a gestão dos convênios em andamento, seu acompanhamento, além da celebração de novos termos de cooperação, também realiza atividades rotineiras como a informação de sistemas, tramitação de processos e o planejamento das ações programáticas futuras. Principais atividades realizadas:

- Gestão do Convênio - Terminal do Aeroporto de Cascavel.
- Acompanhamento da execução do Convênio entre as organizações envolvidas - Aeroporto de Cascavel.
- Procedimentos necessários para o pagamento da dívida dos convênios celebrados nos anos 2012 a 2014 cujo montante inicial era cerca de R\$ 12,1 milhões, com saldo a pagar de aproximadamente R\$ 58,9 mil referente à Tomazina, Faxinal e Nova Esperança do Sudoeste.
- Recepção, instrução, controle e tramitação de cerca de 2.200 processos de reivindicações diversas.
- Sistema Integrado de Transferências (SIT/TCE) - atualização e manutenção de informações e atendimento aos municípios no que diz respeito ao sistema.
- Atualização de informações para inclusão no Portal de Transparência da SEIL.
- Estruturação do Portal de Atendimento Municipal no SAT.
- Retomada aos prazos de execução e vigência de 33 convênios.
- Celebração de 12 novos termos de cooperação, para execução de pontes municipais.
- Iniciado mapeamento georreferenciado dos programas atendidos pela DFIL.

18.3 Departamento de Gestão do Plano de Obras de Infraestrutura e Logística (DGPO)

O DGPO promoveu as seguintes ações visando a melhoria na gestão de Projetos e Obras Públicas no âmbito da SEIL:

- Gestão de Custos de Edificações - em conjunto com a Paraná Edificações, monitora a variação de custos de edificações e mantém a Tabela Referencial de Custos de Edificações utilizada pela Administração Estadual, atualizada e compatível com os valores praticados no mercado, reduzindo a possibilidade de ocorrência de aditivos contratuais de valor ou paralisações de obra, sendo a última atualização feita por meio da Resolução Conjunta SEIL/PRED nº 007/2015; e definiu novos parâmetros e critérios para a definição do preço máximo utilizados no cálculo do Benefício e Despesas Indiretas (BDI) devido à alteração da alíquota da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), em vigor desde 01/12/2015.
- Pesquisa de Custos de Materiais de Construção - mediante Cooperação Técnica com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), realiza pesquisa mensal de preços de materiais de construção e contribui no processo de aprimoramento da gestão de custos de obras de edificações do Governo do Paraná.
- Modelagem de Informações da Construção - BIM - definiu, em conjunto com o DER e a PRED, o Plano de Fomento à Implantação da Tecnologia *Building Information Modeling* (BIM) no âmbito da SEIL, onde estabeleceu como meta que, os projetos mais relevantes de obras de edificações e rodovias serão projetados com a utilização de BIM, até 2018. Foram criados: a) a Rede BIM GOV SUL, composta por técnicos ligados aos governos estaduais do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; b) Grupos de Trabalho (GTs) na PRED e DER para o planejamento da implantação do BIM nas áreas de edificações e rodovias; c) o Laboratório BIM (LaBIM), na SEIL, para a realização de estudos e procedimentos para subsidiar a contratação de projetos em BIM. Até novembro foram realizados 33 eventos e capacitações em parceria com empresas de tecnologia, instituições de ensino e entidades representativas da cadeia produtiva; e firmados convênios de Cooperação Técnica, visando melhorias na gestão de projetos e obras, com a Graphisoft, Trimble, Cadtec, Instituto IDD e o Governo do Estado de Santa Catarina. A implantação do BIM possibilitará ao poder público estadual, melhoria na qualidade técnica e ambiental dos projetos e obras e maior transparência em obras públicas.
- Programa de Residência Técnica - participou do planejamento e da coordenação em parceria com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI). Foi concluída a turma 2013/2015, em que foram selecionados 196 profissionais de engenharia e arquitetura, com até três anos de formatura, que puderam conhecer as necessidades das áreas públicas e realizar um curso

de pós-graduação mediante pagamento de bolsa-auxílio e disponibilizadas 60 vagas para servidores, que participaram de Curso de Especialização em Gestão de Projetos e Obras Públicas de Edificações com vivência prática nos órgãos da administração estadual de 2013 a 2015.

- Diálogo e Parceria - promoveu diversas reuniões técnicas com a cadeia produtiva da construção civil e empresas de tecnologia, visando melhorias na gestão de projetos e obras públicas no âmbito da SEIL.

18.4 Departamento de Estradas de Rodagem (DER)

O DER tem por missão garantir a movimentação adequada de pessoas e bens nas rodovias integrantes do Sistema Rodoviário Estadual.

A malha rodoviária federal e estadual sob responsabilidade do DER é de 13.823,6 km, sendo 1.625,9 km sem pavimentação e 12.197,7 km pavimentados. Seus níveis de atuação dividem-se em: a) rodovias mantidas pelo DER - 1.625,9 km de rodovias estaduais não pavimentadas, 9.531,5 km de rodovias estaduais pavimentadas e 1736,7 km de rodovias federais delegadas; b) rodovias mantidas pelo programa de concessão (fiscalizado pelo DER) - 6.741 km de rodovias estaduais concedidas e 1.820,8 km de rodovias federais concedidas.

Principais atividades realizadas:

- Obras Rodoviárias - o Governo do Estado do Paraná investiu nos contratos de obras rodoviárias cerca de R\$ 148,2 milhões até setembro, sendo: R\$ 26,8 milhões em duplicação/contorno/implantação de pavimentos; R\$ 77,6 milhões em conservação de rodovias Programa Estadual de Recuperação e Conservação de Estradas Pavimentadas (PERC); 17,9 milhões em recuperação de rodovias; R\$ 24,2 milhões em patrulhas rodoviárias e R\$ 1,6 milhão em projetos. Os programas existentes têm por objetivo melhorar as condições de trafegabilidade nas rodovias estaduais, por meio da construção de rodovias, duplicações para ampliação de capacidade, pavimentação e serviços de conservação da malha rodoviária, recuperação e adequação de estradas rurais.
- Conservação da Malha Rodoviária - deu-se continuidade ao PERC, iniciado em julho de 2012, foram investidos até setembro R\$ 741,0 milhões com serviços de reperfilamento, tapa buracos, remendo profundo, remendo superficial, micro reperfilagem, roçada, sinalização, limpeza de bueiros e outros, abrangendo toda a malha rodoviária sob sua responsabilidade. Além disso, foram atendidos 2.012 km na Conservação e Recuperação Descontínua com Melhoria do Estado do Pavimento (CREMEP), 7.985 km na Conservação Rotineira de Pavimentos (COP) e 11.433 km na Conservação de Faixa de Domínio.
- Ações Emergenciais - em decorrências das chuvas em 2014, foram investidos R\$ 67,3 mil na reconstrução de pavimentos/revestimentos, R\$ 689,5 mil na

recuperação e reconstrução de pontes, R\$ 689,6 em sistemas de drenagem e R\$ 4,6 milhões em obras de contenção de encostas. Do valor de investimento realizado desde 2014, aproximadamente R\$ 36,6 milhões foram liberados pelo Ministério da Integração por meio da Portaria nº 173/2015. Quanto às obras emergenciais em decorrência de eventos ocorridos em 2015, foram investidos R\$ 807,3 mil na recuperação e reconstrução de pontes, R\$ 651,2 mil em sistemas de drenagem e R\$ 1,7 milhão em obras de contenção de encostas.

- Rodovias concessionadas - até setembro foram concluídas as seguintes obras:
 - a) a duplicação de 6,7 km da BR-277 no perímetro urbano de Guarapuava; b) vias marginais no km 170,000 da BR-277, em Palmeira; c) implantação de ciclovia do km 28,000 ao km 30,850 da PR-508; d) implantação de viaduto na BR-277 na Avenida Paraná, em Foz do Iguaçu. Estão em andamento as obras de: a) duplicação de 42,1 km da PR-317 em Floresta/Campo Mourão; b) duplicação de 6,6 km da BR-15, em Peabiru/Campo Mourão; c) duplicação de 23,9 km da BR-376, em Nova Esperança/Mandaguaçu; d) alargamento da Ponte Rio Xagu no km 467,650 da BR-277; e) duplicação de 5,3 km da BR-277 no perímetro urbano de Matelândia; f) retorno/ acesso no km 336,410 da BR-277 no Rio das Mortes; g) interseção no km 341,800 na BR-277 Acesso Guairacá; h) 1,6 km de vias marginais na BR-277 em Irati; i) interseção no km 170,600 da BR-277 em Palmeira; j) duplicação de 11 km na BR-376, em Caetano/Tibagi dos Coreanos; k) duplicação de 9,6 km da BR-376, em Tibagi dos Coreanos/Entroncamento BR-153; l) interseção no km 215,500 da PR-151 no Trevo de Jaguariaíva; m) Viaduto no km 224 da BR-376; n) duplicação de 3,5 km da PR-407 no perímetro urbano Paranaguá, entroncamento BR-277.
- Travessia da Baía de Guaratuba - *Ferryboat*: foram transportados 984.053 veículos, de janeiro a setembro.
- Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros - a Coordenadoria de Transporte Rodoviário Comercial (CTRC) tem por finalidade planejar, outorgar e fiscalizar o sistema intermunicipal de transporte coletivo de passageiros, que engloba os seguintes sistemas de serviço regular: a) rodoviário - operado por 38 empresas e 498 linhas, com uma frota de 1.851 veículos, realizou até agosto 315.741 viagens; b) metropolitano - operado por 28 empresas e 195 linhas, com uma frota de 695 veículos, realizou até agosto 765.740 viagens.

18.5 Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA)

Os Portos de Paranaguá e Antonina estão na constante busca de melhoria, para oferecer um sistema moderno e eficaz com infraestrutura e segurança às cargas e aos navios, transparência na gestão e nas operações, buscando oferecer aos operadores

portuários, agentes marítimos e à comunidade em geral, alternativa de movimentações de suas cargas, seja em terminal público ou privado, garantindo assim a isonomia a todos os usuários do Complexo Portuário do Paraná.

Visam prover condições técnicas necessárias para as operações de carga e descarga de mercadorias. A execução das ações descritas a seguir demonstra à comunidade a efetiva aplicação dos recursos oriundos de tarifas pagas pelos usuários, proporcionando a infraestrutura adequada e, assim, a continuidade das relações econômicas internacionais.

Os investimentos feitos pelo Governo do Estado na Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) são os maiores dos últimos 40 anos. Em quatro anos e 10 meses foram aplicados R\$ 511,9 milhões para melhorar a infraestrutura e logística, com o objetivo de devolver a competitividade ao Porto de Paranaguá. Em contrapartida, outros investimentos no valor de cerca de R\$ 423,0 milhões estão sendo licitados para os próximos anos, totalizando R\$ 934,9 milhões para modernização dos portos do Paraná.

O Porto de Paranaguá tem se demonstrado eficaz na execução de suas ações visando o cumprimento de um papel estratégico no cenário nacional, onde disponibiliza um aparato de infraestrutura, garantindo aos produtos que passam pelos Portos do Paraná, um grau de competitividade e qualidade exigível pelo mercado internacional, e para tanto, nos anos de 2012, 2013 e 2014, investiu um volume expressivo de recursos que culminaram na execução de obras estruturantes, tais como:

- Programa de Manutenção da Infraestrutura Marítima - preparação dos Portos de Paranaguá e Antonina para os próximos 20 anos, com a realização de investimentos pesados na infraestrutura marítima. Três campanhas de dragagem ampliaram o canal de Paranaguá, permitindo que navios de grande porte voltassem a atracar em Paranaguá. Estão em andamento as melhorias viárias de acesso ao porto. Foi assinado em outubro, contrato para obra de dragagem de manutenção dos canais de acesso aos portos paranaenses com um investimento de R\$ 156,9 milhões.
- Remodelação do Cais Existente - Modernização e Expansão da Infraestrutura Portuária - o objetivo principal é a remodelação de 1.806 metros lineares de cais de acostagem, para permitir a instalação de nova e moderna estrutura de acostagem, com vistas à necessidade de atender maiores embarcações, com mais produtividade. Este processo encontra-se em execução e foi contratada pelo valor de R\$ 77,2 milhões.
- Programa de Manutenção da Infraestrutura Terrestre - determina as condições técnicas necessárias para as operações de carga e descarga, a APPA iniciou a execução de ações (entre licitação e execução) no valor de R\$ 82,4 milhões, onde se destaca: a) a ampliação do sistema de descarga de granéis do silo público do Porto de Paranaguá, com a aquisição de novas balanças e tombadores, no valor de R\$ 23,0 milhões; b) contratada a execução da obra de implantação de sistema de combate a incêndio na faixa portuária, silão e demais, no valor de R\$ 18,6 milhões, que serão pagas com recursos próprios da APPA; c) estão em

fase de conclusão as obras para execução dos serviços de iluminação nas áreas do Porto de Paranaguá e Antonina, no valor de R\$ 20,1 milhões, que proporcionará o atendimento, em definitivo, de todas as exigências alfandegárias e de segurança no quesito de iluminação; d) adequação da Portaria Principal, às obras e uma nova estrutura de escritórios; com melhores condições de trabalho para os funcionários, as portarias de acesso ao cais passarão a ter 12 balanças rodoviárias resultando, assim, em aumento de 100,0% do número existente, tendo como consequência a modernização e velocidade do processo de entrada ao cais e suas atividades de importação e exportação, com investimentos no valor de R\$ 13,4 milhões; e) aquisição de 04 novos *shiploaders* (equipamento que carrega com grãos os navios cargueiros), substituindo equipamentos da década de 1970. Três deles estão em funcionamento e operacionais e outro está sendo montado. Os novos equipamentos aumentaram a capacidade de carregamento de grãos no Corredor de Exportação em 33,0%; f) autorização de investimentos de R\$ 183,0 milhões para modernização dos berços 201 e 202 e ampliação em 100 metros do cais do berço 201 - sentido oeste. A licitação para realização deste investimento está marcada e irá ocorrer ainda em 2015; g) melhoria nas Vias de Acesso - encontra-se em licitação a contratação de obras e serviços para a recuperação do pavimento em concreto e readequação do sistema de drenagem da Av. Bento Rocha, com extensão de 2,8 km, importante via de acesso dos caminhões que chegam ao Porto de Paranaguá, com valor estimado do investimento de R\$ 14,6 milhões.

- Programa de Investimentos em Tecnologia - destaca-se: a) o Projeto Código Internacional para Segurança de Navios e Instalações Portuárias (ISPS Code), com a recuperação e ampliação do sistema de segurança, realizando a instalação de novos equipamentos para controle de acesso de pessoas, veículos e cargas, que resultará na credibilidade e segurança do Porto de Paranaguá, reconhecida e certificada internacionalmente, no valor de R\$ 25,1 milhões; b) o início da implantação do sistema corporativo da APPA, que proporcionará uma evolução tecnológica (e integrada) em todos os sistemas administrativos e operacionais da APPA, com investimento de R\$ 7,5 milhões.
- Programa de Gerenciamento Ambiental - em execução, pelo valor de R\$ 5,9 milhões, o Monitoramento Ambiental é um serviço contínuo iniciado em 2013, que permitirá o diagnóstico em tempo real da situação da baía. Também foi realizada a contratação do Serviço da Base de Prontidão e Atendimento das Emergências Ambientais, com um investimento de R\$ 6,9 milhões, com o propósito de ter disponível uma equipe treinada e equipada para resolver, mitigar e/ou prevenir os problemas de caráter ambiental, permitindo segurança na forma de redução de riscos de acidentes.

18.6 Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (FERROESTE)

A FERROESTE tem por objeto a construção, operação, administração e exploração comercial de vias ferroviárias nacionais, de terminais ferroviários, de silos e demais sistemas de armazenagem. Detém concessão federal para construção, uso e gozo de estrada de ferro e ramais necessários à viabilidade da ferrovia. O capital autorizado é de R\$ 451,0 milhões

Opera em um trecho com 248 km entre Cascavel-Guarapuava, e conta com dois Terminais Ferroviários de Cargas: Guarapuava e Cascavel, com capacidade de armazenagem aproximada de 5 milhões toneladas/ano.

Em 2015, os esforços foram centrados na melhoria e ampliação da capacidade operacional de transporte de cargas e a restauração do equilíbrio financeiro interno. Como resultado destas ações, houve a efetivação de aporte de capital pelo acionista Estado do Paraná no valor de R\$ 4,5 milhões, que possibilitou um incremento da capacidade operativa.

O volume transportado pela FERROESTE, até outubro, foi de 656.000 toneladas úteis em 16.452 vagões. Os principais produtos transportados são: grãos, cimento, fertilizantes, contêiner frigorificado, combustível e óleo vegetal.

Atividades Realizadas:

- Aumento da Frota, com intuito de garantir maior tração e aumento do volume da safra escoada via férrea para o Porto de Paranaguá: a) aquisição de cinco locomotivas mod. MX620, com potência superior à frota atual, com início de operação em janeiro; b) aquisição de 400 vagões graneleiros mod. FHD, dobrando a capacidade de transporte em curto prazo, beneficiando produtores agrícolas e todos os envolvidos na cadeia logística, com investimento de R\$ 4,1 milhões; c) *leasing* de uma locomotiva mod. G12 microprocessada, que ampliou em 11,0% a capacidade de tração em 2015.
- Recuperação do ativo ferroviário - recuperação e modernização de duas locomotivas mod. G12 e aquisição de 40 rodas para a frota de locomotivas.
- Investimentos em instalações - em execução pela Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda. (COTRIGUAÇU): a) ampliação da capacidade de armazenagem graneleira em 120 mil toneladas no Terminal Ferroviário Multimodal de Cargas de Cascavel; b) construção de dois novos ramais ferroviários para acesso ao novo silo, mediante contrato de Cessão de Direito de Uso, com investimento de R\$ 44,0 milhões, sem ônus para a FERROESTE.
- Novos negócios - desenvolvimento e investimento em novo fluxo comercial, sentido importação entre Guarapuava e Cascavel, em parceria com a empresa intermodal Lustoza Agrologística e Votorantim Cimentos.
- Melhoria operacional para redução de riscos: a) aquisição e instalação de cinco dispositivos de segurança *End of Train*; b) início da operação de equipamento móvel para análise dos trilhos; c) investimento em manutenção mecanizada da

via com projeto de alinhamento, nivelamento e socaria de lastro nos trilhos da FERROESTE, com correção de trechos críticos, diminuição no ciclo de vagões, ganhos no *transit time* e redução dos trabalhos de manutenção manual.

- Contratação de pessoal - Processo Seletivo Simplificado para nove maquinistas, um operador de manobra e um operador de produção para atender a expansão da frota - operação de novas locomotivas e vagões.

18.7 Paraná Edificações (PRED)

A PRED tem como missão planejar, coordenar e executar projetos, obras e serviços de engenharia de edificações, de interesse da administração pública estadual, centrada no desenvolvimento sustentável.

Realizou e apoiou a elaboração de estudos de viabilidade e termos de referência, bem como licitação e contratação de projetos, obras e serviços de engenharia, fiscalização, monitoramento e recebimento de projetos, obras e serviços de engenharia da administração direta e autárquica do Estado do Paraná conforme tabela a seguir:

OBRAS EXECUTADAS, EM ANDAMENTO E PROGRAMADAS

| AÇÕES | ÁREA | QUANTIDADE | VALOR PREVISTO (R\$) |
|-----------------------|-------------------|------------|----------------------|
| Executadas em 2015 | Abastecimento | 05 | 702.981,99 |
| | Administração | 02 | 379.706,17 |
| | Infraestrutura | 09 | 1.670.510,65 |
| | Ambiental | 08 | 4.430.937,66 |
| | Cultura | 01 | 6.603,66 |
| | Educação | - | - |
| | Saúde | 06 | 985.697,91 |
| | Social | 02 | 251.350,53 |
| | Justiça/Segurança | 26 | 12.552.674,65 |
| | TOTAL | 59 | 20.980.463,22 |
| Em andamento 2015 | Abastecimento | 01 | 302.219,99 |
| | Administração | 01 | 2.924.409,63 |
| | Infraestrutura | 03 | 5.942.183,08 |
| | Ambiental | 01 | 483.187,46 |
| | Cultura | 03 | 17.376.254,50 |
| | Educação | - | - |
| | Saúde | 06 | 53.335.864,01 |
| | Social | - | - |
| | Justiça/Segurança | 10 | 27.937.309,00 |
| | TOTAL | 25 | 108.301.427,67 |
| Programadas para 2016 | Abastecimento | 01 | 161.629,87 |
| | Administração | 02 | 173.594,63 |
| | Infraestrutura | - | - |
| | Ambiental | 02 | 10.361.294,43 |
| | Cultura | 02 | 1.030.852,95 |
| | Educação | 01 | 6.494.158,01 |
| | Saúde | 11 | 25.480.493,38 |
| | Social | 01 | 409.897,02 |
| | Justiça/Segurança | 40 | 180.387.936,29 |
| | TOTAL | 60 | 224.499.856,58 |

Realizou monitoramento da variação de custos de edificações e atualização periódica da Tabela de Custos de Edificações do Governo do Estado do Paraná, em sintonia com a Tabela Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices (SINAPI) do Governo Federal.

CONVÊNIOS EXECUTADOS, EM ANDAMENTO E PROGRAMADOS.

| AÇÕES | ÁREA | QUANTIDADE | VALOR PREVISTO (R\$) |
|-----------------------|----------------|------------|----------------------|
| Executadas em 2015 | Abastecimento | 07 | 1.166.831,85 |
| | Saúde | 26 | 20.734.473,57 |
| | Social | 45 | 4.326.905,50 |
| | TOTAL | 78 | 26.228.210,92 |
| Em andamento 2015 | Abastecimento | 01 | 302.219,99 |
| | Saúde | 59 | 73.402.389,58 |
| | Infraestrutura | 01 | 1.500.000,00 |
| | Social | 28 | 1.770.424,27 |
| | TOTAL | 89 | 76.975.033,84 |
| Programadas para 2016 | Abastecimento | - | - |
| | Infraestrutura | - | - |
| | Saúde | - | - |
| | Social | 18 | 2.614.962,01 |
| | TOTAL | 18 | 2.614.962,01 |

Como resultado geral, tem-se um total de 185 obras, com valor de aproximadamente R\$ 105,8 milhões; e, se acrescido do total de convênios, chega ao montante de 329 obras com valor total de cerca de R\$ 459,6 milhões.

Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

19 Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU) tem por finalidade a orientação técnica especializada, o planejamento, a execução, a coordenação e o controle das atividades relativas à justiça, cidadania e direitos humanos.

Atua com o compromisso de direcionar as políticas públicas para a efetivação dos Direitos Humanos a partir da universalização dos direitos sociais, cujo princípio norteador é promover a igualdade de direitos no acesso aos bens e serviços fundamentais, sem discriminação de qualquer natureza, compreendendo a redução das desigualdades sociais e das disparidades regionais, a defesa dos segmentos Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), migrantes e refugiados, povos indígenas e comunidades tradicionais, população em situação de rua, enfrentamento ao tráfico de pessoas, proteção, defesa e orientação ao consumidor, políticas de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte e a assistência a vítimas e testemunhas ameaçadas de morte. Além disso, passou ser responsável pelo Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (Lei Estadual nº 18.374/2014), atuando na organização, promoção, desenvolvimento e coordenação dos Programas de Privação da Liberdade que compreendem a internação provisória, internação e semiliberdade.

Estão vinculados à SEJU: Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC), Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/PR), Departamento de Atendimento Socioeducativo (DEASE), Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná (COPEP), Conselho Gestor do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (CONFECON), Conselho Deliberativo do Programa Estadual de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (PROVITA/PR), Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual (COPEAS), Conselho Estadual de Defesa do Consumidor (CONDEF), Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR), Conselho Estadual dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná (CPICT/PR), Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR).

As ações estão distribuídas em três grandes áreas para atender à crescente demanda de Políticas de Direitos Humanos, assim como os Conselhos de Direitos se vinculam a SEJU com o objetivo de promover a união de esforços buscando mudanças e conquistando espaços democráticos, garantindo a participação da sociedade civil.

19.1 Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC)

O DEDIHC responde pela promoção, proteção, defesa e implementação dos direitos humanos, em consonância com os ordenamentos e documentos nacionais e internacionais que regem o tema. Trata de forma integrada as demandas apresentadas sob as múltiplas dimensões dos direitos humanos, em estreita relação com os vários organismos governamentais e com a sociedade civil representada nas suas diferentes formas de expressão, contemplando, portanto, os direitos de migrantes e refugiados, segmento LGBT, povos indígenas e comunidades tradicionais, população em situação de rua, entre outras.

Suas atividades contemplam também o assessoramento aos Conselhos de Direitos e outras instâncias colegiadas, bem como dá suporte ao desempenho das ações e atividades dos Comitês Estaduais.

Principais ações:

- Reuniões de Conselhos, Comissões e Comitês promovidas pela SEJU - Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Paraná (COPEP), Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual (COPEAS), Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná (CPICT), Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR), Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR), Conselho Gestor do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM/PR), Conselho Deliberativo do Programa Estadual de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA/PR), Comitê Estadual para os Refugiados e Migrantes no Estado do Paraná (CERM), Comitê Gestor Estadual do Plano de Ações Integradas para a prevenção e o Combate Tortura, Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua no Estado (CIAMP Rua-PR), Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná - Teresa Urban.
- Trabalho realizado pelo Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado do Paraná (NETP/PR):

| MODALIDADE | Nº CASOS ACOMPANHADOS | Nº CASOS EM ANDAMENTO | TOTAL DE PESSOAS ATENDIDAS |
|--|-----------------------|-----------------------|----------------------------|
| Exploração sexual | 01 | 03 | 01 |
| Trabalho em condição análoga ao de escravo | 04 | 01 | 04 |
| Prática de atividade criminosa | - | 03 | - |
| Adoção ilegal | 01 | 01 | 01 |
| Outros | 01 | 05 | 01 |
| Nº Total | 07 | 13 | 07 |

FONTE: DEDIHC - período janeiro a outubro 2015

- Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM/PR) - prestou serviços objetivando a preservação da integridade física e psicológica de crianças, adolescentes e seus familiares, com 42 atendimentos (fluxo contínuo) realizados.
- Programa Estadual de Assistência a Vitimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA/PR) - promove a proteção de pessoas, testemunhas expostas à coação ou graves ameaças, em virtude de colaborarem com a Justiça na elucidação de crimes, tendo realizado 18 atendimentos.
- DISQUE 100 - recebimento e encaminhamento de denúncias pelo COPED, até outubro: 300 pessoas com deficiência; 440 pessoas idosas; 03 pessoas em situação de rua; 07 outras violações de Direitos Humanos.
- Fale Conosco no site do DEDIHC - atendimento e encaminhamentos de denúncias, solicitação de informações, reclamações, entre outros. Até outubro, foram recebidas 257 chamadas.
- Criação do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná, Lei n.º 18.465/2015; instituição do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial; instituição do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua no Estado do Paraná (CIAMP Rua - PR), por meio do Decreto nº 2.405/2015; elaboração do Anteprojeto de Lei para a criação do Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Paraná e alteração da Lei nº 17.425/2012; elaboração de projeto estratégico para fomentar a instituição de Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos Humanos, nos municípios paranaenses.
- Defesa dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná: a) elaboração do Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná; b) elaboração do Guia de Contatos para Migrantes e Refugiados no Estado do Paraná, que reúne informações e contatos de instituições que prestam serviços a migrantes e refugiados; c) atendimento à demanda migratória de 155 migrantes e refugiados haitianos e senegaleses para a Região Sul do país, em parceria entre Governo do Estado do Acre e a Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, no período de maio a agosto; d) elaboração de projeto de implantação do Centro de Atenção aos Migrantes e Refugiados do Estado do Paraná, que será responsável pelo atendimento psicossocial e jurídico e acolhimento (Casa de Passagem).
- Semana de Mobilização Contra o Tráfico de Pessoas - Coração Azul 2015 - em julho, com a participação de instituições e entidades, realizou diversas atividades em diferentes espaços urbanos.

- III Conferência Estadual dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) - realizada em dezembro, com a participação de aproximadamente 200 pessoas.
- Programa UPS-Cidadania - tem a finalidade de planejar e executar ações integradas e políticas públicas, em parceria com órgãos e entidades da administração federal, estadual, municipal e sociedade civil que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades em situação de vulnerabilidade social, nas Unidades Paraná Seguro (UPS) localizadas em Curitiba (10), em Cascavel (01), em Colombo (01), em São José dos Pinhais (01) e em Londrina (01). Até outubro, em conjunto com as instituições parceiras, foram realizadas visitas técnicas às UPS de Curitiba, Colombo e São José dos Pinhais com objetivo de aprimorar o diagnóstico socioeconômico, adequar o planejamento e Programar o monitoramento de ações integradas entre a UPS Segurança e Cidadania. Além disso, passou a ser responsável pela coordenação do Projeto Paraná em Ação, conforme disposto pelo Decreto Estadual nº 2.596/2015. Ainda coordenou, organizou e/ou participou dos seguintes eventos:

| EVENTO | ATENDIMENTOS |
|--|--------------|
| Participação na pré Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente promovida pelo CRAS da Prefeitura de Colombo na Associação Paranaense de Orientação Integração e Ofício - Apoio na Vila Zumbi, maio. | - |
| Participação em Audiências Públicas promovidas pelo vereador Chico do Uberaba na Câmara de Vereadores de Curitiba para discutir a segurança nos bairros de Curitiba, agosto. | - |
| Participação em Audiências Públicas promovida pela Promotoria de Justiça das Comunidades do Ministério Público do Paraná para identificação de demandas sociais prioritárias, em setembro, na Administração Regional CIC e, em outubro, na Administração Regional Boqueirão. | - |
| Apoio na organização da Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade promovida pela FIEP e Prefeitura Municipal / Regional Bairro Novo de Curitiba no Portal do Futuro. | 600 |
| Agosto Azul promovido pela SESA no CEASA Tatuquara. | 1.850 |
| Planejamento e coordenação da feira de serviços na UPS Parolin. | 2.000 |
| Projeto Doe Amor / UPS-Cidadania Vila Torres na creche Chave de Davi em Curitiba, a ser realizado em novembro. | 900 |
| Dia Mundial de Oração e Ação pela Criança / UPS-Cidadania Uberaba no Portal do Futuro em Curitiba, a ser realizado em novembro. | 1.100 |
| UPS-Cidadania Nossa Senhora da Luz na Paróquia em Curitiba, a ser realizado em dezembro. | 1.500 |
| Paraná Cidadão no Centro da Juventude em Almirante Tamandaré, a ser realizado em dezembro. | 2.800 |

19.2 Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/PR)

O PROCON/PR atua no atendimento direto aos consumidores, orientando-os e defendendo-os, bem como no desenvolvimento de ações de defesa e proteção do consumidor, por meio de projetos de fomento à criação de órgãos municipais de defesa do consumidor, projetos educativos e informativos e outras ações pró-ativas, construindo sólida posição no cenário local e nacional.

- Realizadas 12.034 audiências, arquivados 13.996 processos administrativos com decisão definitiva, fornecidas 66.330 orientações, além de 6.569 processos de reclamação e 1.104 outros serviços prestados.
- Aplicadas 440 multas, no valor total de R\$ 18,9 milhões, tendo sido recebidas 89 recebidas no valor de R\$ 1,2 milhão e 66 inscritas em dívida ativa no valor de R\$ 3,8 milhões.
- Divisão Jurídica - processos administrativos de reclamação com inclusão no Cadastro de Defesa do Consumidor e posterior aplicação de sanção administrativa de multa; 1.646 pareceres jurídicos e decisões administrativas de sanção; 454 audiências especiais contra empresas de luto de Curitiba e RMC; 25 pareceres técnicos para a Assembleia Legislativa sobre projetos de lei na área da defesa do consumidor.
- Estudos, Pesquisas e Eventos - Projeto Comparação de Preços de Produtos e Serviços de Consumo Básico e realização das pesquisas Ovos de Páscoa (11 estabelecimentos, com 237 itens pesquisados) e Material Escolar (10 estabelecimentos com 256 itens pesquisados).
- Projeto Educação para o Consumo - Boletim PROCON, enviado mensalmente pela internet, com 2.638 assinantes, com o objetivo de informar a população sobre os direitos dos consumidores. Além disso, tem 1.776 seguidores no *twitter* 7.180 no *facebook*. Foram distribuídos 22.731 exemplares de material educativo, realizadas quatro palestras sobre direito do consumidor em associações comerciais, órgãos governamentais e de classe.
- Projeto Descentralização do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor - tem como objetivo a municipalização da defesa do consumidor no Paraná. Em 2015, foi inaugurado, em novembro, o PROCON do município de Castro e o de Pontal do Paraná iniciou suas atividades, totalizando 59 PROCONs municipais. Além da assessoria técnica permanente aos municípios, o PROCON/PR oferece aos PROCONs municipais o sistema de Defesa e Proteção do Consumidor (DPC), importante ferramenta relacionada à gestão da política de defesa do consumidor, que disponibiliza recursos para a realização de registros, acompanhamento de demandas e relatórios de gestão. Foi criado o Fórum dos PROCONs Paranaenses visando promover a solidariedade e cooperação entre os integrantes do Sistema.
- Atendimento dos PROCONs Municipais Integrados - 34 municípios com PROCON Municipal estão integrados à Rede Estadual de Defesa do Consumidor pelo DPC, tendo sido realizados 84.532 registros de atendimento e 9.350 audiências.
- Projeto de Capacitação do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor - o PROCON/PR é o gestor estadual dos cursos oferecidos pela Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC/MJ), do Ministério da Justiça. Foram oferecidos

três ciclos de cursos de educação a distância aos técnicos do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor e órgãos parceiros, e realizados quatro treinamentos com a participação de 17 servidores de oito PROCONs municipais.

- PROCON na Mídia - concedidas 238 entrevistas e realizados 27 levantamentos de dados sobre o atendimento do órgão. O PROCON/PR participa do Conselho de Consumidores da COPEL Distribuição S.A. e da Comissão de Certificação de Produtos Elétricos do Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR).
- consumidor.gov.br - o projeto faz parte do Plano Nacional de Defesa do Consumidor (PLANDEC), da Presidência da República, e tem como foco principal a universalização do atendimento ao consumidor brasileiro, que disponha de um computador com acesso à internet. A ferramenta revolucionou a forma do consumidor de registrar sua reclamação de consumo. Ele apresenta sua reclamação diretamente ao fornecedor sem sair de casa, sob a fiscalização dos PROCONs. Somente em casos em que o fornecedor não resolver, o consumidor deve buscar um órgão de defesa do consumidor. O Paraná é o segundo Estado a utilizar a plataforma de atendimento. Em 2015, foram realizados 22.094 registros de reclamação, com um índice de resolutividade em torno de 80,0%.

19.3 Departamento de Atendimento Socioeducativo (DEASE)

O DEASE atua na organização, promoção, desenvolvimento e coordenação do Sistema de Atendimento Socioeducativo, com a proposta de desenvolver ações sustentadas nos princípios dos direitos humanos, propiciando ao adolescente o acesso a direitos e oportunidades de superação da sua realidade, de reavaliação de valores, de fortalecimento dos vínculos e da cidadania, em consonância com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), instituído pela Lei Federal nº 12.594/2012, e com o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo/Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) 2015.

O Estado do Paraná conta com 18 Centros de Socioeducação (CENSEs) e oito Casas de Semiliberdade, com capacidade para 1.131 adolescentes, e com a Unidade de São José dos Pinhais, com previsão de inauguração em dezembro, com mais 78 vagas, conforme quadro a seguir:

| REGIÃO | UNIDADE DE SOCIOEDUCAÇÃO | LOCAL | VAGAS |
|---------------------------------|--|--------------------------|-------|
| Curitiba e Região Metropolitana | CENSE Curitiba | Curitiba | 100 |
| | CENSE Joana Miguel Richa | Curitiba | 30 |
| | CENSE São José dos Pinhais (Inauguração prevista para dezembro) | São José dos Pinhais | 78 |
| | CENSE São Francisco | Piraquara | 100 |
| | CENSE Fazenda Rio Grande | Fazenda Rio Grande | 30 |
| Centro Ocidental | CENSE Campo Mourão | Campo Mourão | 20 |
| Centro Oriental | CENSE Ponta Grossa | Ponta Grossa | 88 |
| Norte Central | CENSE Maringá | Maringá | 86 |
| | CENSE Londrina I | Londrina | 82 |
| | CENSE Londrina II | Londrina | 60 |
| | CENSE Santo Antonio da Platina | Santo Antônio da Platina | 20 |
| Noroeste | CENSE Paranavaí | Paranavaí | 28 |
| | CENSE Umuarama | Umuarama | 17 |
| Oeste | CENSE Cascavel I | Cascavel | 20 |
| | CENSE Cascavel II | Cascavel | 78 |
| | CENSE Foz do Iguaçu | Foz do Iguaçu | 97 |
| | CENSE Laranjeiras do Sul | Laranjeiras do Sul | 88 |
| | CENSE Toledo | Toledo | 25 |
| Sudoeste | CENSE Pato Branco | Pato Branco | 18 |
| Curitiba e Região Metropolitana | Semiliberdade Curitiba | Curitiba | 18 |
| | Semiliberdade Joana Miguel Richa | Curitiba | 18 |
| Centro Oriental | Semiliberdade Ponta Grossa | Ponta Grossa | 18 |
| Norte Central | Semiliberdade Londrina | Londrina | 18 |
| Oeste | Semiliberdade Cascavel | Cascavel | 18 |
| | Semiliberdade Foz do Iguaçu | Foz do Iguaçu | 18 |
| Noroeste | Semiliberdade Paranavaí | Paranavaí | 18 |
| | Semiliberdade Umuarama | Umuarama | 18 |

FONTE: Divisão de Vagas e Sistema de Informações/DEASE

Principais ações:

- Atendimento a adolescentes - 610 em abrigo, 1.979 em internação provisória, 1.807 em internação, 76 em internação-sanção e 693 em semiliberdade.
- Nomeação de 279 educadores sociais, com previsão de nomeação de mais 47 em dezembro.
- Estruturação de bibliotecas em todas as unidades socioeducativas com 5.600 obras literárias novas para Programa de leitura na socioeducação.
- Estruturação de linhas de ação para atuação em saúde mental com lançamento de material orientativo sobre o fluxo de encaminhamentos para prevenção ao suicídio.
- Sistematização de dados gerenciais do sistema socioeducativo que concorreu na 14ª edição do Prêmio Excelência em Governo Eletrônico (e-Gov 2015), que proporcionou melhorias no atendimento, monitoramento e evolução dos adolescentes em conflito com a lei.
- Capacitação de 300 educadores sociais em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, juntamente com a Universidade de Brasília (UNB), com ciclos presenciais organizados pela Escola de Educação em Direitos Humanos (ESEDH/SEJU).

- Implantação da descentralização de recursos por meio do Fundo Rotativo para as Unidades de Socioeducação.

Ao adolescente em cumprimento da medida socioeducativa é assegurada a mínima intervenção, restrita ao necessário para a realização dos objetivos da medida, além de educação formal, qualificação profissional, esporte, cultura e lazer, oportunizados de acordo com os seguintes projetos e Programas:

- Programa de Educação nas Unidades Socioeducativas (PROEDUSE) - oferta de escolarização em todas as unidades de Socioeducação, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SEED), sendo garantido o atendimento de ensino fundamental e médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) a todos adolescentes. Em 2015, foi ofertada a escolarização formal para 2.273 adolescentes.
- Qualificação Profissional Básica - oferta regular de cursos de qualificação profissional para os adolescentes em todas as Unidades de Socioeducação. Os cursos, até setembro, foram ministrados pela Associação Horizontes e aconteceram em 15 Centros de Socioeducação (CENSEs) e oito Casas de Semiliberdade, com a oferta de 24 opções de cursos, dentre eles: Panificação, Conserto de Eletrodomésticos, Almoxarife, Texturização e Pintura Decorativa, Cabeleireiro e Informática. Em 2015, foram 424 turmas com aproximadamente 1.267 adolescentes, resultando em 269 declarações de participação e 998 certificados de conclusão.
- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) - voltado ao sistema socioeducativo com oferta de turmas exclusivas de cursos profissionalizantes nas unidades socioeducativas de internação. Foram disponibilizados cursos na modalidade de formação inicial e continuada com carga horária mínima de 160 horas, nas áreas automotiva, serviços e industrial, tendo atendido os CENSEs de Maringá, Laranjeiras do Sul, Londrina II, Joana M. Richa (Curitiba), Toledo, Santo Antônio da Platina, Cascavel II, Campo Mourão, Pato Branco, Fazenda Rio Grande, São Francisco e Umuarama.
- Culturação - projeto que visa garantir o direito à cultura, esporte e lazer aos adolescentes em cumprimento de medida, em 22 unidades, com 66 oficinas, dentre elas: musicalização, capoeira, arte circense, dança, expressão corporal, cinema, artes cênicas e artesanato; desenvolvidas predominantemente no período de recesso escolar dos professores do PROEDUSE, podendo ser ofertada mais de uma oficina por unidade.
- Karatê - ação executada em parceria com a Associação Educacional de Desenvolvimento Humano e Social (ADDES), nos CENSEs e nas Casas de Semiliberdade. Foram ofertados saberes teóricos e práticos, com o objetivo de

fazer desse aprendizado uma estratégia de acesso ao lazer e atividades diferenciadas para os adolescentes, com cerca de 900 participantes.

19.4 Escola de Educação em Direitos Humanos (ESEDH)

A ESEDH tem como objetivo desenvolver competências, habilidades e atitudes do servidor, inclusive a produção intelectual, de todos os servidores. Tem papel fundamental para a consecução das políticas propostas pela SEJU, considerando que é na formação e na capacitação sistemáticas dos servidores que se constrói uma nova cultura organizacional, cujo ponto central está na crença de que é possível prestar um atendimento de qualidade, com foco na garantia dos direitos fundamentais, na inserção social digna, humanizada e cidadã. Principais ações:

- Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos - coordenação da implementação do Plano que prevê ações na área de Direitos Humanos, a partir de seis eixos, entre os quais a educação básica, a educação superior, o sistema de justiça, de segurança e de socioeducação, conforme Decreto Estadual nº 2.504/2015.
- Formação dos 84 novos educadores sociais, da Região 1 - Curitiba, Região Metropolitana e Ponta Grossa, contratados em 2015, envolvendo conteúdos sócio-históricos, técnicos e operacionais.
- Elaboração do curso de Planejamento Estratégico aos 26 gestores dos CENSEs e das Casas de Semiliberdade, com 24 horas, envolvendo temas tais como: legislações protetivas, manejo de equipes, planejamento, elaboração de objetivos, metas e indicadores.
- Coordenação do projeto que premia boas práticas dos servidores no âmbito da gestão, direitos humanos, socioeducação e segurança.
- Desenvolveu projeto de entrevistas na rádio *web*, em parceria com o UniBrasil Centro Universitário, vinculada ao curso de jornalismo em que foram discutidos temas de direitos humanos tais como: migrantes, refugiados, apátridas e justiça restaurativa.
- Elaboração de estudo para a implantação da Guarda Municipal Cidadã em parceria com os municípios paranaenses.

Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

20 Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) tem por finalidade formular e executar as políticas de meio ambiente e recursos hídricos, florestal, cartográfica, agrária, fundiária, controle da erosão, gestão de resíduos sólidos e de saneamento ambiental.

Em 2015, coordenou a proposição e elaboração de políticas, normas, estratégias, programas e projetos relacionados à sua atuação específica, contribuindo para a definição e a implementação da política ambiental do Estado.

Suas ações e de suas vinculadas, Instituto de Terras e Cartografias e Geociências (ITC), Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANA), Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR) e Instituto Ambiental do Paraná (IAP), estão detalhadas a seguir.

20.1 Coordenadoria de Resíduos Sólidos (CRES)

- Programa Estadual de Resíduos Sólidos - Paraná sem Lixões - manutenção e acompanhamento da implantação das metas estabelecidas nos planos de trabalho apresentados nos Termos de Compromisso; da Política e do Plano Nacional dos Resíduos Sólidos, por meio do Plano de Regionalização, dos Sistemas de Logística Reversa, dentre outros; articulação das ações de mobilização e captação de recursos para financiamento de serviços da coleta seletiva e domiciliar de resíduos e sua disposição, nos municípios paranaenses.
- Grupo Técnico Municipal das 20 Regiões do Plano de Regionalização (R20) - desenvolvimento de ações para o fortalecimento do R20, como a coleta seletiva, logística reversa e o Plano Estadual de Resíduos Sólidos.
- Sistemas de Logística Reversa - o Paraná tem 19 termos de compromisso assinados com as cadeias produtivas, com objetivo de implantar o sistema de logística reversa, tais como o Sindicato da Indústria da Construção Civil no Paraná (SINDUSCON-PR) e o setor de embalagens pós-consumo. O Paraná se destaca pelo programa de Logística Reversa das embalagens de agrotóxicos e de coleta das embalagens de óleo lubrificante.

20.2 Coordenadoria de Biodiversidade e Florestas (CBIO)

- Inventário Florestal - entre as três fases do projeto, a Fase III será elaborada pela SEMA. Em 2015, foi apresentada a proposta de execução do projeto ao Banco Mundial com aceitação do desenvolvimento do Inventário Florestal Nacional,

como contrapartida do Estado aos demais projetos financiados pelo Banco. A não objeção do Banco foi enviada à SEMA no final de 2015.

- Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA) - a elaboração envolve três etapas: a) diagnóstico - mapeamento dos remanescentes de vegetação nativa; b) construção dos cenários desejáveis para o município - mapeamento das áreas prioritárias para conservação e recuperação dos remanescentes; c) plano de ação - detalhamento das metas e atividades para alcançar os objetivos.
- Pagamento por Serviços Ambientais para as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (PSA/RPPN) no Paraná elaboração de minuta de Resolução pela SEMA, que estabelecerá regras específicas para o PSA/RPPN, considerando o custo de manejo de unidades de conservação no cálculo do valor do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).
- Parques do Paraná - Conhecer para Conservar - projeto prioritário que tem como principal escopo a elaboração de modelos de gestão estratégicos de áreas protegidas por meio do incremento da conservação da biodiversidade aliada à educação ambiental, turismo sustentável, visitação com excelência de qualidade; geração de oportunidades de novos negócios nos municípios envolvidos. Parques definidos: Vila Velha, Guartelá, Monge, Ilha do Mel, Amaporã, Serra da Baitaca, Cerrado, Mata dos Godoy, Lago Azul, Pico do Marumbi, Pico Paraná, Campinhos, Rio da Onça e São Camilo.
- Projeto de Conservação e Proteção da Biodiversidade - desenvolvimento de ações estratégicas de conservação da Floresta com Araucárias situada nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul abrangendo uma área de mais 139 municípios. Proposta de trabalho: planejamento estratégico, políticas públicas, articulação e integração interinstitucional que orientarão as 23 instituições que fazem parte deste Corredor, e influenciarão o desenvolvimento sustentável regional nos três estados.

20.3 Coordenadoria de Mudanças Climáticas (CMC)

- SEMA Carbono Zero - primeiro órgão estadual do país a realizar a contabilização e compensação das emissões de carbono em decorrência de seu trabalho. Realizado anualmente, foram concluídos os cálculos da quantidade de emissão de 2012 a 2014 e início dos cálculos de 2015, para compensação.
- Programa de Fortalecimento da Gestão de Riscos e Desastres Naturais e Antrópicos (FGRD) - coordenação do trabalho em conjunto com a Defesa Civil, o Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR), o Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR) e com o Instituto das Águas do Paraná, antecipando o horizonte de eventos extremos para até três dias.

- Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas - apoio na implementação das propostas previstas no Inventário de Emissões Antrópicas Diretas e Indiretas de Gases de Efeito Estufa (GEE) e de Agentes Climáticos de Curta Duração, e demais programas previstos na Política Estadual sobre a Mudança do Clima.
- Registro Público Estadual de Emissões de Gases de Efeito Estufa - lançado em abril, tem por objetivo estímulo à redução das emissões de gases de efeito estufa; incentivo aos agentes econômicos na contabilização de suas emissões e orientação de estratégias de transição competitiva para uma economia de baixo carbono; informação à sociedade sobre os esforços do governo e dos agentes econômicos no enfrentamento dos desafios colocados pelas mudanças climáticas; orientação aos consumidores sobre bens e serviços de maior sustentabilidade ambiental na cadeia produtiva; incentivo ao uso de novas dimensões da contabilidade empresarial; criação de um banco de dados sobre emissões, permitindo análise comparativa entre setores da economia, como instrumento de concepção de políticas públicas.

20.4 Coordenadoria de Recursos Hídricos e Atmosféricos (CRHA)

- Elaboração do Termo de Referência para contratação de Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental para as Sub-Bacias dos Rios Piraquara, Miringuava e São Cristóvão, com a finalidade de implementar o PSA/Hídrico. Aberto procedimento licitatório.
- Termo de Cooperação Técnica e Financeira - celebrado entre SEMA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Fundação de Apoio a Pesquisa e ao Desenvolvimento (FAPED), para execução de trabalhos de pesquisa em levantamentos de caráter interativo, considerando as temáticas de solos, vegetação e água sob as óticas técnico-científica e técnico-jurídica em áreas piloto nas microbacias de São Cristóvão (Castro) e Miringuava (São José dos Pinhais).
- Programa de Consolidação do Pacto Nacional de Gestão das Águas (PROGESTÃO) - coordenação do processo de adesão do Paraná ao PROGESTÃO, por intermédio da SEMA e AGUASPARANÁ com a Agência Nacional de Águas (ANA).
- Projeto de Recuperação Florestal das Áreas de Nascentes - elaboração, em conjunto com a SANEPAR, de projeto para recuperação florestal das áreas de nascentes que margeiam o Reservatório Piraquara II, utilizado para o abastecimento público da Região Metropolitana de Curitiba.
- Revitalização do Rio Iguaçu - participação no Grupo Gestor do Projeto, criado por meio do Decreto Estadual nº 1.589 de 02/06/2015.
- Programa Nacional de Qualidade das águas (PNQA) - coordenação da Cooperação Técnica com a ANA.

- Revisão, editoração e publicação de 20.000 exemplares do livro O Paraná e suas Águas.
- Plano de Controle de Poluição Veicular (PCPV) - revisão das diretrizes para elaboração e implantação do PCPV.
- Segurança Hídrica - acompanhamento do Programa de Segurança Hídrica para o Estado do Paraná, instituído no âmbito do AGUASPARANÁ.
- Participação na Coordenação do evento Dia do Rio em conjunto com a ANA, Embaixada da Coreia do Sul, Empresa de Saneamento da Coreia do Sul (k-Water), Vice-Governadoria do Estado do Paraná, Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) e Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

20.5 Assessoria de Educação Ambiental e Jardim Botânico (AEA)

Promoção de palestras para o sistema SEMA e para o público em geral, referentes aos principais eixos temáticos desta Secretaria.

20.6 Assessoria de Planejamento (AP)

- Implantação e monitoramento do Sistema de Gestão de Projetos - Clarity.
- Elaboração do PPA 2016-2019.
- Suporte e orientação aos municípios e às instituições vinculadas, referentes a todos os assuntos pertinentes para a Operação Verão Paraná 2015-2016.

20.7 Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (COLIT)

- Reformulado pelo Decreto nº 2.415/2015, que, dentre outras providências, aprovou seu Regimento Interno. A partir de sua publicação, os processos oriundos do IAP para emissão de Licenças passam a ser analisados por Câmara Técnica do COLIT e posteriormente enviados ao Conselho Pleno do COLIT para votação.
- Plano Diretor de Pontal do Paraná - em processo de aprovação para encaminhamento à próxima reunião do Conselho Pleno.

20.8 Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITC)

O ITC, autarquia estadual, é o órgão executor das políticas agrárias, fundiárias, cartográficas e geodésica, no Estado do Paraná.

20.8.1 Departamento de Zoneamento Territorial

O Programa de Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE-PR) foi continuado para o Estado do Paraná na escala 1:250.000 com a conclusão do diagnóstico e do prognóstico.

Principais atividades realizadas:

- Readequação gráfica do relatório do ZEE-PR - Litoral visando à publicação impressa no início de 2016.
- Gestão das atividades finais de revisão e diagramação do Relatório do ZEE-PR visando à publicação impressa no início de 2016.

20.8.2 Departamento de Cartografia e Estruturas Territoriais

- Revisão de limites municipais em 35 processos com pareceres técnicos aos demandantes.
- Publicação da Base de Divisas Municipais 2015, ajustada à escala 1:50.000 nos formatos *shapfile* para utilização em softwares de geoprocessamento e formato kml para visualização no Google Earth.
- Digitalização de 3.252 fotos aéreas e mapas de acervo fundiário, impressão de mapas de acervo.
- Higienização de 2.863 fotos aéreas para digitalização.
- Atendimento a público (94), pessoalmente ou por solicitação via protocolo, no setor de mapoteca.
- Acesso à informação pelo sistema SIGO com 110 atendimentos.
- Acompanhamento do processo de contratação do mapeamento por imagens de radar aéreo transportado, banda x e p, efetivado em novembro.
- Acompanhamento, em conjunto com a equipe composta por ITCG, IAP, COPEL, UFPR, EMBRAPA FLORESTAS, EMATER, SEMA e SEAB da contratação do Mapeamento do Uso e Cobertura da Terra ano referência 2013.
- Continuidade dos trabalhos do Projeto Nomes Geográficos do Paraná nos municípios de Araucária, Balsa Nova, Cerro Azul, Porto Amazonas, Prudentópolis, Quitandinha, Rebouças, Teixeira Soares, Tijucas do Sul, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Piên, Campo do Tenente, Fernandes Pinheiro, Imbituva, Inácio Martins, Itaperuçu, Ivaí, Mandirituba. Quatro Barras e nos parques Ilha do Mel, Parque do Monge (Lapa), Guartelá.
- Elaboração do Termo de Referência para contratação da Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE - SEMA) com recursos do Banco Mundial.

20.8.3 Departamento de Geodésia

- Regularização Fundiária - 21 títulos concluídos.
- Termo de Referência - elaboração do termo de referência para contratação de empresas especializadas em georreferenciamento de imóveis para medição e demarcação topográfica de lotes nos municípios de Borrazópolis e Imbaú.
- Atendimento a 160 processos de pessoas físicas ou jurídicas.

20.8.4 Diretoria de Terras (DITER)

- Regularização Fundiária - prioridade de atendimento aos agricultores familiares, pequenos e médios, e comunidades tradicionais.
- Titulação de terras públicas - expedição de 200 títulos em Itaperuçu, 150 em Rio Branco do Sul e 100 em Ivaí; após o levantamento ocupacional e medições georreferenciadas, com a elaboração de plantas e memoriais descritivos.
- Programa Pró Rural - continuidade à execução do Pró-Rural. O projeto faz parte do Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial coordenado pela Secretaria de Estado do Abastecimento e este Instituto atua no item específico de Regularização Fundiária.

20.9 Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANÁ)

No Programa Paraná Sustentável, complementou e desenvolveu as seguintes atividades:

- Sistema de Captação e Abastecimento de Água Padrão - perfuração de poço, instalação de equipamento de bombeamento, instalação de adutora e instalação do reservatório. Construído um sistema de captação e abastecimento de água padrão de 1.000 metros e capacidade de 150 m³/dia, para 161 municípios, realizadas em 184 localidades no total de R\$ 22,9 milhões pagos, com a finalidade de abastecer comunidades rurais do Estado, mediante convênios com os municípios.
- Programa Água no Campo - perfuração de poços com equipamentos próprios. Principais realizações até outubro: 49 convênios firmados; 24 poços artesianos perfurados, todos considerados produtivos; 12 municípios atendidos.
- Erosão e Cheias - obras em andamento com recursos do PAC, provenientes do Ministério de Cidades: canalização dos Córregos 1 e 2 dos Afluentes do Rio Ressaca, em São José dos Pinhais, com valor estimado de R\$ 2,4 milhões; controle de cheias por meio de bacia de retenção e com volume morto útil, Parque e Paisagismo do Entorno, em Pinhais, com valor estimado em R\$ 17,1 milhões.

- Embalagens vazias de agrotóxicos - convênio com o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (INPEV), com recolhimento de 5.035.000 kg de embalagens de agrotóxicos até outubro.
- Departamento de Resíduos Sólidos Urbanos - em execução: levantamento dos municípios para implantação do Sistema Único de Reciclagem e Coleta Seletiva; apoio técnico aos municípios na operacionalização dos aterros; apoio técnico para a elaboração da Operação Verão Paraná 2015-2016, com elaboração de planilhas de custo e plano de trabalho.

20.9.1 Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR)

- Fundo Estadual de Recursos Hídricos - aprovação de minuta de Resolução referente ao plano de aplicação de recursos financeiros do fundo.
- Apresentação e distribuição do livro Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Paraná por Bacias Hidrográficas.
- Gestão de Águas - apresentação da avaliação das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual em 2013 do PROGESTÃO.
- Plano Diretor do Sistema de Abastecimento de Água Integrado de Curitiba e Região Metropolitana (SAIC) - apresentação do plano pela SANEPAR ao CERH.

20.9.2 ICMS Ecológico

- Proposta de revisão do Decreto nº 2.791/1996, referente a critérios técnicos de alocação de recursos financeiros do ICMS Ecológico, destinados a mananciais de abastecimento público, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 170/2014.

20.9.3 Diretoria de Gestão de Bacias Hidrográficas

- Coordenação do processo de elaboração dos Planos de Bacia do Rio Tibagi e Rio Jordão; contratação e início do Plano de Bacia do Norte Pioneiro; contratação e início do Plano de Bacia Piraponema; contratação e início do Plano de Bacia do Baixo Ivaí.
- Contratação e início do Enquadramento dos Corpos de Água do Paraná 3.
- Realização das atividades pertinentes à Secretaria Executiva dos Comitês de Bacia do Pirapó e Paranapanema 3 e 4; do Paraná 3; do Tibagi; do Jordão; do Comitê Norte Pioneiro; do Baixo Ivaí/Paraná1 e Litorânea.

- Acompanhamento da execução de serviços de capacitação da sociedade quanto a Gestão de Recursos Hídricos.
- Acompanhamento do Contrato de Gestão com a Agência Nacional de Águas.
- Elaboração do Manual de Cobrança.
- Impressão do Relatório Executivo do Plano de Bacia do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira.
- Realização das atividades pertinentes à Secretaria Executiva do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira.
- Gerência das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira - coordenação do processo de arrecadação de recursos advindos da cobrança pelo direito de uso da água; realização de uma reunião do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira; elaboração do edital de chamamento para utilização dos recursos da cobrança.
- Plano de Bacia do Rio Tibagi - aprovação do enquadramento dos corpos de água e aprovação do Plano de Bacia pelo Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira.
- Plano de Bacia do Rio Jordão - aprovação do Cenário Alternativo pelo Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira.
- Aprovação do balanço hídrico pelo comitê do Plano de Bacia dos Rios: Norte Pioneiro, Piraponema e da bacia do Baixo Ivaí.

20.9.4 Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI)

Conforme Resolução nº 93/2015 CERH/PR, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprovou o plano de aplicação dos recursos advindos de compensações financeiras que integram o FRHI referente ao ano de 2015, com um aporte na ordem de R\$ 7,5 milhões.

20.10 Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR)

A MINEROPAR, empresa pública de capital exclusivo do Estado e vinculada à SEMA, tem a função institucional de Serviço Geológico do Paraná. As linhas de ação incluem a geração de dados geológicos aplicados ao planejamento urbano, meio ambiente, gestão de riscos geológicos em assessoria à Defesa Civil, fomento à indústria mineral e apoio técnico aos órgãos e projetos governamentais.

20.10.1 Diretoria Executiva

- Encaminhamento do processo de solicitação de renovação dos quadros da empresa para atender as atribuições do Serviço Geológico do Paraná à SEMA.
- Marco Regulatório da Mineração - participação das discussões, em âmbito federal, com previsão de mudanças no percentual da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e repasse de obrigações da União aos Estados, entre outros temas.
- Assessoramento técnico à PGE em ação de aumento de 5,0% para 10,0% do percentual de cobrança de royalties do xisto de São Mateus do Sul.
- Delimitação do mar territorial - assessoramento à PGE em ação junto ao Supremo Tribunal Federal e atuação com o Movimento Pró-Paraná visando nova delimitação do mar territorial, para correção de situação desfavorável ao Estado e garantir royalties de petróleo e gás da plataforma continental.
- Repasse de informações sobre o potencial para gás de xisto no Estado tendo em vista as unidades geológicas promissoras, em particular nas áreas concedidas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).
- Administração do arrendamento do direito de exploração de ouro em Campo Largo, efetivado à Frontier Mining do Brasil Mineração Ltda.
- Gestões junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), para concluir a cessão dos direitos minerários das áreas 820.141/1984 e 820.214/1980, do depósito de fluorita em Cerro Azul.

20.10.2 Diretoria Técnica

- Mapeamento para fins de planejamento e gestão de riscos geológicos.
- Mapeamento geológico-geotécnico na Região Metropolitana de Curitiba - publicação do Relatório do Mapeamento para Planejamento/Folhas C e D, em área de 319 km² no município de São José dos Pinhais, escala 1:20.000; elaboração de termo de referência para complementação do mapeamento no entorno de Curitiba, no Projeto de Fortalecimento da Gestão de Riscos e Desastres/Projeto Multissetorial do Paraná (Banco Mundial); em finalização, o projeto de mapeamento em Rio Branco do Sul, na escala 1:20.000.
- Caracterização do meio físico para fins de planejamento urbano com indicação de áreas de riscos geológicos nos municípios de Saudade do Iguaçu e Santa Teresa do Oeste; e início dos trabalhos em Santa Lúcia e Rio Bonito do Iguaçu.
- Mapeamento da suscetibilidade a deslizamentos no Sul e Sudoeste do Paraná para elaboração de plano de contingência dos municípios.

- Apoio no mapeamento dos processos erosivos no Noroeste, executado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com recursos para as etapas de campo, na forma de Termo de Convênio.
- Assessoramento à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.
- Mapeamento geológico básico - continuidade do mapeamento geológico do Grupo Serra Geral, escala 1:250.000, da divisa com São Paulo em direção ao paralelo 24, cerca de 10.260 km² mapeados em 2015.
- Mapeamento geológico do Aquífero Guarani - início do projeto de revisão da cartografia geológica do aquífero Guarani, no Paraná, na escala 1:50.000.
- Avaliação de potencial para rochas e minerais de uso agrogeológico - desenvolvimento de estudos preliminares para avaliação do potencial do Paraná na produção de rochas e minerais de uso agrogeológico, elaboração de mapa e início das investigações em campo na região Oeste.
- Geologia e meio ambiente - prestação de serviços técnicos ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP), com emissão de pareceres técnicos em 765 processos.
- Ações em Geoturismo - manutenção de dez painéis.
- Fomento à mineração - realização de ensaios geotécnicos de caracterização de argilas para cerâmica vermelha, granulométricos de agregados e confecção de lâminas petrográficas pelo Serviço de Laboratório (SELAB) da MINEROPAR; emissão de 312 laudos referentes a 434 ensaios, para atendimento a terceiros e aos projetos da empresa.
- Gestão da informação - alimentação de informações no sistema MINA de dados referentes a 3.752 poços tubulares da SANEPAR com descrição litológica; análises químicas e mineralógicas de 67 amostras do Projeto Caracterização de Argilas do Paraná; dados petrográficos de 507 amostras de rocha de projetos da empresa; 160 pontos de campo da Avaliação Geotécnica em Antonina; e 1.112 pontos do Mapeamento em Conceição dos Correias e Santana de Baixo, do Plano Diretor de Mineração da RMC (PDM); conversão dos dados do Projeto Aerogeofísico do Leste Paranaense, gerando 1.759.126 pontos das linhas de voo, com dados aerogama-espectrométricos de Th, U, K, razões, contagem total e magnetometria; conclusão de versão genérica do Mapa Geológico do Paraná para o Projeto ZEE, com o processamento dos arquivos e correção de problemas topológicos, superposição de polígonos, atributos e reclassificação, para a atualização do Mapa Geológico do Paraná, digitalizados projetos da Bacia do Paraná (Projeto Carvão).
- Atividades do Centro de Informações Minerais (CIM) - Geologia na Escola - recepção de 9.644 estudantes em 200 visitas monitoradas de escolas públicas e particulares, com um total de 9.644 estudantes.

- Biblioteca digital - realização de atividades de acervo técnico: atendimento contínuo ao público; digitalização do Acervo Técnico da empresa e disponibilização na página da MINEROPAR, por meio da Biblioteca Digital.

20.11 Instituto Ambiental do Paraná (IAP)

20.11.1 Diretoria de Restauração e Monitoramento Florestal (DIREF)

- Departamento de Produção de Mudanças Nativas - estoque dos viveiros do IAP de 2.145.245 mudas de espécies nativas para a restauração de áreas degradadas; produção dos laboratórios de sementes do IAP desde a coleta, beneficiamento e armazenamento de 1.104,5 kg de sementes florestais nativas; estoque disponível nos laboratórios de sementes do IAP de 1.970,6 kg de sementes florestais nativas.
- XIX Congresso Brasileiro de Sementes - participação de técnicos do IAP, com apresentação de trabalho técnico sobre o tema Sistema Informatizado Garante Rastreabilidade das Sementes de Espécies Nativas na Restauração Florestal do Paraná - SGA, sendo o único Estado com um sistema que realiza o rastreamento das mudas.
- Firmou parcerias com nove Entidades e quatro municípios que realizam o repasse de mão de obra para os viveiros do IAP.

20.11.2 Departamento de Monitoramento da Vegetação Nativa

- Cadastramento de 1.177 pedidos de revisão de termos de compromisso e encaminhamento à Diretoria Jurídica.
- Estimativa de 650 atendimentos presenciais, 3.000 atendimentos telefônicos e 4.000 respostas de e-mail para esclarecimento de dúvidas acerca do Programa de Regularização Ambiental (PRA).
- Emissão de pareceres técnicos de 50 processos direcionados ao departamento.
- Estimativa de emissão de 1.000 recibos Cadastro Ambiental Rural (CAR) aos requerentes quando o sistema esteve inoperante.
- Adequação de carta consulta, submetida ao BNDES para obtenção de recursos financeiros do Fundo Amazônia na implementação do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) no Paraná.

20.11.3 Diretora de Monitoramento Ambiental e Controle da Poluição (DIMAP)

- Sistema de Gestão Ambiental (SGA) - operacionalização de módulos do sistema das atividades de Licenciamento Ambiental de empreendimentos industriais, imobiliários, suinocultura, avicultura, comerciais e serviços; Declaração de Emissões Atmosféricas *on line*; Dispensa de Licenciamento Ambiental *on line*.
- Operacionalização do contrato com a OEA para realização de coletas e análises de rios da Bacia do Prata.
- Implantação do Cadastramento de Laboratórios de Análises Ambientais (CCL).
- Monitoramento da qualidade do ar em tempo real.
- Licitação para aquisição de sete estações de monitoramento da qualidade do ar.

Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

21 Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) constitui órgão de primeiro nível hierárquico, de assessoramento e apoio direto ao Governador do Estado, para o desempenho de funções de planejamento, coordenação e controle da ação geral do governo, dos assuntos e programas intersecretariais, da organização base do sistema de planejamento e organização institucional, bem como, da articulação do Governo com o setor privado, visando promover o desenvolvimento econômico do Estado.

As unidades administrativas da Secretaria e de suas entidades vinculadas, como o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e o Instituto de Pesos e Medidas do Paraná (IPEM); e bem como, por meio dos Contratos de Gestão firmados com o Serviço Social Autônomo Agência Paraná de Desenvolvimento (APD) e Serviço Social Autônomo PARANÁ PROJETOS foram desenvolvidas como principais ações as relacionadas a seguir.

21.1 Coordenação de Monitoramento e Avaliação (CMA)

A CMA é responsável pela definição de metodologias, tecnologias e fluxos de informações para o monitoramento e avaliação dos programas de Governo e pela avaliação dos resultados obtidos na execução do Plano Plurianual, permitindo a cada órgão e entidade de governo identificar e reconhecer os níveis de eficiência, eficácia e efetividade das suas Iniciativas. Principais ações:

- Proposta do Plano Plurianual 2016 a 2019 (PPA 2016-2019) - a elaboração da Proposta buscou aperfeiçoar o modelo utilizado para o período anterior (2012-2015), manteve seu caráter estratégico, com condições efetivas para a formulação, a gestão e a implementação das políticas públicas. O trabalho foi realizado em conjunto com os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, além dos Outros Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública, a partir de uma análise social, econômica e ambiental do Estado. Além disso, num processo transparente e de ampla discussão com a sociedade, e ainda, visando colher subsídios e informações junto à sociedade organizada, foram instaladas Audiências Públicas nas modalidades de Sessões Presenciais em Maringá, Cascavel e Curitiba, nos dias 18, 19 e 20 de agosto de 2015, respectivamente, e Não Presenciais por meio do *site* www.governoestado.pr.gov.br. O PPA 2016-2019 possui 20 Programas Finalísticos e 04 Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, além das Obrigações Especiais; 61 Indicadores, 321 Iniciativas e 208 Metas, com o Valor Global de cerca de R\$ 210,0 bilhões.

- Acompanhamento do Plano Plurianual 2012 a 2015 (PPA 2012-2015) - compreende os resultados alcançados pelos Programas, por meio da aferição e da análise dos Indicadores e Metas, contribuindo para a melhoria do processo de planejamento estadual e o aperfeiçoamento contínuo da gestão dos programas que integram o Plano e os Orçamentos. Foi elaborado o Relatório de Acompanhamento do PPA 2012-2015 para o exercício 2014 de Indicadores e Metas, que integra a Prestação de Contas Anual do Chefe do Executivo Estadual, contendo informações qualitativas e quantitativas acerca dos Programas, Indicadores, Iniciativas e Metas, desenvolvidos no período, sendo: 21 Programas Finalísticos, com 66 Indicadores, 196 Iniciativas e 162 Metas; 04 Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, com 03 Indicadores, 145 Iniciativas e 27 Metas; além das 101 Iniciativas de Obrigações Especiais.
- Mensagem do Governador do exercício de 2015 à Assembleia Legislativa - compreende a coordenação, elaboração, consolidação e revisão da Mensagem, com base nos relatórios de atividades das diversos órgãos e entidades estaduais.
- Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual (SIGAME) - ferramenta digital utilizada para a gestão do PPA, permitindo sua elaboração, monitoramento, avaliação, revisão e atualização, integrada ao sistema orçamentário e financeiro de responsabilidade de Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA). Neste exercício foram aperfeiçoadas suas funcionalidades e implementadas novas para atender diversos períodos de PPA.
- Participação no Grupo de Trabalho de Indicadores de Planejamento, em nível nacional, de iniciativa do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais do Planejamento (CONSEPLAN), para definição e padronização de indicadores de desempenho que permitam a análise comparativa de resultados estratégicos entre os entes da Federação.
- Coordenação do Grupo de Trabalho de Gestão de Obras do Estado, para a obtenção de solução única e padronizada no planejamento e gerenciamento das obras de responsabilidade do Estado, visando a transparência e controle de todo o processo; entre outras.

21.2 Coordenação de Modernização Institucional (CMI)

A CMI coordena e supervisiona as atividades e projetos relativos à racionalização, modernização e reestruturação organizacional, garantindo perenidade ao processo de inovação da gestão institucional em sintonia com mudanças administrativas dos órgãos e entidades estaduais. Principais ações:

- Assessoramento aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual com a emissão de Informações Técnicas e Pareceres Técnicos Conclusivos.

- Estudos de reestruturação organizacional nos seguintes órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual: Casa Civil; Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN); Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR); Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE); Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB); Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU); Secretaria de Estado da Saúde (SESA); Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP); Serviço Social Autônomo PARANÁ PROJETOS; Superintendência de Unidades Hospitalares Próprias, no âmbito da SESA.
- Transferências de cargos de provimento em comissão e funções de gestão pública nos seguintes órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual: Casa Civil; Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA); Governadoria; Instituto de Florestas do Paraná; Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB); Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU); Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP); Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDS).
- Criação e/ou alteração nos seguintes comitês e unidades: a) alteração da denominação e das competências da Coordenação de Parcerias Público-Privadas, no âmbito da SEPL; b) Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua no Estado do Paraná, sob a coordenação da SEJU; c) Comitê Intersetorial de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado do Paraná, sob a coordenação da SEJU; d) Núcleo de Controle Interno, no âmbito da SEED; e) Delegacia de Furtos e Roubos de Cargas, no âmbito da SESP; f) Delegacia da Mulher no município de Francisco Beltrão, no âmbito da SESP; g) 22ª Subdivisão Policial no município de Arapongas, no âmbito da SESP.
- Criação e/ou alteração dos seguintes órgãos normativos e deliberativos no âmbito do Poder Executivo Estadual: a) alteração no Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná, vinculado à SEJU; b) alteração no Conselho Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas, vinculado à SESP; c) Conselho Estadual de Juventude, vinculado à Assessoria Especial para Políticas Públicas para a Juventude, no âmbito da Casa Civil.
- Anteprojeto de Lei de criação de Quadro Próprio e de Comissionados da SESP.
- Manutenção do Sistema e-ORG - Estrutura Organizacional do Estado do Paraná.

21.3 Coordenação de Desenvolvimento Governamental (CDG)

A CDG é a unidade responsável pela coordenação, elaboração e negociação de projetos multissetoriais, pela interface com as instituições nacionais e internacionais de crédito. Principais ações:

21.3.1 Projetos e Programas em Desenvolvimento e Negociação

- Banco Mundial/Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - operação de crédito contratada em 2013, resultando no Acordo de Empréstimo entre o Banco Mundial e Estado do Paraná, assinado em 12 de dezembro de 2013, teve sua execução iniciada em 2014. O terceiro desembolso desse acordo, com valor limite previsto de US\$ 50,0 milhões que correspondem aos resultados e valores obtidos no 2º semestre/2014, foi conhecido em fevereiro/2015. Para esse desembolso regras de desembolso (financeira e física) não foram atendidas integralmente, o que resultou no reembolso de aproximadamente US\$ 37,0 milhões, depositados em maio/2015 na conta do projeto. O restante do valor não desembolsado poderá ser recuperado nos desembolsos subsequentes. O projeto está aguardando a prestação de contas relativa ao quarto desembolso que está temporariamente suspenso aguardando a análise do Banco quanto aos Achados da Auditoria do Tribunal de Contas do Estado, constantes do Relatório de Auditoria. Na Carta Consulta está previsto o valor limite de US\$ 65,0 milhões para o quarto desembolso. Com relação ao Componente 2 (Assistência Técnica) em setembro/2014 foi realizado o primeiro adiamento à conta designada no valor de US\$ 5,8 milhões, os processos de seleção e contratação não foram concluídos, portanto não houve pagamentos aos fornecedores. O projeto desembolsou cerca de US\$ 131,0 milhões por parte da execução dos PGEs e US\$ 5,8 milhões para financiar as ações de assistência técnica. O término do Acordo de Empréstimo está previsto para 30 de novembro de 2017.
- Banco do Brasil S.A./PROINVESTE - contrato de empréstimo assinado em 30 de dezembro de 2013 e de Garantia e Contragarantia com a União, em 13 de maio de 2014. O primeiro desembolso ocorreu em julho/2014, no valor de R\$ 688,0 milhões, e sua prestação de contas foi remetida ao Banco. O segundo desembolso no valor de R\$ 128,8 milhões ocorreu em 08 de maio de 2015 e está sendo utilizado para o pagamento das obras rodoviárias de duplicação e implantação executadas pelo DER. Como o valor desta parcela não foi utilizado integralmente, o Estado protocolou junto ao Banco do Brasil S.A. pedido de prorrogação de prazo do contrato de empréstimo, por mais seis meses.

- Outros Programas em execução: a) Programa de Gestão Fiscal do Estado do Paraná (PROFISCO PR - BID) firmado com o BID, em 6 de agosto de 2014; b) Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana - Família Paranaense - BID, firmado com o BID, em 6 de agosto de 2014.
- Programas na fase de negociação: a) BID/Paraná Seguro - em fase final de negociação entre o Estado, Governo Federal e BID, com assinatura do contrato de empréstimo e início da aplicação dos recursos previstos para 2016; b) Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhoria de Infraestrutura Municipal - Paraná Urbano III/PROSFM - BID - em fase final de negociação entre o Estado, Governo Federal e BID, com assinatura do contrato de empréstimo e início da aplicação dos recursos previstos para 2016; e c) Programa de Infraestrutura Rodoviária - BID - Carta Consulta protocolada em novembro de 2014, na Secretaria Executiva da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX); encontra-se em análise na COFIEEX.

21.3.2 Projetos Estruturantes e Captação de Recursos junto ao Governo Federal

O Decreto nº 1.305/2015, instituiu um Grupo de Trabalho Intersecretarial, coordenado pela Vice Governadora, que tem por competências: a) defender os interesses do Estado do Paraná na Capital Federal, com o assessoramento técnico legislativo do Escritório de Representação do Governo; b) adotar negociações institucionais, com a participação da Bancada Federal, para encontrar, com transparência, consenso nas relações institucionais do Estado do Paraná com o Governo Federal; c) elaborar plano de ação no sentido de viabilizar recursos federais para o Estado do Paraná.

Neste processo a SEPL prestou assessoramento à Vice Governadora na elaboração do plano de ação, com informações sobre 145 projetos nas diversas instituições do Estado, dividindo-os por ordem de maturidade: 10 em andamento; 34 para liberação em Brasília; 12 com pendências no Estado; 72 na busca de recursos; 12 são anteprojetos e 40 ainda como ideias básicas. Este banco de projetos é importante para captação de recursos nacionais e internacionais.

21.3.3 Desenvolvimento Regional

- Regiões de Desenvolvimento (REDES) - coordenação do Programa Ações Integradas em Territórios Priorizados, iniciativa que pretende potencializar as ações do Estado no entorno de empreendimentos localizados em regiões de baixo IDH-M ou de vulnerabilidades sociais e ambientais, ou ainda em regiões com grande potencial de desenvolvimento regional. Neste programa estão inseridos: o Projeto Puma - Klabin, da região de Telêmaco Borba e imediações,

com sede em Ortigueira; o Projeto Cimenteiras, da região do Vale do Ribeira, com sede em Adrianópolis, onde estão se instalando quatro empresas do ramo cimentício; o Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável do Litoral do Paraná, envolvendo os sete municípios da região e delineando o plano de ocupação de Pontal do Paraná; o Projeto de Desenvolvimento Regional da Metrópole Norte, envolvendo 14 municípios das regiões metropolitanas de Maringá e Londrina, além do município de Apucarana e a consolidação do Trem Pé Vermelho na mesma região.

- Encontra-se em estudo projetos envolvendo o desenvolvimento da costa Norte do Estado e da costa Oeste (tríplice fronteira), principalmente no que se refere à segurança pública, turismo e infraestrutura.
- Participação em projetos envolvendo ações sustentáveis como a questão da Energia com Fontes Renováveis e Geração Distribuída, que gerou, em abril, um Relatório Técnico de Diagnóstico e Potencial Energético do Estado; com propostas de inovações tecnológicas e eficiência energética, identificando e quantificando a implantação de usinas hidrelétricas, eólicas, solares e térmicas, a biomassa e biogás.
- Projeto de Revitalização da Bacia do Iguaçu - envolve 109 municípios, numa área total de 67.462 km². Pretende usar como modelo inicial melhorias na bacia do Rio Belém (projeto piloto em desenvolvimento pela Coordenação). A CDG participa como integrante efetivo do Grupo Gestor de Revitalização do Rio Iguaçu (GGRI), e atua no levantamento dos projetos existentes e na captação de recursos.

21.4 Coordenação de Parcerias Público-Privadas (CPPP)

A CPPP é responsável pela prospecção de novos projetos que possam ser realizados por Concessão, proposição ao Conselho Gestor de Concessões de projetos no regime de Concessão e Parcerias Público-Privadas (PPPs); coordenação de Procedimentos de Manifestação de Interesses (PMI); acompanhamento de realização de estudos técnicos relativos a PPPs; assessoramento técnico e treinamento às Secretarias Setoriais referentes aos projetos de Concessão e PPPs; modelagem de Projetos de Concessão e PPPs. Principais ações:

21.4.1 Parcerias Públicos-Privadas (PPPs)

- Projeto Contratado: Corredor da PR-323 - Rota das Fronteiras - em fase contratual prévia à assinatura da Ordem de Serviço. Após a assinatura a Concessionária iniciará as obras de duplicações e melhorias no trecho entre Maringá e Francisco Alves.

- Projeto apto para Licitação: Pátios Veiculares Integrados - projeto encaminhado pela Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social (SEAP), confeccionado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). O projeto foi aperfeiçoado em conjunto com o Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR) e transformado de PPP para Concessão Comum, após a realização de dois processos de *Road Show* e uma Audiência Pública.
- Projetos em modelagem e análise: a) modernização das Centrais de Abastecimento do Estado (CEASA) - auxílio ao parceiro privado na elaboração dos estudos e dos projetos; b) Sistema de Identificação e Monitoramento Veicular - foram recebidos três projetos que contêm limitações e restrições, e as melhores práticas de cada projeto serão incorporadas e adaptadas ao projeto Rede Integrada de Coleta Eletrônica de Informações (RICEI); c) Corredor da PR-445 e PR-092 - após análises preliminares dos cenários construtivos, o projeto teve seu escopo original alterado pelo Conselho Gestor de PPPs, com o intuito de possibilitar ao parceiro privado elaborar estudos complementares para incorporar trecho da PR-090 entre Campo Magro e Piraí do Sul, bem como possibilitar a expansão do trecho entre Jaguariaíva e Cerro Azul, com a possibilidade de extensão das obras até o entroncamento com a Rodovia BR-116; desta forma o Governo atenderia uma antiga demanda da região, fomentando a economia regional bem como atenderia parte das demandas elencadas no Plano de Desenvolvimento da Região do Vale do Ribeira; d) Corredor da PR-280 - o projeto prevê a duplicação, operação, conservação e manutenção de mais de 288 km das rodovias PR-280, PR-182, PR-483 e PR-180; e está sendo transformado para concessão comum, tendo seus níveis de obras e serviços otimizados para beneficiar a modicidade tarifária (este trabalho está sendo executado em parceria com o DER); e) Sistema Integrado de Inteligência e Controle de Operações - prevê a criação, implantação, gestão, operação e manutenção de um Sistema de Integrado de Inteligência e Controle de Operações que, em conjunto com outras ferramentas, buscam o estabelecimento e operacionalização de uma política integrada e sinérgica de segurança pública no Estado do Paraná (este trabalho está sendo executado em parceria com a SESP); f) Trem Pé Vermelho - encontra-se em fase de Procedimento de Manifestação de Interesse, em que busca parceiros para a viabilização do projeto para o serviço de transporte ferroviário de passageiros nos segmentos metropolitanos de Londrina (este trabalho está sendo executado em parceria com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística).
- Prospecções de Projetos - identificou e iniciou o processo de pré-análise de 13 novos projetos com potencial de resultar em contratos de PPP ou concessão, buscando expandir a carteira de projetos. Destacam-se: Hospital da Polícia Militar, Complexo Viário do Litoral PR-101, Parques Paraná, e a elaboração de três novos projetos de concessão rodoviária; todos em condições técnicas para abertura de Chamamento Público ou para elaboração dos estudos e projetos.

21.4.2 Institucionalização das Parcerias Público-Privadas no Paraná

O processo de institucionalização das PPPs no Estado incluiu a criação e aprimoramento de documentos orientadores de como confeccionar e operacionalizar as PPPs, tais como: relatório contendo o diagnóstico da Paraná Parcerias; relatório contendo as principais diretrizes para institucionalização do Programa Paraná Parcerias, incluindo o desenho de Mapa de relacionamento do Paraná Parcerias; disponibilização de informações para compor o conteúdo do portal do Paraná Parcerias; identificação de estruturas possíveis de garantias para PPPs no Estado do Paraná; relatório sobre as estratégias de investimento do Governo do Estado do Paraná por meio de PPPs; manual técnico-operacional de PPP do Estado do Paraná; Atualização dos Marcos Legais Referentes à PPP, entre outros.

Foram organizados sete *workshops* com temas como Experiências Internacionais e melhores práticas nas Parcerias Público-Privadas; Desafios para a gestão de contratos de PPP; Avaliação de Riscos em projetos de PPP, *Project Finance*, entre outros, tendo como palestrantes especialistas e atores internacionais e nacionais do cenário das PPPs e concessões.

Deu-se início a um projeto que visa à implantação de uma nova metodologia de gerenciamento e análise de Projetos, sendo alguns dos resultados esperados:

- Promoção da cultura institucional e aumento da maturidade em gerenciamento e análise de projetos em apoio ao cumprimento do planejamento institucional.
- Alinhamento da gestão de projetos com a estratégia da Instituição para seus Projetos de Parcerias Público-Privadas e Concessões.
- Benefícios qualitativos e quantitativos à execução dos projetos estruturados, buscando a padronização de metodologias e processos de gerenciamento que incorporem as melhores práticas do mercado e lições aprendidas em Projetos anteriores.
- Desenvolvimento, padronização e divulgação da metodologia de gerenciamento e análise de projetos.
- Disseminação de informações de desempenho dos projetos e contratos às respectivas equipes, gerentes e coordenadores e direção da Organização.
- Divulgação de métodos e processos ao público externo.
- Melhoria na transparência dos processos legais dos projetos.
- Apoio das partes interessadas.
- Clareza de papéis e responsabilidades nos processos de elaboração, gerenciamento e análise de projetos estruturados.

21.5 Coordenadoria de Promoção Industrial e Comercial (CIC)

A CIC deu continuidade às ações de apoio aos potenciais empresários com interesse em se instalar no Estado e no fortalecimento das empresas paranaenses, com atendimento personalizado, disponibilização de dados estatísticos, agilização à tramitação de processos, e facilitação de contatos com as entidades estaduais envolvidas com o desenvolvimento econômico do Estado. Principais ações:

21.5.1 Programa Paraná Competitivo

O ano de 2015 não favoreceu o Programa Paraná Competitivo, tendo sido firmados apenas cinco Protocolos de Intenção com empresas instaladas em processos de expansão e reconstrução. O baixo desempenho é resultado, em grande parte, da crise econômico-financeira instalada no País, que levou os empreendedores a repensar seus planos e projetos de investimentos. Medidas de ajuste fiscal contribuem para diminuição da oferta de crédito e criam a necessidade de formação de reservas para que compromissos assumidos possam ser devidamente honrados. A elevação da cotação do dólar americano e das demais moedas atreladas elevou substancialmente o endividamento de empresas que contraíram empréstimos ou obtiveram financiamentos em moedas estrangeiras.

Fatos estes que fizeram com que a SEPL intermediasse as manifestações de entidades representativas de diversos setores, como do ramo têxtil, vestuário, informática, alimentação, sucos naturais, processamento de café, insumos de PVC para construção civil, comércio eletrônico, pneus automotivos, entre outros, pleiteando medidas fiscais de amparo e ou minimização de ônus, junto a Secretaria de Estado da Fazenda, assegurando competitividade das empresas paranaenses.

Um dos setores mais afetados pela retração da atividade econômica, o de fabricação de veículos leves e pesados, com apoio do Governo do Estado, articulou com as empresas e sindicatos de empregados, medidas minimizadoras das hipóteses de corte de postos de trabalho, que se mostraram eficazes, tendo em conta que o Paraná foi dos Estados menos afetados. Ações semelhantes foram encetadas também no caso da venda da empresa espelho de telefonia para a principal, em que havia igualmente ameaças de redução de efetivo, principalmente no interior do Estado.

Assim, grande parte das ações do Programa, dizem respeito a ajustes em projetos iniciados e/ou compromissados em anos anteriores e que necessitaram ajustes à nova realidade econômica. Entre as ações que merecem registro destacam-se:

- Implantação do Polo Cimenteiro - em Adrianópolis, no Vale do Ribeira, deu-se continuidade à implantação do polo cimenteiro, concentrado na exploração das jazidas de calcário. Uma empresa foi inaugurada e iniciou a produção de cimento; uma segunda concluiu os estudos ambientais e encontra-se na fase de obtenção da Licença de Instalação junto ao Instituto Ambiental do Paraná; uma terceira

está com o projeto da fábrica em andamento e vai iniciar as operações da mina visando à produção de calcário para comercialização deste mineral; a quarta empresa está na fase de projeto da mina e fábrica.

- Na região do Vale do Ribeira estão sendo realizadas ações para implantação do Monitoramento Ambiental Integrado, e ações junto ao DNIT para melhorias da BR-476, preparando para o advento de maior volume de tráfego de cargas das indústrias cimenteiras e madeireiras instaladas e/ou em instalação na sua área de influência.
- Na região de Ponta Grossa-Castro no segmento de cervejaria e de produção de malte, ocorre a ampliação de uma fábrica e a instalação de uma grande unidade de multinacional do ramo.
- As tratativas e encaminhamentos de pleito junto à Agência Nacional do Petróleo (ANP), visando ao recebimento dos *royalties* incidentes na exploração do xisto betuminoso pela Petrobras em São Mateus do Sul, que resultou para o Estado em pleno recebimento do benefício.
- A operacionalização do Programa de Reativação do Setor Sucroenergético do Estado, que tem como principal objetivo o aproveitamento da palha e resíduos dos canaviais para produção de energia elétrica, e possui excelentes perspectivas de sucesso. Destacam-se as tratativas junto ao BNDES para equacionamento dos financiamentos necessários à renovação dos canaviais e das unidades de geração termoelétrica, e junto à Companhia Paranaense de Energia (COPEL) para escoamento da energia excedente mediante acesso físico às redes da Companhia.

21.6 Coordenadoria de Desenvolvimento Industrial e Comercial (CDI)

A CDI na execução de suas atribuições, que envolvem a articulação e coordenação de ações e proposições de políticas públicas para o fortalecimento econômico e social do setor empresarial, e visando contribuir para a competitividade e desenvolvimento sustentável do Estado, apresenta as principais ações a seguir:

- Programa Bom Negócio Paraná - coordenação e viabilização do Acordo de Cooperação Técnica entre SEPL, SEFA, SETI, SEDS, SEAB, SEET, Fomento Paraná, SEBRAE/PR, FACIAP, FAEP, FAMPEPAR, FECOMÉRCIO/PR, FETRANSPAR, FIEP, FECOOPAR, Associação dos Municípios do Paraná (AMP) e a Associação das MPEs e dos Micro-Empreendedores Individuais de Curitiba e Região Metropolitana (Microtiba), firmado em 2015. Este acordo estabelece o desenvolvimento de ações conjuntas visando à operacionalização e o desenvolvimento do Programa por meio de cursos de capacitação em gestão empresarial, consultorias e acompanhamento às empresas de micro e pequeno porte, ao Microempreendedor Individual (MEI),

aos empreendedores informais e às cooperativas de produção e serviços estabelecidos no Estado do Paraná.

- Capacitação de Servidores Públicos Municipais - Acordo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná (FOPEME/PR) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná (SEBRAE/PR), com o objetivo de realizar capacitação dos servidores públicos municipais, estaduais e do próprio TCE na área de compras governamentais, especificamente, sobre o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas licitações públicas, conforme determinações das Leis Complementares nº 123/2006 e nº 147/2014.
- Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE/PR) - coordenado pela SEMA, a SEPL participou da conclusão do relatório e mapa Ecológico-Econômico na escala 1:250.000 do Estado do Paraná.
- Fóruns Regionais das MPEs - o Fórum Regional debate e divulga os serviços, políticas públicas e ações que o Governo do Estado tem a oferecer. Foram realizados encontros com as comunidades das regiões da AMUSEP, AMUNPAR e na AMLIPA, onde foi discutida a implementação da Lei Geral nº 163/2013 da MPEs nos municípios que delas fazem parte.
- Cartilha Dirigida aos Fóruns Regionais da MPEs - tem por objetivo mostrar, a importância dos Coordenadores Regionais em suas respectivas áreas, esclarecer e orientar os atores envolvidos na implantação e concretização das suas ações em todo o Estado do Paraná, contribuindo para o devido esclarecimento a respeito da nova realidade legal que envolve o ambiente das micro e pequenas empresas, contribuindo com os 18 Fóruns Regionais e seus representantes diretos, Coordenador da Iniciativa Pública e Coordenador da Iniciativa Privada, como representantes do Fórum Estadual da Região, de forma a atender com presteza e eficiência as demandas geradas em cada microrregião.
- Arranjos Produtivos Locais (APLs) - participa por meio da Rede Paranaense de APLs e no Comitê Temático de Tecnologia e Inovação do FOPEME. Foi reconhecido o APL de alumínio no Sudoeste do Paraná e recebida reivindicação, dos representantes do município de Campo Magro, de criação de selo de qualidade de móveis produzidos naquele município, assunto debatido em reunião com os representantes do setor, da Prefeitura Municipal e da Rede APL/PR e do Comitê Temático de Tecnologia e Inovação do FOPEME.
- Pacto Global das Nações Unidas Cidades Sustentáveis - reunião com os representantes do Pacto Global e municípios do vale Paranapanema (Centenário do Sul, Santo Inácio, Santa Inês, Porecatu, Lupionópolis e Itaguá) na busca de soluções ambientais econômicas para os municípios do vale. Foi formado o

Consórcio Sibataque, em que integram além dos municípios citados: Jardim Olinda e Paranapoema.

- Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná - elaboração e publicação do Decreto nº 1159/2015, que regulamenta o FOPEME; da Portaria nº 009/2015 aprovando o novo regimento Interno do FOPEME; do Decreto nº 1.310/2015, que alterou as atribuições do Subcomitê Estadual do Comitê para a Gestão da Rede Nacional e a Implantação do Registro de Legalização de Compras e Negócios - REDESIM, atendendo a Lei Complementar nº 163/2013. O Grupo de Trabalho, pelo Decreto nº 11.985/2014, desenvolveu ações para Regulamentação da Lei Complementar Estadual nº 163/2013: a) Programa de Compras Governamentais (Decreto nº 2.474/2015); b) Portal do Empreendedor do Paraná; com o objetivo de centralizar as informações de interesse do segmento empresarial, em fase de homologação; c) incentivo fiscal à inovação, elaboração de minuta, em conjunto com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e o Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), para o Projeto de Lei que institui o Fundo de Inovação das Microempresas e Empresa de Pequeno Porte; e d) Política Pública de Acesso ao Crédito - elaboração de minutas de Projetos de Lei criando o Fundo de Aval Garantidor de Crédito e o Fundo de Capital de Risco para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

21.7 Coordenadoria de Assuntos Internacionais (CAI)

A CAI tem por responsabilidade promover e acompanhar as missões internacionais, com a finalidade de aproveitar e identificar oportunidades para as empresas paranaenses, visando a internacionalização das mesmas, além de identificar oportunidades de Cooperação Técnica em diversas áreas de interesse do Estado do Paraná. Principais ações:

- Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) do Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em 2015 foi dada continuidade ao PNCE desenvolvendo, acompanhando e difundindo a cultura exportadora no Estado por meio da capacitação de gestores públicos, empresários e profissionais do comércio exterior. Em 2015, foi mantido contato direto com o MDIC e coordenadores federais; foram realizadas reuniões mensais com os parceiros locais articulando, fomentando e apoiando as ações a serem realizadas. Os parceiros estaduais são: SEBRAE, APEX, CIN/PR, BRDE, Banco do Brasil, SENAC, BNDES, Correios, CAIXA.
- Recepção de comitivas internacionais em conjunto com o Secretário Especial para Assuntos Estratégicos e Secretário Especial do Cerimonial e Relações Internacionais, com o objetivo de atrair investimentos para a o Paraná e estreitar laços técnicos,

comerciais e culturais, a exemplo das comitivas do Paraguai, Suécia, China, Japão, Países Baixos, entre outras; tendo assinado Acordos de Cooperação Técnica com Alemanha, Itália, França e Austrália.

- Foram selecionados pontos focais em todas as Secretarias e Órgãos Estaduais, em conjunto com os Secretários Especiais para Assuntos Estratégicos e do Cerimonial e Relações Internacionais para uma maior sinergia e organização dos Assuntos Internacionais do Estado. São realizadas reuniões bimestrais com todos os pontos focais para atualização da situação de cada Secretaria ao que se refere a estas questões.
- Vem sendo mantida uma política de acompanhamento de feiras e missões de todas as entidades do Estado do Paraná, com finalidade de identificar as melhores oportunidades para o Estado, a fim de divulgar seus produtos ou mesmo atrair investimentos.
- A manutenção do Sistema de Registro de Atos Internacionais vem sendo efetuada regularmente, mantendo atualizada toda e qualquer ação internacional do Estado do Paraná, como Acordos de Cooperação assinados, relatório de reuniões, recepção de comitivas internacionais, entre outros assuntos relevantes.

21.8 Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)

O IPARDES produz estatísticas e estudos socioeconômicos, com o objetivo de subsidiar ações governamentais e suprir a sociedade com informações e análises relevantes sobre a realidade paranaense. Entre outras atividades mantém a Base de Dados do Estado (BDE), que integra o Sistema Estadual de Informações, e produz estudos em áreas como demografia e conjuntura econômica do País e do Estado.

21.8.1 Diretoria do Centro de Pesquisa

Em suas atribuições está o desenvolvimento de pesquisas e estudos socioeconômicos, com foco no Estado do Paraná, incluindo a análise de conjuntura, a avaliação dos movimentos demográficos, o exame do contexto ambiental, o acompanhamento da questão rural, cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), o monitoramento de políticas públicas, entre outros. Principais ações:

- Publicações - Boletim de Análise Conjuntural, Revista Paranaense de Desenvolvimento (RPD), Caderno IPARDES - Estudos e Pesquisas, Boletim de Comércio Exterior.
- Atividades no âmbito da Rede IPEA - Governança Metropolitana e Índice de Vulnerabilidade Social.
- Pesquisa em campo, relativa à avaliação de impacto do Programa de Regularização Fundiária no âmbito do Pró-Rural, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e integrante do Projeto Multissetorial (BIRD).

- Outras atividades - elaboração e divulgação do PIB do Paraná e seus municípios, em conjunto com o IBGE; elaboração e divulgação de projeções demográficas dos municípios paranaenses; monitoramento dos programas do Projeto Multissetorial, financiado pelo Banco Mundial (BIRD); elaboração de cenários econômicos para a COPEL; apresentações sobre a economia paranaense e brasileira para diversas entidades; apoio a atividades diversas do Programa Família Paranaense; apoio ao trabalho de editoração dos documentos de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Paraná.

21.8.2 Diretoria do Centro de Estatística (CEE)

O CEE tem por objetivo o levantamento, a organização e a disponibilização de estatísticas socioeconômicas referentes ao Estado do Paraná, sendo ainda responsável pela gestão da Base de Dados do Estado (BDE); pela geração mensal do Índice de Preços ao Consumidor do Município de Curitiba (IPC), pela elaboração do Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM) e pela realização de palestras sobre os temas relacionados às informações estatísticas de cunho socioeconômico. Principais ações:

- Núcleo de Pesquisas Periódicas - levantamento em campo de informações do IPC; elaboração e divulgação de boletins mensais do IPC; execução da Pesquisa de Preços de Materiais de Construção em cooperação técnica com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL), com ampliação do número de produtos pesquisados; elaboração e entrega dos resultados à SEIL.
- Núcleo de Base de Dados - manutenção da BDE, com levantamento e atualização de dados, disseminação de informações e geração de produtos (Perfil das Regiões e Cadernos Municipais, entre outros); conclusão e disponibilização, no *site* do IPARDES do Anuário Estatístico do Paraná - 2014 e elaboração da mídia eletrônica; atendimentos diversos sobre a BDE; discussões técnicas e revisões das melhorias no sistema BDE, em implementação pela CELEPAR; implementação dos novos formatos para os produtos "Perfil dos Municípios" e "Cadernos Municipais"; disponibilização, no *site* do IPARDES, das Regiões Administrativas e de sua Legislação vigente; implementação das Novas Regiões Metropolitanas; apresentações de divulgação da BDE.
- Núcleo de Métodos Quantitativos - análise estatística e acompanhamento da Pesquisa de Preços de Materiais de Construção em cooperação com a SEIL; elaboração do Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM) para o ano de 2013; apoio estatístico aos projetos do Banco Mundial e BID, sob responsabilidade da equipe da Diretoria de Pesquisa; projeções populacionais de 2016 a 2030; discussões técnicas, em parceria com a Assessoria Especial da Juventude, para a construção do Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ).

- Núcleo de Informática - discussões técnicas, teste e revisões do desenvolvimento de melhorias no sistema BDE; implantação de novo sistema de levantamento de informações e atualização tecnológica do sistema de coleta de dados do IPC; manutenção do sistema de gestão do acervo da biblioteca do IPARDES; apoio em tecnologias de informação às diversas áreas do IPARDES; gestão de processos de aquisição de equipamentos e outros itens de informática; desenvolvimento de sistema para as pesquisas do Banco Mundial; implantação do sistema de gerenciamento de documentos; desenvolvimento de sistema de controle de acesso à instituição.

21.9 Instituto de Pesos e Medidas do Estado (IPEM)

O IPEM é uma Autarquia Estadual, subordinada administrativamente ao Governo do Estado do Paraná, por meio da SEPL; tecnicamente e financeiramente ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), de quem recebe a delegação para o exercício de suas atividades relativas à avaliação da conformidade, verificação metrológica, calibração e ensaios, que beneficiam todos os segmentos da sociedade envolvendo os setores comerciais, industriais e de defesa do consumidor. Principais ações:

- Verificação metrológica - foram realizadas cerca de 235.000 verificações em instrumentos de medir e medidas materializadas.
- Verificação quantitativa em produtos pré-embalados - foram realizados cerca de 13.000 exames em produtos pré-embalados.
- Fiscalização de produtos têxteis - foram realizadas cerca de 1.550 ações de fiscalização em produtos têxteis.
- Fiscalização de produtos e serviços com a conformidade avaliada - foram realizadas cerca de 42.200 ações de fiscalização em produtos com a conformidade avaliada.
- Calibração de instrumentos de medir e medidas materializadas - foram realizadas cerca de 2.631 calibrações em instrumentos de medir e medidas materializadas.
- Verificação nos processos de registro de empresas - foram realizadas cerca de 430 verificações em processos de registro de empresas.
- Ensaios têxteis - foram realizados cerca de 11.570 ensaios em produtos Têxteis.

21.10 Contrato de Gestão - Serviço Social Autônomo Agência Paraná de Desenvolvimento (APD)

A APD instituída sob a modalidade de serviço social autônomo, vinculada por cooperação à SEPL, a quem cabe à supervisão e interveniência do Contrato de Gestão, tem como missão promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná por meio da transformação econômica e da atração de investimentos produtivos, com ênfase na

identificação de oportunidades de negócios que resultem na conquista de novas empresas e no estabelecimento de atividades intensivas em conhecimento produtivo. Vem atuando como agente de desenvolvimento econômico, oferecendo apoio técnico para a proposição de projetos estruturantes e para investidores interessados em estabelecer negócios no Estado. Principais ações:

- Estruturação do Plano Estratégico para o período de 2015 a 2020, com prioridades e objetivos distribuídos em quatro perspectivas centrais: a) pessoas e infraestrutura; b) processos (com orientação ao mercado e focado no investidor); c) focos de atuação; d) competitividade do Paraná em Investimento Direto.
- Prospecção de Investimentos - atividades direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico do Estado, com a captura de investimentos de valor agregado proporcionando o posicionamento estratégico do Paraná no mercado de investimento direto.
- Atuou de forma a buscar ativamente empresas com indicação de investimentos na América Latina, posicionando o Paraná como destino confiável para a instalação de novos empreendimentos. Entre as atividades prospectivas, destacaram-se: a) Identificação dos setores-alvo para prospecção - Automotivo & Transporte, TIC & eletroeletrônico, Saúde & Beleza, Agroindústria, Energia, Aeroespacial & Defesa; b) missões prospectivas Coreia do Sul/Japão/China/EUA (março), Rússia (setembro), São Paulo/China/Rússia (outubro) apresentando o Paraná a potenciais investidores internacionais, com assinatura dos acordos de cooperação com o Banco Mizuho e Banco Sumitomo Mitsui, uma empresa de grande porte do setor aéreo, uma indústria farmacêutica, uma instituição de pesquisa e desenvolvimento, com o governo da província de Anhui, assinatura de memorando de entendimento com montadora chinesa de grande porte, projeto para potencializar capacidade de exportação de carne para a Rússia, entre outros; c) apoio a potenciais investidores (470 empresas contatadas, 60 atendidas com potencial de projeto, 12 requerimentos de enquadramento no Programa Paraná Competitivo; d) produção de material de divulgação do Estado a potenciais investidores em versão impressa e eletrônica em três idiomas (português, chinês e inglês).
- Atividades Setoriais - os programas setoriais têm como objetivo adensar as cadeias produtivas instaladas no Paraná, pelo desenvolvimento de estratégia focada de atração de investimentos de impacto, sejam eles de expansão ou implantação de novos empreendimentos. Atuou nos programas setoriais a) Programa de Desenvolvimento do Setor Automotivo; b) Programa de Desenvolvimento do Setor de TIC; por meio de reuniões com empresas-âncora instaladas no Estado; levantamento de necessidades; proposição de condições que proporcionem a melhoria da atratividade do Paraná para o setor; levantamento, busca e apoio a potenciais fornecedores e novas potenciais empresas-âncora.

- Atividades Institucionais - atuação com parceiros institucionais no desenvolvimento e expansão de atividades com parceiros estratégicos: a) internacionais - KOTRA (Agência de Promoção de Investimentos do Governo Sul-coreano), CCIIP (Conselho Chinês para a Promoção de Investimentos Internacionais), Fórum Empresarial Brasil - Rússia, VneshEconBank (Banco de Desenvolvimento da Rússia), Câmara de Comércio Brasileira no Japão, CDB (Banco de Desenvolvimento da China); JETRO; JICA; ProMexico (Agência de Promoção de Investimentos do Governo do México); CIE Chile (Comitê de Investimentos Estrangeiros do Chile); IESingapore (Agência de Promoção de Investimentos de Cingapura); IADB (Banco Interamericano de Desenvolvimento); IFC (Corporação Financeira Internacional - Banco Mundial); Banco Mizuho; Banco Sumitomo Mitsui SMBC; b) no Brasil - Ministério das Relações Exteriores, APEX Brasil, Representações Oficiais Estrangeiras no Brasil (Canadá, Estados Unidos, Países Baixos, Chile, Paraguai, Japão, Rússia, China, Cingapura, Macau, Polônia, Índia), Câmara de Comércio e Indústria Brasil Japão, Câmara de Comércio Brasil - Índia, Renai/MIDC; c) no Paraná - COPEL Telecom, SANEPAR, Agência de Fomento Paraná S.A., ADAPAR, FACIAP, FAEP, FIEP, ACP, CODEL, ACIL, Terra Roxa Investimentos, Agência Curitiba.
- Novos acordos de cooperação - Banco Mizuho, Banco Sumitomo Mitsui, Província de Anhui (China), Empresa russa do setor aeroespacial, Montadora de automóveis chinesa, MEPHI National Research Nuclear University.
- Análise da Balança Fiscal - em parceria com o IPARDES e a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), realizou trabalho de análise da balança fiscal paranaense de forma setorial, tendo como resultado a identificação de produtos que podem ser considerados na identificação de potenciais investidores.
- Programa Paraná Competitivo - realizou o atendimento a 60 empresas que resultaram no protocolo de 12 novos requerimentos de enquadramento no Programa.
- Atuação junto aos municípios, nos processos negociais, para a localização de novos investimentos. Para melhoria do ambiente de negócios, estruturou o Programa Municipal de Atração de Investimentos (PMAI), que tem como foco atuar junto aos municípios para mapeamento das condições instaladas e as vocações à atração de novos investimentos, para a proposição de recomendações e de estratégia de prospecção de novos investimentos. O projeto em Londrina encontra-se em fase final, e negocia com 11 outros municípios paranaenses a implantação do PMAI.
- Realização de cerca de 40 atendimentos de apoio técnico a empreendimentos localizados em todo o Estado, entendendo as demandas e direcionando o encaminhamento aos órgãos competentes; sendo realizado dentro de metas realistas construídas sobre modelos consolidados de instituições nacionais e estrangeiras da mesma natureza.

21.11 Contrato de Gestão - Serviço Social Autônomo PARANÁ PROJETOS

O Serviço Social Autônomo PARANÁ PROJETOS, passou a vincular-se, por cooperação, à SEPL, a quem cabe à supervisão e interveniência, do Contrato de Gestão. Suas principais ações foram:

- Apoio do estudo para concessão de uso público das unidades de conservação mais visitadas do Paraná, em parceria entre o Governo do Estado (SEMA, IAP, SEPL, PARANÁ PROJETOS) com o Instituto Semeia para realizar estudo de concessão de uso público das unidades de conservação mais visitadas no Estado, bem como, para qualificar o atendimento aos visitantes realizado nos parques Guartelá, Monge, Vila Velha e Ilha do Mel.
- Praças Paraná - disponibilização aos municípios de projeto padrão de equipamentos, com materiais sustentáveis e ambientalmente certificados, para praças públicas tais como: mapa Paraná, equipamentos de lazer e entretenimento, que podem se constituir em uma marca do Governo em todo o Estado.
- Integração Regional - subsídio ao estabelecimento de diretrizes de desenvolvimento, focado nas vocações regionais, que induzam transformações estruturais, econômicas, ambientais e sociais, tais como: a) projeto de estruturação dos usos múltiplos das represas de abastecimento da Região Metropolitana de Curitiba; b) projeto de requalificação do Parque Newton Freire Maia voltado ao lazer, cultura e meio ambiente; c) propostas de desenvolvimento turístico para a região Norte Central do Paraná.
- Apoio aos municípios com estudos e projetos estruturantes com foco no desenvolvimento econômico, ambiental e social, tais como: a) estudo para estruturação da área do Parque Água da Fonte, no município de Farol, local gerador de fluxo por conta do turismo religioso; b) programa de revitalização do Rio Iguaçu, com o objetivo de propor ações estratégicas para o gerenciamento integrado da Bacia, considerando as causas de degradação progressiva, de acordo com as prioridades definidas pelo Grupo Gestor (Decreto nº 1.589/2015).

Secretaria da Saúde



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

22 Secretaria de Estado da Saúde

A Secretaria de Estado da Saúde (SESA) desenvolveu as ações a seguir com base em seu Mapa Estratégico e nas Diretrizes do Plano Estadual de Saúde do Paraná 2012-2015.

Na organização da atenção à saúde materno-infantil, por meio da Rede de Atenção Mãe Paranaense, prestou apoio técnico e financeiro aos municípios para a melhoria da estrutura dos serviços de Atenção Primária em Saúde (APS), destinando R\$ 47,3 milhões, para construção, reforma e ampliação de Unidades de Saúde da Família (USF) por meio de repasse fundo a fundo e convênios. Quanto ao Incentivo de Custeio do Programa de Qualificação da Atenção Primária em Saúde (APSUS), foram empenhados cerca de R\$ 38,5 milhões.

Foi realizado o IV Encontro Estadual da Rede Mãe Paranaense, em julho, com capacitação de 1.308 profissionais, conforme discriminado abaixo:

| CURSO | CATEGORIA PROFISSIONAL | QUANTIDADE |
|--|--|------------|
| 1. Rede Mãe Paranaense | Técnicos e Auxiliares de Enfermagem da APS | 359 |
| 2. Rede Mãe Paranaense | Médico (a)s da APS | 309 |
| 3. Rede Mãe Paranaense | Secretário (a)s Municipais | 420 |
| 4. Rede Mãe Paranaense | Enfermeiros da APS e dos Polos Indígenas. | 81 |
| 5. Seminário Boas Práticas Obstétricas e Neonatais do Paraná | Profissionais dos Hospitais da Rede Mãe Paranaense | 139 |
| TOTAL | | 1.308 |

Ocorreram também, outras capacitações para 1.774 profissionais envolvidos no atendimento às gestantes e crianças.

A distribuição de equipamentos para serviços de referência à Rede Mãe Paranaense beneficiou oito municípios, no valor de R\$ 508,5 mil. Foram homologados e abertos processos para aquisição de equipamentos ambulatoriais e hospitalares no valor de R\$ 15,2 milhões. Efetuado o pagamento de R\$ 58,6 milhões relativos ao Transporte Sanitário do Programa APSUS, totalizando R\$ 88,6 milhões repassados aos 399 municípios.

De 2014 a 2015 houve aumento de 33 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Neonatal, totalizando 458 leitos e aumento de 68 leitos de UTI adulto, perfazendo um total de 1.214 leitos disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Deu-se continuidade ao repasse de recursos à Estratégia de Qualificação do Parto para 90 hospitais prestadores do SUS, sob gestão estadual e municipal, com valor total programado para empenho de R\$ 6,1 milhões, bem como aos hospitais do Programa de Apoio aos Hospitais Públicos e Filantrópicos do Paraná (HOSPSUS)/Rede Mãe Paranaense no valor de R\$ 13,6 milhões.

A Rede Mãe Paranaense, em relação ao previsto no Plano Estadual de Saúde (PES) 2012-2015, apresentou os seguintes resultados, com metas alcançadas em: aumento do percentual de gestantes com sete ou mais consultas no pré-natal (77,0% para 81,0%); aumento do percentual de gestantes vinculadas a serviço hospitalar para realização do parto

(50,0% para 69,0%); redução da mortalidade materna (99 óbitos em 2010, para 66 em 2014).

Entre as ações de implementação da Rede de Atenção às Urgências e Emergências, a SESA programou empenho de R\$ 34,0 milhões para o financiamento de custeio de Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) regionais e municipais e R\$ 11,8 milhões para a locação de Serviço de Resgate Aeromédico aos pacientes críticos, vinculado aos SAMUs/Serviços Integrados de Atendimento ao Trauma em Emergência (SIATEs). Há um avião em Curitiba atendendo a todo o Estado, helicópteros aeromédicos com base em Cascavel, Guarapuava, Curitiba e Londrina e encontra-se em andamento a construção do heliponto no Hospital Universitário Cajuru em Curitiba no valor de R\$ 3,8 milhões.

Foram realizadas capacitações visando à qualificação das equipes da Rede de Urgência e Emergência, para 560 profissionais do SUS-Paraná conforme quadro abaixo:

| CURSO | Nº. DE PROFISSIONAIS |
|--|----------------------|
| Curso de Suporte Básico de Vida, realizado em Curitiba, com duração de 40 horas, SAMU Regional Metropolitano e Bombeiros. | 60 |
| Curso de Acidente Vascular Cerebral - AVC, em Curitiba com duração de 04 horas, SAMU Regional Metropolitano e hospitais de referência. | 65 |
| Curso de Regulação Médica de Urgência, em Curitiba, duração de 16 horas, SAMU Região Metropolitano e gestores municipais. | 80 |
| Curso de Atendimento à Desastre, em Curitiba, com duração de 08 horas, SAMU Regional Metropolitano e Bombeiros. | 85 |
| Curso Pré-hospital Trauma <i>Life Support</i> , em Curitiba, duração de 20 horas, SAMU Curitiba e SIATE. | 60 |
| Curso de Regulação Médica de Urgência, em Cascavel e em Pato Branco, SAMU Regional e gestores municipais. | 210 |

Entre os principais investimentos na Rede de Urgência e Emergência, estão os processos de aquisição de equipamentos hospitalares e pré-hospitalares no valor de R\$ 29,4 milhões (para hospitais próprios e contratados/conveniados), de R\$ 5,4 milhões para ambulâncias e veículos/SIATE e de R\$ 14,4 milhões para ambulâncias simples remoção, além da distribuição de 125 ambulâncias de simples remoção (R\$ 11,7 milhões), 10 ambulâncias SAMU (R\$ 938.080,10) e duas ambulâncias SIATE (R\$ 187.616,02).

Dando continuidade ao repasse de recursos de custeio para os hospitais do Programa de Apoio aos Hospitais Públicos e Filantrópicos do Paraná (HOSPSUS)/Rede de Urgência e Emergência, foram empenhados R\$ 56,3 milhões. Na parte de investimentos em capital, foram realizados repasses por meio de convênios na ordem de R\$ 17,7 milhões.

Na Operação Verão Saúde 2014/2015, realizaram-se 336 plantões médicos e de enfermagem, 72.458 atendimentos emergenciais com 1.405 internamentos, 2.655 atendimentos do SAMU, 132 remoções com ambulâncias SESA, 546 atendimentos pelo SIATE e 45 resgates aéreos. A Operação Verão Saúde 2015/2016 realizará repasses aos municípios na ordem de R\$ 2,9 milhões para assistência ambulatorial e hospitalar.

A Rede de Urgência e Emergência, em relação ao previsto no PES 2012-2015, apresentou os seguintes resultados, com metas alcançadas na redução de 7,0% da mortalidade

por causas externas exceto violências, na redução de 4,6% da mortalidade por doenças cardíacas e cerebrovasculares na faixa etária de 0 a 69 anos, no aumento do número de unidades de saúde com serviço de notificação de violência implantada de 414 para 1.231 e no aumento do percentual de internações de urgência e emergência reguladas de 15,0% para 69,0%.

Foi instituído o Mutirão Paranaense de Cirurgias Eletivas de Média Complexidade, visando à ampliação do acesso aos procedimentos cirúrgicos eletivos, em especial àqueles com demanda reprimida identificada e redução das desigualdades regionais e por especialidade em todo o Estado. Para reduzir a fila de espera, a SESA conta com investimentos na ordem de R\$ 33,0 milhões do Tesouro Estadual, com o objetivo de realizar 30.000 procedimentos em um ano e ampliar em 50,0% o número de procedimentos/cirurgias realizados.

Dentro do processo de implantação da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência (PcD), realizaram-se testes do coraçãozinho em 100,0% dos hospitais da Rede Mãe Paranaense. Em complemento à dispensação na programação dos serviços para fornecimento de Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção (OPM), o Governo do Estado está promovendo mutirões para diminuir a demanda reprimida com a distribuição de mais 582 OPM. Foram prestados no Centro Regional de Atendimento Integral ao Deficiente (CRAID), em Curitiba, 28.762 atendimentos e no Centro de Atendimento ao Fissurado Labiopalatal (CAIF) 20.257 atendimentos.

Para os nascidos vivos, 100% realizaram o Teste do Pezinho para o diagnóstico de algumas doenças congênitas e 84% o Teste de Triagem Auditiva, alcançando as metas preconizadas no PES 2012-2015.

Na Rede de Atenção à Saúde Mental: a) foram implantados em Cascavel - o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III (CAPS AD III) e duas Unidades de Acolhimento (UA), sendo uma para adulto e uma infanto-juvenil; b) em Marmeleiro, uma UA adulto; c) cinco municípios aderiram ao incentivo financeiro estadual para implantação e custeio do Serviço Integrado de Saúde Mental (SIM-PR), totalizando R\$ 4,5 milhões; d) foram mantidos os Serviços de Reabilitação Psicossocial Assistida em Curitiba, Campina Grande do Sul e Foz do Iguaçu, com repasse de recursos no valor de R\$ 2,0 milhões; e) foram habilitados 149 municípios, com o repasse de R\$ 2,5 milhões, referente ao Incentivo Financeiro de Custeio da Rede de Atenção à Saúde Mental/Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF).

Foram alcançadas as metas previstas no PES 2012-2015 relativas à ampliação de 0,70 para 0,86 da Cobertura de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) por 100.000 habitantes e a Capacitação de Profissionais de Saúde (3.661 de 2012 a 2014).

Em relação à Atenção à Pessoa Idosa, destacam-se a manutenção do convênio entre a SESA e a Pastoral da Pessoa Idosa, no valor de R\$ 882,7 mil, a continuidade na prestação do atendimento ao idoso, na Unidade de Cuidados Integrados do Hospital de Caridade Dona Darci Vargas, em Rebouças, convênio no valor de R\$ 960,0 mil e a superação da meta de 80% de vacinação de idosos contra a gripe, com resultado de 95,9%.

Na Qualificação da Atenção Primária à Saúde do SUS no Paraná, foram desenvolvidas ações em diferentes áreas. Na Saúde Bucal, a realização de Oficinas Tutoriais em Guarapuava com 80 participantes, a capacitação para o uso da Plataforma do Telessaúde e a capacitação para 25 profissionais dos municípios da 2ª Regional de Saúde - Metropolitana de Curitiba, que receberam a câmera intraoral. Foram capacitados profissionais para atendimento à pessoa com deficiência, na gestão em saúde bucal, no atendimento ao idoso e no tratamento minimamente invasivo para doença cárie. No programa de Detecção Precoce do Câncer Bucal, ocorreu a distribuição de 3.000 kits para diagnóstico do câncer, no Programa de Bochecho com Flúor, foi realizado o monitoramento da fluoretação nos municípios com mais de 50.000 habitantes (Projeto Vigifluor) e a aquisição e distribuição de 500.000 sachês de fluoreto de sódio 1g para a realização dos bochechos nas escolas públicas, com valor de investimento de R\$ 420,0 mil.

Foram desenvolvidas atividades específicas voltadas à Saúde do Homem (Agosto Azul), com a realização de eventos, confecção e distribuição de materiais educativos para conscientização da população sobre a importância de se cuidar.

Efetivou-se processo para aquisição de kits para realização de exames citopatológicos do colo de útero no valor de R\$ 2,5 milhões, bem como a distribuição de 482.800 kits para coleta de exames preventivos. A estrutura física do Hospital Universitário do Oeste do Paraná foi adequada para implantação da Unidade de Mama Macrorregional de Cascavel. Foram distribuídas 355 agulhas para punção de mama para prestadores da linha de cuidado do câncer do colo do útero e mama.

No Movimento Outubro Rosa, foi confeccionado e distribuído material educativo (782.000 unidades), foi realizada ações de conscientização com destaque ao III Evento Mulher de Atitude na Regional de Cascavel com 252 participantes, abrangendo 94 municípios e em Maringá com 324 participantes, abrangendo 115 municípios.

Destinou-se R\$ 388,0 mil para a Saúde da Criança e Adolescente, a 12 municípios sedes de Centros de Socioeducação (CENSEs) - Campo Mourão, Laranjeiras do Sul, Pato Branco, Ponta Grossa, Santo Antônio da Platina, Toledo, Umuarama, Londrina, Foz do Iguaçu, Curitiba, Cascavel e Fazenda Rio Grande - que assinaram Termo de Adesão e Compromisso do Incentivo Financeiro do Plano Operativo Integral aos Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação Provisória.

Nas ações de Atenção Domiciliar Serviço de Oxigenoterapia Domiciliar Prolongada, foram disponibilizados 767 concentradores de oxigênios com fluxo de até 5 l/min.; 50 oxímetros de pulso; 40 concentradores portáteis de oxigênio; 50 concentradores de oxigênio com fluxo de até 10 l/min.; 180 concentradores não invasivos BIPAP (*Bilevel Positive Pressure Airway*); 60 equipamentos para auxílio na expectoração do paciente e 60 ventiladores pulmonares para uso domiciliar, com um gasto de R\$ 2,5 milhões.

Foram alcançadas as metas previstas no PES 2012-2015 relativas à Qualificação da Atenção Primária à Saúde do SUS no Paraná com aumento dos percentuais da ação

coletiva de escovação dental supervisionada (de 4,0% para 5,0%); da cobertura populacional pelas equipes básicas de saúde bucal (64,0% para 65,0%); da razão de mulheres de 25 a 64 anos com exame preventivo do câncer do colo de útero realizado (0,63 para 0,66); e da redução da proporção de internações por causas preveníveis na Atenção Primária (29,6% para 28,4%).

Para a Melhoria do Acesso e do Cuidado em Saúde das Comunidades Vulneráveis, o incentivo estadual no montante de R\$ 309,6 mil, foram destinadas às comunidades quilombolas localizadas em 17 municípios do Estado (Adrianópolis, Campo Largo, Cândói, Castro, Cerro Azul, Contenda, Curiúva, Dr. Ulisses, Guaíra, Guaraqueçaba, Ivaí, Lapa, Palmas, Ponta Grossa, São Miguel do Iguçu, Tijucas do Sul e Turvo); foi realizada a distribuição de material educativo e preservativos no evento Dia de Mobilização pelos Direitos dos Migrantes e refugiados, que contou com a participação de diversas Secretarias de Estado (SEDS, SESP, SEED, SESA), e público composto por migrantes e refugiados de várias nacionalidades (sírios, haitianos, e outros), além de alunos e professores da Universidade Federal do Paraná. Todos os seis indicadores dessa Diretriz, do PES 2012-2015, atingiram suas metas.

O Programa Estadual de Apoio aos Consórcios Intermunicipais de Saúde (COMSUS) é uma das estratégias da SESA para o Fortalecimento do Desenvolvimento Regional da Atenção à Saúde, visando à qualificação da atenção ambulatorial secundária. Foram mantidos os 20 convênios com os Consórcios Intermunicipais de Saúde, atendendo a meta planejada, com destinação de recursos de custeio no total de R\$ 14,4 milhões e previsão de repasse de R\$ 4,5 milhões, por meio de convênios com consórcios para a compra de equipamentos.

Outra estratégia são as obras dos novos Centros de Especialidades do Paraná (CEP), que em novembro apresentavam a seguinte situação: a) concluídas - Toledo, Pato Branco; b) em andamento - Apucarana, Cascavel; c) iniciadas - Guarapuava, Londrina, Ponta Grossa; d) a licitar - Maringá.

Com o objetivo de Implementação do Sistema Regional de Transporte Sanitário Eletivo, quatro Regiões de Saúde (Metropolitana de Curitiba, Francisco Beltrão, Apucarana, Paranavaí e Ivaiporã) receberam 132 ônibus adaptados para este fim, no valor de R\$ 2,7 milhões e 20 Regiões foram beneficiadas em 2014 e 2015, alcançando a meta prevista.

A SESA possui rede própria de 15 hospitais em funcionamento, prestando atendimento nas especialidades geral, pediatria, tisiologia, psiquiatria, hanseníase, reabilitação e infectologia. E, com o objetivo de minimizar o déficit de leitos no Estado, de ampliar a cobertura assistencial e o acesso da população, foram adotadas estratégias de estruturação dos serviços próprios, para a ampliação e qualificação de leitos nos Hospitais Próprios.

Foram implantados 151 novos leitos hospitalares, de 2011 a 2015, sendo 22 de UTI adulto e 17 de UTI Neonatal, totalizando 156 leitos de UTI nos Hospitais Próprios da SESA, que integram as Redes de Atenção à Saúde do Estado do Paraná. Os leitos estão, em sua

totalidade disponibilizada na Central de Regulação, a fim de possibilitar seu uso dinâmico e garantir a retaguarda aos pontos de atenção de menor complexidade.

A qualificação dos leitos implicou em readequação física e tecnológica com vistas à qualificação da assistência, a aquisição dos equipamentos de maior valor agregado, a disponibilidade de recursos humanos compatível com o porte hospitalar e assistencial, a eficiência dos leitos, a reorganização dos fluxos e processos de trabalho, a realização de procedimentos diagnósticos e terapêuticos necessários à complexidade dos casos e o desenvolvimento de atividades de educação permanente para as equipes.

Em 2015, foram investidos R\$ 53,2 milhões em equipamentos e obras (capital e custeio), incluindo adequações de infraestrutura, estruturação de centros de diagnóstico por imagem, centros cirúrgicos, leitos de UTI, dentre outros. Entre as obras está a construção da UTI e conclusão do Hospital de Telêmaco Borba, no valor total de R\$ 8,8 milhões, a construção do Hospital Regional do Centro-Oeste, em Guarapuava, com valor previsto de R\$ 47,5 milhões e a construção do Anexo da Mulher no Hospital de Trabalhador em Curitiba, com valor previsto de R\$ 15,6 milhões.

Do orçamento do Fundo Estadual de Saúde do Paraná (FUNSAÚDE), foram programados recursos para os hospitais universitários públicos estaduais, envolvendo R\$ 427,5 milhões para pessoal e custeio, R\$ 3,0 milhões para equipamentos e R\$ 33,8 milhões para obras nos Hospitais Universitários de Londrina, Cascavel e Maringá, que integram as Redes de Atenção à Saúde como referência macrorregional.

Referente à Rede Pública Estadual de Hematologia e Hemoterapia, de 2011 a 2015 houve um investimento de R\$ 52,0 milhões para melhoria da infraestrutura física e aquisição de equipamentos de última geração e a capacitação de 70,0% dos servidores da Rede, o que corresponde ao previsto no Plano Estadual de Saúde 2012-2015.

O Programa Farmácia do Paraná, cujo objetivo é a promoção do acesso da população a medicamentos seguros, eficazes e de qualidade, iniciou a estruturação das Farmácias das Regionais de Saúde em 2011. São 12 Farmácias estruturadas de 2012 a 2015: Metropolitana de Curitiba (inaugurada em 2015), Guarapuava, União da Vitória, Pato Branco, Cascavel, Cianorte, Apucarana, Londrina, Jacarezinho, Toledo, Telêmaco Borba e Ivaiporã, com um investimento em mobiliário e equipamentos da ordem de R\$ 2,5 milhões. As obras das Farmácias das Regionais de Paranaguá e Paranavaí estão em andamento. Há previsão, para o ano de 2016, de obras de reestruturação da farmácia da 3ª Regional de Saúde (Ponta Grossa) e do Centro de Medicamentos do Paraná (CEMEPAR), ambas com os trâmites para processo licitatório em curso.

Em relação ao apoio técnico e financeiro aos municípios, a SESA implantou o Incentivo à Organização da Assistência Farmacêutica Básica com repasse programado de R\$ 4,8 milhões, beneficiando os 399 municípios do Estado, de acordo com o PES 2012-2015. Como contrapartida estadual e federal do componente básico da assistência farmacêutica, estão previstos os repasses ao Consórcio Paraná Saúde de R\$ 19,4 milhões e R\$ 31,5 milhões

respectivamente e de R\$ 6,2 milhões referentes à contrapartida estadual a cinco municípios não consorciados.

Por meio do CEMEPAR, até outubro, foram distribuídas 147.637.521 unidades de medicamentos, soros e vacinas, no total de R\$ 686,2 milhões às Unidades Próprias e às Regionais de Saúde com posterior repasse aos municípios paranaenses. No Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), referente aos medicamentos das linhas de cuidado das patologias contempladas em Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) do Ministério da Saúde, o Paraná atende aproximadamente 149.000 pacientes cadastrados nas 22 Farmácias das Regionais de Saúde.

Entre as ações para Implementação da Política de Vigilância e Promoção em Saúde, destaca-se:

- Desenvolvimento do Programa Estadual de Qualificação da Vigilância em Saúde (VigiaSUS), com incentivo financeiro para repasse fundo a fundo de R\$ 68,7 milhões aos municípios.
- Liberação de equipamentos/farmacê para 64 municípios com epidemia de dengue e repasse de 163 equipamentos nebulizadores costais de inseticidas às Regionais de Saúde.
- Repasse financeiro a 114 municípios contemplados com o incentivo à implantação e/ou implementação do Núcleo de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde, no valor total de R\$ 2,9 milhões.
- Realização de 424.000 análises laboratoriais pela rede estadual de laboratórios de saúde pública de janeiro a outubro.
- Coordenação Estadual de Campanhas de Vacinação (Influenza, Poliomielite e Multivacinação) com monitoramento de 100,0% dos eventos adversos da reação vacinal; coberturas atingidas de 92,3% para Influenza (conforme grupos preconizados) e de 96,7% para Poliomielite, atingindo o preconizado pelo Ministério da Saúde. Na Multivacinação, a aplicação de vacina é realizada a partir dos faltosos do Programa de Imunização, com 57,5% de crianças vacinadas.
- Informatização das Salas de Vacina com entrega de 1.880 computadores às Secretarias Municipais de Saúde, totalizando R\$ 3,5 milhões.
- Investimentos em infraestrutura com recursos programados na ordem de R\$ 11,6 milhões para aquisição de equipamentos, com recursos estaduais e federais.
- Lançamento do Programa Estadual Saúde do Viajante.

Em 2015, foram sancionadas três importantes Leis estaduais relativas à Gestão Trabalho na SESA, que aperfeiçoam a Lei nº 18.136/2014, que instituiu o Quadro Próprio dos Servidores da Saúde (QPSS), asseguram direitos básicos dos servidores e avançam em áreas que não tinham sido contempladas na lei original, são elas: a) Lei nº 18.599/2015 - dispõe sobre a transferência de vagas de cargos do Quadro Próprio do Poder Executivo para o QPSS, criando 2.114 novas vagas de cargos no quadro da SESA e possibilitando a

realização de concurso; b) Lei nº 18.600/2015 - assegura aos servidores do Quadro da SESA o cômputo do tempo transcorrido no Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE), para efeito de contagem de tempo mínimo de efetivo exercício no serviço público, no cargo e na carreira, e para fins de aposentadoria; c) Lei nº 18.601/2015 - dispõe sobre ajustes de enquadramento de servidores do Quadro da SESA.

A Escola de Saúde Pública do Paraná (ESPP) e o Centro Formador de Recursos Humanos foram unificados na reforma administrativa da SESA, potencializando o desenvolvimento da Política Estadual de Formação e Educação Permanente para o SUS. Por meio de capacitações e cursos técnicos, 1.056 alunos foram qualificados na Formação Inicial para Agentes Comunitários de Saúde, 739 alunos na Formação para Cuidador de Idoso, 44 alunos no Curso Técnico em Saúde Bucal, 188 alunos no Curso Técnico em Prótese Dentária, 13 alunos no Curso Técnico em Hemoterapia e nas capacitações para Conselheiros de Saúde contabilizou-se 406 alunos formados e 31 em curso.

Em relação à Estruturação das Ouvidorias do SUS no Estado do Paraná, de importância estratégica para a gestão, destacam-se: a implantação de 263 (66,0%) ouvidorias municipais desde 2011, a realização de quatro eventos macrorregionais para capacitação de 376 ouvidorias do SUS, o acolhimento de 2.219 manifestações registradas pela Ouvidoria Geral da Saúde, Ouvidorias Regionais do SUS, das Unidades Próprias/SESA e das Ouvidorias dos Consórcios Intermunicipais de Saúde e a realização de atividades de Ouvidoria Itinerante na Operação Verão.

No Fortalecimento do Controle Social, realizou-se a 11ª Conferência Estadual de Saúde do Paraná, com o tema central Saúde Pública de Qualidade para os Paranaenses, com a participação de 1.216 delegados representantes dos segmentos de usuários, trabalhadores, prestadores e gestores de saúde, além de 120 observadores e 46 convidados. O Conselho Estadual de Saúde, em parceria com a SESA, realizou reuniões mensais, implantou o Incentivo Financeiro de Custeio e Investimentos aos Conselhos Municipais de Saúde, com transferência fundo a fundo de recursos estaduais, no total de R\$ 3,5 milhões.

Por meio do Decreto Estadual nº 2.749/2015, foi nomeado o primeiro Diretor-Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná (FUNEAS). Em conformidade com as condições e obrigações assumidas no Contrato de Gestão, a Fundação desenvolverá e executará ações e serviços de saúde ambulatoriais e hospitalares, o desenvolvimento de pesquisa e tecnologia em produção de imunobiológicos, medicamentos e insumos e de educação permanente no âmbito do Sistema Único de Saúde do Paraná nas unidades próprias da SESA.

Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

23 Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária

O Paraná atingiu o menor índice de homicídios dolosos (com intenção de matar) dos últimos seis anos, e o resultado veio acompanhado de operações expressivas deflagradas pelas polícias Civil e Militar, coordenadas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP), que atrelou a eficácia dos profissionais nas ações cotidianas com a modernização necessária.

O Centro Integrado de Comando e Controle, por onde passa a primeira fase do Projeto Vigia, auxiliou o trabalho das polícias com sua estrutura interligada com mais de 2.000 câmeras, que permitem o videomonitoramento das principais ocorrências criminais de forma integrada com o Departamento de Inteligência do Estado do Paraná (DIEP).

O DIEP teve seu efetivo reforçado, para tratar a informação de forma comparada, realizar análise criminal, cruzar dados de investigações em andamento com ações a serem deflagradas e operações desenvolvidas.

O trabalho de inteligência tem sido imprescindível para ações especializadas, como as deflagradas para combater crimes em caixas eletrônicos, que resultaram na redução de ocorrências desta modalidade criminosa, com cerca de 90 suspeitos presos.

O Departamento de Execução Penal (DEPEN), gestor do sistema penitenciário paranaense, recebeu reforço no efetivo de agentes penitenciários e novos equipamentos de segurança, e passou a integrar a estrutura da SESP, por meio do Decreto nº 1.987/2015. Além disso, em Curitiba e Londrina, as pessoas presas são encaminhadas para as audiências de custódia, propostas pelo Poder Judiciário. O projeto está auxiliando na redução de presos custodiados nas delegacias de polícia e prevê a apresentação, em até 24 horas, de toda pessoa presa em flagrante a um magistrado, que irá avaliar se o cidadão precisa continuar preso, aguardar o julgamento em liberdade ou adotar medidas cautelares, como o monitoramento por tornozeleira eletrônica.

A seguir estão citadas as principais ações da SESP:

- Reativação do Centro Integrado de Comando e Controle, primeira etapa do Projeto Vigia, como ferramenta policial 24 horas por dia, dando suporte às ocorrências de maior vulto nas ruas; integração com mais de 2.000 câmeras públicas e privadas, responsáveis pelo acompanhamento do serviço de monitoramento eletrônico (tornozeleiras a presos condenados pela Justiça).
- Manutenção da tendência de redução no Paraná, no índice de homicídios dolosos, utilizado mundialmente para medir eficiência e eficácia nas ações de combate ao crime. Até setembro, registrou-se 1.749 homicídios dolosos no Estado, redução de 7,0% na comparação com o mesmo período do ano anterior.
- Apreensão de 44,2 toneladas de drogas no primeiro semestre.

- Entrega de mais de 100 viaturas para a região de fronteira, por meio da Estratégia Nacional de Fronteiras (ENAFRON) - convênio federal; os veículos contemplam as polícias Civil, Militar e Científica.
- Início das tratativas para incorporação de três aeronaves ao serviço de resgate e operações aéreas do Estado, por meio de doação, sendo: um helicóptero Robinson R44 da Polícia Federal; e dois aviões, um Sêneca II (bimotor) e um Bonanza G36, da Polícia Militar de São Paulo (em processo de doação).

23.1 Departamento de Inteligência do Paraná (DIEP)

- Triplicação do efetivo; ampliação da nova sede em Curitiba, em andamento.
- Início dos estudos para reformulação do serviço 181-Narcodenúncia, que passará a se chamar 181-Disque-Denúncia, para receber informações sobre os diversos tipos de crime por diversos meios, como dispositivos móveis (celular).
- Reforço do efetivo nas ruas, das unidades de operações especiais das polícias, nos horários em que há maior registro de criminalidade, segundo análise criminal da Secretaria da Segurança Pública.
- Início do projeto para instalação de um Centro de Inteligência em Foz do Iguaçu, local estratégico, na Tríplice Fronteira, em parceria com policiais de outros estados, como Rio de Janeiro e São Paulo; com a intenção de oferecer e trocar informações entre as forças de segurança de todo o país; receber informações de várias instituições, melhorar a qualidade do trabalho e baixar os índices de criminalidade.
- Início dos estudos para apresentação de um projeto de lei para regulamentar a atividade de inteligência no Paraná, criando o Sistema Estadual de Inteligência em Segurança Pública.
- Criação da Divisão de Ações sobre o Crime Organizado com a participação de das Polícias Civil e Militar e Departamento Penitenciário (DEPEN) para atuar em casos pontuais de maior relevância.
- Estabelecimento de diretrizes para implementação de políticas de fomento para cooperação entre as instituições de segurança pública na Tríplice Fronteira para aprimorar o fluxo de informação entre os vários órgãos de prevenção e repressão locais.

23.2 Polícia Militar

- Batalhão da Polícia Militar de Operações Aéreas (BPMOA) - operações frequentes no período noturno, por meio de termo de compromisso entre o BPMOA e o Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA II), responsável pelo controle de toda a movimentação aérea no Sul e parte do

Sudeste do País, para regulamentar a atividade para atendimento a ocorrências e operações policiais de patrulhamento, resgate e transporte; cuja autorização era válida apenas para período diurno.

- Inauguração do Posto de Polícia Militar Rodoviária do município de Floresta.
- Nomeação de 60 cadetes para o 1º Curso de Formação de Oficiais (CFO), turma 2015.
- Início dos trabalhos da Companhia Grupo de Intervenção Rápida Ostensiva (GIRO), para coibir o tráfico e o uso de drogas, evitar furtos e roubos e promover ações de polícia comunitária no Centro de Curitiba, região comercial e com grande circulação de pessoas; subordinada ao Subcomando Geral da Polícia Militar, a GIRO foi criada com base no policiamento com motocicletas.
- Formatura de 97 soldados em Curitiba, Londrina e Maringá.
- Mudança na legislação de promoção dos praças, como a modificação de dispositivos da Lei nº 5.940/1969, especificando os requisitos para acesso aos Cursos de Formação de Cabos e Sargentos e Cursos Especiais de Formação de Cabos e Sargentos, valorizando o tempo de serviço e a experiência dos PMs.
- Inauguração do imóvel próprio para uso da 3ª Companhia do 21º Batalhão da PM em Santo Antônio do Sudoeste.
- Instrução de Nivelamento de Conhecimento (INC) - capacitação da Força Nacional de Segurança Pública, com cerca de 360 policiais, entre civis e militares, para participação dos policiais em grandes eventos, como as Olimpíadas de 2016.

23.3 Corpo de Bombeiros

- Inauguração da Base Náutica de Busca e Salvamento do Corpo de Bombeiros de Guaratuba, no Litoral do Estado, ao lado do *ferryboat*, com investimento de R\$ 1,1 milhão; abriga uma equipe de resgate 24 horas, nos 365 dias do ano.
- Entrega de R\$ 250,0 mil em equipamentos para o Corpo de Bombeiros em Cianorte, com equipamentos de salvamento em altura, roupas de mergulho, mangueiras, esguichos, capacetes, cilindros de mergulho e de proteção respiratória, lanternas e mosquetões.
- Ampliação dos serviços em Almirante Tamandaré com reforma e ampliação dos serviços do antigo Posto de Bombeiro Comunitário, que passou a ser unidade do 7º Grupamento de Bombeiros (7º GB), com efetivo e viaturas para atender situações de emergência, combate a incêndio, busca e salvamento e vistorias em estabelecimentos comerciais.
- Envio de 46 conjuntos de equipamentos hidráulicos para socorro às vítimas de acidentes de trânsito e desmoronamentos, a todos os grupamentos e subgrupamentos do Estado.
- Autorizada a entrega de 24 caminhonetes para atendimento em situações de emergência.

23.4 Polícia Civil

- Instalação da Delegacia da Mulher em Francisco Beltrão (a 18ª do Estado) e da 22ª Subdivisão Policial de Arapongas; criação da Delegacia de Furtos e Roubos de Cargas, subordinada à Divisão de Crimes Contra o Patrimônio.
- Atendimento do Instituto de Identificação, por meio de unidade móvel informatizada para emissão de carteira de identidade, com rápido deslocamento para atender a população nos lugares mais afastados.
- Delegacias Cidadãs - Matinhos e Pinhais com construção em andamento, Fazenda Rio Grande na iminência do início das obras.
- Reforma da 6ª Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu.
- Aquisição de novos automóveis, para meio, de convênio federal para as Delegacias da Mulher.
- Semana Nacional de Mobilização para a Busca e Defesa da Criança Desaparecida - promovida pelo Conselho Federal de Medicina. O Paraná foi considerado referência nacional em solucionar casos de crianças desaparecidas; o Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas (SICRIDE) da Polícia Civil do Paraná solucionou todos os casos de desaparecimentos de crianças de até 11 anos, ocorridos no Estado em 2014.
- Implantação do sistema de emissão de atestados de antecedentes criminais *on line*, pelo Instituto de Identificação.
- Redução dos presos em carceragens de delegacias de polícia da capital do Estado, com a implantação das audiências de custódia, pelo Poder Judiciário.

23.5 Polícia Científica

- Consolidação do Banco de Perfis Genéticos de Criminosos, pelo Laboratório de DNA do Instituto de Criminalística. Pela primeira vez no Brasil, a polícia conseguiu comprovar a participação de um suspeito em um crime por meio de um banco de dados de material genético, com uso da tecnologia da segurança pública paranaense.
- Obras em andamento para novas unidades do Instituto Médico-Legal de Curitiba e de Londrina, e iminência de inauguração da nova sede em Maringá que aguarda a entrega das câmaras frias, pela empresa vencedora de licitação.
- Protocolo para Atendimento às Pessoas em Situação de Violência Sexual, em parceria com as Secretarias de Estado da Saúde; do Trabalho e Desenvolvimento Social; da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos para unificação do atendimento às pessoas que sofreram algum tipo de violência sexual. O Paraná será o primeiro Estado a organizar o atendimento integral e a coleta de vestígios a essas pessoas em hospitais de referência de 10 Regionais de Saúde. A iniciativa orienta

tecnicamente os profissionais de saúde quanto aos procedimentos a serem realizados, como a contracepção de emergência e prevenção das infecções sexualmente transmissíveis, além da coleta dos vestígios para elaboração de laudos periciais.

23.6 Departamento de Execução Penal (DEPEN)

- Agentes penitenciários - contratação de 128 agentes penitenciários; regulamentação do porte de arma; distribuição de coletes balísticos para uso dos agentes penitenciários.
- Aquisição de 500 aparelhos de radiocomunicação, para serem utilizados internamente nas unidades penais.
- Convênio com 20 empresas para atuação nos canteiros de trabalho.
- Criação de mais de 300 vagas em canteiros próprios de trabalho nas unidades penais, com mais de 4.600 presos trabalhando em todo o Estado.
- Ocupação da mão de obra dos presos de 23,5%, com base no fechamento de setembro.
- Projeto Mutirão da Saúde e Prevenção no Sistema Prisional - premiado com o Selo Objetivos do Milênio, em 2015, realiza ações nas unidades penais do Paraná para prevenção e detecção de doenças como HIV e Tuberculose.
- No Paraná, 55 presos do sistema penitenciário conseguiram vaga em universidades, após inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU) e no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sendo o melhor resultado obtido pelo Estado inclusive comparativamente às outras unidades da federação que divulgaram seu desempenho.
- Reformulação dos projetos para obras em 20 unidades prisionais, sendo 12 construções e oito ampliações, em diferentes regiões do Estado, em discussão com o DEPEN nacional, que vai financiar a maior parte do investimento.
- Início da interiorização do grupo Serviços de Operações Especiais (SOE), composto por agentes penitenciários que agem como primeira resposta em situações de crise.
- Formação de grupo para estudos da viabilidade da estruturação da carreira e da aposentadoria especial dos agentes penitenciários.
- Inauguração do Museu Penitenciário, em Piraquara - acervo (fotos, móveis, roupas, etc.) disponível para o público em geral, com atendimento a escolas e universidades. É possível vislumbrar um pouco da história do Paraná, por meio das publicações oficiais do Governo impressas na tipografia do parque gráfico penitenciário, em canteiros de trabalho composto por presos até o final da década 1940, quando a Imprensa Oficial foi criada; e alguns objetos curiosos, como a réplica de uma carroça utilizada em 1909, para o transporte dos presos na Prisão Provisória de Curitiba, e o fardamento da época usado pelos guardas.
- Contratação de empresa para reforma da Penitenciária Estadual de Cascavel (PEC).

- Implantação do projeto audiências de custódia em Curitiba, e em Londrina, a primeira cidade do interior do país a receber o projeto elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que prevê a apresentação em 24 horas, da pessoa presa em flagrante a um magistrado, para avaliar se o cidadão precisa continuar preso, aguardar o julgamento em liberdade ou adotar medidas cautelares, como o monitoramento por tornozeleira eletrônica.
- Implantação da Corregedoria do DEPEN.

23.7 Operações Sistemáticas

As polícias Civil e Militar desencadearam diversas operações policiais de vulto, em todas as regiões do Estado, para reprimir a criminalidade e garantir segurança à população. Entre elas, destacam-se:

- Operação Bumerangue - prisão de quadrilha e recuperação de diversos carros roubados, na região de Curitiba. A Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos também estourou um desmanche de carros de luxo, em Curitiba.
- Operação Clausura - a Polícia Militar efetuou a prisão de 93 pessoas, por envolvimento com diversos crimes, após abordagens e bloqueios de trânsito.
- Operação Lei e Ordem - prisão de 68 criminosos, principalmente traficantes e homicidas.
- Operação Testa de Ferro - prisão de quadrilha com 47 pessoas em Toledo.
- Operação Câmara Fria - a DENARC fechou laboratório de drogas e prendeu 30 traficantes em cinco estados brasileiros onde a droga era distribuída: Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
- Operação Ares - prisão de 25 pessoas pela Polícia Civil, no litoral do Estado, por envolvimento em crimes de violência doméstica, roubo, tráfico de drogas e homicídio.
- Gangue da Dinamite - prisão de gangue com arsenal de dinamite em Matinhos, pela força-tarefa de combate aos crimes em caixas eletrônicos.
- Operação Rêmora - mergulhadores do Grupo Tigre, em parceria com a Marinha, fizeram revistas em navios cargueiros e em pequenas embarcações que prestam serviços no porto de Paranaguá, para impedir que drogas ilícitas entrem na cidade por meio de navios.
- Operação Dragão - a Polícia Civil, em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal, prendeu uma quadrilha suspeita de pelo menos 100 roubos em Curitiba e Região Metropolitana, de cargas de cigarros e eletroeletrônicos, que provocou um desfalque aproximado em R\$ 20,0 milhões a empresas do ramo.
- Operação Bezerra de Ouro - a Polícia Civil de Nova Londrina desmantelou quadrilha de ladrões de gado que atuava na divisa com Mato Grosso do Sul.

- Dinheiro Clandestino - a Polícia Militar fechou uma fabriqueta de dinheiro clandestino em Borda do Campo.
- Falsificadores - a Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos desarticulou uma quadrilha de assaltantes e falsificadores de documentos e placas de veículos que agia em Curitiba e Região Metropolitana.
- Operação Fronteira Segura - a Polícia Militar, com apoio do Ministério Público, atuou para combater o tráfico de drogas no Oeste paranaense. Após denúncias recebidas pelo 181-Narcodenúncia, 23 pessoas foram presas e armas foram apreendidas.
- Operação Falsificare - derrubado local no Alto Boqueirão, em Curitiba, utilizado por uma quadrilha para confecções de placas e documentação falsa para esquentar veículos roubados.
- Agrotóxicos Adulterados - a Polícia Civil de Cascavel apreendeu na região cerca de R\$ 5,0 milhões em produtos agropecuários, entre fertilizantes, defensivos agrícolas e outros insumos; estima-se que o prejuízo no mercado agropecuário tenha chegado a R\$ 1,3 bilhão.
- Operação Fronteira Blindada - em conjunto com a Receita Federal e outros órgãos, combate aos crimes de contrabando e descaminho, tráfico de drogas, armas, munições, medicamentos e outros crimes praticados, especial com enfoque em produtos que ingressam ao Brasil pelo Paraguai.
- Operação Pioneira - prisão de 23 traficantes pela Polícia Civil de Ibiporã.
- Operação Alma Lavada - a Polícia Civil desarticulou um esquema de falsificação de produtos de higiene hospitalar e de limpeza em geral, em Cascavel.
- Operação Partenon - prisão de duas quadrilhas especializadas em explosão de caixas eletrônicas que levaram mais de R\$ 1,0 milhão em roubos. Foram presas 21 pessoas e três morreram durante confronto com a polícia.
- Em Pato Branco - prisão de 54 pessoas em uma ação intensiva contra o tráfico de drogas na cidade de Pato Branco.
- Operação Conde Baracca - Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) e Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) efetuaram a prisão de 26 pessoas, desarticulando uma quadrilha organizada que traficava drogas em Curitiba e Região Metropolitana.
- Operação Torres/Parolin - a Polícia Militar fez emprego maciço do efetivo para uma saturação em toda a região da Vila Torres, na capital do Estado, reforçando as atividades preventivas para inibir roubos, furtos e outros crimes.
- Operação Caminho das Pedras - presos suspeitos envolvidos em roubo de carro na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e apreendidos carros oriundos de furtos e roubos.

- Operação Carga Pesada - presa quadrilha de tráfico que atuava em quatro estados (nove pessoas), em Almirante Tamandaré; e apreendida mais de 1,3 tonelada de maconha.
- Operação Moshe - desencadeada pela PM em Campo Largo, com cinco prisões, apreensão de armas, munições e drogas.
- Operação Gideão - a Polícia Militar recuperou uma carga avaliada em quase R\$ 1,0 milhão, em máquinas do tipo Vap e em jogos de rodas automotivas.
- Operação Fecha Quartel - ação do BOPE composta por minibloqueios em diversos pontos de Curitiba, com o intuito de localizar veículos furtados e roubados, além de apreender drogas e armas de fogo.
- *Delivery* - COPE desarticulou um esquema de delivery de drogas em Curitiba.
- Operação Rota dos Tropeiros - a Polícia Militar cumpriu mandados de prisão e de busca e apreensão contra o tráfico nos Campos Gerais e Curitiba.
- Operação Sacrilégio - desencadeada pela Polícia Civil de Pato Branco, para desarticular uma associação criminosa, investigada pela prática de furto de veículos, receptação e posse de arma de fogo.
- Operação Infância Perdida - presos cinco homens envolvidos em casos de pedofilia, em Jacarezinho e Andirá.
- Operação Comendador - o Núcleo de Repressão a Crimes Econômicos prendeu quadrilha suspeita de comércio clandestino de ouro e apreendeu mais de R\$ 1,0 milhão em joias.
- Operação Asclépio - investigação de crime de violação de direito autoral, em Foz do Iguaçu.
- Grandes Apreensões - apreensão de mais de 1,4 tonelada de maconha (Batalhão de Polícia Rodoviária) em Iporã; quase 900 quilos de maconha e 320 caixas de cigarros contrabandeados por policiais militares do Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron) durante situações distintas em um mesmo dia, no Oeste do Estado; 3.000 comprimidos de ecstasy (DENARC) em São Luiz do Purunã; 450 quilos de maconha e 3,7 kg de haxixe em Icaraíma (25º BPM); 857 kg de maconha em Lindoeste pelo 6º Batalhão de Polícia Militar (6º BPM); quase duas toneladas de maconha perto da divisa com Mato Grosso do Sul, pela DENARC; 821 quilos de maconha na região Oeste, pela ROTAM; ação da PM resultou em 788 quilos de maconha em São Miguel do Iguaçu; quatro toneladas em um caminhão-tanque em Cascavel; mais de 1,3 tonelada de maconha apreendida pelo Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRV) em Diamante do Norte; duas toneladas de maconha em Tijucas do Sul, 100 quilos de cocaína em Cascavel (avaliados em R\$ 40,0 milhões) pela DENARC, entre muitas outras.
- Transporte Coletivo - diversas operações deflagradas pela PM em Curitiba para coibir crimes praticados no transporte coletivo.

23.8 Departamento de Políticas sobre Drogas

- Realização da Semana Estadual de Prevenção ao Uso de Drogas, em junho, na qual o Paraná, de forma inovadora, estabeleceu a internet e outras dependências como temática de destaque, uma vez que a dependência em internet vem sendo tratada acadêmica e cientificamente como uma dependência comportamental relativa ao uso compulsivo de tecnologias de informação e comunicação (computadores, notebooks, celulares, entre outros dispositivos).
- Realização do 1º Congresso Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas do Paraná, em Pontal do Paraná, em outubro.

Secretário Especial para Assuntos Estratégicos



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

24 Secretário Especial para Assuntos Estratégicos

O Secretário Especial para Assuntos Estratégicos centrou sua atenção nas ações caracterizadas como transversais, identificadas a partir de demandas da Governadoria e de outras, oriundas das representações formais da sociedade paranaense e de seus cidadãos, que resultou em quatro diretrizes: energias renováveis, inclusão digital, relações estratégicas com a sociedade e gestão pública, em diversas áreas de atuação, num espectro multidisciplinar direcionado aos setores sociais, econômicos e ambientais.

O controle documental de caráter técnico-administrativo registrou a expedição e o recebimento de 1.200 documentos oficiais. Os setores governamentais e a sociedade paranaense recorrem buscando apoios e parcerias para os temas mais diversos. As principais áreas com ações extraprogramáticas identificadas foram:

- Captação de recursos financeiros para iniciativas esportivas, culturais, de saúde, educacionais e científicas - mobilização para alavancar as doações de pessoas físicas, utilizando o imposto de renda a pagar, para o Fundo da Infância e da Adolescência (FIA) do Paraná, com potencial de R\$ 250,0 milhões, envolvendo diversas entidades: Receita Federal, Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Paraná (FETAEP), Associação Comercial do Paraná, Tribunal de Contas do Estado, Federação do Comércio do Estado do Paraná (FECOMÉRCIO), Ministério Público do Paraná, Tribunal de Justiça do Paraná, Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná (FETRANSPAR), Federação das Associações Comerciais e Industriais do Paraná (FACIAP), Tribunal Regional Eleitoral (TER), Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRC) e Sistema OCEPAR.
- Participações em reuniões, visitas e eventos.
- Realização de Serviços - articulação para atender a população de rua, das ilhas, pessoas com deficiência, imigrantes com visto humanitário, pessoas das Pastorais e Igrejas em geral, na profissionalização da população paranaense.

24.1 Energias Renováveis

Responsável pela coordenação do Programa Estadual de Energias Renováveis estabeleceu como metas prioritárias para 2015 as seguintes atividades: a) instituição do Grupo de Trabalho para definição dos desafios e das responsabilidades das entidades envolvidas; b) coordenação da construção de um marco teórico conceitual para o Programa objetivando seu ordenamento normativo e legal; c) proposição da construção de uma base de dados do Programa com mecanismos de contínua atualização orientadora de ações estruturadas.

Por meio de reuniões realizadas com os gestores e técnicos das organizações, foram identificadas as iniciativas existentes, os principais gargalos enfrentados em relação aos objetivos do Programa, sugestões e oportunidades para o seu melhor desenvolvimento:

- Redução dos prazos para licenciamento ambiental dos Projetos para produção de energia utilizando fontes renováveis - foi elaborado Programa de Residência Técnica junto ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e ao Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANÁ) e formalizado o processo de realização de concurso para técnicos/especialistas, ao IAP e AGUASPARANÁ em vias de autorização.
- Revisão dos marcos legais e modernização dos procedimentos para licenciamento ambiental dos projetos para produção de energia - a revisão e a atualização pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) produzirá novas diretrizes aos estados e municípios; foram realizadas reuniões com a Procuradoria Geral do Estado (PGE) para discussão de alternativas e encaminhamentos.
- Desoneração fiscal dos empreendimentos abrangidos pela Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 482/2012 - negociação com a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) para estudar mecanismos de tributação de ICMS na energia excedente entregue à Companhia Paranaense de Energia (COPEL) por pequenos produtores; o Decreto proposto pela COPEL encontra-se em análise junto à Casa Civil.
- Identificação das oportunidades de financiamento para investimentos em geração e produção de energia por fontes renováveis - articulação com organismos de fomento e financiamento visando organizar informações e atendimento prioritário aos projetos de interesse do Programa.
- Mobilização de recursos para o fortalecimento das áreas de pesquisa e apoio técnico na área de energias renováveis - proposta formalizada por ocasião da visita do Governador de Hyogo, em comemoração aos 45 anos do Acordo de Irmandade entre o Paraná e Hyogo; desenvolvimento de projeto de cooperação técnica com a Província de Hyogo (Japão) para a constituição de um Centro de Pesquisas em Energias Limpas no Paraná.
- Consolidação do Programa de Energias Renováveis e ampliação dos seus efeitos para o desenvolvimento social e econômico do Paraná por meio das propostas e iniciativas previstas no Decreto nº 11.671/2014 necessitam de uma base legal mais consistente, incluindo a formalização por meio de leis para produzirem os efeitos esperados; criação do Comitê Estratégico do Programa, abrangendo nível estratégico das organizações de governo, iniciativa privada e Organizações Não Governamentais.

24.2 Inclusão Digital

O avanço do processo de inclusão digital passa, necessariamente, pela adequação da infraestrutura de telecomunicação e pelo estabelecimento de uma política pública norteadora das intervenções capaz de prover a segurança necessária para que a iniciativa privada realize os investimentos. Por outro lado, é dever do Governo ofertar condições para que as pessoas que não dispõem de equipamentos ou não são habilitadas para o meio digital tenham acesso a esses itens.

24.2.1 Programa Rede 399 - Internet para Todos

O Programa visa, entre outras ações, assessorar os municípios na definição das melhores soluções tecnológicas que permitam a implantação de uma *internet* cidadã e de baixo custo, numa ação conjugada entre os agentes governamentais, o setor privado e a sociedade civil. Seus principais avanços foram:

- Levantamento das ações pendentes referentes aos requerimentos dos termos de cooperação técnica e parcerias.
- Correção do incentivo fiscal junto à SEFA - revisão e modificação para categorias dos itens inicialmente identificados pela marca comercial dos produtos, abrangendo qualquer marca comercial fabricada em solo paranaense; inclusão dos rádios de enlace essenciais à expansão do atendimento para as áreas rurais.
- Revisão operacional e institucional do Programa - definição de uma ação indutora a partir da identificação dos municípios tipos e a realização de levantamentos técnicos para a contratação de serviços junto aos provedores.
- Criação de um cronograma de aplicação do diagnóstico básico situacional de telecomunicação, que deverá ser estendido a todos os municípios interessados, priorizando os locais com manifestações preexistentes de interesse (termo de cooperação técnica firmados, protocolos de intenção e pré-cadastro).
- Aplicação da prova de conceito - aplicação do diagnóstico de telecomunicação no município de Turvo revelou a necessidade de ajustes no modelo a ser implantado ao tempo em que fortaleceu a convicção da necessidade das medidas propostas.
- Definição da estratégia de ação - evidenciou-se a necessidade da promoção de linhas de financiamentos específicos para apoiar os municípios na contratação das soluções de expansão da rede de telecomunicação e para a iniciativa privada.
- Ajuste do Decreto vigente para contemplar as modificações mencionadas.
- Promoção de diagnósticos básicos de expansão nas infraestruturas de telecomunicação de 30 municípios priorizados.

24.2.2 Programa Espaço Cidadão

Presente em 333 municípios, conta com 390 espaços em funcionamento. Em 2015, foi priorizada a análise das informações e resultados disponíveis, que apontou a necessidade da promoção de estudos com vistas à revisão da missão do Programa. Foi realizado um levantamento patrimonial do Programa e a vocação desses espaços foi discutida com outros setores do Governo e com as organizações participantes do Sistema S, o que resultou na definição de três linhas norteadoras para as atividades do espaço:

- Promoção da inclusão digital, levando aos cidadãos informação e conhecimento para a utilização dos equipamentos e da rede.
- Oferta orientada de serviços de governo eletrônico à população via internet.
- Promoção de qualificação profissional nas modalidades presencial e a distância.

Entre os principais avanços alcançados destaca-se a manutenção da operacionalidade do sistema; o desenvolvimento dos trabalhos requeridos pelo diagnóstico produzindo: a) na área administrativa - suporte técnico ofertado pela CELEPAR ao Programa Espaço Cidadão permitiu avanços significativos nas funcionalidades do Sistema Gestor (SGP); b) na área operacional - foram atendidas 534 solicitações de serviços geradas no sistema Serviços e Ocorrências CELEPAR (SOC), das quais, 477 eram referentes a problemas de natureza técnica e 57 técnico-administrativas; e foram registrados 256.549 acessos.

Paralelamente ao processo de reestruturação, foram ofertados cursos com a colaboração da CELEPAR, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Intel, e contaram com a participação de 1.734 inscritos.

24.3 Relação Estratégica com a Sociedade

Conjunto de programas, projetos e ações priorizadas para a área social, nos quais se destacam: Formação de Gestores para o Terceiro Setor, Programa UPS-Cidadania, Comitê Intersecretarial de Saúde Mental (CISMEEP) e Estatuto da Pessoa com Deficiência. Outra ação incorporada foi a mobilização pelos desaparecidos.

24.3.1 Formação de Gestores para o Terceiro Setor

Programa de capacitação na modalidade a distância, para qualificar a gestão de entidades do Terceiro Setor e aprimorar a relação dessas organizações com o poder público diante de novas exigências formais necessárias para o estabelecimento de parcerias. Iniciado em 2013, definiu programação de capacitação com conteúdos adequados às necessidades das organizações, em parceria com a Secretaria da Administração e da Previdência (SEAP), a Vice-Governadoria, o Tribunal de Contas do Paraná e outras organizações do setor privado.

Desde 2013, foram qualificados mais de 3.000 gestores de entidades em todo o Paraná, na modalidade de ensino a distância (EAD). Em 2015, capacitou 1.000 pessoas;

coordenou os trabalhos junto a Escola de Governo e Tribunal de Contas do Estado (TCE), para a definição dos conteúdos do terceiro módulo, que trata das Transferências Voluntárias e da Lei de Acesso à Informação; foram concluídos os módulos sob responsabilidade da Federação das Indústrias do Estado do Paraná e Serviço Social da Indústria (FIEP/SESI) e da Escola de Governo.

24.3.2 Programa Paraná Seguro (UPS Cidadania)

Sob a coordenação da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU), o programa é responsável pela articulação das iniciativas com os poderes públicos nas suas diversas instâncias, com a sociedade e suas representações e com a iniciativa privada, com o objetivo de garantir a crescente participação de todos estes atores e a intensificação dos trabalhos. Encontra-se em andamento, com ações implantadas para a sua qualificação; realizou aproximadamente 68 eventos entre reuniões técnicas, reuniões nas unidades, qualificação dos agentes, entre outras. De setembro de 2015 a dezembro de 2018, dar-se-á continuidade as ações e novas iniciativas estão sendo contempladas, entre elas: elaboração do Plano de *Marketing* Institucional; capacitação de Gestores e lideranças comunitárias; elaboração de Plano de Contingência - Defesa Civil; formalização do trabalho com parceiros: empresariado, Terceiro Setor e voluntariado; implantação de grupos gestores municipais 2015; promoção de feiras de serviços voltadas à cidadania; acompanhamento de Projetos; apoio na organização da Caravana da Cidadania; implantação de Espaços Cidadãos nas comunidades vulneráveis; visita técnica nas UPS, em Curitiba, Colombo, São José dos Pinhais, Cascavel e Londrina.

24.3.3 Mobilização pelos Desaparecidos

Coordena o grupo de trabalho de Mobilização pelos Desaparecidos, com a participação da SEJU, Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP), Secretaria de Estado da Educação (SEED), Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), Secretaria da Saúde (SESA), Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDS), Assessoria da Juventude e representantes de familiares de pessoas desaparecidas. No segundo semestre de 2014 houve 3.694 desaparecidos e 2.020 encontrados.

Foram realizadas reuniões internas entre as equipes técnicas da SEAE e das demais Secretarias que aprofundaram o entendimento sobre o assunto e permitiram a formulação e assinatura do Decreto nº 2.089/2015, que regulamenta a Política Estadual sobre pessoas desaparecidas, tendo sua proposta sido apresentada pelo Secretário, na Assembleia Legislativa, no encontro Prevenção e Busca de Pessoas Desaparecidas. Encontra-se em elaboração o Plano de Comunicação para a sociedade.

24.3.4 Ações Intersecretariais de Saúde Mental

O Comitê Gestor Intersecretarial de Saúde Mental do Estado do Paraná (CISMEEP), instituído em 2011, passou à responsabilidade da SEAE em 2015, e apresentou os seguintes avanços:

- Realização de diagnóstico do Programa.
- Formalização de grupo de trabalho designando os representantes das Secretarias de Estado participantes.
- Promoção da descentralização de suas ações nas regiões administrativas do Estado, como a criação dos Comitês Regionais Intersetoriais de Saúde Mental, cuja composição e atribuições estarão previstas no Regimento Interno.
- Incentivo à criação e estímulo ao funcionamento de Comitês Municipais Intersetorial de Saúde Mental.
- Proposição da realização de cursos, palestras e reuniões presenciais e a distância.
- Apoio para a realização do Fórum Estadual de Saúde Mental.
- Criação de página eletrônica contemplando informações, textos e assuntos relacionados ao tema Saúde Mental.

24.3.5 Estatuto da Pessoa com Deficiência

Instituído pela Lei nº 18.419/2015, por iniciativa do Governo Estadual. A implantação das ações previstas no Estatuto está sob a coordenação da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social; o Secretário Especial contribui com o encaminhamento de demandas apresentadas por entidades ou pessoas e participa dos encaminhamentos e soluções das discussões relacionadas ao tema.

24.4 Gestão Pública

Atendimento à determinação Governamental de participação no trabalho voltado aos processos de desburocratização e planejamento estratégico do Estado e à organização, articulação e normatização das parcerias internacionais; e busca promover a articulação junto aos setores governamentais para a efetivação dos trabalhos com o Exército Brasileiro com vistas à priorização da implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), no Estado.

24.4.1 Articulação e Normatização de Parcerias Internacionais

Os principais avanços alcançados foram:

- Levantamento e avaliação das Parcerias Internacionais existentes, por meio de um formulário preenchido pelas secretarias e empresas do Governo que teve como resultado um quadro de parcerias.
- Realização de encontros setoriais para apresentação do escopo do trabalho e para solicitar aos titulares das instituições a designação formal de um representante para atuar como ponto focal, tendo sido designados e atuantes na manutenção de um sistema de informações centralizado.
- Foram recebidas 21 delegações representadas por embaixadores, cônsules, governadores e outras autoridades internacionais, cujos encontros resultaram em registros formais dos temas tratados e acordos firmados que deverão receber tratamento específico das instituições estaduais relacionadas à matéria.

24.4.2 Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)

Concebido por iniciativa do Comando do Exército, em decorrência da aprovação da Estratégia Nacional de Defesa, para proceder a um efetivo monitoramento de todo o território fronteiriço do Brasil; com investimentos da União e o Estado como um agente facilitador para o Exército Nacional.

Foram realizadas reuniões do Programa com a participação do Comando do Estado-Maior do Exército, Comando-Geral do Exército, Comando Regional do Exército, Empresários, representantes das Secretarias de Estado e do Sistema de Ensino Superior para: a) esclarecimento da próxima fase - Expansão do Sistema no Paraná; b) apresentação de oportunidade para fornecedores privados e Universidades Paranaenses; c) necessidade de articulação para liberação de recursos do orçamento da União, necessários à continuidade do programa.